Defesa Nacional

OUTUBRO
1950

NÚMERO
435

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII | BRASIL — RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1950 | N. 435

SUMÁRIO

Págs.

EDITORIAL 3

O passamento do General Osório 5

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

Justiça Militar — IX — Cel. Niso Montezuma 7

A logística através do tempo — Ten.-Cel. Senna Campos 13

A Cavalaria na guerra — Tradução do Ten.-Cel. Felicíssimo de Azevedo Aveline 21

O oficial de Estado-Maior e a tropa — Ten.-Cel. Paulo Eulálio F. da Silva 25

Reconhecimento para ocupação de uma P.B. e um P.O. — Cap. José Reis Martinez, Cap. Gualter Gill, Cap. Alkindar Machado Bona, Ten. Francisco Travassos Serpa e Ten. Cláudio Sérgio Cossenza 27

O tempo morto — Tradução do Cap. Mario Lamartine Santos 33

A fumaça na guerra — Tradução do Cap. Walter dos Santos Meyer 39

O tiro no R.I. — Ten. Hélio Augusto Canongia 43

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

Problemas do Brasil — VI — Um empreendimento continental — Tenente-Coronel Adalardo Fialho 47

Economia e Finanças :

O minério de ferro na economia nacional — Gen. Durival de Britto 53

O problema central do momento político brasileiro — Cel. J.B. Magalhães 71

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

1816 — Setiembre 23 — 1950 — En el centenario de la muerte de Artigas heroe nacional — Sr. Luis Caraca Moreira 77

O "29 de outubro" e a democracia — Maj. Floriano Möller 79

O combate decisivo de Sarandi — Cap. Henrique Oscar Wiederspahn 101

OPINIÕES

Reflexões sôbre contrastes — Ten.-Cel. J.H. Garcia 111

Deve o instrutor ser um líder? — Cap. A.J. de Figueiredo 113

Como deve ser o Tenente de Cavalaria — Cap. Mário de Castro Pinto 117

A moradia do militar — Ten. Fischer 123

DIVERSOS

J. Pires do Rio — Cel. J.B. Magalhães 125

Turismo Internacional — Ten.-Cel. Enio da Cunha Garcia 127

Noticiário & Legislação 129

EDITORIAL

Com êste número, entra "A Defesa Nacional" no 38º ano de sua existência.

É uma vida. E tôda ela devotada exclusivamente ao aprimoramento da preparação profissional e aos interêsses das fôrças armadas: — a instrução geral e especializada, os problemas de organização das tropas e serviços, da formação e do acesso dos quadros, do comando, da doutrina, da história militar e daqueles assuntos que, não sendo especìficamente militares, mas de cultura geral que lhes são conexos, constituem parte integrante da formação profissional do oficial moderno.

Se por várias vêzes a manutenção material da nossa revista tem periclitado, à sua vida intelectual não tem faltado a cooperação dos colaboradores estudiosos e dedicados à nobre profissão das armas, que são a sua alma.

A missão de sacrifícios, que é a garantia da segurança nacional, impõe a todos que a aceitaram conscientemente, o dever de estarem sempre prontos a exercer com o máximo de eficiência a grave honra de bem conduzir seus comandados ao combate.

"Na guerra nada se improvisa": é lendo, meditando, concluindo, ensinando e praticando, que melhor se aprende. A guerra é tôda ela uma obra de cooperação que se inicia no tempo de paz. Divulgar os conhecimentos adquiridos, é, portanto, uma das formas de cooperação, porque contribui para o desenvolvimento da cultura profissional de quantos se esforçam por obter o máximo rendimento dos meios e dos instrumentos de guerra que a nação entrega aos responsáveis pela sua segurança.

Se a colaboração dos nossos camaradas não tem faltado, seria, entretanto, de desejar que fôsse mais abundante como requer, de um lado, a grande variedade dos assuntos, e de outro, a conveniência de se encontrarem, sempre, nas páginas de cada

revista, um certo número de temas essenciais e objetivos capazes de interessarem as várias classes de seus leitores, que vão do graduado ao general.

Enriquecer o acervo de ensinamentos é, sem dúvida, o dever de todos, mas não é o bastante. Cumpre, também, pôr as idéias em ação, isto é, dar-lhes a maior divulgação possível. Esta é outra forma de cooperar em prol da preparação dos quadros de nossas fôrças armadas.

É a mais fácil tarefa, porque depende, apenas, da multiplicação do número de assinantes da revista, que está muito longe do que seria desejável, se considerarmos os milhares de oficiais e graduados da tropa, das escolas, dos órgãos de comando, dos serviços, dos departamentos militares, etc., aos quais sua leitura será sempre proveitosa. Se cada assinante angariar mais um, terão todos cooperado para dar à nossa revista o mais útil presente de aniversário que ela merece.

Sua publicação está, agora, em dia, e graças à boa vontade do antigo Comandante das Rotas Aéreas, o Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro Eduardo Gomes, a distribuição no Norte e no Nordeste se faz com a menor demora possível. Por outro lado, nenhum assinante deixará de receber seu exemplar, se, em caso de extravio, reclamar dos nossos representantes, ou diretamente à administração, a remessa de outro exemplar.

Esperamos que o nosso apêlo, sempre renovado, seja atendido nesta data em que comemoramos o 37° aniversário desta revista, que constitui um patrimônio cultural do Exército.

Comemorando esta data, que lembra o início da marcha de "A Defesa Nacional" — 10 de outubro de 1913, — não poderíamos deixar de rememorar a "velha guarda" que a fundou: 1° Ten. Bertholdo Klinger, 1° Ten. Estevão Leitão de Carvalho, 1° Ten. Joaquim de Souza Reis Netto, 1° Ten. Brasilio Taborda, Cap. E. de Lima e Silva, Cap. Pargas Rodrigues, Cap. Mario Clementino, Cap. Jorge Pinheiro, 1° Ten. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, 1° Ten. Euclydes de Oliveira Figueiredo, 1° Ten. Amaro de Azambuja Villanova, 2° Ten. Francisco de Paula Cidade.

Aos sobreviventes, nossas efusivas congratulações. Aos que já se foram, um comovido preito de saudade.

O PASSAMENTO DO GENERAL OSÓRIO

GENERAL OSÓRIO

No dia 4 de outubro de 1879, falecia, no Rio de Janeiro, Manuel Luiz Osório, Marechal de Exército (Graduado), Marquês de Herval, então Senador do Império e Ministro da Guerra.

Com a morte do Duque de Caxias, ocorrida em 1880, perdia o Brasil, em menos de um ano, os dois representantes maiores de suas glórias militares passadas e o Exército os Chefes mais prestigiosos que jamais possuiu. Desde então, deu-se profunda modificação em nosso ambiente militar.

Nascidos no início do século XIX, um, Caxias, em 1800; o outro, Osório, em 1808, tomam parte em plena juventude na guerra da Independência. Caxias é já então oficial que se distingue na luta travada em terras da Bahia, enquanto Osório, apenas saído da infância, inaugura sua carreira nas campinas do Sul, estreando para a vida nos campos de batalha da Cisplatina. Evoluem a bem dizer-se paralelamente sempre dedicados ao serviço do Brasil, mas, Caxias, projetado em todo o cenário em que se desdobra a política do Império, enquanto Osório labuta sua vida tôda nas fronteiras do Sul. Encontram-se pela primeira vez nas campanhas farroupilhas e desde então, até findar-se a guerra contra Lopes, irmana-os, dia a dia, mais fortemente a dedicação ao serviço da Pátria.

Depois, já ao fim de suas vidas, a chicana política os separa, mas isto, o que honra sobretudo a Osório, sem que êste deixasse de prestar àquele as reverências públicas de merecida homenagem e de lhe protestar sua amizade e respeito.

As suas excelsas personalidades representam, *ad eternum*, a fôrça militar ao serviço nacional em admirável e raro simbolismo resultante da contemplação de suas existências conjugadas : Caxias a significar o Chefe, ou o Comando ; Osório a integração magnifica do Exército Nacional.

Osório foi, no dizer de Rio Branco, ao registrar a efeméride de seu falecimento, *"uma das mais puras glórias do Exército Brasileiro. Nenhum outro General foi mais justamente popular e querido do que Osório, grande e ilustre pela bravura, pela lealdade e pelo patriotismo."*

"A Defesa Nacional" nêste número de aniversário, cumpre o dever de homenagear à sua memória, lembrando que a 4 de outubro de 1879, assistia o Brasil, desde que se divulgara a notícia de sua morte, pela unanimidade e pela espontaneidade das manifestações de pesar, uma apoteose cívica de grandeza sem par. Foi a consagração do heroísmo sem máculas ao serviço da Pátria.

Hoje, inspirarmo-nos em tais exemplos, é de interêsse indisfarçável. E não olvidar o que lhes devemos é dever sagrado.

"CASA ADRIANINO"

FÓGOS DE SALÃO E JARDIM, PARA FESTEJOS EM GRANDE ESCALA — VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

Pólvora para pedreiras e para caça — Dinamite, Estupim, Armas e Munições

DELFIM MAURICIO S.A. IND. COM.

Correspondentes do Banco Hipoth. Agrícola do Est. de Minas Gerais S.A.

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1684 — TEL. 186

NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

FILIAIS:

Av. João Pessôa, 523 — OLINDA — Estado do Rio

Rua Leopoldina Rego, 442 — DISTRITO FEDERAL

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA
(Comandante do Regimento Tiradentes)

IX

VI — Normas de conduta. Punições Disciplinares.

Art. 39. Ao Superior Tribunal Militar compete, além do que lhe fôr atribuído:

.....

XI — anotar, no acórdão, os erros e irregularidades verificadas nos processos, apricando *sanção disciplinar*, se fôr o caso;

Art. 112. Os juízes, *em geral*, devem manter irrepreensível procedimento na vida pública e particular, zelar pela dignidade de suas funções, *obedecer* o Superior Tribunal Militar e respeitar a dignidade do Ministério Público e a dos advogados.

Art. 117. É vedado aos juízes, *em geral*, exercer atividade comercial ou político-partidária.

Art. 122. Os juízes, *em geral*, o subprocurador, os promotores, os advogados de ofício, os escrivães e os oficiais de justiça são passíveis das seguintes penas disciplinares, impostas, respectivamente, pelo Superior Tribunal Militar, por intermédio do seu presidente, e pelo Procurador Geral:

I — advertência por meio de ofício pessoal e reservado, ou em particular se o punido tiver exercício na Capital Federal;

II — censura, em ofício pessoal e reservado, ou pública;

III — *suspensão do exercício do cargo até 30 dias, com perda da gratificação.*

Parágrafo único. As sanções podem ser impostas, igualmente em acórdão quando públicas, ressalvada, em qualquer caso, a ação penal.

Art. 408. Ressalvada a ação penal se couber, o Presidente do Conselho de Justiça, nas unidades, ficará sujeito a sanções disciplinares aplicáveis *pela autoridade militar competente*, quando o processo retardar-se sem motivo justificado nos autos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no presente artigo, o Superior Tribunal Militar *fará a necessária comunicação às autoridades militares.*

Art. 561.....

§ 3°. Os juízes e os órgãos do Ministério Público que retardarem os prazos, sem motivo justificado, ficarão sujeitos a sanção disciplinar.

1. Eis um assunto delicadíssimo que merece atenção muito especial.

O anteprojeto classifica os juízes em auditores e militares.

Para êstes a função judicial é decorrepte da qualidade militar, por extensão de atribuições. Êles são lidimos representantes do sentimento do dever e da dignidade de sua classe no seio da justiça. É um ato de serviço militar porque é exercido em defesa na classe e na justiça destinada a servi-la. As funções judiciárias não transfiguram suas obrigações militares, aliás bem definidas, para sujeitá-los disciplinarmente a preceitos e a autoridades diferentes dos previstos na legislação própria.

N.R. — Continuação do número de setembro de 1950.

Elas não o isentam dos *"deveres e responsabilidades"* estabelecidos no Estatuto dos Militares, particularmente em seu art. 25, na observância dos quais êles cumprirão, também, as regras para o processo e julgamento estabelecidas no Código da Justiça Militar.

A êste pelo seu caráter particular impõe-se respeitar os preceitos do Estatuto dos Militares, que são gerais, na esfera do qual lhe deve ser vedado intervir.

Cabe-lhe, pois, regular o procedimento dos elementos da justiça, pròpriamente ditos, não se referir aos *"Juízes, em geral"*, abrangendo militares.

Admitir tal generalização sob o pretexto de não ferir suscetibilidades dos magistrados importaria em esquecer que, no caso, também há um brio militar a zelar. Urge, pois, mais uma vez, não se permitir o falseamento de idéias, em detrimento da mentalidade militar.

O Estatuto dos Militares, em seu art. 30, veda aos militares da ativa e aos classificados na reserva ativa da Marinha, fazer parte de firmas comerciais de qualquer natureza ou nelas exercer função, ou emprêgo remunerado.

O Regulamento Disciplinar do Exército estabelece como transgressão disciplinar, no art. 13:

> "n. 109. Discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza técnica, quando devidamente autorizados";
>
> "n. 125. Exercer o militar, sem permissão do Ministro da Guerra, qualquer profissão estranha ao serviço militar, ou da repartição ou estabelecimento em que trabalha."

2. Pretende-se justificar essa intromissão indébita em seara alheia sob pretexto de que "o artigo 117 do anteprojeto cuidou de vedar atividade comercial ou político-partidária aos *juízes em geral*, abrangendo todos os juízes da Justiça Militar. Exemplo, o da Justiça do Distrito Federal."

Ora basta de copiar coisas inadequadas. Nada temos a ver com essa Justiça. Usemos a cabeça. Êsse dispositivo vem, como quase todo, do não aprovado anteprojeto de 1945. Vigorava, pois, a Constituição de 1937. Eis a lição de Carlos Maximiliano:

> — "A Constituição encerrará duas séries de providências aplicáveis aos membros da Justiça Militar: a especial, dos arts. 111 a 113, e a geral, dos arts. 90 a 96, sim; apenas em os arts. 90 a 96, se confundem, em normas claras, os juízes civis federais, os estaduais e os militares. Ali é assegurada *a todos* a independência."
>
> — "As disposições contidas nos arts. 103 a 110 do estatuto básico acham-se subordinadas à epígrafe — da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Ora, não há pretórios militares estatais, nem da Capital da República ou do Acre; se houvesse, olhar, a êles, e sòmente a êles, se aplicaria o texto acima referido. Evidentemente, as normas contidas nos arts. 103 a 110 só abrangem a magistratura local."

A Constituição atual, pela distribuição do assunto e pelos seus arts. 106 a 108, 94 a 97 e 124 não invalida aquela argumentação.

Tudo isto obriga a discernir que não basta a simpatia de um dispositivo legal para que se possa transplantá-lo para a legislação militar. Ainda haverá necessidade de raciocinar sôbre as particularidades do meio para se poder se não generalizar certas prescrições.

Não se deve, pois, confundir o acêrto de certas disposições referentes à magistratura do D. Federal com a conveniência de transplantá-las para a Justiça Militar. São coisas tão diferentes que não bastam ser copiadas para que possam ser aplicadas à Justiça especial, principalmente aos militares em exercício temporário de funções judiciais. Estas não lhe podem tirar a qualidade militar porque decorrem, precisamente, dela e, antes

sendo, êles já têm normas de conduta traçadas na legislação competente.

O Decreto n. 8.835, de 23 de fevereiro de 1942 (Regulamento Disciplinar do Exército) estabelece) em seu art. 10:

"Parágrafo único. Êste artigo não compreende os magistrados da Justiça Militar, sujeitos às suas leis especiais e disciplina própria."

O Código da Justiça, deve, pois, nesse particular, seguir o exemplo e só se preocupar com o pessoal da justiça isto é:

a) Regular as normas de procedimento de seus *elementos permanentes*, isto é, auditores, promotores, advogados de ofício, escrivães, etc. e estabelecer sanções correspondentes às infrações que forem por êles praticadas. Aliás há muito que fazer nesse sentido. Voltaremos ao assunto;

b) Estabelecer, *como regra*, que as faltas cometidas por militares em serviço de justiça devem ser levadas ao conhecimento da autoridade militar competente, em princípio pelo oficial mais graduado presente ou junto ao qual êle estiver servindo, (presidente de conselho, encarregado de inquérito, etc.).

3. Entretanto é de se observar algum progresso nesse sentido, através dos seguintes dispositivos:

CÓDIGO ATUAL	ANTEPROJETO
Art. 27. No dia em que o oficial faltar à sessão sem causa justificada e participada a tempo, perderá sua gratificação, descontada à vista da comunicação feita pelo auditor à repartição pagadora competente; no caso de reincidência, sofrerá, mediante representação do auditor, além do desconto pecuniário, a pena de repreensão em boletim, imposta pela autoridade militar sob cujas ordens estiver servindo, prevendo-se, nesse caso, à sua substituição mediante novo sorteio.	Art. 17. A falta, em reincidência, à sessão do Conselho de Justiça, sem causa justificada e comunicada incontinenti, importará em responsabilidade disciplinar mediante representação à autoridade militar competente para a aplicação da pena, provendo-se, neste caso, a substituição do juiz militar.
Parágrafo único. Se faltar o auditor, sem justa causa, será feito o desconto de sua gratificação, à vista de comunicação dirigida pelo presidente do Conselho à repartição pagadora competente; faltando o promotor ou o advogado de ofício, sem motivo justo, a comunicação para desconto da gratificação será feita pelo auditor.	§ 1º A representação competirá, em geral, ao juiz Auditor e ao Presidente do Conselho, se a falta fôr do juiz auditor. § 2º. A falta do juiz Auditor, ou do advogado, será comunicada, para o mesmo efeito, ao Presidente do Supremo Tribunal Militar, e a do Promotor ao Procurador Geral.
Art. 398. A polícia das sessões é confiada ao Presidente do Supremo Tribunal Militar ou do Conselho de Justiça, que poderá determinar o que fôr conveniente à manutenção da ordem e ao respeito devido aos juízes, cabendo-lhe requisitar, para êsse fim a necessária fôrça pública que ficará inteiramente à sua disposição.	Art. 567. A polícia das sessões do Tribunal ou dos Conselhos de Justiça compete aos respectivos presidentes, que poderão determinar o que fôr conveniente à manutenção da ordem e ao respeito aos juízes, cabendo-lhes, para tal fim, requisitar a presença da fôrça federal.

Não há dúvida que os dispositivos supracitados do anteprojeto estão menos maus que os do Código atual.

Mas a malsinada preocupação da supremacia do civil sôbre o militar leva a verdadeiros absurdos:

1º. as prescrições dos §§ 1º e 2º do art. 17 estão incoerentes com as do art. 567 do próprio anteprojeto. Se a polícia das sessões cabe ao presidente, a representação também deve competir a êle e não, "em geral, ao auditor."

Ora, tanto o serviço como o ambiente são militares. E essas prescrições estão fora do espírito militar, que precisa ser cultivado, pelo menos no âmbito das Fôrças Armadas.

Também contrariam o Decreto n. 8.835, de 1942 (Regulamento Disciplinar do Exército) em seus:

> "Art. 7º Ainda não se tratando de serviço deve o militar obediência aos seus superiores."
>
> "Todo militar, desde que encontre um subordinado na prática de ato irregular, é obrigado a advertí-lo, quando êsse ato não chegue a constituir transgressão."
>
> "No caso de transgressão, o fato deve ser levado ao conhecimento da autoridade competente, para os efeitos regulamentares."
>
> "Art. 13. As transgressões a que se refere a letra a) do parágrafo único do art. 12, são:
>
> .....
>
> 5. Deixar de punir o transgressor da disciplina;
>
> 6. Não levar a falta ou irregularidade que presenciar, ou que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao conhecimento da autoridade para isso competente, e no mais curto prazo."

Nestas condições, a repressão das faltas deve caber ao Presidente, sempre que estiver presente. Mesmo por estar em função militar, em meio militar, não poderá êle ceder suas prerrogativas ao auditor (1) para assistir, passivamente as faltas de seus subordinados ou dos elementos da justiça que funcionem no mesmo Conselho. O expediente conseqüente, entretanto, deverá ser feito na auditoria, em seu nome.

Como pretexto para manter êsse estado de coisas, pretende-se dizer que "a comunicação da falta de juiz militar, *em geral*, compete ao juiz auditor, se o Conselho não está instalado, ou na ausência do Presidente, ao Presidente do Conselho se a falta é do juiz auditor, no 1º caso à autoridade militar e no 2º à autoridade judiciária."

Se a intenção é essa, não está bem redigida. Absolutamente não é o que está escrito no dispositivo considerado. A situação invocada dificilmente poderá verificar-se.

É preciso distinguir, claramente, a sessão de instalação das demais sessões do Conselho e atribuir, sempre, ao presidente a iniciativa que a êle deve caber.

Aliás seria mais natural estabelecer que entre o presidente sorteado e o auditor houvesse entendimento para a instalação do Conselho, sempre que não fôsse pos-

---

(1) Estatuto dos Militares:

Art. 13. A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em tôdas as circunstâncias da vida, entre militares da ativa ou da reserva, reformados ou asilados.

Art. 16, § 8º. Nenhum militar, salvo no caso de funeral, pode dispensar honras e sinais de respeito devidos a seu grau hierárquico.

Art. 25. São deveres do militar:

.....

b) exercer, com dignidade e eficiência as funções relativas aos respectivos postos ou graduações;

c) cumprir e fazer cumprir *as* leis, regulamentos, instruções e ordens emanadas das autoridades competentes;

d) zelar pela honra e reputação de sua classe, observando procedimento irrepreensível, na vida pública e na particular, e cumprindo com exatidão seus deveres para com a sociedade.

sível o comparecimento daquele no dia previsto pelo auditor, na conformidade do art. 11 do anteprojeto.

Ambas devem ser pessoas respeitáveis e não fica bem admitir-se, à priori, que, nesse estádio da vida um não dispense a fiscalização do outro.

2°) O art. 27 do Código atual constitui verdadeira excrescência em matéria disciplinar militar:

a) a perda de gratificação, ainda que possa decorrer de uma punição não é, em si, punição prescrita para militar;

b) o auditor não pode ter atribuição para impor penas aos juizes militares, ainda mais sem ouvi-los, e muito menos em matéria de vencimentos, sob a jurisdição de um Comandante de Corpo, Chefe de Repartição ou Diretor de Estabelecimento, influindo na organização das fôlhas de vencimentos;

c) está fora de qualquer norma o Código estabelecer "pena de repreensão em boletim, imposta pela autoridade militar sob cujas ordens estiver servindo". O que o Código pode estabelecer é que se faça comunicação. À autoridade militar competente deve ser reconhecida capacidade para, em face da participação recebida, das declarações do faltoso e dos seus precedentes (e de acôrdo com as regras estabelecidas no respectivo regulamento disciplinar) punir ou não; e em caso afirmativo graduar a punição respeitando as circunstâncias...

3°) Tanto o Código atual como o anteprojeto não estão certos quando prevêem a substituição do juiz faltoso. Êle poderá ser substituído, transitòriamente, enquanto cumprir a punição; mas não admitir como norma dispensá-lo por tal procedimento, de um serviço para o qual tenha sido designado.

4. A própria Comissão revisora repudiou truculentos princípios do famigerado anteprojeto de 1945, agindo sensatamente como veremos a seguir:

ANTEPROJETO DE 1945

Art. 408. O Presidente do Conselho de Justiça, nas unidades, incorrerá nas seguintes sanções disciplinares, quando o processo retardar-se, sem motivo justificado nos autos, além dos prazos marcados no artigo anterior ressalvada a ação penal, se couber;

I — advertência por meio de ofício pessoal e reservado, ou particular se o punido tiver exercício na Capital Federal;

II — censura em ofício pessoal e reservado, ou pública;

III — *suspensão do exercício do cargo até 30 dias, com perda da gratificação.*

Parágrafo único. As sanções podem ser impostas igualmente, em acórdão, quando públicas, ressalvada, em qualquer caso, a ação penal.

ANTEPROJETO ATUAL

Art. 408. Ressalvada a ação penal se couber, o Presidente do Conselho de Justiça, nas unidades, ficará sujeito a sanções disciplinares aplicáveis *pela autoridade militar competente*, quando o processo retardar-se sem motivo justificado nos autos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no presente artigo, o Superior Tribunal Militar fará a *necessária comunicação às autoridades militares.*

(*Continua*)

A LOGÍSTICA ATRAVÉS DO TEMPO

Ten.-Cel. SENNA CAMPOS

Não nos move o desejo de ocupar as atenções, com longa exposição sôbre a Logística e a sua concepção atual. Procura-se em traços largos situá-la, através dos tempos, e focalizar as tendências de chefes militares, em aplicá-la, no proveito das campanhas que empreenderam.

E com isso, bem definir a importância da Logística nas guerras modernas e a sua posição, de mãos dadas com a estratégia e a tática.

I — DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Temos ouvido, por várias vêzes, definições e conceitos sôbre "*Logística*", o que poderá tornar-se enfadonho o repetí-los; mas, a necessidade de se gravar nos espíritos de todos, a importância capital dêsse problema, leva-nos a insistir, para que a sedimentação se processe em camadas regulares e bem dispostas, capazes de suportar uma organização que já se esboça, em meio às contraditas e sujeita a correntes variadas, seja na direção, seja na potencialidade.

O que é indispensável é que todos se convençam, à luz dos fatos irrefutáveis, que a época das improvisações e da exploração sistemática dos recursos locais, já está posta à margem e qualquer luta só poderá ter êxito certo, quando apoiada convenientemente, no espaço e no tempo, por uma organização perfeita e por soma de recursos compatível com o objetivo que se tem em vista.

Das definições, escolhemos duas que bem expressam a idéia pretendida:

"*Logística* — é o ramo das atividades militares que trata da produção, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição, manutenção, tratamento de homens e animais, evacuação do pessoal, dos suprimentos e do equipamento; do recrutamento, classificação, designação, recompletamento, bem-estar e exclusão do pessoal; das transmissões e da correspondência, dos meios necessários aos órgãos militares, inclusive construção e funcionamento.

A Logística compreende o planejamento e a execução."

O texto acima poderá ser substituído pela definição clara e simplista:

"A Logística compreende tôdas as atividades militares, não consideradas como táticas ou estratégicas."

O General Eisenhower disse: — "A Logística é quem controla tôdas as campanhas e impõe seus limites a muitas delas."

O Almirante King declara: — "Independentemente de todos os outros aspectos, a guerra atual é, para os EE. UU. antes de tudo, uma guerra logística."

O General Marshall manifestou-se certa vez, dizendo: "As necessidades da Logística raras vêzes são bem compreendidas. Raramente se aprecia a grande responsabilidade que jogam sôbre as autoridades militares."

E ainda o *Gen. Eisenhower* quem diz ser "o apôio logístico comparável a um pedaço de elástico, que quanto mais se estica mais se adelgaça, até alcançar um ponto perigoso, depois do qual pode se partir, deixando no ar a fôrça que susten-

tava. E o perigo potencial é tanto maior quanto mais grosso fôr o elástico."

Se pedíssemos a um correspondente de guerra que apreciasse a logística, certamente diria: — A Logística fornece a tela, o pincel e as tintas para que sejam pintados em vários matizes, os quadros estratégicos e táticos a serem emoldurados pelas belas concepções e pelos gestos de abnegação e de heroísmo.

A superioridade logística é fator decisivo para a vitória. E isto é flagrante, quando vemos o Exército Alemão, especialmente preparado para vencer, tornar-se impotente, face aos exércitos russos, desde o momento em que não pôde manter a superioridade logística da arrancada inicial.

A perda das Filipinas, pelos Estados Unidos, o desastre de Singapura, apesar dos esforços inglêses; o recuo do Japão, no Pacífico, diante do potencial crescente dos Aliados; a perda do norte da África pelos alemães e italianos e finalmente o desmoronamento da muralha atlântica, na Europa, nada mais são que o resultado do desequilíbrio logístico entre os contendores.

Enquanto de um lado, as fôrças vivas de várias nações eram feridas de morte pela ação decisiva de uma guerra econômica sem quartel, os parques industriais e o potencial humano dos sitiantes crescia e se aprimorava incessantemente, em todos os ramos das atividades guerreiras.

II — RAPIDO RETROSPECTO HISTORICO

O apoio logístico, na antiguidade, não tinha profundidade muito além da retaguarda dos exércitos.

A vida da tropa estribava-se naquilo que transportava com os meios existentes e o que podia ser reunido por efeito dos recursos locais, sob o aspecto de pilhagem.

No ano 362 A.C., *Epaminondas* utilizou, pela primeira vez, o sistema de *requisições*, em país inimigo, pondo de lado o hábito de lançar mão do alheio, violenta e arbitràriamente.

Gustavo Adolfo — Rei da Suécia, já no Século XVII, reestruturando as suas fôrças, imprimiu uma características mais moderna à sua organização, criando os *trens*, sob a proteção de escolta especial e disciplinada, suprindo os bandos irregulares que acompanhavam os exércitos em operações. Estabeleceu o alojamento regular e cuidou da alimentação e dos uniformes. Separou Armas e Serviços e entre aquêles determinou a sua proporcionalidade.

Frederico II — "O Grande" — Rei da Prússia, no Século XVIII, criou o Estado-Maior, cujos traços gerais perduram até nossos dias.

Napoleão — Já foi além, instituindo o trem da Artilharia para atender às necessidades dessa arma; criando parques de engenharia e transportes administrativos e para cultivar o alto moral da tropa, estabeleceu a "Legião de Honra".

Ao assumir o comando das tropas francesas na Itália, em sua primeira missão, naquelas passagens encontrou-as mal vestidas, mal alimentadas e irregularmente pagas, quase sem munição, entregues a uma pilhagem organizada e sistemática, diante das privações que a isso obrigavam.

Seu eixo de suprimento — Marselha-Nice, estava ameaçado pela esquadra inglêsa e pelas tropas de Piemonte. E para preparar seu exército, com o fim de fazer frente aos austríacos e piemonteses, teve que explorar os sentimentos de honra e de coragem, fatôres morais indispensáveis ao soerguimento de seus homens, para antepô-los aos fatôres físicos desmoralizantes e comprometedores da eficiência e do poder combativo do seu exército.

É, numa inversão dos princípios logísticos, apelou para o moral, em busca dos recursos materiais, abundantes e certos nas planícies férteis do vale do Pó. — "Ali, encontrareis cidades e ricas províncias, a honra, a glória e a fortuna".

E todo o exército pressuroso, desceu das montanhas, na conquista de um apôio logístico que não vindo

da retaguarda, apresentava-se a seus olhos, como uma dádiva imprevista e indispensável ao seu valor físico e ao prosseguimento das operações.

Já na campanha da Rússia, em 1812, apesar de sua vitoriosa e fulminante arremetida, após a travessia do Niemen e instalação dos seus armazéns, em Wilna, onde estabeleceu a sua nova base de operações para a conquista de Moscou, não contou Napoleão com a extensão da campanha que o colocou sob a ação das intempéries e face à terra devastada pelos incêndios, à míngua de equipamento e de recursos de tôda espécie que só poderiam chegar através de longo e difícil eixo de suprimento.

E, em pouco, empreendia a retirada, acossado pelo inverno e sem roupas de agasalho; tendo à sua frente estradas infindáveis e sem cavalos e meios de transporte; atacado pela retaguarda e sem fôrças capazes de opor resistência protetora às suas colunas derrotadas pois, de homens famintos, esfarrapados e estropiados, nada podia esperar, senão o desespêro de ações heróicas e isoladas, o sacrifício de animais e armamento e o aniquilamento de sua tropa.

O seu açodamento de guerreiro invencível e a impetuosidade de sua arremetida, fizeram com que mal julgasse os fatôres adversos e descuidasse do apôio logístico indispensável a operação de tamanho vulto, caindo na armadilha manhosa moscovita que tendo grandes extensões a ceder, levou o seu imprudente adversário ao abraço tentacular do grande polvo, para infringir-lhe derrota irreparável. Bem equipado e ardilosamente preparado, o russo ressurgiu cento e muitos anos mais tarde para usar da mesma tática e levar à debacle o melhor exército do mundo.

As campanhas na América do Sul, de 1852 em diante no que tange à logística, esboçaram um modesto emprêgo dos Serviços, dotados de parcos e rudimentares recursos para o vulto das atividades guerreiras da época.

O Exército de Rosas, constituído pelas três armas — Infantaria, Cavalaria e Artilharia, dispunha dos Serviços de Saúde, Intendência e Material Bélico. São interessantes algumas particularidades de sua organização.

No Serviço de Saúde só os médicos tinham organização. O material era deficiente.

Em cada Companhia, em linha, havia médicos e medicamentos mais indispensáveis.

Os instrumentos de cirurgia corriam por conta dos facultativos.

O Serviço de Intendência tinha a seu cargo a confecção do fardamento e do equipamento. As tropas em campanha viviam dos recursos locais, pelo sistema de apropriação e a alimentação era exclusivamente de carne, com base nos rebanhos numerosos da região.

Os animais alimentavam-se exclusivamente de capim. Não havia suprimento de gêneros alimentícios e forragens e muito menos depósitos ou armazéns.

O Serviço de Material Bélico dispunha de oficiais de fabricação e reparação. As carretas de bois transportavam munições para artilharia e demais armas.

O Exército de Caxias apresentava uma organização mais completa, dispondo de um Estado-Maior composto de:

— *Chefe do E.M.*;
— *Ajudância Geral* cujas funções correspondiam as das 2ª e 3ª Secções, atualmente;
— *Quartel Mestre* com atribuições hoje desempenhadas pelas 1ª e 4ª Secções.

Dispunha mais de 4 armas — Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia e dos Serviços de:

Material Bélico e Saúde: êste contava com ambulâncias, farmácias, laboratórios, cirurgiões e hospitais, com as deficiências próprias da época e da falta de organização prévia.

Serviço de Intendência não existia, no entanto o fardamento e o equipamento, inicialmente confeccionados por oficinas pertencentes aos corpos ou civis das localidades

ocupadas, passaram mais tarde a serem fornecidos por um Conselho Administrativo com sede em Pôrto Alegre.

Os gêneros alimentícios eram fornecidos pelo Comissariado, composto de elementos civis. Os saques e requisições não se verificavam porque a propriedade foi considerada inviolável. Os transportes foram organizados, graças à criação de uma Companhia de Transportes que se encarregou de Combôio de Exército, constituído de uma centena de carretas e quatro centenas de cargueiros para o transporte de munições, víveres, fardamento, armamento e bagagens individuais.

A Guerra do Paraguai encontrou o Exército desprovido dos Serviços indispensáveis à sua vida e combate e sem o apôio da retaguarda exigido para qualquer operação, máxime em território extra nacional.

E isso é tanto mais chocante quando vemos Osório manobrando a vaidade e a esperteza de Urquiza, no sentido de constituir Base de Operações em Entre-Rios e Corrientes para a invasão do Paraguai.

Urquiza que monopolizava o comércio dessas províncias foi elevado à categoria de "Zona de Administração"... uma vez que, só dêsse modo poderia o Exército brasileiro sustentar a luta até o coração do Paraguai, carreando para o Prata as nossas minguadas economias "cornucópia que enriquecera formidàvelmente a República Argentina e foi a base de sua riqueza atual", no dizer de historiador ilustre.

A Guerra do Paraguai, no quadro geral das lutas de nossas armas, se foi um esfôrço hercúleo a campo aberto aos gestos de sacrifício e de heroísmo, de ações táticas e mesmo estratégicas de renomada habilidade e de reconhecida competência, no terreno da logística foi a improvisação e o tatear constante em meio das deficiências, do desconhecimento de princípios básicos de apôio a tropas combatentes, da inexistência de preparação do país para a guerra.

A incipiente organização dos Serviços inerentes à tropa e às G.U., a quase total desorganização da retaguarda; a falta de comunicações e de transportes; a inexistência de parque industrial capaz de alimentar a luta, fazem da Guerra do Paraguai um feito heróico e cheio de bravura, no terreno da tática, mas constitui uma aberração chocante, nos domínios da logística.

Se apreciarmos fatos isolados como na segunda marcha de flanco em que Argolo, empenhou a tropa de seu 2º Grupo na construção de 1.1 km de estrada, sob a direção do Ten.-Cel. Rufino Galvão, da arma científica, para tomar o inimigo pela retaguarda, êsse acontecimento memorável ao revelar o valor de nossos chefes, e a fibra de nossos soldados, caracterizou bem a falta de uma organização de apôio compatível com os imprevistos de uma campanha.

A glorificação de Camisão e a página épica da Retirada da Laguna, preciso é que se diga, não excluem a evidência de um suicídio programado quando não havia efetivos apropriados, e serviços assegurados; não existia um eixo de suprimento que alimentasse a progressão, nem meios de transporte para vencer tão grandes distâncias, não tinha a coluna como se comunicar com a retaguarda; não foi possível encontrar recursos locais, pois, a queimada fazia desaparecer os alimentos e a evacuação do gado, não permitia o carnear de bois.

E, depois de quase 200 km de progressão, veio, como, não se podia deixar de esperar, o retôrno à fronteira "prelúdio duma epopéia de coragem silenciosa e de sacrifício", como nos diz a História.

Foi uma reprodução, em escala bem reduzida, da que citemos a pouco e que pôs por terra o poderio de Napoleão.

Se Laguna, foi um marco de heroísmo, de pertinácia e desprendimento, após uma aventura mal sucedida, constituiu no terreno logís-

tico, um passo dado, ao encontro da morte inexorável.

A primeira grande guerra marcou o início da *Era Logística*.

Grandes efetivos, vastos e diversos campos de batalha e teatros de operações; variedade e quantidade de armamento, munições, gases e veículos de combate e de transporte; populações inteiras empenhadas na luta, produzindo material e alimentos e sujeitas às ações de guerra; aviões e dirigíveis como participantes, na terceira dimensão; todo êsse conjunto de circunstâncias, constituiu uma nova época, uma grande evolução, um acontecimento singular, que veio marcar a *Era Logística*.

A diversificação de necessidades de funções e de emprêgo do material, impôs a compartimentação das atividades, surgindo de modo inevitável — a especialização.

Se no campo tático os combatentes foram separados por armas, como imposição ao melhor emprêgo dos meios em busca de resultado mais objetivo, no terreno logístico, o apôio às Unidades e Grandes Unidades combatentes obrigou o surgimento dos diversos Serviços e a organização das fontes de produção, para sustentar efetivos numerosos e fabricar o material variado que armou as tropas empenhadas.

Inegàvelmente, foi o Exército Francês que melhor fonte de ensinamentos reuniu, graças a sua organização, a sua experiência e a inteligência criadora de seus componentes.

A história não havia registrado um acontecimento guerreiro de tamanhas proporções e nunca, fôrças tão numerosas se haviam defrontado e no caso particular dos exércitos alemães e franceses, nunca antagonistas se haviam apresentado com uma formação tão semelhante, embora a serviço de doutrinas diferentes.

Napoleão já dizia que a tática variava em cada período de 10 anos.

Na estratégia como na tática, uma parte evolui lentamente, é a doutrina que contém a própria essência da guerra.

Outra parte transforma-se com os meios, com o terreno e as condições climáticas; são os processos de combate, é a manobra.

A estratégia de 1918 lançou mão do automóvel, das estradas de ferro, da telegrafia com e sem fio e empregou grandes efetivos em espaços relativamente restritos, e a tática, lançando mão de armamentos diversos, tanques, gases asfixiantes, aviões, dirigíveis e fortes organizações do terreno, criou novos matizes nos campos de peleja. Dessa maneira, as ações distanciaram-se, na forma e na potencialidade, daquelas que caracterizaram as lutas anteriores.

Os anos de 1915 a 1918 caracterizaram-se por um aumento considerável do material, quer na sua diversificação, quer na sua quantidade.

Foi a ação da logística, a serviço da estratégia e da tática, fabricando novos engenhos, novos veículos de combate e empilhando de modo surpreendente, munições de vários tipos e diversos calibres.

As armas de fogo tomaram definitivamente o lugar das armas de choque, nos campos de batalha.

E, sendo a guerra a luta entre duas vontades, para que uma dessas vontades supere a do adversário, necessário se torna que o potencial logístico no que tange a homens, materiais e utilidades, penda para um dos contendores.

Outra característica interessante das lutas modernas em contraposição às antigas, está na segurança, a todo custo, dos *eixos de suprimento* que, mesmo na época napoleônica, com suas profundas incursões, deixava muito a desejar. Era uma situação decorrente dos meios, pois os adversários não dispunham dos recursos indispensáveis, em quantidade e com a velocidade necessárias a manobra de grande envergadura.

Hoje, reconhecendo-se a necessidade indeclinável do fator logístico, a cobertura dos cordões umbelicais constitui problema capital dos comandos e das fôrças em operações, pois, que, o perigo é tanto oriundo da terra como dos céus.

A concepção moderna de *Nação em Armas* e de *Guerra Total* levam os povos a formarem, com tôda a sua pujança, à retaguarda dos Teatros de Operações e a se confundirem com o poder militar nacional.

Na guerra de 14 como na de 39, Exército e Nação confundiram-se num todo indivisível, e a luta desenvolveu-se em função dos fatôres político, físico, moral e intelectual. Venceu quem mais produziu, quem mais abateu o moral alheio, quem mais atingiu e desarvorou a retaguarda adversária.

Saiu-se da I Guerra Mundial e entrou-se na II, com a nítida compreensão do valor da organização nacional, da constituição das fôrças combatentes e da necessidade do apôio logístico aos Exércitos em luta, com sua origem na Zona do Interior e através das Zonas de Exército até às G.U. combatentes.

Os vários Serviços técnicos, de Material Bélico, Saúde, Intendência, Transmissões e Transportes tiveram o seu desenvolvimento e a 4ª Seção foi uma necessidade que a imposição das ações logísticas vultosas, fêz surgir nos Estados-Maiores dos diversos escalões. Isso não impediu que grandes nações arrastadas à luta da II Grande Guerra, fôssem surpreendidas pela desorganização imprevidente de suas fôrças militares, pela dissociação política nas lides internacionais e nos campos das atividades internas, pela desorganização de suas fontes de produção, no que tange à sua mobilização econômica e em particular à sua mobilização industrial.

A luta contra um adversário que não se prepara para a guerra, mas sim para uma determinada guerra, foi uma advertência irreparável que exigiu sacrifícios hercúleos e sobre-humanos, no cômputo geral das múltiplas atividades guerreiras.

A II Guerra Mundial foi no terreno estratégico e tático e em particular no terreno logístico, qualquer coisa de surpreendente.

A mobilidade extraordinária dos exércitos, graças à motomecanização empregada em larga escala; a utilização devastadora da aviação, sem limites de ação, no sentido das três dimensões; a eficácia e a pletora de armamentos e munições, que tornaram o homem um requintado distribuidor da morte, assim como um elemento extraordinàriamente vulnerável; o aperfeiçoamento surpreendente das transmissões como arma eficiente de Comando; a potencialidade indiscritível das fontes de produção e finalmente a dádiva incomparável da inteligência humana.

Todos êsses fatôres, num conjunto verdadeiramente admirável, tornaram a luta que findou em maio de 45, o mais extraordinário fato histórico no campo internacional dos interêsses humanos.

A situação atual decorre da experiência do último conflito. Dois partidos antagônicos, pelas suas concepções filosóficas, políticas e econômicas, disputam a sobrevivência e a hegemonia.

Dizem os prognósticos e a história é infalível, mais cedo ou mais tarde resolverão, pelas armas, a sua contenda e arrastarão, ao torvelinho de sua luta, o mundo ainda não refeito das agruras porque passou.

Enquanto a política prepara as opiniões e arma o cenário mundial para o grande espetáculo aterrador, a economia dispõe os recursos, forja os agentes agressores em cujo extremo, está como máxima concepção — a bomba atômica.

Nessa gigantesca preparação material vemos dois núcleos distintos. Um, liderando a produção de armas mais modernas e utilidades várias e alinhando os seus recursos para um maior esfôrço no campo industrial e científico. É senhor da superioridade qualitativa e tem possibilidades comprovadas quanto ao rendimento de seu vastíssimo parque industrial. Outro, esforçando-se por uma perfeição ainda não atingida, prepara a maior máquina guerreira de todos os tempos sob uma única bandeira, valendo-se de uma indústria já existente e ampliada além dos recursos transferidos de outros países, e, por isso mesmo, longe de constituir um todo homogêneo e tècnicamente organizado, para ombrear com a corrente

antagônica. É detentor da superioridade quantitativa em homens e material.

No caso, devemos salientar apenas o trabalho logístico dos contendores, no equipamento de suas fôrças e na preparação do país para suportar o esfôrço de possível choque armado.

E o deflagrar da peleja, após o esgrimir já longo e fatigante da *guerra-fria*, marcará o fim da preparação logística, de cuja dependência, no campo militar como no terreno das realizações civis, estarão tôdas as obras de fôlego que têm de suportar a prova da experimentação através do tempo.

Como *Primeira Conclusão* de tudo que atrás nos foi dado apontar:

1. Nas lutas do passado e mesmo nos primórdios da Era Napoleônica, as preocupações logísticas não iam do equipamento das fôrças para o arranco inicial. Vivia-se o presente; e o futuro guiava os passos dos Exércitos, quase sempre, pela esperança dos recursos a encontrar;

2. A falta do transporte adequado concorria para essa circunstância, pois a inexistência de estradas razoáveis e de veículos apropriados, as impedimenta reduziam-se ao estritamente indispensável;

3. O apôio que poderia ser proporcionado pela retaguarda, aos Exércitos em luta, tornava-se impossível pelas vastíssimas distâncias nas quais as fôrças operavam;

4. Os longos eixos de suprimento, quando existiam, eram constituídos por longas e precárias estradas sujeitas à insegurança e às intempéries;

5. Os Exércitos empenhados não tiverão o concurso do país organizado para o seu devido apôio e por isso as campanhas alheavam-se da vida nacional só despertada pelos hinos da vitória ou pelo fardo pesado da derrota. Sòmente a França, em 1870, deu o primeiro exemplo dessa concepção;

6. A noção de guerra total e de nação em armas foi uma decorrência dos progressos da aeronáutica e do alcance dos canhões, com a proximidade dos campos de luta e o instinto comum de defesa e sobrevivência;

7. A doutrina evolui lentamente, enquanto a estratégia e a tática variam com as inevitáveis realizações logísticas, a serviço dos empreendimentos científicos;

8. Para Clausewitz, assim como Von Bulow, a arte da guerra compreendia duas partes — a *estratégia* e a *tática* — e hoje, temos que acrescer a êsse dois ramos a *logística*, na qual se alicerçam as realizações da arte militar;

9. A cada plano estratégico ou tático deve corresponder um plano logístico para torná-los realizáveis;

10. A vitória só é possível a quem dispuser de superioridade logística, tanto em sua qualidade como em sua quantidade, desde que a serviço de Exércitos imbuídos de sãos e nobres fatôres morais;

11. As ações estratégicas, ou táticas, por melhores que sejam idealizadas, sofrerão, no presente, as drásticas sanções da logística e se transformarão obrigatòriamente para que se possam tornar uma realidade;

12. Disse o General Eisenhower "ao traçar a estratégia das operações no Noroeste da Europa, a logística desempenhou um papel mais importante e vital que o fator político. Êsse ramo da ciência militar é de grande importância na guerra moderna a quem se deve conceder prioridade em cada uma das fases de planejamento e execução das operações de guerra";

13. A guerra moderna exige enormes quantidades de homens e petrechos cujo transporte e distribuição devem constituir séria preocupação, em tôdas as fases da operação;

14. No mundo atual de insinceridades e incertezas repetimos as palavras de Ludendorff "o ramo de oliveira não é defesa contra a espada que deve ser empunhada com firmeza e conservada sempre afiada".

A ARTE DE COMER

O HISTORIADOR FUTURO, ao estudar os problemas alimentares brasileiros, chegará inevitàvelmente a dois ciclos fundamentais: antes e depois do S.A.P.S., isto é, ao reconhecimento da verdade inconteste de que só agora nosso povo começa a se libertar dos erros e fetiches que faziam da dietética um amontoado de absurdos.

Essa obra desbravadora coube inegàvelmente ao S.A.P.S. e aos seus técnicos, porque até então o conhecimento dos preceitos da boa alimentação era exclusivo dos doutos, justamente das classes menos necessitadas, porque naturalmente o problema possui sólidos fundamentos econômicos, condicionada como é a questão alimentar à capacidade aquisitiva do povo.

O S.A.P.S. veio exatamente preencher essa lacuna, isto é, fixar e divulgar a técnica alimentar, para que, dentro dos salários, possam os trabalhadores tirar o máximo rendimento nutritivo, abandonando velhos e arraigados vícios da arte de comer, cedendo à gula em vez de acatar os imperativos das necessidades orgânicas. Nesta obra de excepcional sentido social, o S.A.P.S. merece irrestritos encômios, por que os trabalhadores, até agora abandonados, encontram, aliadas, na divulgação e nos restaurantes populares, a doutrina e a prática, o ensinamento teórico e o cardápio orientador.

Hoje, constitui espetáculo confortador ver-se a preferência dos profissionais pelos restaurantes do S.A.P.S., cujo funcionamento modelar mereceu louvores entusiásticos dos peritos da F.A.O., órgão da O.N.U. destinado exclusivamente ao estudo da alimentação no mundo. Confessaram êsses ilustres visitantes não conhecer, em nenhum país, obra oficial que se lhe compare.

A repercussão do esfôrço pioneiro do S.A.P.S. foi surpreendente e hoje até na Câmara dos Deputados existe um restaurante-padrão, a par de numerosos outros, disseminados por diversas repartições, autarquias, fábricas e estabelecimentos da iniciativa privada. Bastaria êsse fato para atestar o êxito da campanha do S.A.P.S., se não houvesse a comprovação patente dêste sucesso no alevantamento qualitativo dos cardápios domésticos entre as classes trabalhadoras.

A arte de comer — que antigamente constituía regalo silvarito — hoje se consolida como relevante problema social, graças a seus aspectos eugênicos e seu inegável sentido social e econômico, porque o regime alimentar é decisivo no rendimento profissional dos trabalhadores.

Graças ao seu bem elaborado programa de divulgação, que vem executando com êxito em todo o território nacional, o S.A.P.S. realiza um esfôrço notável, no sentido de ensinar o povo a alimentar-se convenientemente, de acôrdo com os mais modernos preceitos da ciência da nutrição. As provas são em verdade, concludentes e hoje grande simpatia popular cerca o S.A.P.S. e seus restaurantes, feitos para o povo e para o bem do povo.

Longe vai o tempo em que os nossos operários e artífices comiam para matar a fome, porque, felizmente, já existe o que poderíamos denominar consciência alimentar, que se traduz na aferição dos valores nutritivos dos pratos e dos manjares e na preferência pelas vitaminas, isto é, a qualidade em vez de quantidade.

Bem haja, pois, o S.A.P.S. pelo muito que vem fazendo em prol dos brasileiros e do Brasil.

A CAVALARIA NA GUERRA

Traduzida da "Revista Militar", de dezembro de 1949 — República Argentina — pelo Tenente-Coronel FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINE

(1940-1945, SEGUNDO FONTES ALEMAS)

Ao começar a campanha da Rússia no Exército Alemão quase se havia prescindido da Cavalaria, cuja missão foi atribuída às tropas ligeiras.

A escassa cavalaria "montada" de que se dispunha então, se compunha de alguns regimentos organizados, equipados e instruídos semelhantemente à infantaria, como que combatendo segundo os processos táticos desta arma.

Todavia, face aos amplos espaços da Rússia, com suas distâncias enormes, sua rêde de comunicações primitivas e a influência do lodo e da neve, a concepção da motorização total demonstrou ser errônea.

No tempo chuvoso ou de degêlo, as formações motorizadas ficaram paradas dias e semanas. Já após chuvas de certa intensidade, o solo, completamente enlameado, constituiu um sério obstáculo também para os veículos com tração nas quatro rodas e para os tanques; não obstante, sob as mesmas condições, a cavalaria pôde sempre se mover, por não contar com elementos pesados.

Por outro lado, em zona de operações com tão grandes distâncias, o combustível escasseava e também nos casos cuja provisão estava completa, os comandantes das unidades motorizadas se viam inibidos de fazer amplo uso do mesmo, pois sempre ignoravam se o próximo dia traria consigo também mais combustível. Por isso, freqüentemente as tropas mecanizadas tinham que ocupar posições defensivas, durante muito tempo, a espera do necessário combustível.

Além disso, como o inimigo sabe que as tropas mecanizadas dependem do transporte do combustível para a frente, realiza êle os maiores esforços para dificultá-lo. Típicas desta luta, foram as esquadrilhas de aviação que ambas as fôrças em luta constituíram. Esquadrilhas especiais anti-tanques, com canhões e foguetes, atacavam os tanques na marcha e no combate; o número dos assim destruídos somou vários milhares por ano, como que os "ases" tinham uma média de unidades postas fora de combate que oscilava entre 200 e 300.

Também se formaram esquadrilhas destinadas à destruição de caminhões de combustível, de água e de víveres. Por isso, todos os veículos, inclusive os menores, eram dotados de uma arma antiaérea; porém, em virtude da inutilidade desta medida, os caminhões deviam marchar em colunas, sendo que, de cada quatro ou cinco veículos, um era dotado de um canhão antiaéreo, duplo ou quádruplo.

Devemos notar que em países de grande extensão, êste ataque aéreo é muito prejudicial, porque a aviação leva sempre vantagem por seu brusco aparecimento e pelo equipamento defensivo sempre insuficiente dessas grandes colunas de caminhões; por outro lado, a

realização de tais ataques requer pouco pessoal e poucos aparelhos.

Em face destas comprovações foram revistos muitos conceitos e a massa de infantaria teve de voltar a utilizar o transporte hipomóvel, ao mesmo tempo que foram organizadas unidades de cavalaria.

Foi assim que se chegou a formar três divisões de cavalaria.

Paralelamente, se elaboraram princípios de emprêgo em concordância com o armamento de que estas unidades podiam dispor de acôrdo com as características da zona em que deviam exercer sua ação.

Convém destacar que tais princípios não constituíram "invenções"; ao contrário, foram a aplicação lógica do conceito geral do emprêgo da cavalaria em uma zona particularmente difícil e nas situações de combate resultantes dos meios de luta modernos.

Tais princípios, em rápida síntese, são os seguintes:

1) Para que a Cavalaria possa desenvolver sua ação e justificar sua existência, precisa dispor de uma considerável potência de fogo, obtida pelo número e categoria do armamento, sendo imperativo que essa potência se possa fazer sentir a distâncias comparativamente maiores do que na Infantaria.

No que diz respeito à categoria de armamento, a tendência foi escolher materiais, potentes, com a única limitação resultante de seu pêso, para que não influíssem desfavoràvelmente sôbre a mobilidade.

Neste sentido, os progressos técnicos tornaram possível a fabricação de materiais que satisfizeram essas exigências, e foi assim que as unidades puderam ser dotadas com:

a) Fuzis metralhadoras de pouco pêso (M.G. 42), que requerem pouco pessoal para seu manejo e que possuem excelente emprêgo até além de mil metros.

Êste mesmo material, com tripé e alça ótica, se transforma em metralhadora pesada com os alcances eficientes correntes (da ordem de três mil metros) e com a evidente vantagem de poder substituir uma metralhadora inutilizada por um fuzil metralhador que utilize seu tripé.

Além disso, sua alta cadência de tiro lhe dá certa capacidade para a defesa antiaérea, de importância para complemento do fogo das armas especiais.

b) Morteiros de 81, 105 e 120 mm.;

c) Canhões sem recuo de 75, 105 e 150 mm.;

d) Foguetes de 75 até 150 mm.;

e) Canhões antiaéreos de 20 e 40 mm. que, por sua relação entre pêso e eficácia, demonstraram ser excelentes armas para tropas ligeiras.

2º) Todo o material mencionado podia ser transportado em veículos leves hipomóveis, geralmente puxados por dois cavalos. De um modo especial, procurou-se que o aspecto exterior dêstes veículos fôsse semelhante ao dos civis, com o fim de não despertar suspeita à arma aérea inimiga. Com êste objetivo fêz-se amplo uso dos veículos de requisição. (Parece que os veículos civis tinham sido padronizados em tempo de paz, pois existiam poucos tipos e todos com aptidão para o uso militar).

Do mesmo modo, sempre se evitou dar à Cavalaria elementos de transporte motorizado, tanto para não sobrecarregar o problema do combustível, como também para não cair nas limitações que o terreno pode impor aos veículos motorizados.

3º) As unidades de cavalaria se deslocavam normalmente em dispositivo articulado, com distâncias e intervalos mais ou menos amplos, conforme o grau de perigo aéreo. De tal forma, freqüentemente o movimento passou despercebido à observação aérea, porém, sobretudo, se pretendeu e conseguiu apresentar um alvo que não justificava o emprêgo de bombas e fazia deixar dúvidas em gastar as poucas rajadas de que a aviação dispõe.

4°) De acôrdo com as possibilidades da situação, as unidades de cavalaria evitavam atuar como infantaria. Atuando como infantaria não se podiam evitar os inconvenientes de reunião das tropas, nem o de se ter de agrupar a cavalhada na retaguarda, geralmente a distâncias consideráveis das primeiras linhas. Assim, a possibilidade de montar novamente, ficava limitada quase exclusivamente durante a noite; essa massa de animais estava sempre exposta aos ataques de flanco, assim como o fogo da aviação.

Por isso, em todos os casos se procurava manter a tropa articulada, ainda no combate, aproveitando os grandes alcances das armas para concentrar os fogos, porém não as tropas. A inesperada aparição das armas, um fogo potente e rápido e a repetição de ataque pelo fogo dirigido de outro ponto, produziam no inimigo a desmoralizante impressão de combater contra um adversário quase invisível.

Tal emprêgo requer, naturalmente, além de amplos espaços, que as unidades, ainda as menores, estejam organizadas como agrupamentos (morteiros metralhadoras nos esquadrões) e de modo mui especial, que todo o pessoal possua uma sólida instrução e esteja animado de grande espírito ofensivo.

Combatendo dêste modo, a cavalaria russa conseguiu êxitos cuja importância a mais das vêzes não se reconhece, talvez porque ações desta natureza quase sempre se realizaram em proveito direto de outras armas.

O fato de não existirem frentes contínuas, permitiu à cavalaria infiltrar-se pelos claros e atuar sôbre flancos e retaguardas, causando danos que exigiam tropas importantes para evitá-los, as quais, assim, ficavam afastadas dos pontos principais.

5°) De ambos os lados, a cavalaria mostrou particular utilidade para ações retardadoras e combate de retardo, forçando o inimigo a se deter, a desdobrar-se e a sofrer perdas mediante o tiro a máximas distâncias, porém, interrompendo sempre o combate com a aproximação do inimigo, para ocupar novas linhas pré-estabelecidas, e tratando sempre de atacar continuamente os flancos do inimigo.

Uma abundante dotação de aparelhos de rádio torna-se indispensável para que se possa efetuar a necessária cooperação.

6°) Para uma tão ágil condução, torna-se imperioso não sobrecarregar de elementos com seu correspondente pêso, a Cavalaria. Esta, bem dotada de armas e munições, possuia sòmente o mínimo indispensável de outros abastecimentos; normalmente vivia do que encontrava no terreno, e daquilo que conquistava ao inimigo.

Em resumo, a Cavalaria mostrou, nas campanhas da Rússia, ser uma arma de grande valor e em sua atuação se devem encontrar as razões de muitos dos êxitos russos ou das dificuldades alemãs.

CASA BORGES

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO
DE
FERRAGENS, LOUÇAS, CRISTAIS E PORCELANAS

Borges, Costa & Cia. Ltda.

Distribuidores do Cimento Portland "MAUÁ"

RUA DA CONCEIÇÃO, 27 — NITERÓI

O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR E A TROPA

Ten.-Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA,
Instrutor na E.C.E.M.A.R.

1. SUMÁRIO

a) O papel do oficial de Estado-Maior.

b) Suas relações com a tropa.

c) Conclusões.

2. O PAPEL DO OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

O oficial de E.M. é um auxiliar direto de Comando. Êste toma decisões; aquêle transforma-as em ordens de execução. Um é o cérebro, o outro os músculos que transmitem os movimentos às peças componentes dêsse organismo militar.

As condições que deve preencher um oficial de E.M. são várias. Dentre elas citaremos: discernimento, flexibilidade e disciplina intelectual, coragem, afabilidade no trato e sólida cultura profissional.

O discernimento dar-lhe-á a segurança necessária para esclarecer os pontos julgados controversos pelos subordinados. Ajudar-lhe-á na argumentação complementar às instruções baixadas pelo Comando.

A flexibilidade e disciplina intelectual permitirão que se mantenha sempre na idéia do Chefe apesar das "divergências" dos subordinados.

Êstes naturalmente terão "suas soluções" para cada caso apresentado. Sem condená-las à primeira vista, mostrar-lhes-á, pelo raciocínio e pela lógica, que a solução do Chefe é UMA; que foi analisada com cuidado e que, se a executarem bem, terá êxito. Ao contrário, se a combaterem sistemàticamente, o fracasso será inevitável.

A coragem pessoal, em seus aspectos mais comuns — bravura e serenidade, facilitará sobremodo sua tarefa. Muitas vêzes até, servirá de escudo àqueles que, no porfiar da luta, afetados diretamente por ela, se sentirem esgotados ou vencidos. A palavra confortadora, a solidariedade manifestada nesses momentos, será o estímulo para novas energias.

O tratamento afável dispensado àqueles a quem se dirige, criará o ambiente simpático e receptivo, indispensável à compreensão das tarefas árduas por vêzes, que lhes são afetas. O oficial de E.M. que vai às linhas de frente, em missão de Comando, precisa, antes de mais nada, integrar-se no meio em que vivem os executantes. A falta de confôrto, a tensão de nervos, o cansaço, enfim outras circunstâncias várias, concorrem para que os subordinados apresentem às vêzes precária receptividade àqueles que vêm da retaguarda, bem dormidos, melhor alimentados e, o que é mais importante, com o espírito menos atribulado pelas contingências da luta.

A cultura profissional do oficial de E.M. não se deve restringir aos conhecimentos ligados às tarefas específicas de auxiliar de Comando. Como elemento de ligação junto à tropa, é necessário e imprescindível que conheça tudo que se relacione com o emprêgo das diferentes armas; com os problemas diversos da vida em campanha. O oficial de E.M. precisa ser também um bom "TROUPIER", usando a expressão francesa.

3. SUAS RELAÇÕES COM A TROPA

As relações do oficial de E.M. com a tropa podem ser de duas naturezas: de ligação, transmitindo ordens ou instruções do Comando; de assessor dêste, para acompanhar a execução daquelas ordens. Em ambas seu papel é sempre importante.

No trato com a tropa o oficial de E.M. jamais deverá se esquecer de que êle não é o Comando. Não passa de um seu representante. Nada pois de atitudes arrogantes, transpirando orgulho e vaidades. A superioridade assim procurada traz inevitàvelmente o desprêzo e a má vontade.

Recordo-me de um fato, narrado por um escritor militar português, acêrca da visita de um oficial de E.M. às linhas de frente, na primeira guerra mundial.

Em poucas palavras, o fato é o seguinte: O Comando das Fôrças Portuguêsas desejava saber como estavam suas tropas na frente de ARMENTIÈRES. Destacou para lá um major de E.M. e deu-lhe instruções especiais. Êsse oficial era do tipo clássico do indivíduo cheio de si, "poseur", embora possuisse inteligência e muita personalidade. A missão por êle recebida era algo ingrata. Tratava-se de "sondar" o ambiente reinante na tropa em operações. Discutia-se muito do valor moral dos combatentes.

O major "X" aprumou-se o melhor que pôde. Fardou-se com esmero (calçou suas botas de verniz...). Era a sua primeira visita ao "front". Chegou às primeiras linhas, viajando de automóvel. Foi recebido pelo Coronel Comandante de um Regimento, cujos efetivos estavam bastante desfalcados e muito "privados" pela guerra. Ao descer do carro perguntou incontinenti: "onde estão as trincheiras? "Ali, respondeu o Cel., apontando ao longe, por cima de um terreno todo cheio de lama e de buracos. Surpreso e preocupado, o Major X retrucou "mas... como ir até lá? haverá condução? ou terei que ir a pé?" À essa altura, o Coronel já não escondia seu desapontamento e, com muita oportunidade, disse irônicamente: "não se incomode, Sr. representante do Comando; farei com que os soldados cavem outra trincheira aqui perto e se transfiram para ela; destarte o Sr. não terá que caminhar por essa lama e empanar, assim, o brilho ofuscante dessas botas. O que me preocupa porém é saber se os alemães consentirão nessa emprêsa."

Qualquer comentário é dispensável. O major X nada mais quis saber, voltou ao seu carro e tocou-se para o Q.G. para dar, quem sabe, uma informação à sua moda.

4. CONCLUSÕES

O divórcio prolongado entre o oficial de E.M. e a tropa afasta-o cada vez mais da realidade. Torna-o um teórico. Orienta-o para soluções pouco aconselháveis, cujos reflexos, nos executantes, serão sempre desajustados.

É preciso sentir as dificuldades dos que estão em baixo. Sòmente assim poderá medir esforços a dispender.

Apontar erros é fácil. Ajuizar porém das razões que induziram a tais faltas, nem sempre ocorre. Quem passa pela tropa freqüentemente, lutando com tôdas as deficiências em homens e material, tendo que resolver os problemas os mais variados, sem os meios, em regra abundantes nas Escolas e Estados-Maiores, poderá, depois, argumentar com conhecimento de causa diante dos representantes do Comando, nas inspeções.

Além do mais, o oficial de E.M. futuramente será um Chefe. Para bem comandar é preciso saber como obedecer.

Partindo da natureza e do valor do papel de oficial de E.M. em campanha, as unidades de tropa devem recebê-lo com carinho e boa vontade e não como um intruso, que só vai ver falhas. De sua parte, o oficial de E.M. deverá pautar sua conduta na mais completa impessoabilidade, destacando, ao contrário, a idéia do Chefe. Sua personalidade bem definida, caracterizada por atitudes claras, dar-lhe-á elevado conceito entre seus camaradas combatentes. A exata compreensão dos problemas que transmite garantir-lhe-á a segurança perfeita na discussão com os executantes. A interpretação judiciosa das necessidades dêstes, dar-lhe-á margem para apresentar ao Comando sugestões adequadas aos diversos problemas.

Reconhecimento para ocupação de uma P.B. e um P.O.

(Trabalho detalhado dos elementos de uma bateria de obuses 105 mm)

Cap. JOSÉ REIS MARTINES, Cap. GUALTER GILL, Cap. ALKINDAR MACHADO BONA, Ten. FRANCISCO TRAVASSOS SERPA e Ten. CLAUDIO SÉRGIO COSSENZA

O que faz cada homem da secção de comando durante o reconhecimento para ocupar uma posição? Em que viatura deve ir? Como são indicados aos cabos telefonistas os melhores itinerários para construção de suas linhas e por quem, quando não há carta? Qual a ordem de urgência na construção das linhas telefônicas? Como iniciar o tiro o mais ràpidamente possível? Estas perguntas e muitas outras devem ocorrer sistemàticamente a um Capitão Comandante de Bateria, no momento em que, incorporado num Grupo, tenha que efetuar um reconhecimento.

Durante dois anos tivemos, na Escola de Sargentos, que respondê-las. Não vagamente: "...conforme a situação tática..." ou "... de acôrdo com o discernimento do oficial comandante..." mas de uma maneira precisa, exata, pois nossos instruendos eram candidatos a Sargentos, tinham que aprender o que fazer e não como concluir o que fazer.

A distribuição dos homens nas viaturas tinha que jogar com os efetivos, pois da teoria passaríamos à prática, iríamos ter uma bateria de obuses, com todos os seus elementos completos, e executar um reconhecimento, sendo os elementos pouco treinados. Não poderia sobrar ninguém, para ser colocado à última hora em uma viatura qualquer, não poderia ficar uma viatura sem ter um homem, mesmo sem experiência, mas que soubesse o que deveria fazer com ela, por que itinerário deveria conduzi-la (raciocinando sempre em terreno sem carta), etc. Enfim, tínhamos, por obrigação, que entrar nos detalhes mais íntimos, até achar a melhor solução. Por outro lado, para uma instrução de sargentos, não poderíamos achar várias soluções de acôrdo com as situações, como na realidade. Era necessário que êles conhecessem bem uma, a mais geral possível. Mais tarde, na tropa, seus comandantes de bateria lhes dariam ordens necessárias para modificar êste procedimento básico de acôrdo com as circunstâncias.

As publicações e notas da E.A.O. constituíram o nosso ponto de partida como o documento mais oficializado que encontramos. Os efetivos com que trabalhamos são os da E.A.O., que é, naturalmente, a Escola de mais alta hierarquia que trata dêstes assuntos, em detalhe. Queríamos, também, que nossos alunos, ao irem para a tropa, raciocinassem com os mesmos dados de seus comandantes de bateria, com o curso de aperfeiçoamento.

Muito devemos aos oficiais do R.E.A., com quem trocamos a miude idéia a respeito, usando mesmo seu material e homens em

experiências práticas e como meios auxiliares de instrução.

Chegamos, finalmente, a uma norma que nos parece ser a que se aplica ao maior número de casos reais. É claro que, de acôrdo com as circunstâncias, ela poderá ser modificada. Acreditamos, entretanto, que no treinamento de sua bateria, esta é a melhor N.G.A. de que um Capitão pode dispor. Assim como nós, tem êle que estabelecer durante a instrução dêste assunto, uma maneira única de agir para todos os seus homens, até que êles criem o reflexo e se entrosem perfeitamente. Nos exercícios de S.C., êle poderá dar ordens alterando aquêle proceder, de acôrdo com a situação.

Vejamos, portanto, a que chegamos:

1) *Generalidades.*

A missão do Cmt. da Bia. no reconhecimento é determinar numa região X que lhe foi designada pelo Cmt. do Grupo, um local donde possa, da melhor forma, bater todos os pontos da zona de ação.

Dispõe a bateria, para êsses trabalhos de reconhecimento, escolha e ocupação de posição, de um certo número de elementos. Êsse conjunto denomina-se "reconhecimento da Bateria" e se subdivide em "escalão leve" e "escalão pesado". Êste pessoal e o material que lhe é destinado pertencem à Secção de Comando da Bateria.

A composição do escalão leve é baseada na tarefa inicial a ser executada e a distribuição pelas viaturas depende do número de viaturas que o Cmt do Grupo autorizar a tomar parte no reconhecimento. Deve compreender o pessoal e material necessários para auxiliar o Cmt. da Bia. no reconhecimento, no início da observação e das transmissões, e para a condução da Bia. à sua posição. O escalão pesado é constituído pelos elementos restantes de reconhecimento da Bateria.

2) *Execução de reconhecimento.*

O Grupo de Artilharia está num estacionamento ou em marcha e recebeu ordem para entrar em posição.

O Cmt. do Grupo manda avançar os escalões leves das Bias. (reduzidos a 2 viaturas) e determina que os escalões pesados se reunam à frente da coluna prontos a avançar com o Oficial de Transmissões do Grupo. O grosso do Grupo fica sob o comando do Subcomandante do Grupo.

O Cmt. da Bia. organiza o seu reconhecimento do seguinte modo:

Escalão leve:

1 — Jeep (1/4 t) do Cmt. da Bia. com:

Cmt. da Bia.;
Cabo esclarecedor n. 1;
Cabo esclarecedor n. 2 (estacas das peças);
Sd. motorista.

Desembarca o operador rádio da viatura do Cmt. da Bia. para a viatura reconhecimento 2.

2 — Jeep (1/4 t) do Of. de Reconhecimento com:

Oficial de reconhecimento;
Motorista operador do instrumento;
Cabo telefonista 2;
Operador rádio.
(Efetivo normal mais o cabo telefonista n. 2).

Escalão pesado

1 — Viatura telefônica 1 (1/4 t):

Cabo telefonista 1;
Telefonista n. 1;
Telefonista n. 2.
(Efetivo normal)

2 — Viatura telefônica 2 (3/4 t):

Sd. Motorista;
Sds. Telefonistas 3, 4, 5 e 6;
Sd. Operador Central;
Sd. Metralhador.
(Efetivo normal menos o cabo Telefonista 2 que foi no reconhecimento leve).

3 — Viatura Reconhecimento 1:

Motorista;
1º Sgt. L.V.;
2º Sgt. de Tiro;
Cabo Rádio (Mecânico);
Sd. Operador Rádio.
(Efetivo normal menos os 2 cabos esclarecedores e mais o 1º Sgt.

e o Sd. Op. Rádio da viatura do Cmt. da Bia.).

3) *Trabalho de escalão leve.*

Reunidos os escalões leves das Bias. ao Cmt. do Grupo e seus auxiliares, êstes expõem a região de posições das Bias., o ponto de liberação, as elevações do P.O. e demais informações.

Em seguida o oficial de reconhecimento da Bia. (com seu Jeep) acompanhará o S-2 até a zona do observatório onde receberá dêste no terreno as indicações do P.O., P.V. e A.A., e zona de ação, etc.

Enquanto isso o Cmt. da Bia. (em seu Jeep) acompanhará o Cmt. do Grupo que indicará no terreno a zona de procura de posição de cada Bateria.

Tão logo chegue à sua zona de posição o Cmt. da Bia. determina que o esclarecedor n. 1 volte no seu Jeep com o motorista até o ponto de liberação. O Jeep do Capitão aguardará no ponto de liberação a chegada do cabo telef. 2 que é conduzido de volta do P.O. na viatura do Oficial de Reconhecimento. A viatura do Oficial de Reconhecimento traz o cabo telefonista sòmente até o ponto de liberação, pois não sabe onde é a P.B. O Jeep do Cmt. da Bia. conduz, então, aquêle cabo à P.B. onde êle se reune à sua viatura e inicia a construção da linha para o P.O.

O esclarecedor n. 1 salta no ponto de liberação do Jeep do Cmt. da Bia. e espera a Bia. de Tiro, conduzindo-a para a P.B., embarcando na viatura do C.L.F.; êle deve possuir uma bandeirola da côr da sua Bia. a fim de se identificar com a viatura do C.L.F. que também traz uma bandeirola da mesma côr. O Cmt. da Bia. acompanhado inicialmente pelo esclarecedor 2, e depois da chegada do escalão pesado pelo Sgt. de Tiro, 1º Sgt., Cabo encarregado de Rádio, Sd. Clarim e do Motorista da Reconhecimento 2, reconhece a posição para sua Bia., pesquisando inicialmente a zona que lhe foi atribuida a fim de verificar a presença de minas.

Os principais requisitos para uma posição da Bia. são:

1 — Que tôdas as peças estejam em condições de atirar em tôda zona de ação.

2 — Ser coberta e desenfiada da observação terrestre e do clarão (5 metros para a Art. leve e 10 metros para a média e pesada).

3 — Fácil acesso.

4 — Terreno que não dificulte o acionamento do material e a construção dos espaldões.

5 — Condições favoráveis para a defesa aproximada.

6 — Oferecer abrigo e confôrto para o pessoal.

Escolhida a posição o esclarecedor 2 estaqueia os locais das peças (normalmente próximo às estradas), e do G.B.; o Capitão planeja o estabelecimento da defesa aproximada.

4) *Trabalho de escalão pesado.*

Após a chegada do escalão pesado à P.B., a viatura telefônica 1 inicia a construção da linha direta L.F. — C.T. do Grupo.

O cabo Telefonista n. 2 recebe o esquema de transmissões a estabelecer.

O soldado metralhador desembarca com sua metralhadora e recebe do Capitão indicação dos locais que as metralhadoras deverão ocupar normalmente em forma de triângulo em volta da P.B. O soldado operador da Central desembarca com todo o material que deve ficar na P.B., e o cabo telef. 2 inicia a construção da linha para o P.O. O 1º Sgt. L.V. recebe do Capitão a região da linha de viaturas e vai reconhecê-la na viatura reconhecimento 2, tendo os demais ocupantes prèviamente desembarcado; após o reconhecimento a viatura reconhecimento 2 ficará no ponto de reunião a fim de guiar as viaturas da Bia. de Tiro, tão logo tenham desembarcado o material na posição. O 1º Sgt. L.V. recebe do Capitão o local do depósito de munição (normalmente próximo à estrada e co-

berta de vegetação) a fim de guiar as viaturas munição.

5) *Bateria de tiro.*

Tudo reconhecido, os diversos elementos na P.B. irão aguardar a Bia. de Tiro, cada um se encarregando de guiar uma viatura e para isso temos:

Sgt. de Tiro: Guiar o C.L.F.

Cabo Escl. 2
Sd. Met. (Rec. 2)
Sd. Metralhador
Cabo Mecânico de Rádio
} (Guiar as peças)

1º Sgt. L.V.: Guiar a 5ª peça.

Sobram ainda o Capitão e os elementos de seu Jeep que aguardarão a chegada da Bia de Tiro (normalmente) ou terão tomado outro destino.

Se não houver necessidade (ou possibilidade) de guia, o cabo esclarecedor 2 (depois de estaqueadas as peças) fica no meio da P.B. indicando com uma bandeirola a direção geral de Tiro (descrevendo com o braço um semicírculo) e com outra bandeirola à frente da Bia. (braço horizontal parado). Os guias das viaturas devem guiar as viaturas até o local do desengate e descarregamento, dar a direção do tiro e indicar o local de reunião das viaturas. O C.P. deve vir em pé no estribo de sua viatura, para ter maior visibilidade ou mesmo saltar e dar indicação à sua viatura se necessário. As viaturas da Bia. de Tiro não devem parar, nem ao encontrar o esclarecedor 1 no ponto de liberação, nem ao encontrar os guias na P.B.

O material deve ser desembarcado o mais ràpidamente possível e logo que a viatura esteja liberada deve ser mandada, independente de ordem, para o ponto de reunião de viaturas (balizado pela viatura reconhecimento 2).

Durante o desembarque, as viaturas mantêm o motor em funcionamento.

O C.P. deve acionar sua peça, tirar a alça de cobertura e apontá-la logo que receba os comandos necessários. A rêde deve ser estendida sôbre a peça o mais cedo possível.

Os demais trabalhos correntes na peça vão sendo executados à medida que o tiro permitir.

6) *Transmissões.*

Normalmente a linha mais longa é a P.B. — P.O. Por esta razão a viatura telefônica 2 (3/4 t) é a indicada para construí-la. O cabo telefonista 2 vai com o Oficial de reconhecimento ao P.O., para reconhecer o itinerário para lá. Logo que o oficial de reconhecimento chegue ao P.O. da Bia. o soldado rádio desembarca o rádio com contrôle remoto e fica na contra-encosta, na melhor situação, para que a partir daquele momento já tenha o observatório ligação via rádio com a Bia. Traz, então, o Jeep do Oficial de reconhecimento o cabo telefonista 2 de volta ao ponto de liberação (não o conduz à P.B. pois normalmente os seus passageiros passaram pela região de procura de posições, antes de qualquer outro elemento e não sabem, em conseqüência, onde é sua situação exata).

Do ponto de liberação é o cabo conduzido à P.B. pela viatura do Cmt. da Bia. que ali o está esperando, independentemente da coluna. Assume, então, o cabo telefonista 2 o comando da sua viatura e constrói, em 1ª urgência, a linha da P.B. para o P.O.

A viatura telefônica 1 (1/4 t) constrói, em 1ª urgência, a linha da P.B. para a C.T., direta.

Normalmente a Central telefônica do Grupo é próximo a C.T., de modo que na volta, em 2ª urgência, êle constrói a linha da Central telefônica do Grupo para a Central telefônica da Bia.

Como a C.T. não está longe da P.B., é altamente provável que o Capitão possa dar ao cabo telefonista 1 a indicação do itinerário e localização da C.T. sem reconhecimento. Se êste fôr necessário, será feito na própria viatura telefônica. A linha da Central da Bia. até a L.F. é construída a pé pelo telefonista da L.F. com cabo leve, dado a proximidade dos dois pontos.

Como vimos, a viatura telefônica 2 ao chegar à P.B. próximo ao local da Central telefônica da Bia., desembarca o material não necessário à construção da linha para o P.O. Assim, as demais linhas, da 3ª urgência, são construídas indiferentemente pela telefônica 1 ou telefônica 2, a que ficar primeiro disponível.

Temos na figura, um esquema das transmissões em que vemos assinalado dentro de um círculo a urgência da linha e, por uma seta, o sentido de construção, além da viatura que a executa.

7) *Reconhecimento do P.O.*

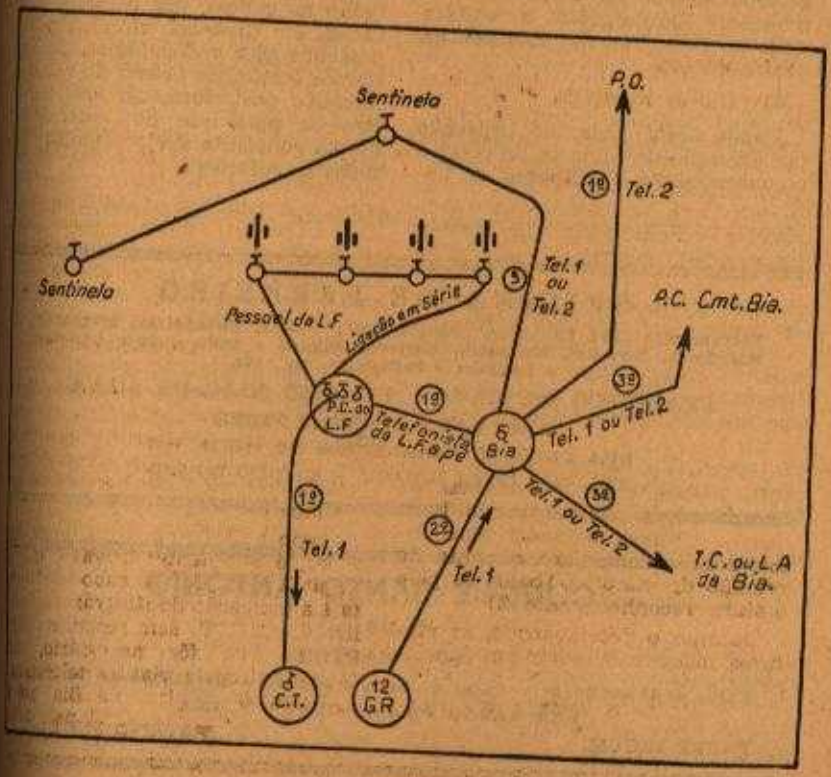
Do reconhecimento do P.O., temos a detalhar que o Oficial de reconhecimento poderá, logo de início, se defrontar com uma das duas situações; o observatório da Bia. será ou não justaposto ao do Grupo, o que será determinado pelo Comando do Grupo, por intermédio do S-1.

Se não o fôr o Oficial de reconhecimento deverá receber do S-2 indicação sôbre que elevação deverá ser instalado o P.O. da Bia.

Em qualquer das duas situações deverá ser êle inteirado perfeitamente pelo S-2 de: Zona do Grupo, Zona de Ação particular da Bia., P.V., A.As. e informações complementares tais como: Região ocupada pelas tropas amigas, ponto forte do inimigo, etc.

Identificados com cuidado todos êsses pontos e amarrados a detalhes inconfundíveis do terreno segue o Oficial de reconhecimento para a elevação indicada pelo S-2 para nela instalar o P.O. da Bia.

Lá chegando, êle deverá fazer pela contra-encosta, subindo-a a pé, mantendo sempre tôdas as precauções necessárias a não se revelar a um observatório inimigo.



Na encosta, escolherá êle o local do P.O., procurando obter a maior extensão de vista possível no campo de observação, observando as condições que subordinam tal escolha que são:

— Facilidade de cobertura dos itinerários que a êle vão ter.

— Facilidade de instalação e exploração das transmissões.

— Afastamento dos pontos proeminentes ou característicos do terreno.

— Possibilidade para abrigos dos tiros inimigos e das surprêsas de um combate local.

O operador rádio desembarca o rádio com o contrôle remoto e fica na contra-encosta o mais alto possível sem se denunciar ao inimigo.

A viatura do Oficial de reconhecimento volta com o cabo telefonista, reconhecendo o itinerário de suas linhas para o P.O., desembarcando no Ponto de Liberação. Em seguida a viatura volta ao P.O., ficando abrigada na contra-encosta.

8) *Outras situações.*

Vimos nesta nota de instrução um exemplo de como se processa o reconhecimento e ocupação de posição de uma Bia. de Obuses, quando se dispõe de pouco tempo. No caso do Grupo só entrar em posição à noite, o trabalho se processará dentro da mesma N.G.A., com as modificações que a situação e o tempo permitirem, tais como a vinda à posição do C.L.F. e C.P. para balizamento dos itinerários de cada peça, pontaria prévia da Bia. com a dupla estaca, etc.

Poderá dar-se ainda o caso do Grupo estar marchando e receber ordem para entrar *imediatamente* em posição; então a Bia. de Obuses ocupará a posição na região em que se encontrar, apontará para a direção geral do tiro, e as transmissões normalmente funcionarão via rádio.

Esperamos, com isto, trazer aos nossos companheiros o fruto de nossa experiência como instrutores na E.S.A., e também de alguns de nossos companheiros do R.E.A. Cremos que da execução dêste trabalho no campo, por diversas unidades, em diversas circunstâncias, possam surgir outras idéias, que teríamos o máximo prazer de ver publicadas posteriormente em nossa Revista, para que do aperfeiçoamento constante surja a melhor de tôdas as soluções.

OFICINA DE FERREIRO

Ferramentas para Lavouras, como sejam: Foices, Cavadeiras, Machados, Roçadoras, Enxadas, Enxadões, Corrente Pixada e tudo quanto pertence a Lavoura e Indústrias, etc., etc.

FRANCISCO DA SILVA e ANTONIO JOÃO DA SILVA

COMPRA-SE E VENDE-SE FERRO

RUA CORONEL BERNARDINO DE MELO, 1007

TEL. 79 — NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

AÇOUGUE SANTO ANTONIO

DE

C. C. BASTOS

Carne de 1ª qualidade — Carne de porco e miudos — Matadouro de Sta. Cruz

RUA BARÃO DE PIRAQUARA N. 10-A

PADRE MIGUEL DISTRITO FEDERAL

O TEMPO MORTO

Tradução e adaptação feita pelo Cap. MARIO LAMARTINE SANTOS, do artigo "Down Time" de autoria do Ten. W.O. MILLER, publicado na revista "The Ordnance Sergeant"

Quem alguma vez possuiu um automóvel teve, por certo, necessidade de recorrer a uma oficina mecânica para reparar algum defeito do motor ou outro órgão qualquer.

Isto acontece com qualquer um e poderá acontecer com você também. É claro que num caso dêstes seu principal interêsse será saber por quanto tempo ficará privado de utilizar o carro e quanto lhe custará o conserto.

Numa Companhia de Manutenção nós normalmente dispensamos de perguntar o custo. Contudo, estamos sempre interessados no tempo requerido para reparar o nosso Jeep ou outro equipamento de material bélico. Portanto, tôda a nossa atenção se concentra neste único item *Tempo*.

Chamemos de *Tempo Morto* ao tempo que uma peça ou equipamento bélico leva desde que entra na Companhia de Manutenção para ser reparada até que possa ser utilizada novamente pela unidade a que pertence. *Tempo Morto* poderá ser, portanto, uma medida de eficiência de uma oficina de manutenção.

Se uma unidade de manutenção leva duas horas para substituir as borrachas do cilindro mestre do freio e uma outra unidade faz o mesmo serviço em uma hora, é claro que a última é mais eficiente. Porque então esta diferença? Onde estará o êrro da primeira?

Examinemos bem os fatôres que afetam o *Tempo Morto* e vejamos a causa desta diferença.

O *Tempo Morto* começa quando o oficial da unidade servida pela Companhia de Manutenção chega ao nosso gabinete para tratar do assunto. Essas visitas pessoais sobrecarregam e dificultam o serviço e por mais que gostemos de um "bate papo", visitas desnecessárias devem ser eliminadas. Para conseguirmos isto o melhor processo é "educar" as unidades no cumprimento das normas de manutenção.

Porque, então, não ir às unidades levando um memento em forma de questionário com perguntas tais como:

1) Possui a unidade tôdas as publicações regulamentares concernentes à manutenção?

2) Está a unidade devidamente instruída na execução do 1° e 2° escalões de manutenção? (Caso contrário, poderemos sugerir um curso).

3) Está a unidade suprida de suficiente material de limpeza, sobressalentes, etc.?

4) Que medidas foram tomadas no sentido de resolver ou melhorar outros problemas relativos a suprimentos?

5) Você tem enviado turmas de reparação para a unidade? Caso positivo, têm estas turmas obtido sucesso em seu trabalho?

6) Que espécies de inspeções têm sido realizadas na unidade no que diz respeito a manutenção? Quais os resultados?

Ponha todo o seu esfôrço em auxiliar as unidades no cumprimento eficiente das prescrições relativas ao 1° e 2° escalões; isto aliviará grandemente o trabalho da Companhia de Manutenção.

Outro fator de grande importância na redução do *Tempo Morto* é a adequada disposição das oficinas dentro da área da Companhia. Um eficiente planejamento no arranjo interno poderá desenvolver e melhorar o serviço em todos os setores, principalmente na redução do tempo de trabalho.

A secção administrativa sendo o centro nervoso, o ponto vital, deve ser convenientemente locada em relação a tôdas as outras secções. Deve ficar situada o mais próximo possível da entrada, para que as unidades possam encontrá-la sem demora.

Já que as oficinas de armamento e de manutenção automóvel têm a si os maiores encargos e trabalham mais ou menos ligadas, devem ficar o mais próximo uma da outra para permitir o máximo de colaboração e evitar a movimentação desnecessária do equipamento pesado no interior da área.

As secções de serviço e suprimento devem ficar em posição central para melhor servir às outras.

A secção de armamento portátil trabalha com peças pequenas de equipamento. Não é necessário, portanto, que fique colocada junto às melhores estradas ou vias de acesso. Sua localização deve estar, entretanto, coordenada com a secção de suprimentos.

O manejo de delicados mecanismos da secção de instrumentos requer um local sossegado e livre de poeira. As vibrações produzidas por um trânsito de viaturas pesadas nas proximidades, afetariam a precisão nos testes e ajustes, causando também poeira.

A fig. 1 mostra um exemplo da localização da secção de evacuações. A sua situação dentro da área permite mover todos os tipos de material, nas várias secções, sem desnecessárias voltas e retrocessos. Por estar próxima da saída, evita o trânsito por dentro da área das oficinas, quando as missões forem externas.

O estabelecimento de comunicações telefônicas entre as diversas secções sem dúvida aumentariam a eficiência, facilitando o serviço. Claro que nem tôdas as Companhias dispõem de recursos para tanto. Contudo, com certa iniciativa e jeito, você poderá conseguir algo nesse sentido, socorrendo-se da unidade de transmissões mais próxima. Neste ponto, você já deve ter compreendido o que significa de economia em tempo um bom planejamento na localização da sua Companhia. A fig. 1 mostra a localização típica de uma Companhia de Manutenção.

TEMPO DE TRABALHO

Olhando o quadro anexo vemos que o *Tempo Morto* compõe-se de 3 fases, respectivamente: "Tempo de trabalho", "Esperando pelas peças" e "Volta para a unidade" — para cada uma das quais existindo uma série de normas que devem ser observadas no intuito de aumentar a eficiência do serviço. Vejamô-las pormenorizadamente.

Após ter conseguido colocar as unidades no bom caminho e ter preparado convenientemente a área de trabalho você estará pronto para começar. Entrementes vejamos alguns pontos preliminares. Naturalmente você deve ter feito uma boa limpeza na papelada, que agora está reduzida ao mínimo indispensável. Após cuidadosa inspeção do material a ser reparado, uma ordem de serviço é preparada em duplicata e registada no livro registo do serviço. Uma das cópias da ordem ficará arquivada e a outra acompanhará a viatura ou o equipamento durante tôda a execução do serviço. Devemos ter em mente que, conquanto alguns formulários, fichas e papeletas sejam indispensáveis para contrôle, a burocracia deve ser reduzida o quanto possível, de forma a não perturbar ou atrasar o andamento do trabalho.

Tomemos o caso de uma viatura. Verificado o que deve ser reparado, o chefe da secção designa a equipe de mecânicos que executará o serviço. Para que sejam obtidos os melhores resultados essas equipes devem ter sido prèviamente sele-

cionadas e treinadas. Vejamos de que maneira:

Seleção — Equilíbrio e bom senso constituem a chave do sucesso numa apropriada seleção. O especialista deve gostar do trabalho que irá executar e ser capaz de produzi-lo em conjunto com os outros, isto é, trabalhar em equipe. Alguns homens sem experiência anterior como mecânicos civis e sem aptidão para êste gênero de trabalho, jamais se tornarão bons mecânicos, não importa a quantidade e a qualidade de treino recebido. Assim também se um homem não está satisfeito em trabalhar como mecânico, melhor será mandá-lo para outro serviço. É fora de dúvida que uma adequada seleção constituirá sempre o melhor alicerce para o treinamento.

Treinamento — Para um completo sucesso da instrução, as equipes devem poder dispor de tôdas as ferramentas necessárias e adequadas às diferentes operações e viaturas. É preciso, desde logo, incutir no espírito dos homens o sentimento da "verdadeira manutenção". Não perder tempo em reparar, no local, um órgão que pode ser substituído. O seu conserto poderá ser feito posteriormente, quando houver tempo bastante para um serviço completo e consciencioso. Que a natureza do serviço esteja ou não dentro das atribuições e competência da equipe, é óbvio que ela deve saber.

Você, como chefe, gostará de encontrar nos seus homens uma boa dose de iniciativa e habilidade para improvisar. Nos seus treinamentos portanto, estimule e desenvolva, de certo modo, estas qualidades. Isto é bem importante porque, principalmente em campanha, nem sempre as peças e outros suprimentos e facilidades estarão ao nosso alcance no momento necessário. Nestes momentos é necessário usar em alto grau, a imaginação e a sucata que você dispõe. Uma boa oficina de manutenção deve se esforçar sempre em abolir a inexperiência, aproveitar a iniciativa, utilizando quando necessário processos de fortuna na fabricação de peças que não possam ser adquiridas ou su-

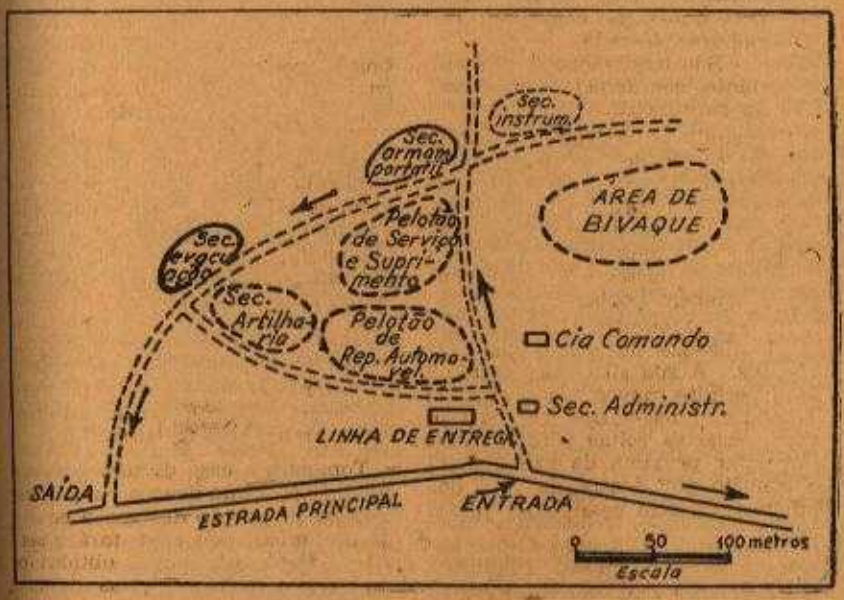


Fig. 1 — Arranjo típico de uma Companhia de Manutenção em Campanha

pridas na ocasião. Alguns casos acontecidos com uma Companhia de Manutenção durante a II Grande Guerra servem para ilustrar o assunto.

Coletores de escapamento para caminhões amfíbios não podiam ser encontrados em determinada ocasião. Devido à urgência, o impasse foi resolvido pela Companhia, removendo coletores em bom estado, de outros veículos, adaptando-os nos amfíbios. Os coletores rachados dos caminhões amfíbios depois de soldados (nesta forma não poderiam ser usados em amfíbios) foram repostos nos outros caminhões. Em outro caso, bombas dágua de um tipo de veículos foram aproveitadas em outros de tipo diferente, depois de terem seus eixos torneados na medida exata. É preciso contudo, não esquecer que êstes são casos de emergência. Improvisação não constitui uma norma a ser adotada *comumente* e sim *oportunamente*.

Uma boa medida a ser adotada como previsão é estabelecer um sistema de rodízio, nos diferentes serviços. Você poderá aproveitar as ocasiões em que a Companhia não esteja sobrecarregada de serviço. Êste sistema permitirá que seus homens adquiram boa prática em outros trabalhos que não o de suas especialidades, o que será de grande utilidade nas ocasiões de crise em determinado setor de trabalho. A situação referente aos motoristas é um caso típico. Esta é quase sempre a dor de cabeça de um comandante de unidade que dispõe de um grande número de viaturas. Dispõe sua Companhia de um número suficiente de motoristas capazes de dirigir a maioria dos tipos de veículos utilizados em serviço? O problema da qualidade e quantidade de motoristas é na realidade um proglema bem sério, no que diz respeito a viaturas quer sôbre lagartas quer sôbre rodas. Infelizmente motoristas treinados e experimentados são escassos quando dêles mais se necessita. Uma maneira de remediar esta situação será treinar o maior número possível de homens como motoristas em diferentes tipos de viaturas de modo a suprir as faltas num caso de necessidade.

Freqüentemente as Companhias de Manutenção estão às voltas com falta de soldadores. Treine, sempre que possível, os mecânicos no serviço de solda e freqüentemente você terá ocasião de utilizá-los neste mister. Com êste sistema de rodízio você estará pondo em prática o ditado "É durante a calmaria que se prepara a tempestade".

Operação — De muita importância neste assunto é a distribuição adequada do trabalho. Os chefes de oficina devem sempre verificar se as equipes estão totalmente empenhadas no serviço, ou se algum homem poderá ser aproveitado noutro. Os chefes de equipes devem ser responsáveis pelo trabalho das mesmas e devem agir de acôrdo com esta responsabilidade. A boa utilização do trabalho deve ser observada cuidadosamente, tire o maior partido disto. Não ocupe homens em serviços que não sejam absolutamente imprescentíveis, elimine ocupações desnecessárias. Algumas Companhias estabelecem certas N.G.A. para os diversos serviços internos (guardas, faxinas, etc.) e mantêm-nas em tôdas as ocasiões, esquecendo que o número de homens para os serviços pode variar de acôrdo com a situação e o local. Não permita por outro lado que vários homens façam um serviço que poderá ser executado por um, não desperdice especialistas em serviços que não requerem especialidade. Isto servirá para manter a moral e reduzir o tempo de trabalho.

Haverá ocasiões em que, embora sua Companhia possua suficiente equipamento, sobressalentes e especialistas, você verifica que o serviço não está tendo o melhor rendimento. Neste caso, se o número de viaturas for suficientemente grande para justificá-lo, você deve adotar o sistema de produção em linha. A produção em linha pode ser empregada com sucesso em muitas ocasiões, principalmente para a repação de um grande número de viaturas do mesmo tipo.

Importante também na fase de operação é a prioridade. Você deve esforçar-se em respeitar a "fila" o mais possível. Não permita desperdício em esfôrço; não pare um serviço para começar outro. Não deixe que a confusão se estabeleça em sua oficina.

Se todos os fatôres anteriores forem devidamente levados em conta, você por certo se surpreenderá com a economia em tempo conseguida. Contudo, não julgue que tôdas as dificuldades foram vencidas e para isso vejamos agora a 2ª parte do *Tempo Morto*.

ESPERANDO PELAS PEÇAS

Esta fase é a que mais causa aborrecimentos para um oficial de manutenção. É fácil de compreender que a eficiência de uma Companhia de Manutenção é proporcional ao seu sistema de suprimentos. Um mau sistema de suprimentos "mata" a produção e o bom andamento de qualquer oficina. Contudo, há meios de melhorar a situação e todos nós podemos cooperar para isto. Isto mesmo: eu disse todos nós. Porque de fato todos temos uma parte a fazer. Utilizando adequadamente as peças, prevendo futuros pedidos, recondicionando as usadas, estaremos auxiliando a tarefa do órgão provedor. Preste tôda a assistência e colaboração à secção de suprimentos, isto facilitará o seu próprio serviço.

Quando, por exemplo, a secção automóvel fizer algum pedido de peças, podemos facilitar o serviço e ganhar tempo. Muitas Companhias de Manutenção conseguem isto pelo simples método de troca diretas. Utilizando êste método o mecânico precisa sòmente entregar a peça estragada e receber uma outra nova ou recondicionada. O encarregado do suprimento fará a anotação necessária na ordem de trabalho e registrará a saída no livro competente. Por outro lado, a secção de suprimentos poderá distribuir um certo número de peças de grande consumo: carburadores, velas, platinados, condensadores, etc., à secção de reparação automóvel. Isto evitará caminhadas inúteis na área interna e possibilitará a referida secção um aproveitamento melhor do tempo. É evidente que êste sistema requer um cuidadoso contrôle, que poderá ser facilitado se as secções que recebem os suprimentos enviarem relatórios diários do material consumido e das necessidades posteriores. Faça com que todos compreendam que o problema de suprimento requer constante previsão, máxima utilização das peças e mecânicos competentes para manejá-las.

Terminada a reparação, deve a viatura sofrer uma rigorosa e minuciosa inspeção final que inclui uma prova de estrada ou de terreno variado, dependendo do tipo de viatura. No caso de armas portáteis ou artilharia convém fazer uma prova de tiro. A equipe encarregada da inspeção deve ser especialmente treinada para êste fim, o que evitará perda de tempo ou trabalho duplicado, isto é, o material ter de sofrer subseqüentes inspeções.

Uma inspeção eficiente é suficiente e após isto o veículo vai para a linha final, isto é, linha de entrega e a ordem de serviço retorna à secção de contrôle para os devidos fins.

VOLTA PARA A UNIDADE

Foi realmente um trabalho árduo aprontar a viatura em tão pouco tempo; procuremos, então, fazer tudo corretamente até o fim.

Seria o cúmulo da tolice você ter trabalhado tanto para, no fim, por falta de coordenação adequada com a unidade dona da viatura, ficar com esta esperando na linha de entrega. O chefe da oficina é quem poderá melhor contribuir para eliminar falhas dêste gênero. Quando a ordem de trabalho começa a ser executada, a unidade interessada é notificada sôbre a possível época em que terá a viatura pronta.

Entretanto durante a reparação e principalmente no fim desta, o chefe da oficina estará em condições de estimar com segurança a data certa do término da reparação. Assim, a unidade poderá ser notificada em tempo oportuno para

providenciar o recebimento de sua viatura ou outro material que fôr. Procure seguir esta máxima: manter a linha final sempre vazia.

Bem, vôce poderá ter feito tudo isto e, entretanto, não conseguir resultados tão bons. Neste caso você talvez tenha negligenciado um fator sumamente importante — *Moral*. Porque se em seu "equipamento" não constar moral faltará a você a chave do sucesso no seu empreendimento. Examine a Fig. 2 e verifique se não houve alguma falha neste fator.

Seguindo as idéias e princípios expostos acima, sua Companhia estará em condições de competir com as melhores e a sua "performance" poderá ser considerada perfeita.

FASES	MÉTODOS DE REDUZIR O TEMPO MORTO
Tempo de Trabalho	Reduzir a burocracia. Utilização adequada dos suprimentos. Sistema de rodízios. Estimular a iniciativa e improvisação. Manter equipamento e ferramentas em número suficiente e em bom estado. Inspeção constante e cuidadosa. Empregar o método de produção em linha, quando adequado. Estimular a cooperação entre as equipes. Planejamento e arrumação interna. Treinar os homens em outras funções. Respeitar a prioridade.
Esperando pelas Peças	Simplificar as fórmulas e pedidos. Manter o suprimento (estoque) autorizado em dia. Prever futuras necessidades em tempo útil. Facilitar o sistema de trocas diretas sempre que possível. Utilizar ao máximo o recondicionamento de peças.
Volta para a Unidade	Notificar a unidade com bastante antecedência. Evitar várias inspeções finais. Manter a linha de entrega sempre vazia.

FIG. 2 — BOA MORAL COMPÕE-SE DE VÁRIOS FATORES; TODOS DEVEM ESTAR PRESENTES

A FUMAÇA NA GUERRA

Cap. WALTER DOS SANTOS MEYER
(Tradução e adaptação de "Smoke — Tactical Weapon of World War II")

I — GENERALIDADES

O emprêgo da fumaça nas opera-es táticas não é novidade. Ape-r disso, durante a recente guerra, ram introduzidos vários novos étodos de produção e emprêgo da maça como um meio de guerra. notável constatar-se que, com eios fumígenos há pouco desen-lvidos, foi possível disfarçar uma visão de infantaria inteira sob n manto de nevoeiro produzido ímicamente. Cidades inteiras ou tras grandes concentrações foram itas desaparecer das vistas da iação inimiga debaixo de nuvens cerração artificial. A fumaça i eficaz em perturbar e mesmo ular o fogo inimigo contra as ca-ças de ponte e de praia. Em gumas ocasiões as tropas pára-edistas foram lançadas sob a pro-ção de grandes cortinas de fu-aça.

— ANTIGUIDADE DO EMPRÊGO DA FUMAÇA NA GUERRA

Mesmo na idade antiga podem encontrados exemplos do em-ego da fumaça na guerra. O xôfre era o agente que a pro-zia freqüentemente.

O fato mais antigo registrado re-e-se ao sítio de Platéa e Velium, ades atenienses, efetuado pelos artanos. Tucídides descreve no, no assédio da primeira dessas ades, em 428 A.C., Arquidamos, cheu os fossos que a circundavam archotes impregnados de enxôfre ez que, após acesos, produziam éndios e fumaça espessa, a qual, etrando na cidade, tornaria a esa da praça impossível não se forte chuva que caiu e vo-a.

Em 169 A.C. a defesa de Ambrácia foi feita produzindo-se espessa e irritante fumaça à base de alcatrão e resina dentro de um túnel por onde os romanos procuravam alcançá-la.

Gengis Kan usava enormes bolas de pez e enxôfre que atirava sôbre os muros das cidades sitiadas para produzir cobertura pela fumaça, ao mesmo tempo que obtinha efeitos incendiários e ação química pelos gases do enxôfre.

Gustavo Adolfo depois de perseguir Tilly através do Danúbio até Donaworth, em 1632, efetuou a travessia do Leck face ao campo inimigo de Rein, fortemente entrincheirado, protegido por uma cortina de fumaça produzida pela queima de palha úmida.

Em agôsto de 1704 as vantagens das "operações de nevoeiros" foram demonstradas quando os inglêses e austríacos, conduzidos pelo Duque de Malborough e pelo Príncipe Eugênio debaixo da cobertura da "Névoa de Blenheim", excederam em astúcia às superiores fôrças francesas e bávaras dos marechais Tallard e Marsin, concentrados no banco esquerdo do Danúbio, próximo da cidade de Blenhein.

É bem conhecida a atuação dos paraguaios na retirada da Laguna, quando queimavam os matos procurando, pelo incêndio e pela fumaça, dificultar a marcha de nossas tropas.

III — A FUMAÇA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

O valor da fumaça como um meio tático foi também reconhecido durante a primeira Grande Guerra. Operações apoiadas pela fumaça

foram realizadas pela 15ª D.I. americana na ofensiva do Meuse-Argonne.

Em 1914, a fumaça produzida pela queima de pilhas de feno possibilitou uma unidade britânica a retirar-se da defesa do canal de La Bassée.

A batalha de Arras demonstrou o grande valor do uso de projetis fumígenos.

IV — A FUMAÇA NA SEGUNDA GRANDE GUERRA

A — Alemanha

A importância das cortinas fumígenas foi demonstrada pelos germanos na sua "Blitz" contra os Países Baixos. Sôbre o forte de Eben Emael foi usado o nevoeiro artificial. Quando a linha Maginot foi rompida pela primeira vez entre Saaralben e St. Avold, as tropas alemãs de assalto o fizeram sob a proteção de um manto de nevoeiro produzido pelo homem. Igualmente a travessia do Marne, em 1940, foi feita sob a cobertura de fumaça.

Usaram ainda os alemães intensa e extensamente a fumaça nos portos de Casablanca, Oran e Argel, tendo as unidades navais aliadas, que tomavam parte na invasão da África, dificuldade em distinguir seus alvos.

A cobertura de 63,5 km2 com fumaça na região de Brest permitiu iludir as fôrças inglêsas e facilitar a escapada dos navios de guerra alemães Scharnhorst e Gneisenau através do Canal da Mancha.

A evacuação para a Criméia, através do estreito de Kerch, anunciaram os alemães em 10 de outubro de 1942, foi feita sob a cobertura de um nevoeiro artificial que permitiu retirar não só tôdas as tropas como também os suprimentos.

Podemos aquilatar de importância que os alemães davam ao emprêgo da fumaça pela seguinte declaração de Rommel: — "Com duas divisões e muita fumaça tomarei Malta."

B — Inglaterra

Os inglêses iniciaram a cobertura de instalações vitais com tubos fumígenos em 1940, logo após a queda de Dunquerque, para defender-se dos "raids" diários da aviação alemã. Em seguida já apresentam os geradores de fumaça, os "Haslar", semelhantes aos norte-americanos. Esses aparelhos eram mantidos em reserva, em quantidades apreciáveis, prontos para serem imediatamente enviados às cidades ameaçadas assim que os rádio-localizadores determinassem as intenções dos aviões inimigos.

Nas operações efetuadas na África do Norte o emprêgo da fumaça foi intenso. A cobertura fumígena realizada sôbre Malta, em 10 de maio de 1940, permitiu-lhes a supremacia aérea da região e o ataque bem sucedido dos "Spitfire" a 150 bombardeiros alemães que foram quase todos destruídos.

Coube, ainda, aos inglêses, realizarem a mais extensa e densa operação fumígena da guerra: a cortina de fumaça no rio Reno. O grande assalto aliado através do Reno para a planície setentrional alemã foi desencadeado sob a cobertura de uma cortina de fumaça a mais longa e densa da guerra, a qual mascarou, por semanas, os preparativos em grande escala do Gen. Montgomery ao longo da margem ocidental do Reno. Começando, na sua extremidade setentrional, no rio Waal, perto de Nijmegen, a nuvem de fumaça manteve-se em movimento ao longo do trecho de 106 km de comprimento, Reno abaixo, até Duisburg. A cortina foi produzida por geradores mecânicos móveis e tambores filtrantes acionados pelo Corpo de Infantes Pioneiros. Trabalhando dia após dia, semana após semana, as tropas acionavam a nuvem de fumaça uma hora antes da primeira luz do dia e a mantinham até uma hora depois do lusco-fusco. Diz-se que esta tarefa foi um dos turnos mais longos e constantes de qualquer ramo dos Serviços. Ocultou preparativos de tal magnitude que quando o assalto foi finalmente lançado através do rio e infantaria na margem oposta foi emaçada,

C — *Rússia*

Pouco se conhece sôbre o emprêgo de fumígenos pelos russos. Por um artigo do Ten.-Cel. Isaink publicado no "Krasnais Zvezda", de 10 de julho de 1945, e condensado pela Military Review, podemos concluir que os norte-americanos parecem mais adiantados nos conhecimentos técnicos, porquanto o autor declara que "a prática tem demonstrado que as unidades sofrem menos perdas quando atacam protegidas pela fumaça". Pelo mesmo artigo verificamos ainda que os russos já empregavam os geradores de fumaça mesmo no apôio ao ataque.

D — *Estados Unidos*

Os norte-americanos apresentaram os maiores progressos técnicos e empregaram a fumaça nas mais variadas operações, produzindo-a por diferentes processos. Destacaram-se na produção as granadas fumígenas lançadas pelo Grupo Químico de Morteiros de 4.2", os geradores das Companhias Químicas de Geradores de Fumaça e o espargimento aéreo.

Desde 1939 haviam iniciado experiências para produzir sintèticamente o nevoeiro londrino, o que conseguiram, no laboratório, em 1941. Passar daí para a produção em grande escala não foi problema muito difícil. O primeiro tipo de gerador — o M1 — era grande; em seguida apareceu um outro menor — o M2 — que desempenhou papel saliente na guerra e ainda se acha em uso, integrando a Cia. QGF.

"A fumaça passou a ser produzida por quilômetro quadrado, ao passo que antes da guerra a área de lançamento era o quadrado com 90 metros de lado."

A fumaça foi não só empregada para impedir a observação terrestre permanente do inimigo, como também para impedir ou, no mínimo, dificultar o tiro observado de artilharia e os reconhecimentos e os ataques da aviação; facilitar as transposições de cursos dágua, as operações anfíbias e muitos outros fins.

Dêsse modo, tropas em posição na frente de batalha, posições de artilharia, zonas de reunião de tropas, pontes, depósitos de suprimentos, portos e mesmo cidades inteiras puderam ser colocadas sob a proteção da fumaça, com notável eficiência, pelos norte-americanos, em tôdas as frentes de luta, desde a Europa até o Pacífico.

O gerador mecânico M1, que era transportado numa viatura de 2,5 toneladas, tinha possibilidade de cobrir 1,5 km2 em apenas 10 minutos, aproximadamente, isto é, cobria largas áreas ràpidamente. Com êle foram protegidos os desembarques no Norte da África, particularmente em Oran. Foi também empregado na Sicília, Itália e no Pacífico.

Na cabeça de praia de Ânzio, as operações fumígenas duraram vários meses. De dia os geradores mantinham uma cortina de 24 km de comprimento durante 14 horas e, à noite, produziam lençol fumígeno para protegê-la dos "raids" dos bombardeiros.

Em setembro de 1944, o III Exército americano cruzou o rio Mosele, na França, sob a proteção de fumaça produzida pelos geradores e mantida durante 30 horas.

Por duas semanas, em dezembro de 1944, a 90ª D.I. americana permaneceu invisível após cruzar o rio Sarre, destruiu instalações inimigas, fêz 1.200 prisioneiros e retornou através do rio sem ser vista pelo inimigo. Isto foi possível devido à fumaça produzida pelos geradores M2.

Podemos verificar o valor que os americanos dão à fumaça sabendo que a classificam como "a vital weapon of war."

V — PREVISÕES FUTURAS

Do que acima expusemos é lícito concluir que a fumaça terá sempre um importante papel na guerra. O Cel. SGQ M. E. Barker, Diretor da Escola de Guerra Química Americana, assim se expressou: "Com o advento do rádio-localizador, as nuvens e cortinas

de fumaça pouca utilidade tiveram para evitar o bombardeio de zonas. Até mesmo os morteiros e peças da artilharia, bem como os canhões navais passaram a ser apontados pelo rádio-localizador; parecia que o valor da cortina de fumaça desaparecera por completo. A evolução prossegue, entretanto, e ninguém é capaz de prever as surprêsas do futuro; mas, pelo menos para um futuro imediato, podemos esperar uma combinação da fumaça e da rádio-interferência contra o rádio-localizador, produzindo-se, finalmente, uma cortina capaz de refletir as ondas do "radar". Assim, tudo leva a crer que a fumaça terá grande importância no futuro, não só na defesa contra os projetis dirigidos, mas também, contra os rádio-localizadores que apontam os canhões e dirigem os bombardeios. Não se pode dormir nessa corrida científica, ou os projetis dirigidos de longo alcance poderão regressar às suas bases, em vez de atingirem os objetivos escolhidos."

ARTIGOS PARA VIAGENS

Malas — Bolsas e pastas escolares

M. MONTEIRO SILVA

RUA DA CONSTITUIÇÃO, 10 — RIO — Fone: 42-9118

ARMAZEM E BAR VILA NOVA

DE

F. MOREIRA

Secos, Molhados e Bebidas em geral

RUA DOS CAJUEIROS N. 84

NOVA IGUAÇU ESTADO DO RIO

O TIRO NO R. I.

Colaboração do 2º Ten. **HELIO AUGUSTO CANONGIA**, do 3º Regimento de Infantaria

Tendo sido no ano passado Oficial de Tiro da 1ª Cia. de Fuzileiros e achando algumas dificuldades para esclarecer determinados pontos de suma importância, achei de todo útil fazer um resumo, do que é preciso saber para que o Oficial de Tiro corresponda perfeitamente à sua finalidade.

Tem início a "Instrução de Tiro" no 5º dia do período de "Adaptação" perfazendo um total de 8 horas durante o transcorrer do período. Neste período não há realização de tiro e sim a preparação do soldado para a boa execução dos tiros que realizará, posteriormente.

"*Durante as 8 semanas da Instrução Básica Militar comum a tôdas as Unidades do Exército*", do período de Formação, o Comandante da Companhia, dispõe de 24 horas para a realização da instrução de "Armamento individual e tiro", as quais poderão ser divididas entre Fuzil cal. 30 e Carabina 30 M-1 e M-1A-1 ou Fuzil cal. 30 e Pistola Colt cal. 45 M 1917; podendo-se substituir a instrução de Pistola por Revólver — Smith And Wesson cal. 45 M 1917.

No fim da 8ª semana de instrução dêste período, os homens que demonstrarem inclinação ou desejo para exercer determinada função, serão submetidos a "Testes de Aptidão" para essa função e de acôrdo com o resultado do Teste e das observações feitas pelos instrutores e Comandantes de Companhias, serão matriculados nos Cursos de Formação ou passarão, simplesmente, a receber instrução da qualificação, para as funções para as quais demonstraram possibilidades e vocação.

Observações:

1) A instrução de revólver e pistola será dada sòmente aos homens do "Pelotão de Petrechos Leves" e o tiro executado sòmente pelos homens dotados desta arma e em "Sessões de Tiro" de outra arma.

2) Todos os homens fazem o tiro de Fuzil durante essas 8 semanas.

3) Não há condição de passagem, porém como estamos amarrados às instruções sôbre a "Dotação de munição de Infantaria", só nos resta um meio de melhorarmos o aproveitamento dos soldados no tiro, isto é, fazermos os soldados repetirem as "posições" que não alcançarem 40 % dos tiros dados no alvo, com a economia de munição fornecida pela não realização da Tabela III, a qual fornece 36 tiros por homem, tendo em vista que esta tabela só será realizada pelos homens que tiverem obtido proveito nos tiros da Tabela II e a critério do Comandante da respectiva Subunidade. Outra forma é economizar alguns tiros do soldado que estiver atirando, para que caso não obtenha os 40 % dos tiros realizados no alvo, possa repeti-los com as necessárias correções.

4) As praças antigas não executam as posições dos Tiros de Ensaio.

5) Sòmente os homens armados com carabina farão os tiros dessa arma, os quais se realizarão na ocasião do tiro de Fuzil.

6) Ao término do período os soldados devem ter terminado tôdas as posições do "Tiro de Ensaio", para isto é preciso que as instruções de armamento sejam dadas

no "Estande" em oficinas pois só assim se aproveitarão, ao máximo, às 24 horas programadas para as instruções de "Armamento e Tiro". O Comandante da Companhia, caso haja possibilidade, ainda poderá lançar mão das 16 horas à sua disposição.

7) Até o tiro 6 inclusive para o tiro de Fuzil cal. 30, usamos o alvo A (distância reduzida) e do 7 ao 10 usamos o alvo D (distância reduzida), os quais se acham desenhados nas tabelas da "Dotação de Munição de Infantaria".

Durante as 12 semanas da "Instrução Básica de Qualificação" do período de formação. O Comandante da Companhia dispõe de 16 horas de tiro, para que os homens dos Pelotões de Fuzileiros terminem as posições dos tiros de qualificação, executem os "tiros de combate" ou "aplicação" e façam o tiro contra avião em vôo baixo. Os demais homens da Companhia, terão "8 *horas para a execução dos tiros de qualificação*".

Logo, todos os homens da Companhia devem fazer os tiros de qualificação.

Qualificação do atirador:

Primeira classe.....	180 pontos
Segunda classe.....	165 pontos
Terceira classe.....	140 pontos

O Fuzil M 1903 A 4 cal. 30 com luneta será distribuído ao melhor atirador de Fuzil do Pelotão de Fuzileiros e só êsse homem receberá instrução dessa arma, bem como a execução do tiro. As sessões de instrução desta arma se realizarão juntamente com as de outra arma.

Os soldados da Secção de Comando da Companhia e os dos Grupos de Comando dos Pelotões e Secções, receberão instrução nos Cursos de Formação do Pessoal de Serviços que funcionarão neste período.

Os elementos dotados de carabina .30M-1 e M-1A-1, terão 12 horas para a execução dos tiros que se realizarão, juntamente com os tiros de fuzil cal. 30, isto é, dentro das 16 horas distribuídas ao Pelotão de Fuzileiros para a execução de todos os seus tiros.

Os oficiais, pelo que se conclui, fazem sòmente os tiros de qualificação ficando a realização dos demais tiros para as praças do Pelotão de Fuzileiros.

Observação — A Companhia de Fuzileiros não está mais dotada de carabinas.

Fuzil Metralhador — Sòmente 4 homens do G.C. farão o tiro com o F.M.; o restante receberá as instruções técnica da arma e da preparação do atirador.

Os elementos disporão de 20 horas para a realização dos tiros de instrução e de aplicação.

A realização dêsses tiros deverá ser prevista no Quadro de Trabalho da Companhia, para os elementos do Pelotão de Fkzileiros.

Granadas de Mão e de Fuzil — Esta instrução será dada a todos *os homens da Companhia*, exceto o lançamento com granadas de guerra que será feito pelos homens qualificados para o lançamento. Êsse exercício será realizado na ocasião do exercício de outra arma.

Esta instrução se realizará juntamente com a de granada de Fuzil.

Lança-Rojão — Esta instrução será ministrada juntamente com a instrução de outra arma. Só os mensageiros farão o tiro dessa arma. Os instruendos são as praças dotadas com essa arma. Os elementos possuem 6 horas para a execução dos tiros dessa arma.

O 1º exercício consta da execução do tiro contra alvos fixos (verticais) de madeira ou material resistente.

Quadro com 3 (três) metros de lado:

Posição	Distância	N. de tiros
De pé.....	90 m	Um tiro
Deitado...	180 m	Um tiro
Sentado...	270 m	Um tiro

O 2º exercício de execução contra alvos móveis (silhueta de carro).

Posição	Distância	N. de tiros
De pé....	90 m	1 (um)
Sentado..	90 m	1 (um)
De pé....	180 m	1 (um)

Do interior de uma toca, 180 m., 1. de tiros 1 (um):

Posição	Distância	N. de tiros
Deitado...	180 m	1 (um)
De joelhos	270 m	1 (um)
Sentado..	270 m	1 (um)

Observação: Outros homens além dos atiradores podem ser designados e instruídos no tiro de lança-rojão, fazendo os 2 exercícios de tiro acima, com economia de munição, na seguinte base:

Um tiro em cada uma das posições: de pé e de joelho nas distâncias de 90 e 180 m., respectivamente.

Um tiro em cada uma das posições: de pé, sentado e ajoelhado, nas distâncias de 180 m. as duas primeiras e 270 m. a última.

Nota — Entretanto a realização do tiro deve ser à base da (Dotação de munição de Infantaria), para maior economia de munição.

Pistola ou Revólver — Só as praças dotadas com uma dessas armas farão o tiro, juntamente com as sessões de tiro de outra arma.

O Capitão dispõe de 8 horas para a execução dos tiros de instrução e de combate.

Metralhadora Leve .30. O Comandante da Companhia dispõe de 8 1/2 horas para a realização dos tiros dessa arma; entretanto o tiro não é executado para economia de munição.

O Tiro de Mtr. 60 mm. Será realizado em equipe pelo pessoal das peças. O restante do pessoal terá sòmente as instruções técnica da arma, e de preparação do atirador.

Observação — Os tiros 1 e 2 são os previstos no anexo 1 de..... 31-III-947, da 1ª D.I. Em virtude do material americano não possuir granada de manejo prevista para o tiro 1, poderá o mesmo ser executado com a granada de exercício. O Comandante da Companhia dispõe de 6 horas para a execução dêsses tiros no Quadro de Trabalho do Pelotão de Petrechos.

Metralhadora P. 30. Como para o Morteiro 60 mm., o tiro dessa arma será realizado em equipe pelo pessoal das peças. Para qualificação cada impacto nos quadros do alvo vale um ponto; ao tocar a parte tarjada, vale dois pontos, porém não se contam mais de 6 impactos por quadrado; na linha divisória do quadro só vale um ponto.

Esta qualificação é referente à tabela II. O máximo de pontos de qualificação é de 90 pontos.

Atirador de 1ª classe, 77 pontos;
Atirador de 2ª classe, 75 pontos;
Atirador de 3ª classe, 71 pontos.

A condição de qualificação na tabela III é de 90% de impactos em qualquer parte das silhuetas. Os melhores classificados poderão executar os demais tiros de "aplicação" na seguinte forma:

Sôbre alvo móvel terrestre, 15 tiros por homem;

Sôbre alvo móvel aéreo, 20 tiros por homem;

De combate, 25 tiros por homem.

O consumo de munição é o seguinte:

Tabela I, 81 tiros por homem;
Tabela II, 54 tiros por homem;
Tabela III, 120 tiros por homem.
Soma, 250 tiros por homem.

O Comandante da Companhia dispõe de 8 1/2 horas para execução dêsses tiros para o Pelotão de Metralhadoras Pesadas.

Metralhadora P. 50 A instrução dessa arma será dada no Pelotão de Transporte Regimental, aos motoristas. Sòmente as praças do Curso de Formação dos Graduados de Infantaria, farão o tiro com essa arma.

Qualificação para o tiro:

Primeira classe, 11 pontos;
Segunda classe, 9 pontos;
Terceira classe, 7 pontos.

Sendo 2 pontos nas "môscas" de 7 e 8, e 1 ponto nas partes brancas.

Nota: Distância reduzida — tiro 1: Tabela V.F.M.-23-60 com tripé M-3 — alvo fixo. Tiros 1 a 8 — Tabela IX F.M. 23 — 60, com tripé M-3 alvo móvel Distância real: Tiro 1 — tiro preparatório F.M. 23-65 com reparo em viatura — alvo móvel.

Distância real: tiros 1, 2, 3 e 4 — R-10, números 409, 410, 411, 412, Antiaéreo.

Morteiro 81 mm: As observações são as mesmas feitas para o Morteiro 60 mm. O tiro dessa arma será realizado em equipe pelo pessoal das peças.

Canhão 57 mm: Os tiros 1, 2 e 3, são os previstos no anexo 1 de 31-III-947, da 1ª D.I., para os tiros reduzidos serão considerados os cartuchos de calibre 22 ou 30, conforme o calibre dos tubos redutores distribuídos às peças. Sòmente os homens da peça de Canhão Anticarro farão o tiro dessa arma.

Quadro sumário para a instrução de tiro no R.I.

ARMAS	INSTRUENDOS	REGULAMENTOS
Fuzil Cal. 30	Tôdas as praças do R.I.	(C-23-5)
Fuzil M 1903 A/4 Cal. 30 com luneta	Os atiradores selecionados da Cia. de Fuz.	(C-23-10)
Carabina 30 M1 e M1 A1	Praças dotadas com essa arma	(C-23-7)
Fuzil Mtr. Cal. 30	Tôdas as praças do Pelotão de Fuzileiros	(C-23-45)
Grandas de mão	Tôdas as praças do R.I.	(C-23-30) T. 9-1900
Granadas de Fuzil	Tôdas as praças da Companhia de Fuzileiros	(C-23-30) T. 9-1900
Lança-Rojão A.C. 2.36'' (A1 M1 e M9)	Praças dotadas com essa arma	(C-23-30)
Mtr. Leve Cal. 30	Praças da Secção de Mtr. Leves do P.P.L. da Cia de Fuzileiros	(C-23-35)
Mtr. 60 mm	Praças da Secção de Mtr. de 60 mm	(23-85) (C-5-20)
Revólver Colt. Cal. 45 M 1917 e Smith and Wesson Cal. 45 M 1917 e Pistola Colt Cal. 45 M 1918	Tôdas as praças dotadas com uma dessas armas	(C-23-35) (C-23-25)
Mtr. Pesada Cal. 30	Praças do Pelotão de Mtr. Pesadas	(C-23-55)
Mtr. 81 mm	Praças do Pelotão de Mtr. Pesados	(C-23-90)
Canhão Anti-Carro	Praças do Pelotão A.C.	T. 9.303 (C-23-75) ou (23-70)
Mtr. Browning Cal. 50	Praças do Pelotão Transporte Regimental	(C-23-65)

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

VI

Um empreendimento continental

INTRODUÇÃO

O Brasil e a Bolívia, de comum acôrdo, estão executando uma das maiores obras de engenharia dos tempos modernos: a ferrovia Brasil-Bolívia, a qual, iniciada em Corumbá atravessa o Chaco boliviano e salta para o altiplano da nação irmã, em demanda de Santa Cruz de La Sierra. Muito pouca coisa se sabe a respeito dessa obra à qual estão ligados outros empreendimentos importantes, tais como a exploração do petróleo boliviano e o saneamento e combate de moléstias tropicais nas respectivas zonas interessadas.

Torna-se oportuno, portanto, não só devido à magnitude dos referidos empreendimentos, como aos efeitos que trarão para a economia brasileiro-boliviana, bem como para a economia, a política e a estratégia continentais, rememorar aqui, embora em largos traços, como surgiu a ferrovia Brasil-Bolívia e o seu empreendimento correlato, qual o seu estado atual, qual o seu papel no sistema de comunicações sul-americano e, finalmente, qual a significação militar que essa estrada apresenta no quadro estratégico do Brasil e do próprio continente.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Três tratados regularam, sucessivamente, a questão de limites entre o Brasil e a Bolívia, afora diversos acordos complementares.

O primeiro foi o tratado de La Paz, de 27 de março de 1867. O segundo foi o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903. Êste foi o primeiro que abordou matéria ferroviária. Segundo o seu art. 7º, acordou-se a construção da E. F. Madeira-Mamoré, com um ramal ferroviário de Vila Murtinho a Vila Bela, entre outras cláusulas compensatórias decorrentes da cessão do Acre. É que estávamos em 1903, com a borracha em pleno fastígio e só se pensava em dar-lhe saída pela bacia do Amazonas.

Finalmente, chegou-se ao chamado Tratado do Natal, assinado no Rio de Janeiro, a 25 de dezembro de 1928 e pelo qual a Bolívia garantia o escoamento de sua produção não só na direção do Norte, como na de Leste. Nesse tratado, figurava uma cláusula ferroviária, pela qual se punha à disposição da Bolívia o saldo de um milhão de libras esterlinas, resultante do Tratado de Petrópolis, para obras de ligação, por estrada de ferro, de Santa Cruz de La Sierra a Puerto Grether, sôbre o Mamoré e se assegurava a vinculação Santa Cruz-Corumbá por uma estrada moderna, que, de futuro, seria dobrada por uma estrada de ferro.

Como se vê, só aos poucos o pensamento dos dois países foi se des-

N.R. — Continuação do número de setembro de 1950.

locando para o Sul para, afinal, cristalizar-se na Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz. Foi o que aconteceu quando se assinaram, por último, em 25 de fevereiro de 1938, os Tratados de Vinculação Ferroviária e de saida e aproveitamento do petróleo boliviano. O de Vinculação Ferroviária conduziu, como o seu nome indica, à construção de uma estrada de ferro, que, com o tempo, poderá ser acompanhada por um oleoduto, a lançar entre os centros de produção bolivianos e o território brasileiro.

"Assim, 400 anos após as primeiras tentativas dos conquistadores castelhanos, a tenaz aspiração de uma via de comunicação entre o rio Paraguai e o altiplano andino vai passar para o domínio da realidade, magnificamente ampliada e melhorada, porque, com o prolongamento da Noroeste do Brasil até Corumbá e com a chegada em Santa Cruz da ponta dos trilhos que atravessaram os Andes e se acham atualmente em Vila-Vila, surgirá então a Estrada de Ferro Transcontinental, ligando o Atlântico ao Pacífico, em lugar do simples caminho sonhado entre o rio Paraguai e a Cordilheira".

ESTADO ATUAL

Pela figura n. 1 poder-se-á ajuizar do estado atual não só da ferrovia Brasil-Bolívia, como de tôda a transcontinental Santos-Arica.

O trecho Santos-Pôrto Esperança está em tráfego.

O dito Pôrto Esperança-Corumbá teve o início de sua construção retardado, porém, atualmente, está sendo atacado.

A travessia do rio Paraguai, uma das maiores dificuldades do empreendimento, devido ao excepcional regime de águas dêsse grande rio, é feita nas proximidades de Pôrto Esperança. Ali se construiu u'a monumental ponte de cimento armado, com 2.000 metros de comprimento e que passa sôbre o leito do rio a uma altura de 20 metros,

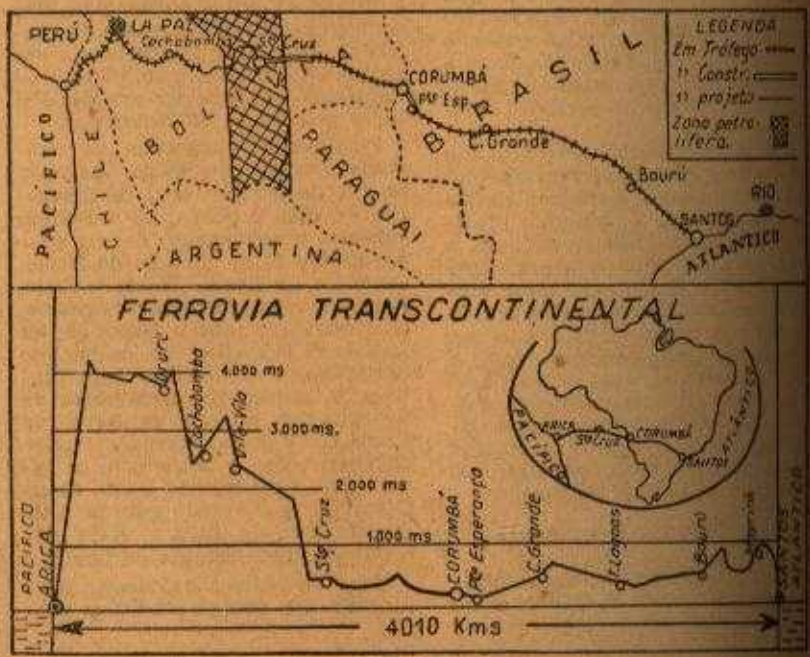


Fig. n. 1

o que permite franca passagem aos maiores navios que trafegam pelo Paraguai.

Essa ponte, por si só, é uma das mais grandiosas obras de engenharia do Continente e talvez de todo o mundo.

Segue-se a ferrovia Brasil-Bolívia propriamente, que vai de Corumbá a Santa Cruz de La Sierra e que tem:

400 km. inteiramente concluídos;
200 km. em fase de construção.

O trecho Santa Cruz a Vila-Vila, apesar de não fazer parte da ferrovia Brasil-Bolívia, tende a passar para a esfera de cooperação efetiva brasileira. Pelo menos nossos engenheiros já o estudaram.

Finalmente, o trecho Vila-Vila-Arica está em tráfego. Ao todo, a transcontinental terá 4.000 quilômetros.

Quanto ao petróleo, a figura n. 2 mostra a faixa em que êle é encontrado. Os respectivos trabalhos de exploração tiveram o seu andamento prejudicado pelo último grande conflito mundial.

PAPEL DA ESTRADA NO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES SUL-AMERICANO

Se há um sistema de comunicações sul-americano, êsse é o argentino. Como se sabe, há dois grandes antagonismos geográficos na América do Sul.

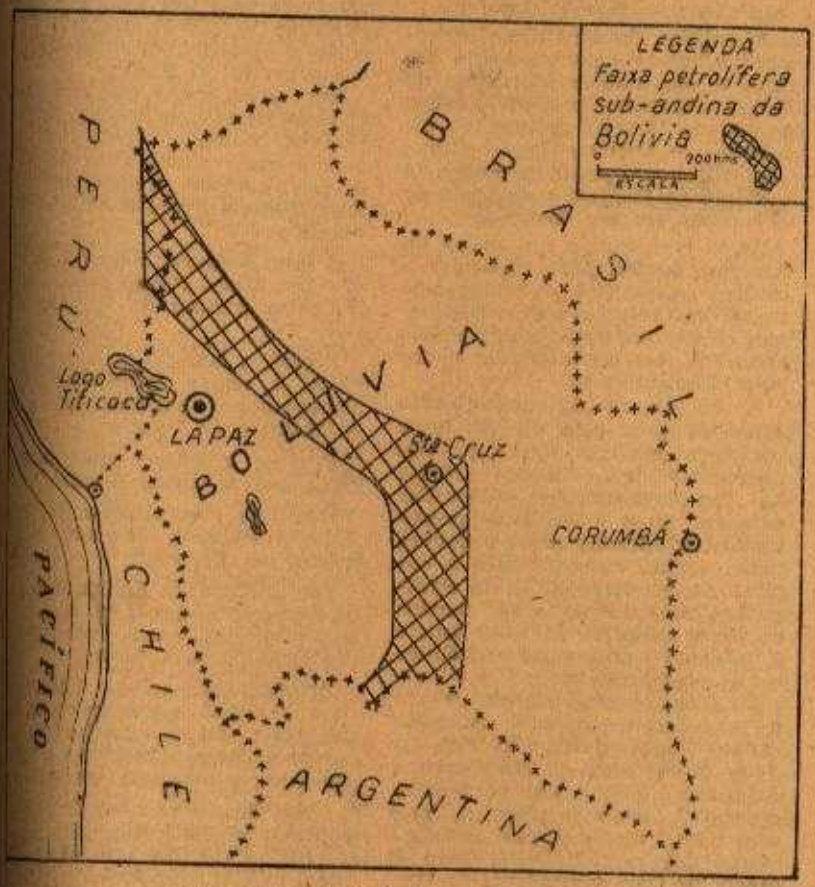


Fig. n. 2

O primeiro é a oposição das duas grandes vertentes continentais, separadas pelos Andes: a do Atlântico e a do Pacífico.

O segundo é a oposição, na vertente atlântica, das bacias do Amazonas e do Prata.

A vertente atlântica é mais importante, mesmo depois da abertura do canal de Panamá, porque faz face a uma circulação marítima mais intensa.

A bacia do Amazonas é mais importante que a do Prata porque, pela mesma razão, deságua face a maiores correntes circulatórias.

É por êsses dois grandes compartimentos atlânticos que a vertente do Pacífico almeja compensar as insuficiências de seu litoral.

A política de comunicações argentina vai ao encontro dêsses desejos e, seguindo as aspirações da Nação Argentina, procura corrigir a sua má posição geográfica, em relação ao movimento marítimo, neutralizando o poder carreador da vertente do Pacífico e da bacia do Amazonas em seu favor.

Basta contemplar um mapa da América do Sul para sentirmos o caráter concêntrico e homogeneizador, em relação aos antagonismos citados, do sistema ferroviário argentino, em conexão com o dos países limítrofes.

A via férrea Assunção-Buenos Aires, dobrada pela via fluvial e triplicada pela via aérea; as vias férreas Valparaizo-Buenos Aires e La Paz-Buenos Aires, dobradas pela via aérea e em grandes extensões triplicadas pelas rodovias, tôdas, enfim, carream para a capital platina os produtos do Paraguai, Chile, Bolívia e até mesmo do Peru, submetendo êsses países a influências de caráter econômico e até mesmo político.

De tôdas, a mais significativa é a via férrea Buenos Aires-La Quiaca-Tupiza-Uyuni-La Paz, a qual, prolongando-se até Cuzco e daí para Lima, é um verdadeiro desafio à bacia amazônica, pois seus trilhos desfilam face às cabeceiras dos rios Mamoré, Beni e Madre de Dios, formadores do Madeira, rio da bacia amazônica.

Contrapondo-se dèbilmente a essa ousada política platina, o Brasil construiu a Guajará-Mirim-Pôrto Velho, em favor da bacia amazônica e como que opondo-se à convergência das comunicações em Buenos Aires, na bacia platina, construiu a via Pôrto Alegre-Uruguaiana e a de Santos a Pôrto Esperança, a qual, prolongada agora pela Brasil-Bolívia, será o golpe mais forte vibrado, até hoje, na referida política platina. Porém, estejamos alerta. A ferrovia Brasil-Bolívia, se não tiver correspondência na E. F. Noroeste, será uma arma de dois gumes. Corumbá debruça-se sôbre o rio Paraguai. Chegados os produtos do altiplano a Corumbá e daqui não poderão escoar-se pela Noroeste, por insuficiência de tráfego, acabarão descendo o rio Paraguai e trabalhando em proveito do Prata.

Seja como fôr, o que ressalta à 1ª vista, na estrada de ferro Brasil-Bolívia, prolongada pela Noroeste e pelo trecho Santa Cruz-Arica, é o seu caráter transcontinental. Essa ferrovia ligará o Atlântico ao Pacífico.

A via Valparaizo-Buenos Aires já o faz, dirão. Porém aquela corta o centro mesmo da América do Sul.

Ligará a Bolívia, país mediterrâneo e centro diversificador de comunicações sul-americanas ao Atlântico e ao Pacífico.

Porá o altiplano em comunicação com o Chaco Boreal.

Permitirá o escoamento dos produtos bolivianos, inclusive o petróleo, por Santos.

Possibilitará à Bolívia receber diretamente os produtos da indústria brasileira, muitas vêzes recebidos via Buenos Aires.

Estreitará 3 Nações: Chile, Bolívia e Brasil, encurtando-lhes as distâncias, permitindo-lhes conhecerem-se mais intimamente e compreenderem-se mais claramente.

Além dessas funções de caráter político e econômico, a ferrovia Brasil-Bolívia terá um importante papel militar, que será examinado, por alto, a seguir.

CONSIDERAÇÕES DE ORDEM MILITAR SÔBRE A FERROVIA BRASIL-BOLIVIA

Não passará desapercebido a qualquer leigo em questões militares a função nitidamente estratégica que a ferrovia Brasil-Bolívia, prolongada a Leste e a Oeste, desempenhará no caso de uma conflagração mundial em que se veja envolvida a América do Sul.

Ligando 3 países, comunicando o Atlântico ao Pacífico, sua importância transcende o próprio quadro de interêsses locais para tornar-se uma alavanca da própria defesa continental.

Dentro do espírito do pan-americanismo e fiel à recente Ata de Chapultepec e ao tratado do Rio de Janeiro, onde as Nações americanas firmaram compromissos de comum cooperação na defesa do continente, ela é um instrumento de alta significação e largo alcance político e militar.

Permitindo a rocada de fôrças e aprovisionamentos de um oceano para outro, possibilitará socorrer qualquer país agredido, seja da costa do Atlântico, seja da costa do Pacífico.

Levando em conta o auxílio norte-americano, como parece difícil que o deixe de ser (Doutrina de Monroe), seu papel esplende em tôda a sua alta importância.

Agredida a América Meridional, a Leste, por uma potência ou coligação de potências européias e comprometido o seu litoral atlântico, os suprimentos lhe acorrerão da América do Norte via Canal do Panamá e transcontinental Arica-Santos.

Agredida a Oeste, por uma potência asiática e comprometido o litoral do Pacífico, os suprimentos lhe chegarão via Atlântico e transcontinental Santos-Arica.

Descendo ao quadro limitado de um conflito sul-americano, a transcontinental poderá funcionar seja como rocada, seja como eixo de penetração, conforme o sentido das operações em causa e o jôgo de países em conflito.

Não vamos, neste rápido exame e nem o caberia aqui, descerrar o véu das hipóteses que poderiam ser formuladas a êste respeito.

Seja, porém, qual fôr o partido do Brasil, queremos fazer sentir a importância de Corumbá, depois da estrada concluída, ou melhor do triângulo Coimbra-Pôrto Esperança-Corumbá.

Tal triângulo, nos limites do Brasil com a Bolívia, constitui o ponto de junção, o elo da ligação da Noroeste, no Brasil, com a Brasil-Bolívia, na Bolívia pròpriamente.

A todos êsses pontos se deverá prestar a máxima atenção.

A Corumbá, por ser o trampolim daquela ligação.

A Pôrto Esperança, por ser o local da travessia do rio Paraguai e a Coimbra, finalmente, por ser a sentinela, sôbre o rio Paraguai, de Pôrto Esperança e Corumbá.

O Brasil precisa dêsse triângulo, deve conservá-lo a todo custo, quer venha a utilizar a ferrovia como rocada, quer fazendo-o como eixo de penetração.

CONCLUSÃO

Pelo seu papel na política, na economia e na estratégia da América do Sul, a ferrovia Brasil-Bolívia é um empreendimento continental.

Não são só os interêsses do Brasil e da Bolívia que estão em jôgo.

Ela representa um imperativo da expansão e da preservação do próprio continente.

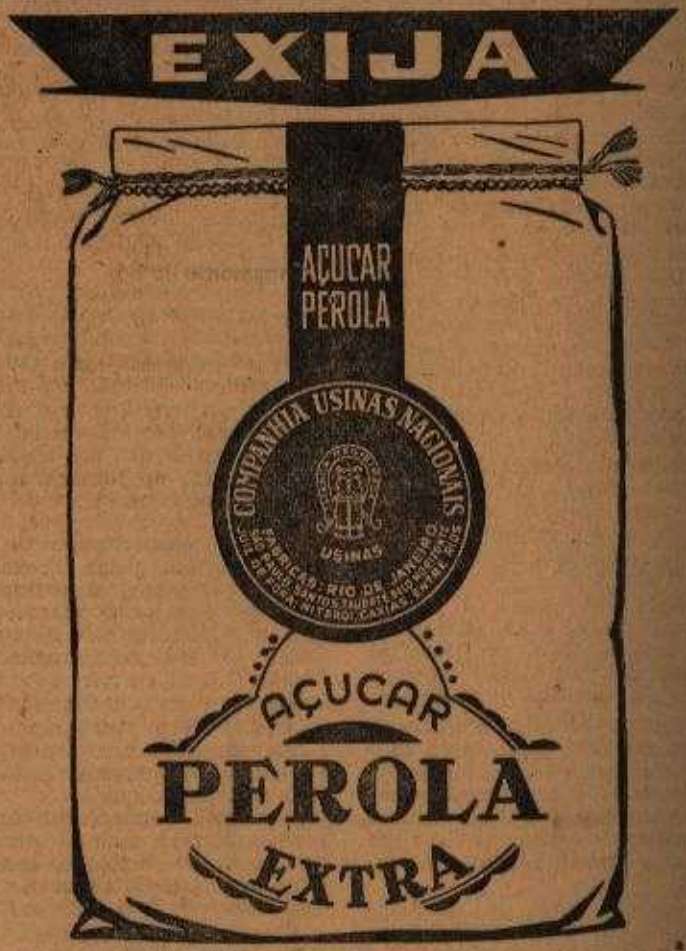
Ao Brasil, particularmente, importa incentivar a sua construção por todos os meios, o que terá como corolário estreitar os laços de amizade com a Bolívia.

A construção da estrada e a exploração do petróleo boliviano permitir-nos-ão estancar a saída de ouro do país (o petróleo boliviano poderá ser trocado por produtos industriais brasileiros) e nos tornarão independentes, em caso de guerra, do petróleo extra-continental.

A Bolívia, igualmente, ansiosa por tornar produtivos os recursos do seu subsolo, interessa o empreendimento.

À parte os interêsses materiais recíprocos, situa-se o intercâmbio cultural e o mútuo conhecimento, que a construção da estrada, de qualquer sorte, favorecerá.

Vencida a barreira das distâncias e compreendendo-se e respeitando-se reciprocamente, o Brasil e a Bolívia, mãos dadas, palmilharão fàcilmente a estrada larga do progresso.



SACO AZUL - CINTA ENCARNADA

AÇOUGUE SÃO JORGE

DE

JOÃO VIEIRA ALVERNAZ

RUA MONIZ DE SOUZA, 43-L. II — P. MIGUEL

O MINÉRIO DE FERRO NA ECONOMIA NACIONAL (*)

Gen. DURIVAL DE BRITTO

Ao convidar-nos para ocupar transitòriamente a honrosa cátedra da Escola de Estado-Maior do Exército, seu proficiente comandante, o prezado camarada e amigo General José Daudt Fabrício, disse-nos que seria desejável se relacionasse esta palestra com assunto ferroviário.

Diante da amplitude da matéria, de sua riqueza e variedade, assim sob o ponto de vista técnico, como administrativo, não foi sem certo embaraço que fixamos o tema.

I

COGITAÇÕES SÔBRE O TEMA

1. Pensamos, de começo, que podia ser do interêsse dos oficiais alunos conhecer fatos principais da nossa história ferroviária, que teve, como ponto de partida, a prematura e não executada Lei de 31 de outubro de 1835, promulgada pelo Regente Diogo Feijó, autorizando a construção de uma estrada de ferro entre a capital do Império e as províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.

Fazendo sumário estudo da evolução verificada, notaríamos então que, no terreno das realizações efetivas, coube a primazia a Irineu Evangelista de Souza, depois Barão de Mauá, que construiu, por iniciativa própria, e entregou ao tráfego público, em 30 de abril de 1854, a primeira estrada de ferro brasileira, a Grão Pará, que se desenvolvia, com 14,5 quilômetros de extensão e bitola de 1,68 m, entre o pequeno pôrto da Estrêla, no recôncavo da baía de Guanabara, e a chamada Raiz da Serra.

Verificaríamos mais que da citada Lei de 1835 até os nossos dias, ultrapassante de um século, se adotou política ferroviária que, além de prejudicar o transporte em aprêço, do qual tanto depende o surto de progresso do País, criou essa aflitiva situação em que se debatem as nossas estradas de ferro. Para êsse estado, concorreram remotamente as concessões com garantia de juros e subvenções quilométricas, mercê da Lei de 1873 e regulamentações posteriores, às quais devemos estradas de ferro antieconômicas, pelas diretrizes e condições técnicas dos traçados. Também para êsses males contribuiu o regime originado de um dispositivo inserto no Orçamento da União, de 1903, em virtude do qual as despesas com a construção de estradas de ferro seriam pagas mediante título da dívida pública, e a exploração do tráfego seria feita pelo empreiteiro que a construísse. Nesse nocivo regime, que se prolongou até 1913, quando a empreitada não proporcionava o lucro esperado, o Govêrno acabava suportando o ônus dos títulos e da exploração regeitada.

No exame das causas que vêm concorrendo predominantemente para a difícil situação em que se encontram quase tôdas as nossas estradas de ferro, agravada nesses últimos anos pela desigual e danosa competição de um descontrolado transporte rodoviário, devem-se salientar ainda os maléficos

(*) Conferência proferida na Escola de Estado-Maior, em 18 de julho de 1960.

efeitos da interferência política no setor administrativo, a mor parte das vêzes ruinosa aos interêsses da nação.

Da amarga experiência colhida na administração de três autarquias ferroviárias, em particular na direção da Central do Brasil, de que nos exoneramos recentemente, guardamos o melancólico conceito de que o cidadão colocado à testa de um serviço público, detendo poderes e recursos que possam influir no jôgo de tais interêsses, dificilmente escapará à alternativa de transigir até degradantes extremos ou enfrentar, como nos aconteceu, injúrias e calúnias que lhe reservam os preceitos da moral e da lei, contrariados nas suas desonestas pretensões.

Mas, êsse tema daria margem a exposição que se estenderia além dos limites de uma palestra, que não deve ser longa, nem se prestar a interpretações em dissonância com os nossos naturais sentimentos.

2. Excogitando outro assunto da mesma filiação, lembramo-nos de tratar dos sistemas de tração empregados em nossas estradas de ferro.

Se escolhêssemos êsse tema, teríamos oportunidade de recordar velhos conhecimentos que se renovam constantemente, à luz da ciência e da técnica, em benefício da coletividade.

Como todos sabem, dispomos da tração a vapor, Diesel-elétrica e da elétrica. Cada um dêsses sistemas tem características próprias e emprêgo que deve estar subordinado ao tráfego, sua natureza e intensidade, às condições técnicas da linha, inclusive sua estruturação, e às disponibilidades do combustível em bases econômicas.

A locomotiva a vapor data do século XVIII e a ela se deve a origem do transporte sôbre trilhos. Apesar do seu pequeno rendimento, 9 % a 12 % da eficiência térmica produzida, continua sendo utilizada em tôdas as ferrovias. Seu progresso tem sido lento, mas, ainda assim, permitiu a construção de unidades modernas de grande potência e velocidade.

Há locomotivas destinadas ao serviço de passageiros de 5.000 HP e velocidade horária de 160 quilômetros. Empregada em trem de carga, merece referência o protótipo Niagara 2-4-2, da New York Central, que percorreu 40.000 quilômetros no seu primeiro mês de serviço, rebocando composições de 1.200 toneladas, com velocidade média superior a 100 quilômetros por hora.

Para evitar os prejudiciais efeitos da concentração de tão altas potências em pequeno número de eixos, a Pensylvania Railroad pôs em serviço locomotivas do tipo 2-2-2-2, de 6.000 HP, e a Baltimore and Ohio as do tipo 1-4-4-2, que tracionam trens de 1.500 metros de comprimento, lotados com mercadorias pesadas.

Essas locomotivas são geralmente articuladas, para facilitar a inscrição nas curvas, mas existe um tipo rígido, a Q 2 da Pensylvania Railroad cuja potência ultrapassa 3.000 HP.

Na tração a vapor, consome-se normalmente carvão mineral, óleo combustível e lenha. Parte do carvão mineral procede dos Estados Unidos e da Europa e parte das jazidas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O óleo combustível é importado e a lenha obtida no País, com dificuldades e preços que crescem continuamente. Todos êsses combustíveis apresentam vantagens e inconvenientes e o melhor será, em regra, o que fôr empregado dentro dos limites do seu aproveitamento econômico.

Na tração Diesel-elétrica, a energia também é produzida na própria locomotiva, como na máquina a vapor, mas o é de maneira menos complicada e com rendimento que pode atingir 28 %. Além disso, é bem menor a quantidade de combustível e pràticamente nula a de água dispendidos.

A locomotiva Diesel-elétrica pode transportar combustível para um percurso de mais de 1.000 quilômetros e só o consome quando está em movimento. Alia, dessa maneira, a autonomia à economia.

Essas vantagens explicam porque o custo do cavalo-vapor da locomotiva Diesel-elétrica é menor do que o da locomotiva a vapor, ape-

sar do preço unitário desta ser inferior ao daquela.

Acresce que a manutenção da locomotiva Diesel-elétrica é mais reduzida e menos onerosa, consistindo, geralmente, na substituição de peças *standards*, às vêzes feita em marcha, evitando dêsse modo a imobilização da máquina por tempo longo, normal em casos semelhantes com a locomotiva a vapor.

As locomotivas Diesel-elétricas apresentam ainda grande possibilidade para a obtenção de um desejado esfôrço trator, pois podem ser associadas em grupos de duas, três, ou quatro unidades, de igual potência, sob a direção de um mesmo maquinista.

No comêço, a locomotiva Diesel-elétrica foi utilizada de preferência em serviço de manobras, para o qual continua sendo o material de tração melhor indicado. Presentemente, o seu emprêgo generalizou-se e nos Estados Unidos já suplantou a máquina a vapor. Nesse país, elas trabalham em grupos de duas, três e quatro máquinas idênticas de 1.500 HP. e 2.000 HP. Existem, no entanto, locomotivas Baldwin associáveis de 4.000 HP e, para a Atchison, Topeka and Santa Fé Railway, foi construída unidade de 6.000 HP, com 3 elementos de 2.000 HP, destinada a trens rápidos de 192 quilômetros por hora, circulando entre Chicago e a costa do Pacífico.

Ao contrário da locomotiva a vapor e da Diesel-elétrica, que constituem as próprias fontes geradoras da fôrça dos respectivos sistemas de tração, a locomotiva elétrica representa apenas um ponto de transformação da energia que é fornecida por usinas fixas, hidro ou termo-elétricas, situadas em distâncias mais ou menos longas.

A locomotiva elétrica é de fácil manejo e tem dimensões e pêso mais reduzidos do que a locomotiva a vapor de igual potência.

Verifica-se, por exemplo, que uma Consolidation a vapor, de 125 toneladas de pêso e 20 metros de comprimento, produz esfôrço inferior ao de uma locomotiva elétrica pesando 72 toneladas e tendo 7,80 metros de comprimento. Possui, ainda grande capacidade de sobrecarga, que pode alcançar 50 % em regime "duas horas" e 20 % durante cinco minutos. Êste fato permite obter a aceleração necessária para vencer rampas fortes, enquanto que na locomotiva a vapor é a potência, em caso análogo, freqüentemente limitada pela capacidade de vaporização da máquina. Graças à sua enorme capacidade de aceleração, pode a locomotiva elétrica realizar o serviço de veículos percorrendo distâncias escalonadas de 5 a 10 quilômetros, com velocidade de ponta da ordem de 170 quilômetros à hora, a qual jamais se alcançaria com a locomotiva a vapor.

Respeito à natureza da corrente para tração elétrica, há duas concepções dominantes: a da "corrente contínua" de 600, 1.500 e 3.000 volts e a da "corrente alternativa", monofásica, de 11.000 volts ou mais, dominando a freqüência de 16 2/3 na Europa e a de 25 na América.

Conforme dados publicados em "L'Année ferroviaire" de 1947, a Alemanha, a Noruega e a Suíça utilizam a corrente alternativa monofásica de 15.000 volts; a Bélgica, a contínua de 1.500 e 3.000 volts; a Espanha, a França, a Holanda e o Japão, a contínua de 1.500 volts; a Inglaterra, a contínua de 600 e 650 volts; a Itália, a contínua de 3.000 volts; a Suécia, a alternativa monofásica de 16.000 volts; a Rússia, a contínua de 1.500 e 3.000 volts; a Argentina, a contínua de 800 volts; o Chile, a contínua de 3.000 volts; os Estados Unidos, a contínua de 650 e 3.000 volts e a monofásica de 11.000 volts. A nossa, como sabemos, é contínua de 3.000 volts.

Tem havido notável progresso na construção das locomotivas elétricas. As últimas notícias do nosso conhecimento autorizam a informar que a mais potente se deve à Suíça; é formada de dois elementos associados, pesando o conjunto 236 toneladas e desenvolve 11.400 HP. A velocidade não ultrapassa, no plano, 110 quilômetros à hora, mas é na montanha notável o seu poder trator. Vence o longo acesso do

túnel São Gothardo, com rampas de 2,6 %, tracionando trem de 600 toneladas, a 65 quilômetros por hora.

Nos Estados Unidos têm-se construído, também, locomotivas de elevadas potências. Entre New York e Washington correm rápidos pesados desenvolvendo 4.700 HP a 146 quilômetros por hora. Com unidades múltiplas, a Virginian Railway tem obtido locomotivas de 12.000 HP.

De todos os sistemas, é o da tração elétrica que apresenta o maior conjunto de atributos favoráveis. Em país, como o nosso, dotado de imenso potencial hidráulico e dependente, por outro lado, da importação de combustíveis sólidos e líquidos, sua preferência tem indiscutível fundamento em razões de ordem econômica e da defesa nacional.

Comprovam essa afirmação a Suíça e a Itália, entre outros significativos exemplos.

A rêde ferroviária da Suíça, que é formada de 5.630 quilômetros de linhas de simples aderência, de cremalheiras e de funiculares, é movimentada pela hidreletricidade em quase tôda a extensão.

A da Itália, que tinha, em 1923, a extensão total de 20.907 quilômetros, possuía naquele ano 5.808 locomotivas a vapor e 362 elétricas. Desenvolvendo-se o sistema ferroviário para 23.158 quilômetros, 15 anos depois, êsse material passou a ser constituído de 3.956 locomotivas a vapor e 1.701 elétricas. Assim, para um aumento de perto de 10 % na extensão da rêde italiana, constatou-se uma diminuição de 32 % nas locomotivas a vapor e um acréscimo de 370 % nas elétricas. Mesmo em países ricos de carvão mineral, como a Bélgica, a Inglaterra, os Estados Unidos, etc., a tração elétrica vem substituindo a tração vapor em diversas vias férreas.

Êsse estudo nos levaria a considerar aspectos especializados do tema, como os da controvérsia suscitada a respeito do emprêgo da "corrente contínua" e da "corrente alternativa" na tração ferroviária, conduzindo-nos, naturalmente, a tècnicismos que não se amoldam à simplicidade desta palestra. Por isso, também o colocamos à margem, em que pesem a importância e a natureza atrativa do assunto.

II

O MINÉRIO DE FERRO NA ECONOMIA NACIONAL

Eis o que nos ocorreu dizer de passagem, antes de fixarmos o sentido da nossa palestra — *O minério de ferro na economia nacional*.

Preferindo êsse tema, pretendemos sumariar fatos marcantes da história do nosso minério de ferro, sua extração, industrialização e exportação, tratando, por fim, de soluções estudadas para a exportação, em grande escala, do que pode ser fornecido pelas imensas jazidas de Minas Gerais.

1 — Início da siderurgia brasileira

Quando da fundação da vila Piratininga, da qual se originou a cidade de São Paulo, já informava, em 1554, o padre Anchieta ao superior dos Jesuítas, da existência de minas de ferro na Capitania de São Vicente.

Outras descobertas fizeram-se nos primórdios da nossa existência, mas só de 1590 data a instalação das primeiras forjas no Brasil. Eram do tipo catalão e o seu funcionamento assinalou o início da siderurgia brasileira. Situavam-se uma em Sorocaba e a outra na ilha de Santo Amaro.

Por efeito da Carta Régia de 20 de fevereiro de 1765, que concedeu a Domingos Pereira privilégio para minerar ferro, chumbo e estanho, nova tentativa se fêz ainda em Sorocaba, no morro de Biraçoiaba, no sentido de implantar a siderurgia.

Medidas outras foram adotadas pelo govêrno colonial para proteger a indústria nascente. Não obstante êsse amparo, informava Don Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo, em carta de 3 de janeiro de 1768, dirigida ao Marquês de Pombal, que "a Fábrica de ferro he huma das couzas que se tem dado mayor trabalho, sem que

até agora conseguisse o desejado fructo". É que, às dificuldades próprias de um imenso e despovoado território, sem possibilidade para o pretendido surto industrial, se juntaram as do minério do Ipanema, que continha elemento perturbador, o titânio, então desconhecido.

Com a paralisação da fábrica de Biraçoiaba e de outras forjas, nada restou da incipiente indústria siderúrgica, nos últimos anos do século XVIII.

Só depois de haver D. João VI assumido a Regência de Portugal, foram adotadas providências para reviver a desaparecida indústria. O primeiro ato para êsse fim está consubstanciado na Carta Régia de 27 de maio de 1795, que dispensou as colônias do pesado impôsto de importação de ferro.

Nesta mesma data, assim se manifestava Luiz Pinto de Souza, ministro de D. João VI: "Sua Magestade tem observado com desgôsto que humas colonias tão extensas e férteis, como as do Brasil, não tenham prosperado proporcionalmente à povoação, agricultura e indústria, e devendo persuadir-se que alguns defeitos politicos e restrições fiscais se teem oposto até agora aos seus progressos, taes quaes o monopólio do sal, os grandes direitos impostos sobre o ferro, etc. ... Tem Sua Mag. resolvido que em todo o continente do Brasil se possão manufacturar todos e quaesquer instrumentos deste genero... He Sua Mag. servida ordenar que examinando V.S. as tarifas (do ferro) com pessoas intelligentes do comercio, lhe haja de propor meyos mais proprios de se emendar uma semelhante irregularidade, aliviando-se quanto for possivel os direitos do ferro e removendo-se esta imposição sobre os mais generos de menor necessidade..."

Dentro dessa política de estímulo, baixaram-se o Alvará de 24 de abril de 1801, mandando instalar nova fábrica de ferro em Sorocaba; o de 13 de maio de 1803, criando escolas de mineralogia e metalurgia, semelhantes às de Freyberg e Schemintz, e o de 1 de abril de 1808, tornando livres o estabelecimento de quaisquer fábricas.

Em Minas Gerais, a iniciativa principal para a criação da indústria de ferro, deve-se ao filho da Província, Intendente Geral das minas de Ouro e Diamante, desembargador Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá, que havia alcançado o bacharelato pela universidade de Coimbra, e o diploma da Escola de Minas de Freyberg, além de ter freqüentado a Escola de Química de Paris.

Pela Carta Régia de 10 de outubro de 1808, o Intendente Câmara teria de construir 3 fornos altos e 12 forjas de refino, para a produção do gusa e depois do aço. A região escolhida para êsse conjunto foi a do morro do Pilar, a 25 léguas de Tejuco, primitivo nome de Diamantina. O alto forno, construído, teve de ser abandonado depois de uma produção de 330 arrobas de ferro, devido ao seu irregular funcionamento. Continuaram funcionando apenas dois pequenos altos fornos que produziram 6.500 arrobas, de 1815 a 1829. Retirando-se o mestre Sehonewelf, que havia construído os fornos e dirigido o seu funcionamento, a fábrica decaiu e acabou encerrando suas atividades. Na opinião de Pandiá Calógeras, a iniciativa do Intendente Câmara constituiu "completo desastre em tôdas as suas fases".

Naquela época, instalava-se em Congonhas do Campo, à margem do rio Prata, a Fábrica Patriota, projetada e construída pelo sábio metalurgista alemão barão Eschwege pertencente à sociedade de que participava o Intendente Câmara. Constituíam-na baixos fornos do tipo catalão, semelhantes aos que eram geralmente usados na produção do ferro doce. Dispunham, porém, de "trompa hidráulica", aperfeiçoamento de real efeito econômico, introduzido em Minas Gerais, pela primeira vez, por Eschwege. Entrando em funcionamento, em dezembro de 1812, essa Fábrica manteve-se até 1820, com produção anual de 1.000 a 1.200 arrobas de ferro, para encerrar suas atividades dois anos depois,

devido, principalmente, à concorrência do similar estrangeiro.

Em 1810, nova fábrica começou a funcionar em Ipanema, com técnicos suecos, sob a chefia de Hedberg. Dispunha ela de um alto forno para 600 toneladas de ferro gusa, por ano. Para sua construção constituiu-se uma sociedade para a qual o Govêrno concorreu com 100 escravos, animais e os ordenados do pessoal técnico. Após longas discussões em tôrno dos resultados colhidos, julgados desastrosos, passou a fábrica a ser dirigida, em 1814, por Varnhagen, que construiu mais dois altos-fornos, cuja produção inaugural, em 1 de novembro de 1818, Calógeras considerou a primeira corrida industrial verificada no Brasil. Com a saída de Varnhagen, a fábrica entrou em crise financeira até 1895, quando o Govêrno determinou o seu fechamento.

Tentativas outras foram feitas visando o estabelecimento da siderurgia no País. Por volta de 1817, o francês F. de Monlevade, associado ao Capitão-mor Soares de Gouvêa, construiu um alto-forno em Itabira do Mato Dentro, que funcionou por pouco tempo. Anos depois, em 1825, monta êle a fábrica de São Miguel do Piracicaba, dotada de baixo forno catalão, que trabalhou enquanto Monlevade a dirigiu.

Ainda no Império, teve notável influência na indústria do ferro a Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1875, com uma pléiade de competentes e dedicados professôres franceses, entre os quais se distinguia o notável mineralogista Henri Goerceix, que a dirigiu por muitos anos.

A um dêsses professôres, Arthur Thiré, deve-se o projeto do alto-forno que um grupo de industriais construiu no ano de 1888, em Itabira do Campo, de que se originou a Usina Esperança. O mesmo grupo, depois de transferir a Usina Esperança à Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros, construiu um alto-forno em Burnier, a cêrca de 27 quilômetros de Esperança.

Em síntese, essa era a situação geral da indústria siderúrgica do Brasil em 1900. Ao que afirma Calógeras, constava de "dous fornos altos, dos quais um só em atividade, produzindo anualmente 2.100 a 2.200 toneladas de fonte, e um certo número de forjas preparando o ferro por métodos diretos, no máximo umas 100 (cem) fábricas dando umas 2.000 toneladas de ferro em barra".

Enquanto isso, a produção estrangeira, no mesmo ano de 1900, atingia os seguintes números, segundo informa Pires do Rio no seu substancioso livro, "O Combustível na Economia Nacional":

Países	Ferro produzido
	Toneladas
França	2.600.000
Alemanha	8.500.000
Inglaterra	8.900.000
Estados Unidos	14.100.000

No século presente, antes mesmo do funcionamento da Usina de Volta Redonda, a siderurgia nacional teve notável incremento, apesar de baseada no alto-forno com carvão de madeira, combustível êste que caracteriza, no dizer do professor Ferdinando Labouriau, "uma phase da industria siderurgica que é intermediaria entre a phase rudimentar, dos processos diretos, e a phase adeantada dos altos fornos com coke de carvão de pedra".

Acentuamos, nesta oportunidade, que, desde meados do século XIX, o coque suplantou crescentemente o carvão de madeira, e que, no estado atual, poucos são os países grandes produtores de aço que se utilizam do combustível vegetal para êsse fim.

Em 1945, às vésperas do funcionamento de Volta Redonda, a produção nas usinas brasileiras, utilizando carvão de madeira e óleo combustível, era de 631.389 toneladas, assim discriminadas:

Ferro gusa	Ferro laminado	Aço
250.909	165.605	205.875

2. *A grande siderurgia.*

Não comportando os lineamentos desta palestra estudo circunstanciado dêsse importante capítulo da

história industrial do País, limitar-nos-emos ao que de principal ocorreu a partir da Lei 3.991, de 5 de janeiro de 1920, que autorizou contrato com a "Itabira Iron Ore Company, Limited", para:

a) Construir e explorar:

— altos fornos, fábrica de aço e trens de laminação;

— duas linhas férreas que, partindo de Itabira do Mato Dentro e do pôrto de Santa Cruz, hoje Aracruz, no Espírito Santo, ou de outros pontos preferíveis, fôssem entroncar em pontos convenientes da Estrada de Ferro Vitória a Minas;

b) Fazer no citado pôrto, sem privilégio, nem reversão ou resgate, um cais com as convenientes instalações para o embarque, desembarque e depósitos de minério, de produtos das suas minas e quaisquer outras mercadorias procedentes ou destinadas às estações das suas linhas férreas, seus estabelecimentos ou respectivo pessoal;

c) Rever o contrato de 19 de agôsto de 1916, com a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, para a reconstrução das suas linhas, a fim de facilitar o transporte de minérios e produtos siderúrgicos, sem novos ônus para o Tesouro.

Fundamentado nesta lei, o Govêrno baixou o Decreto 14.160, de 11 de maio de 1920, autorizando a celebração, com a Itabira Iron Ore Company Limited, de contrato para, sem privilégio, construir e explorar altos fornos de coque, fábrica de aço e trens de laminação, bem como duas linhas férreas que, partindo respectivamente das minas de Itabira do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, e do pôrto de Santa Cruz, Estado do Espírito Santo, vão, onde fôr conveniente, entroncar-se no trecho já existente da Estrada de Ferro Vitória a Minas, sendo àquela mesma emprêsa permitido construir e utilizar, à margem do rio Itaquê-Assú, no referido pôrto, um cais destinado exclusivamente aos serviços próprios, com instalações necessárias para o embarque, desembarque e depósito de minério e dos produtos das suas minas".

O contrato foi assinado em 29 de maio de 1920 e consignava, em desacôrdo com a Lei 3.991, a reversão do cais, ao fim de 90 anos, e o limite de 60 anos para isenção de direitos de importação e outros impostos federais.

Negado o registro do contrato pelo Tribunal de Contas, em sessões de 21 de junho e 29 de outubro, de 1920, o Govêrno mandou executá-lo em 27 de novembro do mesmo ano. Registrado sob protesto, foi o contrato enviado ao Congresso Nacional, onde permaneceu, até 1928, sem conseguir aprovação. Nesse ano de 1928, a Itabira Iron assinou com o Govêrno um têrmo de "renúncia de direitos e vantagens", comprometendo-se a:

— Transportar minérios pertencentes a terceiros, em igualdade de condições;

— Pagar pedágio à Estrada de Ferro Vitória a Minas, pelo uso de suas linhas;

— Subordinar-se em tudo à nova legislação, executando o seu contrato por intermédio de emprêsas nacionais e ficando assegurada a preferência, nas subscrições, ao capital brasileiro.

Tendo a Itabira Iron solicitado depois prorrogação de prazo para iniciar as obras, o Govêrno denegou o pedido e, por Decreto 20.046, de 27 de maio de 1931, declarou a caducidade do contrato, ressalvando, porém, a faculdade de a emprêsa as começar dentro de um ano, com multa mensal de 50 contos.

Ainda nesse ano de 1931, foi o assunto submetido ao exame de uma Comissão Revisora, que motivou o despacho do Govêrno Provisório, de 13 de março de 1933, mandando organizar uma segunda Comissão, de cujos trabalhos resultou minuta de contrato bem diferente da que fôra apresentada pela primeira, estando ambas desvirtuadas da Lei 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

Dissemos desvirtuadas porque, em verdade, nas duas citadas minutas, a "fabricação do ferro e do aço", objetivo principal da lei, fôra

substituída pela exportação de minérios, que ela autorizava acessòriamente.

O contrato da Itabira Iron, que acabou sendo considerado caduco em caráter irrevogável, pelo Decreto 1.507, de 11 de agôsto de 1939, provocou intensos e apaixonados debates durante cêrca de 20 anos, no Congresso Nacional, nas esferas administrativas, na imprensa e nos círculos científicos.

Defendiam-no os que eram favoráveis à exportação franca do minério de ferro e os interessados na manutenção das pequenas usinas com carvão vegetal.

Contra ela manifestavam-se, de um modo geral, as correntes que consideravam primordial o estabelecimento da grande siderurgia, por entenderem, como a segunda Comissão Revisora do contrato, em uma das conclusões do seu parecer, que "a siderurgia com carvão de madeira pode servir para uma pequena produção especializada, mas não resolve o nosso problema siderúrgico essencial, que é a fabricação econômica dos produtos correntes". Divergiam, porém, quanto à procedência do combustível mineral a ser consumido, se nacional ou estrangeiro. Julgavam uns que o carvão mineral devia ser importado, o que seria feito econômicamente desde que entrosado com a exportação do minério; achavam outros que o combustível mineral podia ser obtido no País, pois já havia provas da existência de carvão coqueficável em Santa Catarina.

Entre êstes últimos, destacava-se o Govêrno do Estado de Minas Gerais que, em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro, em 1921, assim se expressou: "Tem-se ainda invocado, para justificar a urgente solução do problema, a necessidade da defesa militar do país e a do seu desenvolvimento ferroviário; mas, o sindicato também não se propõe fornecer a matéria prima necessária às indústrias do material bélico e da construção naval, nem a fabricar todos os trilhos que as nossas estradas já consomem. Acresce que não se pode confiar na estabilidade e, menos ainda, nos serviços públicos de uma indústria tão estreitamente vinculada à importação do carvão estrangeiro. Essa importação que, mesmo em tempos normais, estará sob o contrôle, cada vez mais cioso, dos Estados produtores, ficaria, em tempo de guerra, na dependência da maior ou menor liberdade do tráfego marítimo. Em muito menor tempo, talvez, do que os trinta anos, durante os quais nos atariamos a uma indústria artificial e precária, estará descoberto e praticado algum processo que, se não dispensar na siderurgia o fator carvão de pedra, permita, ao menos, o emprêgo de carvões mais pobres ou mais impuros que os atualmente exigidos. Associaremos, então, a sorte das poeirentas e ricas jazidas de minérios de ferro de Minas Gerais, à dos depósitos carvoeiros do sul do Brasil, e fundaremos, assim, uma indústria essencialmente brasileira, como tanto importa à sua vitalidade e resistência e à própria defesa da pátria".

São igualmente rememoráveis as conclusões dos notáveis discursos que o Deputado Sampaio Correia proferiu na Câmara dos Deputados, em sessões de agôsto e setembro de 1937, apreciando o parecer da segunda Comissão Revisora do contrato da Itabira Iron:

"1ª) A instalação de uma grande usina siderúrgica não pode ser combatida por prejudicar ou, mesmo, aniquilar as pequenas usinas já existentes, que reduzem o minério com combustível vegetal, embora se imponham, evidentemente, aos Poderes Públicos, medidas de outra ordem assecuratórias dos legítimos interêsses radicados na exploração dessas pequenas usinas.

2ª) A instalação da grande indústria siderúrgica depende, em verdade, precipuamente, do combustível mineral, mas êste, como reconhece o relator Alcides Lima (da segunda Comissão Revisora) pode ser de importação fácil e relativamente barata, quando entrosada com a exportação do minério de ferro, embora a minuta do contrato em debate não tenha procurado resguardar o interêsse nacional neste particular.

3º) O nosso mercado interno de produtos de aço não é tão mesquinho quanto o parece indicar a estatística de importação nos últimos tempos, na qual se baseiam os que põem em dúvida a possibilidade ambiente propícia para uma nossa grande indústria siderúrgica.

4º) É necessário, ao contrário, promover a instalação dessa grande indústria siderúrgica a fim de nos ministrar elementos essenciais, de que urgentemente carecemos, na agricultura e na indústria em geral, e, pois, na própria Segurança Nacional, entendida em seu sentido lato.

5º) Não colhe, contra a instalação de uma grande fábrica de aço, imposta na Lei 3.991, de 1920, a alegação de que não dispomos de indústrias secundárias, em que o aço é a matéria prima, porquanto essas indústrias surgirão espontânea e fatalmente, se lhes fôr ministrada, em boas condições econômicas, a matéria prima que utilizam.

6º) É, ao contrário, de máximo interêsse para nós a criação de muitas dessas indústrias secundárias, que encontrariam no País, e até no continente, fácil e ameno mercado para os seus produtos, cujo pêso na nossa balança de comércio viria modificar, para melhor, precárias condições da economia nacional".

Essas conclusões traduzem não apenas o pronunciamento de um círculo ciente da magna questão e que sempre se distinguiu pelo saber e patriotismo. Constituíram vaticínios que acontecimentos posteriores estão confirmando plenamente. Na realidade, Volta Redonda assinala a implantação vitoriosa da grande siderurgia nacional e está criando importante rêde de indústrias afins, alimentadas com os seus variados produtos.

Concordando com o parecer do Conselho Técnico de Economia e Finanças, emitido em julho de 1938, pendeu o Govêrno separar os dois problemas — grande siderurgia e exportação de minério — e dar-lhes soluções independentes uma da outra.

Daí a construção da usina de Volta Redonda, empreendimento cujo sucesso está ratificado pela situação econômico-financeira salientada no relatório da Companhia Siderúrgica Nacional, concernente a 1949, e pelo sensível aumento de uma produção de qualidade que atingiu 777.672 toneladas, assim especificadas:

Coque	Ferro gusa	Aço em lingotes
271.710	192.774	308.188

Essa produção de 1949 permitiu fabricar 226.887 toneladas de laminados de aço; 23.221.138 litros e 4.413 toneladas, de subprodutos do coque.

Não obstante o sucesso assinalado, devemos notar que, na relação das matérias primas consumidas na citada produção, o carvão de pedra figura com 404.816 toneladas, sendo 57,5 % norte-americano e 42,5 % brasileiro. A necessidade dessa importação, devido à natureza do combustível nacional, mostra nossa dependência para com o estrangeiro, neste particular, numa quadra em que ainda é preponderante a contribuição do coque mineral na indústria siderúrgica do mundo.

3. *Exportação de minério de ferro.*

Como vimos, o problema da exportação de minério de ferro esteve vinculado ao da grande siderurgia.

Além da corrente que subordinava a exportação ao estabelecimento da nossa indústria pesada, havia a que era favorável à franca exportação e a que a ela se opunha de maneira absoluta, impressionada principalmente pelo receio de um próximo esgotamento das jazidas da Europa e da América do Norte, previsto no Congresso de Estocolmo, reunido em 1910, previsão essa que também motivou a aquisição, pelas emprêsas estrangeiras, dos mais importantes depósitos de Minas Gerais.

O problema da exportação pressupõe a existência do minério de ferro em condições de interessar ao comércio exterior. Para bem situá-lo em seus aspectos gerais, examinemos antes, de modo sumário,

as reservas ferríferas do Brasil, em relação às mundiais, e as necessidades que certos países estrangeiros manifestam a respeito do minério nacional de elevado teor metálico.

RESERVA SIDÉRICAS

No "Curso Abreviado de Siderurgia", o professor Labouriau diz que, segundo o cômputo de Olin Kuhn, feito em 1922, as reservas mundiais de minérios de ferro comercialmente utilizáveis, se elevavam a 32.555,5 milhões de toneladas, sendo de 23 % a parcela existente no Brasil.

Em sua monografia publicada no Engeneering Mining Journal, de 17 de julho de 1926, Foyelte Warner estimou essas reservas em:

Atual	57.811.923.000 t.
Possível	167.662.940.000 t.

cabendo ao Brasil 7 bilhões de toneladas. Nesse cômputo, foram consideràvelmente sub-estimados os depósitos do nosso País, pois só os de Minas Gerais, então conhecidos, eram avaliados em 13 bilhões de toneladas.

No trabalho que elaborou com a ajuda de outros geólogos, e o publicou na revista "Mineração e Metalurgia", de outubro de 1937, o engenheiro Luciano Jacques de Morais avaliou os afloramentos e jazidas de Minas Gerais em 15 bilhões de toneladas, assim especificadas:

Hematita compacta, com 65 % de ferro.....	1,5 bilhão
Itabirito bom e canga, de 50 % a 60 %.....	3,5 bilhões
Minério inferior de 30 % a 50 %.....	10,00 bilhões

Se forem incluídos outros depósitos, e principalmente os minérios de baixo teor metálico, acredita o mencionado engenheiro, que o total se elevará a 30 bilhões de toneladas.

Êsses dados sôbre as nossas reservas exprimem meras estimativas, porque só ùltimamente estão sendo feitos trabalhos para determinações mais precisas. A êste respeito, informa o engenheiro Dermeval Pimenta, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que as explorações realizadas nas minas dessa emprêsa, em Itabira, nas da Companhia Siderúrgica Nacional, em Casa de Pedra, e nas da Companhia Belgo-Mineira, em Monlevade, estão revelando que as reservas de hematita compacta, com teor metálico entre 66 % e 70 %, "não constituem a maior parcela dos diversos tipos de minério de ferro, ali encontrados". Adianta que, segundo o resultado dos estudos efetuados pelo Superintendente das Minas da Companhia do Rio Doce, os minérios com o teor médio de 67 % a 68 % representam apenas 30 % da totalidade das jazidas de Itabira. Os 70 % restantes, na maior parte constituídos de canga de 52 % a 65 % de ferro, e de itabiritos friáveis, com o teor provável de 50 % a 51 %, "não são, no presente momento, comercialmente exportáveis, quando *in natura*, e só o são quando já semibeneficiados, em forma de gusa".

Se as demais jazidas de Minas Gerais apresentarem resultados semelhantes, haverá necessidade, como opina o mencionado engenheiro, de sinterizar e beneficiar êsses 70 % de canga e itabiritos friáveis, transformando-os em gusa, a fim de ser exportado em grande escala ou consumido nas nossas usinas.

SITUAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Sob o título "Pesquisas de minério de ferro", o Iron Age, de 6 de janeiro de 1949, publicou comentário do seu editor W. A. Lloyd, a propósito do relatório que John W. Gruner, do Departamento de Geologia e Mineralogia da Universidade de Minnesota, elaborou sôbre as minas do Mesabi e do Lago Superior.

Dêsse valioso trabalho, extraímos dados e conceitos que revelam a situação que os Estados Unidos terá de enfrentar, dentro de 10 a 15 anos, com o esgotamento do Mesabi, que tem sido sua principal fonte de minério de ferro de alta qualidade.

De acôrdo com os cálculos feitos em 1948, as reservas do Mesabi in-

cluindo minérios que não podem ser embarcados *in natura*, e os de outras minas, atingiam o total de 1 bilhão e 654 milhões de toneladas, assim distribuídas:

Mesabi	1.080 milhões
Michigan	500 milhões
Cayuna e Vermillion.	68 milhões
Wisconsin	6 milhões

Estimando-se em 600 milhões a existência da tonelagem a céu aberto e dado o consumo provável do que assim pode ser extraído, admite-se que, em 1960, o Mesabi terá perdido grande parte da sua importância como principal depósito do país, salvo se fôr efetivada a exploração da taconita, em elevada quantidade.

Em geral, a taconita é encontrada oxidada ou não. A oxidada contém partes que podem ser concentradas pela flutuação ou ustulação, entre outros processos. A oxidada ou magnética contém cêrca de 27 % de ferro e 51 % de sílica, o que a torna imprópria à fabricação do gusa.

No parecer do professor Gruner, as jazidas de taconita, à profundidade de 400 a 500 pés, correspondem a 27 bilhões de toneladas de minérios prováveis. Tendo em vista as espessas camadas de rochas inúteis que cobrem as do minério magnético, a extração a céu aberto, até 200 pés, reduzirá os depósitos a 1,5 bilhões de toneladas, ou seja cêrca de 1 bilhão e 800 milhões de toneladas de concentrados entre 60 % e 65 % de ferro.

Por motivos diversos, inclusive o elevadíssimo capital para as instalações necessárias, acha o professor Gruner, que a produção anual da taconita, quando ela chegar a substituir os minérios comuns extraídos a céu aberto, não excederá de 100 milhões de toneladas ou 33 milhões de toneladas de concentrados.

A utilização da taconita não magnética, cujas reservas são desconhecidas, é ainda mais difícil e cara.

Esclarece o professor Gruner que seria errôneo concluir que todo material oxidado pode ser convertido em produto satisfatório para o forno. Como no caso da taconita magnética, sòmente certos grupos de camadas da formação produzirão concentrados apropriados. Outras são de granulação tão fina que não permite a separação da sílica, quaisquer que sejam os métodos de beneficiamento".

A preservação do Mesabi, como reserva para necessidades militares futuras, e as fabulosas despesas exigidas pelo aproveitamento da taconita, tendem a aumentar a importação, pelos Estados Unidos, de minérios de alto teor metálico.

Com a terminação das obras do canal St. Lawrence, permitindo a navegação de navios de grande calado entre o Atlântico e os Grandes Lagos, o problema da importação do minério de ferro será consideràvelmente facilitado. Para o aumento dessa importação deverá concorrer também o elevadíssimo custo resultante do emprêgo da taconita.

Antes a espectativa dessa insuficiência, que ameaça gravemente sua indústria siderúrgica, as principais emprêsas norte-americanas empenharam-se em pesquisas e medidas outras que lhes assegurem o suprimento do minério de que tanto carecem.

Na Venezuela, a Bethlehem Steel Corporation tem reservas estimadas em 60 milhões de toneladas e conta receber por ano, a partir de 1951, cêrca de 2.400.000 toneladas. Nesse país, a United States Steel Corporation obteve em 1947 o privilégio de explorar, pelo prazo de 100 anos, as jazidas do Cerro Bolivar, situado a oeste do rio Orenôco, avaliadas em mais de um bilhão de toneladas. Consta que o minério do Cêrro Bolivar tem o teor médio de 59 % e que a sua exportação poderá ser iniciada em 1955.

Um grupo formado de emprêsas norte-americanas e canadenses fará a exploração de jazidas existentes na região do Labrador, no Canadá, que já foram avaliadas em 350 milhões de toneladas de minério com teor de ferro acima de 60 %. A exploração dêsses depósitos exige recursos de ordem de 200 milhões de dólares, para uma produção

anual de 10 milhões de toneladas. Sôbre as vultosas despesas dessa exploração devem-se considerar ainda as enormes dificuldades apresentadas pela região, que congela durante metade do ano, de modo a impedir o serviço de extração do minério nesse período de tempo.

Do Chile, onde tem concessões e possui jazidas, a Bethlehem Steel Corporation vem recebendo minério com o teor médio de 65 % de ferro. No ano de 1948, chegou a receber 2.600.000 toneladas.

Na Libéria, estão sendo executadas obras, inclusive a construção de uma ferrovia de 72 quilômetros, para explorar as jazidas de Bomi Hills, avaliadas em cêrca de 20 milhões de toneladas de minério de ferro com o teor médio de 68%. Conta-se com a exportação anual de um milhão de toneladas, a começar de 1951. A exploração está sendo feita pela proprietária de minas, a Libéria Mining Company, sob o contrôle da Republic Stell Corparation.

Algumas emprêsas norte-americanas têm procurado incluir o Brasil entre as principais fontes dos seus suprimentos, sem maiores resultados, até agora, porque pretendem direitos que são desautorizados pela nossa vigente legislação.

Pensamos, contudo, que a crescente escassez do minério nos Estados Unidos e a exigência de imensos recursos para financiar os referidos empreendimentos naquele país e no Canadá, tornarão o Brasil, em face da notável riqueza e facilidade de exploração das suas jazidas, um dos grandes fornecedores dessa matéria prima. Aliás, o interêsse pela importação do nosso minério já está sendo manifestado por outros países.

ESTADO ATUAL DA EXPORTAÇÃO

Estabelecido o princípio de que a exportação sendo de interêsse para o Brasil, em determinadas condições econômicas, constitui ainda forma de colaboração internacional, organizaram-se sociedades comerciais destinadas a explorar minério de ferro no País, especialmente no Estado de Minas Gerais. Entre êles, destacamos a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. que, depois de incorporar a Estrada de Ferro Vitória a Minas e de adquirir os estudos e projetos da Itabira Iron, celebrou com o Govêrno, em 6 de agôsto de 1940, contrato de concessão para explorar a citada ferrovia, construir e explorar o ramal de Barbados ao Pôrto de Santa Cruz e ter preferência nas lavras de Minas situadas na zona privilegiada do vale do Rio Doce. Por êsse contrato, obrigava-se a Companhia a colocar a estrada de ferro em condições de transportar mercadorias e principalmente o mínimo anual de 3 milhões de toneladas de minério de ferro.

Encontrava-se a Companhia em sérias dificuldades financeiras, quando as graves imposições da última guerra levaram os governos do Brasil, da Inglaterra e dos Estados Unidos a firmarem, em 3 de março de 1942, os chamados "Acordos de Washington", estabelecendo as seguintes condições principais:

— Em relação ao Brasil:

a) Encampação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, remodelação e reaparelhamento da mesma para um transporte anual mínimo de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro;

b) Preparação do cais de minério de ferro, no pôrto de Vitória, para o embarque da referida tonelagem de minério de ferro;

c) Organização de uma companhia brasileira para explorar as minas de Itabira. Da direção da companhia participariam norte-americanos até que fôsse liquidado o empréstimo de 14 milhões de dólares a ser concedido pelo Export-Import Bank of Washington.

d) Vender, durante 3 anos prorrogáveis, a cada um dos governos inglês e americano, 750 mil toneladas de minério de ferro, por ano.

— Em relação à Inglaterra:

Adquirir, e ceder ao Brasil gratuitamente, as jazidas e demais pro-

priedades do grupo British Iron Company.

— Em relação aos Estados Unidos:

Conceder ao Brasil, por intermédio do Export-Import Bank of Washington, o crédito de 14 milhões de dólares para a compra, nos Estados Unidos, do equipamento necessário à Companhia. O pagamento dêsse empréstimo seria feito mediante taxa de 15% sôbre o preço de cada tonelada de minério exportado e 2 dólares por tonelada de minério transportado na estrada de ferro.

No cumprimento dêsse acôrdo, o Govêrno brasileiro baixou o Decreto-lei n. 4.352, de 1 de junho de 1942, que prescreveu, entre outras medidas, a constituição da Companhia Vale do Rio Doce, com o capital inicial de 200 milhões de cruzeiros.

Dois outros empréstimos foram contraídos no referido Banco norte-americano, um de 5 milhões de dólares e outro de 7,5 milhões de dólares, êste a juros de 3,5% e aquêle a juros de 4%.

Os recursos da Companhia, compreendendo capital inicial, debêntures, empréstimos internos e externos, somam 1 bilhão e 530 milhões de cruzeiros.

Com tais disponibilidades, espera a Companhia concluir brevemente as obras programadas para a exportação de 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro.

Ao certo, as exportações atingiram:

De 1940 a 1945...	468.846 t.
Em 1946.....	40.842 t.
Em 1947.....	157.328 t.
Em 1948.....	346.302 t.
Em 1949.....	471.901 t.

A exportação pelo pôrto do Rio de Janeiro, através da Central do Brasil, começou muito antes e compreendeu principalmente o manganês. A de ferro tem sido intermitente e muito variável. Em 1930 era apenas de 11 toneladas; no período 1940-1945, a média anual foi de 222.189 toneladas; em 1946 e 1947, caiu a média para 26.817 toneladas; em 1948 e 1949, subiu a 228.330 toneladas.

SOLUÇÕES PARA A EXPORTAÇÃO EM GRANDE ESCALA

Em meses do segundo semestre de 1948, reuniu-se, nesta Capital, a Comissão nomeada para estudar as necessidades e os recursos do Brasil, juntamente com a que foi designada pelo Govêrno norte-americano, sob a chefia do Sr. John Abbink, para o mesmo fim.

Participando das Subcomissões de Transportes e Minérios, tivemos ensejo de estudar, com abalizados técnicos patrícios, soluções para a exportação do minério de ferro em grande escala, tal como pode convir à economia nacional.

Depois de aprofundado exame do assunto, em seus fundamentais aspectos, julgamos oportuno definir, preliminarmente, a "atitude do Brasil em relação à exportação do minério de ferro", apoiando-a na legislação vigente e em legítimos interêsses nacionais. Declaramos, que "o Brasil considera suas importantes jazidas de minério de ferro, principalmente as do centro do Estado de Minas Gerais, como capazes de acelerar-lhe o desenvolvimento econômico e social, desde que racionalmente aproveitadas. Entre as formas de aproveitamento racional, julga que a constituição de substanciais correntes exportadoras de minério *in natura* e de produtos semi-acabados de ferro, é das mais indicadas. Nesse sentido, está disposto a promover ou encorajar o estabelecimento de relações comerciais com emprêsas norte-americanas, produtoras, distribuidoras ou consumidoras de minério de ferro, tendentes à concretização dêsse objetivo".

Considerando a região ferrífera de Minas Gerais como a naturalmente indicada para a grande exportação, a subdividimos em duas grandes zonas: uma, formada das minas de Itabira e da bacia do rio Doce, dispondo da Estrada de Ferro Vitória a Minas e do pôrto de Vitória, para o escoamento e embarque do minério; a outra, constituída das jazidas situadas nos vales

do rio das Velhas e do rio Paraopeba, tributárias da Central do Brasil, que as liga ao pôrto do Distrito Federal. Estas jazidas são de propriedades privadas e distam, em média, 500 quilômetros do pôrto desta Capital, que pertence à União e é por ela administrado; aquelas, em sua maioria, pertencem à Companhia Vale do Rio Doce, que também é proprietária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e explora, na qualidade de concessionária, o pôrto de Vitória, do qual distam as principais cêrca de 600 quilômetros.

Essa diversidade de situações determinou soluções distintas para a exportação o minério e ferro procedente das citadas regiões. Assim, encaramos a exportação pelo litoral do Espírito Santo, e pelo pôrto do Distrito Federal e o litoral do Rio de Janeiro, empregando-se a palavra litoral para abranger ainda os portos que seriam construídos em Aracruz (Santa Cruz), naquele Estado, e em Itacurussá, no Estado fluminense.

1º) Exportação pelo Espírito Santo.

Comportaria 3 soluções, conforme a exportação anual, em toneladas, fôsse de 1,5 milhão, 3 milhões e até 30 milhões.

A primeira solução corresponde ao programa que está sendo executado pela Companhia Vale do Rio Doce. Não necessita de novo financiamento e devia estar concluída dentro de 30 meses.

A segunda solução exigirá novas obras e instalações, como usinas de concentração e sinterização, ampliação do equipamento de extração e melhoramentos na Estrada de Ferro Vitória a Minas e no cais de Vitória, em 3 anos prováveis de trabalhos e despesas estimadas em 352 milhões de cruzeiros.

A terceira solução prevê modificações profundas e generalizadas no sistema constituído pela extração do minério, seu transporte ferroviário e embarque portuário. Seriam necessários: desenvolver a exploração de outras jazidas, como as de Conceição e Dois Córregos; construir o pôrto de Aracruz em condições de permitir a carga do minério e a descarga de combustíveis importados; ligar êsse pôrto aos centros produtores de minério por uma nova estrada de ferro de cêrca de 500 quilômetros de extensão e bitola de 1,60 m; aparelhar, enfim, êsse meio de transporte para o tráfego a executar. Esta solução poderia ser executada dentro de seis anos e foi estimada em 4.744 milhões de cruzeiros.

Tanto a segunda como a terceira solução seria negociada com grupos detendo recursos financeiros e técnicos, mediante condições relativas:

— à produção e venda de minério;

— ao reembôlso de capital por meio da receita resultante da venda do minério;

— à construção e operação da via férrea e do pôrto contemplados na terceira solução.

Além disso, seriam cabíveis ajustes suplementares de interêsse mútuo para os contratantes, tais como os que se referissem à utilização do espaço de retôrno dos navios para o transporte de carvão destinado ao mercado brasileiro, e ao preparo do minério, nas jazidas, com o fito de não desperdiçar material aproveitável da lavra.

2º) Exportação pelo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro.

As condições atuais do pôrto desta Capital não permitem exportação acima de 1 milhão de toneladas de minério, sem graves inconvenientes gerais.

Não seria impossível o preparo dêsse pôrto para embarque até 10 milhões de toneladas, como admitiu a Comissão ao indicar a solução alternativa — Distrito Federal ou Estado do Rio de Janeiro. Mas, o transporte dessa elevada quantidade de minério exigirá: junto ao pôrto da Capital, terreno com uma 1.600 metros de comprimento e 500 de largura, para a instalação da terminal necessária; no trecho entre Japeri e o pôrto, linhas novas, que teriam de ser construídas a custo de onerosas desapropriações, dado o valor dos imóveis à margem da Linha Auxiliar, onde cresce impen-

nionantemente o movimento de passageiros suburbanos e do pequeno percurso.

Ao nosso ver, estas duas razões, além de outras, desaconselham a exportação do minério pelo pôrto do Distrito Federal, quando excedente de 1 milhão de toneladas. Não obstante, a Comissão também considerou êste caso.

Para nós a solução conveniente é da exportação pelo litoral do Estado do Rio de Janeiro. Construir-se-ia um "pier" na enseada de Itacurussá, ao norte da bahia de Sepetiba, destinado ao embarque de minério e recebimento, em retôrno, dos combustíveis importados. Sua ligação à Central do Brasil seria feita por Japeri, mediante a construção de uma linha de 34 quilômetros, em terreno de baixada e de pequeno valor locativo, dos quais 15 quilômetros, entre o citado entroncamento e a Escola de Agronomia, já estão preparados para receber a superestrutura.

As obras e aquisições pertinentes a esta solução foram avaliadas em 1 bilhão de cruzeiros, conforme demonstração seguinte:

	Cr$
a) Construção e aparelhamento do "pier" de Itacurussá.....	165.600.000,00
b) Obras e melhoramentos na Central do Brasil.....	237.600.000,00
c) Material rodante e de tração.....	596.800.000,00

O título (a) abrangia: dragagem, construção de um "pier" de 300 metros de comprimentos e 30 metros de largura; aparelhamento mecânico para carga e descarga dos navios; construção de edifícios para administração, oficinas, depósitos, armazéns e casas residenciais.

O título (b) compreendia: construção do trecho Itacurussá-Escola de Agronomia e acabamento do trecho desta Escola até Japeri; construção da terminal de Itacurussá; conclusão das variantes: Barbacena-Carandaí e Pedra do Sino-Buarque de Macedo; montagem do C.T.C. entre Barbacena e Lafaiete e entre Japeri e Barra do Piraí; reestruturação da via permanente nos trechos: Lafaiete-Fecho do Funil, Lafaiete-Santos Dumont e Três Rios-Barra do Piraí; construção de mais desvios em Lafaiete e pontos de carregamento de minério.

O título (c) alude à compra de locomotivas Diesel-elétricas e vagões adequados ao transporte de minério.

Com exceção do relacionado, para o trecho Japeri-Itacurussá, refere-se o título (b) ao que a Central do Brasil programou e está executando ordinàriamente na Linha do Centro, a fim de atender às necessidades normais do seu crescente tráfego. Dêsses empreendimentos, já está concluída a variante Barbacena-Carandaí, com 42 quilômetros de extensão, e em adiantado estado de construção acham-se a variante Pedra do Sino-Buarque de Macedo, com 4 túneis prontos, e o C.T.C. nos trechos Japeri-Barra do Piraí e Barbacena-Lafaiete.

Quanto às locomotivas e aos vagões previstos no título (c), deve-se esclarecer que a despesa estimada de Cr$ 596.800.000,00 seria efetuada parceladamente, em décimos correspondentes ao material necessário ao transporte anual de 1 milhão de toneladas.

No caso da exportação por Itacurussá, ficariam afetas à Central do Brasil as questões concernentes ao transporte ferroviário e embarque do minério no "pier". O fornecimento do minério seria livremente contratado, com os proprietários das minas pelo financiador das obras e melhoramentos da Central do Brasil.

Nos ajustes de financiamento, seriam adotadas cláusulas regulando:

— o resgate do investimento mediante descontos sôbre as contas de fretes ferroviários e contribuições devidas ao serviço de embarques no "pier";

— os fretes e as contribuições portuárias a serem cobradas dentro de determinado prazo de tempo e em condições especiais, como as decorrentes do aproveitamento do retôrno dos trens;

— a participação do financiador nos estudos e execução das obras,

em igualdade de condições com os nacionais.

Do ponto de vista técnico, as soluções indicadas são inteiramente exeqüíveis. As sérias dificuldades residem no financiamento, não tanto pelo vulto do capital a comprometer, mas sobretudo em virtude da falta de concordância entre os grandes interêsses em jôgo.

No entanto, um forte grupo de industriais brasileiros e belgas, com o apôio do Banco de Bruxelas, está estudando proposta que pretende apresentar ao nosso Govêrno, para a exportação anual até 5 milhões de toneladas de minérios, nas condições gerais projetadas para o escoamento via Itacurusssá.

Dado o benéfico efeito que exportação assim quantiosa teria na economia do País, e a circunstância de que os melhoramentos conseqüentes na Central do Brasil estão sendo reclamados, de há muito, pelo tráfego na Linha do Centro, cujo aumento se acentuará com a próxima expansão da usina de Volta Redonda, pensamos que o Govêrno devia tomar a si a responsabilidade pelo financiamento da solução projetada.

Em recente mensagem ao Congresso Nacional, o Sr. Presidente da República transmitiu exposição de motivos em que o Ministério da Fazenda opina a favor de uma sugestão do Govêrno do Território do Amapá, no sentido de ser promulgada lei autorizando o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo de 35 milhões de dólares, que será tomado no International Bank for Reconstruction and Development pela emprêsa brasileira Indústria e Comércio de Minérios S.A., destinado a financiar o aproveitamento das jazidas de manganês no referido Território.

Sabe-se que as emprêsas siderúrgicas norte-americanas já estão sentindo dificuldades para conseguir o manganês que não puderam importar do seu principal fornecedor — a Rússia. De 385 mil toneladas, em 1948, o fornecimento do manganês procedente daquele país, desceu a 73 mil toneladas no ano de 1949.

Por outro lado são bem limitadas as jazidas mundiais de manganês a que podem recorrer aquelas emprêsas para manterem a maior fabricação de aço do mundo.

Daí, o empenho com que elas se associam a cometimentos como os do Amapá.

Nos estudos com a Missão Abbink, resolveu-se restringir a exportação de manganês de Minas Gerais, cujos depósitos, já bem desfalcados, devem ser poupados em benefício da nossa própria siderurgia. Admitiu-se, então, o fornecimento, para o Exterior, do manganês do Amapá e do Urucum, êste em Mato Grosso. Julgamos, porém, que se devia aproveitar essa situação para resolvermos, paralelamente, o problema da exportação de minério de ferro, associando-o, tanto quanto possível, ao do manganês tão requestado pela indústria dos Estados Unidos.

De qualquer modo, consideramos problema de alta relevância para a economia nacional, a exigir do Govêrno pronta e completa solução, o que se refere à exportação intensa, industrialmente organizada, do minério de ferro do Estado de Minas Gerais, segundo as indicações apresentadas ou outras que sejam julgadas mais acertadas.

A solução dêste magno problema, além dos benefícios diretos às regiões onde se desenvolverão as múltiplas atividades relacionadas com a exportação, desde a lavra ao embarque marítimo do minério, proporcionará permanente receita que há de pesar, de modo apreciável, na nossa balança internacional de comércio. Para se ter uma idéia aproximada dessa influência, basta considerar a importância das "divisas" correspondentes à exportação de 10 milhões de toneladas, à base atual de 8 dólares FOB, por tonelada, preço que tende a aumentar.

III

CONCLUSÃO

Nesta convicção, vamos encerrar a nossa palestra. Na singeleza do

seu contexto, procuramos dizer algo do substancial efeito que o minério de ferro poderá produzir na economia nacional, se o seu aproveitamento tiver soluções nos moldes das que foram indicadas pela Subcomissão que trabalhou com a Missão Abbink.

Tratamos de assuntos já difundidos, é bem certo. Mas, nem sempre a originalidade está em versar o desconhecido ou em expor de forma singular. Êsse mérito também pode ser concedido pela oportunidade no manifestar-se, e estamos em que azado é o momento de os brasileiros sinceros do nosso patriotismo contribuírem, na medida dos seus préstimos, para que os problemas das matérias primas, essenciais à grandeza e segurança da Nação, sejam solucionados brevemente e de acôrdo com o transcendente destino das mesmas.

As grandes verdades, as que interessam realmente à vida do País, precisam ser apregoadas, ainda que repetidas muitas vêzes, e sem o sabor próprio da novidade. Talvez sirvam aos camaradas alunos desta Escola, que hoje, como nos anos em que a cursávamos, devem sentir, sob o domínio dos afanosos e apurados trabalhos discentes, a mesma angústia de tempo para colhêr dados e informações, dependentes de leituras ou pesquisas demoradas.

Seja qual fôr sua utilidade, só nos resta agora agradecer a todos a enobrecedora presença e complacente atenção.

NOVA IGUAÇU

GRANDE VENDA DE TERRENOS NO BAIRRO TRES CORAÇÕES

Agua — Luz — Posse imediata — Lotes a Cr$ 8.000,00 — Entrada, Cr$ 800,00 — 60 prestações de Cr$ 120,00

Cia. de Vendas: EMPRÊSA IMOBILIÁRIA "ARARIBÓIA"
Rua Bernardino Melo, 1839 — 2º andar — Sala 26 — Tel. 409-J20

(Em frente à estação de Nova Iguaçu)

ALMEIDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA.

Succ. de L. B. de Almeida & Cia.

RUA DOS ARCOS, 28 A 42 — RIO

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DA CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL — CIA. SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA E OUTRAS USINAS NACIONAIS

CHAPAS de ferro PRETAS-GALVANIZADAS e CORRUGADAS para portas de aço e coberturas — FERRO em barra chato — VERGALHÕES redondos e quadrados — CANTONEIRAS L — T — U — EIXOS para transmissões — VIGAS I e U — AÇO em barras, vergalhões e em lâminas para portas — TUBOS de ferro galvanizados prêtos, vermelhos e de aço para caldeiras de tôdas as grossuras e comprimentos e outros materiais do ramo.

FUNDIÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS

Telefones: Armazém — 22-0409 — 22-1718 — 22-2746 — 22-1584 — Escritório Técnico — 42-4675 — Contabilidade — 22-1342 — 22-2549.

O PROBLEMA CENTRAL DO MOMENTO BRASILEIRO

(POLÍTICA MONETÁRIA)

Cel. J. B. MAGALHAES, da 1ª Classe da Res. do Exército

(AOS JOVENS CAMARADAS DAS FÔRÇAS ARMADAS)

A vida do indivíduo como a das sociedades, tem por elemento fundamental a ordem econômica. É a base sôbre que assenta e sem cuja boa constituição nenhum outro de seus aspectos pode se desenvolver de modo satisfatório.

Certamente do ponto de vista moral, há indivíduos de excepcional estrutura, fortalecida pela respectiva formação, capazes de sobrepujarem a miséria mais extrema, sem desmerecerem a grandeza de sua maneira de agir. É o caso dos heróis ou dos santos. Mas, a quase totalidade dos homens tem seus procedimentos amarrados às condições materiais de sua vida. A insatisfação de necessidades primordiais desta leva-os a proceder de modo muito diferente, até condenável, do ponto de vista da moralidade, daquele que lhes seria natural, se não lhes faltasse o de que precisam para viver com um mínimo confôrto.

De tal modo é isto real na sociedade moderna, e acreditamos que em todos os tempos, que muitos indivíduos, levados pela preocupação de adquirir uma situação econômica fácil, chegam a perder de vista outros interêsses da vida. Alguns subordinam tudo à preocupação de enriquecer, de ter meios para o que chamam desfrutar a vida, que vivem afinal sem nenhuma finalidade apresentável.

É fato, porém, que o homem, dominado pela preocupação de conseguir o necessário para se manter; atormentado pela incerteza de ter ou não o necessário no dia de amanhã, não se pode convenientemente expandir, dando pleno desenvolvimento às suas melhores qualidades.

Na vida das sociedades, a importância do fator econômico é ainda mais fortemente predominante. Sem uma economia próspera, nenhuma sociedade pode progredir seja sob que aspecto fôr. Nelas a satisfação das necessidades do conjunto que a constitui, só pode ser obtida por uma *riqueza coletiva*, que tenha os seus benefícios suficientemente repartidos por todos, isto é, uma economia convenientemente organizada. Se as condições econômicas existentes não permitem essa repartição, os diversos grupamentos de que se formam as sociedades, têm desníveis de vida grandemente acentuados, entre os dois extremos constituídos pelo excessivo luxo, para alguns poucos e a maior pobreza ou miséria, para os muitos outros. A organização de tais sociedades torna-se instável, a sua vida insatisfeita e intranqüila. Faltam à maioria coisas elementares que lhes permita sentir a liberdade de viver com suficiente satisfação e segurança.

Manifestam-se nos grupos mais desfavorecidos tendências à revolta, que se podem desenvolver consideràvelmente, até se tornarem em rebelião ativa declarada.

A riqueza de uma sociedade nacional qualquer fundamenta-se nas relações do homem com a terra, olhadas do ponto de vista de sua exploração, isto é, do melhor aproveitamento dos seus recursos para servir do que há mister a vida da população tôda. Ela se fundamenta nisto e no ajustamento de suas relações econômicas com as demais nações do mundo.

No momento em que vivemos, à conseqüência naturalmente também da capacidade de compreensão das características da revolução científico-industrial plenamente desenvolvidos no século XIX, pela utilização do carvão de pedra e aceleradamente ampliadas no século XX, com o emprêgo de novas fontes de energia para o trabalho da máquina. É no trabalho da máquina, e em sua conveniente utilização prática que residem tôdas as possibilidades de progresso moderno das nações. Progresso que, se, de um lado, tem o seu desenvolvimento resultante da capacidade técnica, de outro, é relativo, às disponibilidades existentes em fontes de energia industrial, abundantes, de bom rendimento e bom preço.

Quaisquer que sejam, porém, as condições de riqueza econômica de uma nação, esta riqueza se traduz sempre por sua *política monetária*. A moeda é a representação do valor das coisas e serviços que os homens negociam ou trocam entre si. A quantidade de moeda existente deve corresponder, portanto, às necessidades dessas trocas. Desde que a *política monetária*, os procedimentos governamentais que regulam a existência da quantidade de moeda, desconhecem êste *seu exclusivo significado*, o jôgo normal do comércio entre os homens se perturba. E as perturbações produzidas traduzem-se no mecanismo dos preços, das utilidades e serviços e, por via dêsse mecanismo, se extendem a todos os aspectos da vida nacional, dos indivíduos e dos diversos grupos de que se constitui a sociedade. Desorganiza-se a vida social, porque se desorganiza a economia da sociedade, o elemento básico em que ela assenta. Para que tal não se dê, evoluindo a economia conforme as condições naturais que lhe são próprias, é mister que a quantidade de moeda existente, *o meio circulante*, o valor abstrato que facilita a troca de uns valores pelos outros, quer sejam produtos quer serviços, corresponda ao valor global dessas trocas. Quer isto dizer que a quantidade de moeda existente, o volume do meio circulante, constituído pelas diferentes espécies de moeda, deve oscilar, acompanhando o ritmo de variação da riqueza nacional comerciável.

Preciso é não se esquecer o que significa o dinheiro, coisa que ocorre muito freqüentemente. Representa riqueza, não é riqueza por si mesmo. Facilita o comércio, mas êste se pode fazer sem êle por troca direta de produtos e serviços, como se tem visto ainda recentemente entre as nações.

Se emitir dinheiro de papel para comprar ouro, adquirir cambiais, cobrir deficits orçamentários, fazer obras, comprar armamentos etc., fôsse cousa legítima normal, nenhuma nação precisaria trabalhar. O recurso ao emissionismo é mero abuso de confiança dos governos, não é política a que se possa chamar honesta. E êste abuso foi das ações mais nefastas do período getuliano.

A superabundância de dinheiro, de resto, não quer dizer que se tenha o que é preciso para adquirir o necessário. A um nababo no deserto que lhe vale o seu livro de cheques?

Nada, porém, evidencia melhor quanto é leviano ou desonesto o emissionismo monetário, se não resulta da necessidade de atender-se a uma circunstância urgente, uma guerra, por exemplo, sem correspondência com as exigências do comércio da *produção nacional realizada*, do que o fato de haver também inflação de ouro, isto é, aumento do custo da vida para todos, mas com o qual sofrem apenas os pobres, os que não tem ouro.

Em política monetária é preciso jamais esquecer a noção do que é o dinheiro e do que para que serve, a sua finalidade social.

Não deve haver falta e muito menos excesso de dinheiro. A falta embaraça os negócios e retarda o desenvolvimento da economia, desestimulando mesmo a produção, porque promove natural rebaixa nos preços. O excesso, é porém, pior, porque funciona como *falsificação dos valores*, falsificação contra a qual a reação natural e irrecorrível é a elevação dos preços e o *aumento do custo da vida*.

Os governos que recorrem a êsse expediente procuram comumente atenuar os seus efeitos pelo constrangimento oposto a tal elevação de preços por um mecanismo administrativo, o que é, no entanto, muito pouco producente, mesmo em povos evoluídos como o britânico. Nenhum govêrno ter fôrça bastante para dominar o que é natural, sujeitar as reações da natureza.

O *excesso de moeda* produz na economia um estado de moléstia, a que se denomina *inflação*. Moléstia que se caracteriza por excitação inicial dos negócios levada sem demora ao estado febril e que rápidamente provoca o surto de um estado despressivo que pode conduzir, por enfraquecimento progressivo, até a desorganização geral do equilíbrio social.

O fenômeno, em estado grave, se traduz por uma alta aceleradamente crescente dos preços das utilidades e serviços, independentemente de mas naturais condições de existência, promovendo encarecimento contínuo do custo da vida, de que resultam dificuldades para todos os que não lucram com a alta de preços, e isto reage fomentando a corrupção de tudo, até os maiores extremos. Tudo tende a se corromper em conseqüência disto, desde a moralidade individual e da família, até a da magistratura e da administração pública.

O excesso de meio circulante, se existente por defeito da máquina governamental, de aparelhos reguladores da *circulação monetária* de acôrdo com a variação da riqueza comerciável, é prova de insuficiência política dos governantes; mas, se existentes por *artifício* político, como se engendrou no govêrno discricionário é testemunho sobretudo de sua falta de moralidade. Tais casos se dão quando os negócios públicos são decididos por homens ávidos de lucrar dinheiro e que se prevalecem das funções de govêrno que exercem, ou com êles relacionados, todos indiferentes aos sofrimentos alheios e destituídos de quaisquer preocupações cívicas. Só preocupados em satisfazer ambições pessoais. Êles *forçam o acréscimo do meio circulante*, porque isto implica em diminuir o valor da unidade da moeda, o que redunda em *aumento de preços*. O *aumento de preços* excita a princípio os negócios e mesmo a produção. Mas porque *se faz constante*, com o ritmo cada vez mais acelerado, acaba por desencorajar a esta que demanda sempre confiança no futuro e certo tempo para se efetuar, tempo durante o qual o custo da maquinária, da matéria prima e dos salários varia, tornando duvidosos os seus lucros, impossíveis de prever ou calcular com justeza. Entra então a ser preferida a especulação. O lucro não mais resulta de vender muito, porém, de vender mais caro. Os que possuem estoques de mercadorias tratam de os ocultar para vendê-los por preços mais altos.

Destarte o dinheiro se carreia para os cofres dos ricos e dos que se fazem ricos pelo jôgo das especulações no comércio, na indústria e no banco. Os que vivem de rendas fixas vão se empobrecendo e os que vivem de salários e vencimentos, embora as euforias passageiras dos seus aumentos periódicos, também perdem continuamente, porque tais aumentos sòmente se efetuam após o *encarecimento da vida*, depois de um período mais ou menos longo de reclamações, e jamais simultâneamente para todos os que vivem dêsses recursos.

A miséria e o número de miseráveis aumentam. Ingressam na situação econômica do proletariado, antigos componentes das chamadas classes médias, inclusive militares e funcionários, razões porque Lenine dizia que a inflação trabalha em favor do comunismo. Tôda a vida

da sociedade se perturba. Mergulham na pobreza antigas famílias que desfrutavam de situação brilhante e surgem os novos ricos sem tradição de cultura, que abastardam os costumes ostentando luxo sem nenhuma elegância. A corrupção se espande pela premência que tem a maioria de satisfazer essenciais necessidades da vida e pelo mau exemplo do êxito fácil que ostentam os trampolineiros e inescrupulosos. A idéia do trabalho honesto como meio normal de progredir na vida, cede lugar, no espírito da juventude, pelo exemplo do que vêem, à fascinação do jôgo, do golpe ou da falcatrua, empregados impunemente pelos lucradores.

Quando uma nação é envolvida em tal estado de coisas, o *seu único problema político* é pôr-lhe um paradeiro, porque sem isto nenhum outro problema poderá ser resolvido. Falta-lhe o essencial para a normalização de sua vida. Falta-lhe *uma ordem* baseada no predomínio de justos conceitos morais, suficientemente estável e consubstanciado pela consciência dos deveres de responsabilidade dos indivíduos e grupos sociais em relação à coletividade. Nenhum outro dos seus problemas poderá ser resolvido, porque êsse estado de coisas, *criado pelo inflacionismo monetário*, resulta da incapacidade política, técnica e moral dos governantes, que o gerou, e porque tudo que se tentar fazer sem primeiro pôr em ordem a *política monetária*, será debalde. Apenas fomentará mais desordem, pois que será efetuado por gente incapaz, por motivos diversos, evidentemente. Nenhum outro problema se resolverá a contento nacional, pois que sua solução normal reclama a existência de qualidades nos governantes e legisladores que a existência do inflacionismo monetário, feito sem o constrangimento de calamidades a atender, denuncia faltarem. Não se resolverão, notadamente, os problemas militares. Êstes, sem nenhuma exceção, ficam insolúveis porque todos êles reclamam despesas e sòmente podem ser convenientemente atendidos, quando há normalidade na situação econômica.

O inflacionismo monetário, portanto, além de ser perturbador para a vida mesma dos militares, como se dá com todos os que vivem de rendas fixas, salários e vencimentos, a quase totalidade da população, atenta gravemente contra os fundamentos da segurança nacional. Ademais, repercute violentamente na própria mentalidade dos militares, influenciados pelos reflexos incidentes sôbre êles do que se passa em tôda a sociedade. A sedução do luxo, a idéia de gozar, ou a preocupação com o estado material da vida, leva a muitos dêles, abalados pelo enfraquecimento estrutural das instituições a que pertencem, a procurar obter sucesso em atividades extra profissionais.

Evidentemente, a situação de um país assim atingido, não pode durar indefinidamente. A agravação contínua do mal leva a nação a convulsões revolucionárias, mais ou menos caóticas e de difícil contrôle, enquanto novos elementos não assumam os poderes de sua direção, que ela aceitará cansada da desordem, por mais despóticos que sejam, ou ela se definha, e até mesmo perecerá. Em qualquer hipótese muito tem a sofrer.

É para isto que o Brasil vem de algum tempo a esta parte aceleradamente caminhando, como qualquer um pode ver a um simples exame do que ocorre em sua vida nos últimos tempos. Atingiu já a *"delicadíssima situação"* a que se refere o deputado F. Nobrega, em seu relatório sôbre o orçamento da Fazenda, para 1951.

Mostra êle que se não tem feito esfôrço algum para conter o descalabro inflacionista, apesar dos maiores responsáveis por isto não desconhecerem o mal. Por quê?

A resposta é simples, deficiência de patriotismo e falta de sentimento de responsabilidade. Que não desconhecem o mal, aí estão as falas repetidas do atual Ministro da Fazenda e do Chefe do Estado, documentando. Nem o mal, nem o remédio, que é única e exclusivamente proceder com espírito de

economia. Por que persistem? Por que persistem, lançando tôda a responsabilidade para o Congresso, sem dúvida também muito culpado? Vícios adquiridos na ditadura...

Evidentemente, os responsáveis por tais coisas falharam à missão principal dos governantes que é *manter a ordem nacional*, de que é elemento básico a da *política monetária*. Ordem esta que consiste essencialmente em *manter estável o valor representativo da unidade da moeda*, de que decorre a estabilidade das condições do custo da vida, condição essencial para o progresso tranqüilo da nacionalidade.

O mal reside efetivamente, em nossa incultura política e mesmo em outras deficiências de cultura, pois que poucos são os que pela prédica, e ainda menos pelos procedimentos, reagem contra tão funestos erros. De fato, como se vê da agitação política em virtude do momento eleitoral, entre nós prevalecem preocupações de fórmulas sôbre os fatos da política, e considerações de indivíduos sôbre tudo o mais, mas considerações de indivíduos sempre amarrados a interêsses pessoais mais ou menos subalternos, em meio da *quase total indiferença das élites*.

Isto criou a atual "*delicadíssima situação*" que, numèricamente, o relatório do deputado Nobrega traduz assim:

Deficit do Tesouro Nacional, relativo ao ano de 1949:

Cr$ 2.310.000.000;

Aumento do papel-moeda em circulação nesse ano: — Cr$ ... 2.349.000.000;

Aumento do papel-moeda depois de 31 de dezembro de 1945 até 31 de dezembro de 1949: — Cr$... 5.515.000.000;

Média anual das emissões: — Cr$ 1.627.000.000;

Aumento do custo da vida, entre 1945 e 1949, tomando-se por têrmo de comparação, o índice de 1938 = 100: 1945 — 199; 1946 — 213; 1947 — 273; 1948 — 265; 1949 — [illegible]

Que se opõe a isto? Nada. Aumentam-se as despesas criando um *deficit* em 1950 de mais de 5.800.000.000 de cruzeiros, cêrca de um têrço da receita!

Como se cobrirá êsse deficit? Pelo que se tem visto até agora, com o pior dos expedientes que é continuar a lançar mais papel-moeda em circulação, provocando maior *aumento do custo da vida*, mais intranqüilidade e sofrimentos para a massa da população, novos reajustamentos de salários e vencimentos, mais riqueza para os especuladores que lucram com a inflação, maior depauperamento nacional e mais lenha no fogo que aquece o êxito da *propaganda comunista* e de outros totalitarismos!

Alguns, quase tôda a gente, falam na correção do vício pelo aumento da produção. Certamente, se êsse aumento chegar ao *nível do volume da moeda em circulação*, deixará de haver inflação. Mas, será isto possível, se um dos efeitos desta é desencorajar aquela e estimular o jôgo e a especulação? Será possível se o volume do dinheiro não cessa de aumentar?

Outros, vêem a correção do mal em medidas de boa administração, de repressão ao imoralismo, em fiscalização efetiva dos serviços públicos, em melhor arrecadação das receitas, etc., o que sem dúvida é uma necessidade e prática muito útil. Mas, bastará? Será mesmo possível se se continuar a fazer inflação monetária? Não é esta prova de que faltam qualidades aos governantes para tanto?

O problema central do momento, para todos os indivíduos, para salvaguarda da família, para o revigoramento das instituições nacionais, notadamente, as militares; para que não pereça a democracia e talvez o Brasil, é, sem dúvida, fazer cessar o *inflacionismo monetário*, equilibrando orçamentos e obtendo saldos, que permitam queimar o excesso de papel-moeda em circulação. Ao menos estabilizar o valor da moeda!

Que os votantes do próximo pleito eleitoral e especialmente a gente mais letrada que pode influir neste, pensem nestas coisas

para escolha dos seus candidatos, à chefia do Govêrno e ao Poder Legislativo! Nenhum dos responsáveis diretos ou coniventes com o inflacionismo deve voltar...

O Brasil não pode prosperar, para a satisfação dos que o habitam, sem *ordem econômica*, bem assentada na ordem da *política monetária*, que traduz a realidade da sua riqueza e que reclama *ordem orçamentária*, dependente da consciência política e humana dos que legislam e governam, dos que fazem a política.

As classes armadas, para não falharem à sua missão cívica, devem ter consciência destas coisas, em vez de pugnarem só pelos seus ilusórios interêsses, e para se não deixarem iludir pelos maus gênios da política.

ARMAZEM VILMA

DE

JOSÉ CARDOSO DA SILVA

SECOS E MOLHADOS

BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

RUA "C" N. 36 — MESQUITA

ESTADO DO RIO

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral
Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina
Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia
Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRATIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

1850 - SETIEMBRE 23 - 1950

(EN EL CENTENARIO DE LA MUERTE DE ARTIGAS HEROE NACIONAL)

LUIS CARACE MOREIRA, do Club Juventude Americanista

Como ofrenda fraterna, símbolo de lazos amigos, de la América unida...

A MI PATRIA

URUGUAY — tierra noble y generosa — yo te amo porque he aprendido a venerar tu nombre desde la infancia.

AMO: el murmullo de tus rios y arroyos, que en sus senderos de plata, cada dia entonan hacia las alturas, un cántico gigante a tu alabanza.

AMO: tus suaves colinas, salpicadas de verde alfombra, y tus paisajes — ebrios de horizontes y lejanías.

AMO: tu cielo — girón albiceleste de gloria — que cobija cual magno dosel, cada trozo de tierra patria.

AMO: tus ciudades, promesas de futuro, en las que nacen y crecen las aspiraciones de los que soñamos en hacer grande tu nombre.

VENERO: tu pasado, aureoleado de heroísmo en cien combates a cuyo empuje brotó la libertad que hoy guardamos como dádiva preciada y generosa.

VENERO: la memoria insigne del héroe inmortal y Padre de la Patria: ARTIGAS, mágica unción que hace vibrar al unisono los más caros sentimientos patrióticos.

Tengo sentimientos de gratitud para los que con la inmolación de sus vidas en el altar sagrado de la Partia, han contribuido a darnos tu Independencia y a estructurar tu luminoso presente.

PROMETO: hacerme digno de tí para unir mis fuerzas en cimentar tu grandeza con el reinado constante de la justicia y del derecho.

PROMETO: mantener una norma de vida — respetando a todos tus hijos como a hermanos y llevando adelante el ideal que me trazare la vocación de mi vida.

Y PROMETO: dar toda mi existencia por la gloria de tu nombre si el defenderte un dia me exigiera morir por salvar tu libertad que es nuestra libertad. —

Melo, Junio de 1950 — Club Juventud Americanista

N.R. — O presente trabalho destinava-se ao número de setembro de "A Defesa Nacional", tendo sido, porém, recebido com atraso.

O "29 DE OUTUBRO" E A DEMOCRACIA (*)

Major FLORIANO MOLLER

I — INTRODUÇÃO

Determinou o Exmo. Sr. Ministro da Guerra que seja comemorada a data de hoje — 4º aniversário da restauração do regime, democrático em nosso país —, com o objetivo de "ressaltar as razões e as conseqüências benéficas trazidas pelo restabelecimento do regime democrático e fortalecimento moral da nação, mediante a participação de todos na vida pública."

No estudo dêste fato histórico, não nos cingiremos exclusivamente às causas imediatas, em geral acidentais, mas, como em tôdas as investigações históricas, procuraremos também apontar as causas mais remotas, sob os pontos de vista — político, social e econômico. Naturalmente que, não sendo nós nenhum historiador, faremos apenas um rápido escôrço do acontecimento, cingindo-nos, tanto quanto possível, aos limites préfixados pela nota ministerial.

* *

A propósito, em 1894, dizia Alcindo Guanabara num comentário sôbre a "História Constitucional da República" de Felisbelo Freire: "Narrar mais ou menos fielmente os sucessos dos tempos que correm, analisar friamente os antecedentes históricos, julgar a ação dos contemporâneos, emitir juízo sôbre personalidades que ainda se agitam, obra é que reclama tão forte quinhão de imparcialidade, de serenidade de ânimo, de desprendimento de paixões naturais, que lícito seria julgá-lo não existente em espírito humano. Dificilmente as gerações em causa podem aquilatar com rigor a verdade da ação que tenham exercido. A História é forçosamente uma função da posteridade: o tempo é condição essencial para que os fatos se apresentem com a nitidez da verdade, não da verdade dos pequenos detalhes, de seus intuitos. A História escrita dia a dia, imparcialíssima que seja, pode não ser verdadeira".

Por sua vez, o Professor Darcy Azambuja, em seu livro "Decadência e Grandeza da Democracia", assim se expressa: "A História há de ser sempre uma coisa discutida, por isso que os acontecimentos narrados, vistos através dos historiadores, têm fatalmente de sofrer a influência do temperamento e da formação mental de cada um, nascendo daí as divergências na apreciação e na crítica dos homens que nêles atuaram".

Pedro Calmon (História Social do Brasil), em 1939, não se julgava em condições de examinar os fatos da Proclamação da República porque haviam transcorrido apenas 40 anos. Êle assim se expressava: "A proximidade dos fatos prejudica-lhes o julgamento. Não há definitiva história de contemporâneos. Não é junto da montanha que se terá a impressão de sua grandeza. Só o tempo dá a correta perspectiva na placidez do horizonte despraiado."

E, dizemos nós: — com um ponto de fuga tão próximo — acre-

(*) Conferência feita para os oficiais da guarnição de Pôrto Alegre, em 29 de outubro de 1949.

ditamos que, para os nossos olhos de contemporâneos, a deformação da imagem que se nos apresenta seja muito violenta, vista a quatro passos, isto é, a quatro anos do fato que queremos examinar.

Por mais que queiramos ser justos e imparciais, ninguém consegue fugir à dominação coatora do meio em que se vive, — em que pese a afirmativa de um conhecido jornalista, de que "o historiador não muda o rumo dos acontecimentos; poderá, no máximo, dar sua interpretação pessoal."

O conhecimento dessa limitação levou certo escritor a afirmar que "o homem é a cada instante e em tôda parte escravo das circunstâncias que o cercam..."

Possìvelmente os nossos pósteros, quando os atores e co-participantes dos atuais acontecimentos estiveram fora de cena, divirjam da impressão que ora temos e retifiquem-na para a Posteridade. Foi bem compreendendo isso, que o aviso ministerial determinou que as preleções sôbre a data que hoje transcorre "não contenham alusões de ordem pessoal."

II — UM POUCO DE HISTÓRIA

O 29 de outubro tem sua origem na Revolução de 1930, que por sua vez teve suas origens nas campanhas políticas que precederam os movimentos revolucionários de 1922 e 1924 (primeiro e segundo 5 de julho) e a seguir o de 1926, assolando em particular o quadriênio de 1922/26, o qual decorreu quase todo em estado de sítio.

O drama nacional se foi desenvolvendo sob pressão dos acontecimentos, por fôrça de um determinismo histórico, incontrolável...

• •

Tendo em vista que "os mais graves acontecimentos políticos e sociais, em geral se originam em fatos econômicos", consoante afirmou o autor da "Interpretação Econômica da História", devemos mencionar a crise econômica de 1929, que, de u'a maneira geral assolou todo o nosso continente, provocando revoluções em quase todos os países latino-americanos.

• •

Por fôrça dos acontecimentos, a 24 de outubro de 1930 uma Junta Militar Governativa assumia o poder com a deposição do Presidente em exercício, passando-o, a três de novembro do mesmo ano, ao "Chefe da Revolução Nacional".

• •

O Presidente então no poder, inegàvelmente um caráter, íntegro, mas intransigente, cometeu alguns erros, entre os quais são apontados:

1) a não concessão da anistia aos revoltosos políticos dos dois governos anteriores, com o que poderia iniciar um govêrno de concórdia, sem ódios nem ressentimentos, já que fôra eleito sem oposição — candidato único que era;

2) ter considerado a questão social um simples caso de polícia, quando essa questão já deveria merecer a atenção de seu govêrno;

3) a intransigência na escolha do nome do seu sucessor, quando a praxe estabelecida era a da rotatividade do ocupante da cadeira presidencial entre Minas e São Paulo, só alterada em 1919 com a morte de Nilo Peçanha;

4) o expurgo eleitoral, por intermédio do Congresso, de alguns deputados de Minas Gerais e de tôda a bancada da Paraíba.

• •

Um dos pontos capitais da revolução de 30 era terminar com o continuísmo do Presidente da República, indicando o seu sucessor. Alegava-se que um dos males do regime republicano no Brasil, era a indébita intromissão dos presidentes na escolha dos seus sucessores. Cedo a Revolução de 30 viria mostrar que continuava verdadeira a velha máxima: "o pior govêrno é melhor do que a melhor das revoluções." Ela falharia num dos seus objetivos primordiais — terminar com o continuísmo de in-

terposta pessoa, vindo estabelecer o continuísmo de si mesmo na pessoa do supremo magistrado da Nação.

A constitucionalização do país só se processaria quatro anos mais tarde, após a Revolução Constitucionalista de 1932, isto é, depois de outro movimento armado.

O Chefe da Revolução de 1930 foi então eleito Presidente Constitucional, com a promulgação da Constituição de 1934.

* *

Parecia que o país entraria outra vez na normalidade constitucional, quando explodiu em 1935 a intentona comunista, levando o Govêrno a solicitar ao Congresso, leis de exceção para fazer face a essa conjuntura.

Todos nós estamos lembrados do que foi êsse golpe desfechado na calada da noite e que teve um caráter de violência, até então não apresentado em qualquer outra revolução nacional, "a que não faltou a traição ao amigo; a morte covarde do companheiro que dormia..."

Tinha razão o Papa Pio XI em sua encíclica "Divini Redemptoris", quando afirmava que: "O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir, em campo nenhum, a colaboração com êle, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã".

"O comunismo — a afirmativa é de Jacques Maritain —, não é apenas um sistema econômico; é uma filosofia da vida, fundada sôbre uma rejeição absoluta da transcendência divina, uma ascética e uma mística do materialismo revolucionário integral; é o comunismo uma catástrofe totalitária e ateísta da própria democracia e do seu impulso humanista."

* *

Já em 1937, de par com o perigo integralista, a campanha presidencial desenrolá-se sob grande efervescência, acirrando ódios, descontrolando paixões, ameaçando pronunciamentos... A opinião pública através do "slogan" — "*Na hora da borrasca não se muda o timoneiro*", esperava um milagre que livrasse o país dessa perigosa agitação que poderia ser fatal às nossas instituições.

O govêrno, indo ao encontro da opinião pública, com o apôio das Fôrças Armadas e o consenso geral da nação, estabeleceu o regime totalitário de 1937, outorgando à Nação uma nova Constituição, tal como fizera D. Pedro I em 1824.

* *

Forçoso é reconhecer que o govêrno ditatorial, de início foi uma necessidade, pois com o regime constitucional, ao que parece, não poderia fazer face aos extremismos, quer da esquerda, quer da direita, que ameaçavam arrastar o país para o abismo.

A par de excelentes dispositivos, o autor da constituição incluiu alguns outros de valor equívoco, podendo ser modificados segundo as circunstâncias e as conveniências do Govêrno.

Entre outros dispositivos, a constituição de 1937 fixava como prerrogativa do Presidente da República a indicação de um dos candidatos à sucessão, falseando-se assim, a plataforma do candidato de 1930. A duração do mandato passou a ser de 6 anos, em vez de 4, como até então.

Em 1942, quando da declaração do *estado de guerra* em todo o território nacional, o então Presidente decretou, no art. 2º, que deixavam de vigorar diversas partes da Constituição, entre as quais o artigo 175, primeira parte, "no que concerne ao *curso do prazo*".

Poucas pessoas talvez, tiveram curiosidade de verificar do que se tratava. A suspensão do *curso do prazo*, durante a vigência do estado de guerra, referia-se ao mandato presidencial, cuja contagem começara na data da constituição.

Aproveitou-se o decreto em que, com a declaração de guerra revidávamos a afronta feita à nossa honra, e aos nossos brios de brasileiros, para se encaixar um dispositivo eminentemente pessoal. Achamos que constituição nenhu-

ma antes da nossa teve u'a modificação dessa ordem. Nêste ponto não poderemos deixar de concordar com o antigo D.I.P.: — a constituição de 37 era "primus inter pares".

* *

Nunca se realizou o plebiscito fixado no art. 175 já citado, para que o povo homologasse a constituição outorgada e concomitantemente o mandato de seu outorgante.

Em que pese as excelências da Carta Constitucional de 1937, reconhecidas e proclamadas por muitos dos cultores do direito constitucional brasileiro, ela nunca chegou a ser posta em prática na parte política.

* *

Terminada a guerra em 1945, lògicamente deveria voltar a fluir a areia da ampulheta referente ao prazo presidencial interrompido em 1942, um ano e pouco antes do seu término.

Com o prazo vencido, só por imposição da opinião pública é que o Chefe do Govêrno fixou data para as eleições, que permitissem a reconstitucionalização do país.

Prêso à curul presidencial, não queria o então presidente compreender que não mais ocorriam as razões que porventura justificaram a sua permanência no espinhoso cargo durante o "curto prazo" de 15 anos.

Esquecia-se o seu ocupante que "a história se assemelha, mas nunca se repete e cada momento tem a sua particularidade irredutível." (Alceu Amoroso Lima)

Pressentindo que o país marcharia para a guerra civil, caso o então presidente faltasse ao compromisso de realizar as eleições na época marcada, as Fôrças Armadas, fiadoras que eram do compromisso assumido perante a Nação; — tendo a frente os seus chefes naturais — os generais — impuseram a renúncia ao seu ocupante, colocando na direção do Govêrno o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Êste foi o árbitro das eleições presidenciais e o país reencetou a sua marcha normal dentro dos preceitos democráticos.

III — INTERVENÇÃO DAS FÔRÇAS ARMADAS

Em rápido escôrço fizemos desfilar os acontecimentos que precederam o 29 de outubro.

A intervenção das Fôrças Armadas nos acontecimentos políticos de nossa Pátria tem sido uma imposição histórica. O Exército — única classe organizada — como parte integrante da Nação, não pode fugir aos apelos do povo, aos anseios da opinião pública e não pode deixar de atuar como elemento executor das aspirações nacionais. A História Pátria assim o tem mostrado em todos os grandes acontecimentos políticos nacionais; e o Exército, como um todo, jamais tem fugido ao chamamento dos seus compatrícios, sempre que as Instituições ou seus delegatários não mais representem a vontade do povo.

* *

Cabe aqui relembrar uma expressão do Professor Bazílio de Magalhães pronunciada em 1931 na Capital Federal, no "Curso de Extensão Universitário" realizado na Biblioteca Nacional e cujos exatos têrmos se me apagam na memória: "quando os civis que usam casaca se desmandam da ordem legal, os militares os puxam pela mesma casaca e os reintegram no cumprimento do dever."

O Gen. Moreira Guimarães em um magnífico estudo sôbre a Defesa Nacional, assim se expressava em 1922: "A Marinha e o Exército de uma nação refletem melhor do que esta ou aquela classe, a mentalidade dessa nação, tôdas as suas alegrias, tôdas as suas dôres, todos os seus anelos, tôdas as suas aspirações".

E frisava êsse ilustre historiador militar: "Ademais, há leis que se não violam, leis que não podem ser violadas; e a essas leis não fogem os acontecimentos militares de uma pátria — o seu Exército, tôda

a legislação do gênero, e as mesmas guerras, sejam civis, sejam internacionais."

* *

Assim foi a 7 de setembro de 1822! A Independência não foi conseguida apenas com o grito platônico às margens do Ipiranga. Foi o Exército que a efetivou, unindo sob uma mesma bandeira e um mesmo Poder as províncias do Sul e do Norte do país.

— Assim foi a 7 de abril de 1831 quando as Fôrças Armadas, interpretando a vontade do povo, forçaram a abdicação do Imperador D. Pedro I.

— Assim foi a 15 de novembro de 1889! O povo brasileiro representado pelas suas classes armadas, bania o Império e proclamava a República, que integrou o Brasil na grande família americana.

— Assim foi a 24 de outubro de 1930! A primeira República ruiu por terra, mais pela ação do Exército na Capital da República, do que por pressão do movimento insurrecional deflagrado em vários pontos do país.

— Assim foi a 10 de novembro de 1937! o Govêrno, com o apôio necessário do Exército, logrou vencer uma situação que se apresentava caótica e nos permitiu enfrentar com decisão, em 1938, o movimento dos integralistas que se sentiram logrados com a implantação do Estado Novo e que, no primeiro momento, julgaram ter sido feito para êles.

— Assim foi a 29 de outubro de 1945! Foi a ação decisiva das Fôrças Armadas, que reintegrou o país nos seus destinos democráticos, eliminando uma ditadura que já se tornara anacrônica e que nos deixava em situação de inferioridade no concêrto das nações democráticas.

IV — FORMAÇÃO SOCIAL

Para bem compreendermos certos aspectos da nossa organização institucional e o nosso atraso social e político, em relação aos países "leaders", por exemplo, os Estados Unidos, cuja colonização foi quase simultânea com a nossa, precisaremos fazer uma nova digressão ainda que rápida, ao passado; aos primórbidos da nossa formação; ao nosso povoamento inicial...

É do Padre Antonio Vieira a nossa primeira referência a respeito: "Mas é coisa digna, não sei se de admiração, se de riso, os povoadores que se mandam para as mesmas terras são os malfeitores e criminosos tirados do fundo das enxovias". (Sermões).

Cesar Cantú, em sua História Universal, assim se manifesta: "Para obviar a falta de braços, a Metrópole começou a enviar degredados para o Brasil e foram-se buscar negros à Africa; os degredados eram, porém, como dizia Duarte Coelho, piores que peste."

Refere Pedro Calmon em sua História Social do Brasil, que o Padre Manoel da Nobrega, desolado em meio da multidão de homens brutos, que à falta de espôsas, roubavam as índias às suas tribus, tomando-as à mão armada, desencadeando a luta com os gentios, reclamara em carta a El-rei que mandasse representantes do sexo feminino. Perante tão seleto auditório, não será necessário relembrar os têrmos da carta do Padre Nobrega...

"Mesmo no século XVII", refere êsse mesmo historiador e sociólogo, "a mulher branca, estava em grande minoria, pois pouco freqüente na imigração e ainda desviada do casamento, pelo zêlo religioso dos pais, dava apenas para formar a família aristocrática e parte da sociedade burguesa."

Consoante feliz expressão do Tenente-Coronel E. Zerbine, "faltava a mulher para fixar o homem ao solo, dar-lhe a noção do tempo do amanhã e adoçar os costumes de uma sociedade bizarra, aventureira, disputadora, agressiva e cheia de côr humana".

"O homem faz a História. A mulher é a História."

* *

Quanto ao ensino no período colonial, dificilmente se pode assina-

lar qualquer manifestação de interêsse por parte da metrópole; ou melhor, segundo Rocha Pombo: "O Govêrno da Metrópole era especialmente cuidadoso em tolher o desenvolvimento de espírito das populações. Os próprios eclesiásticos tinham geralmente conhecimentos limitados a um mau latim e o indivíduo feliz que reunia ao dêste o conhecimento do francês, era olhado como um gênio transcendente".

J. Armitage em sua "História do Brasil" assim se manifesta: "Quem viesse da Europa ou mesmo conseguisse aqui uma cultura rudimentar, passava a ser figura de destaque".

Não havia ensino público no país; os Jesuitas é que o criaram e o mantiveram quase exclusivamente durante dois séculos. Só nos fins do século XVIII a situação do ensino melhorou, com a criação de algumas aulas avulsas nas capitanias.

* *

Inventada a Imprensa em 1540 por João Gutemberg, o Brasil em 1747 ainda estava proibido de ter Imprensa, pois que o Govêrno Colonial, em virtude do Édito Real executava o seqüestro de letras de imprimir e a destruição dos prelos existentes na Colônia.

Em 1785 ainda não podíamos ter teares (Alvará de D. Maria I, de 5 de janeiro), por se tratar de "país essencialmente agrícola" (2). Não havia Indústria.

"Até a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, não havia na Colônia, uma só tipografia, nem biblioteca, nem associações populares, nem clubes literários; não havia tão pouco Imprensa, nem o que se deve entender por escola de ensino superior integral". (Rocha Pombo).

Em 1920 a percentagem de analfabetos atingia a elevada cifra de 80 % em relação à população. Em 1940, segundo o último recenseamento e, considerando apenas a população de fato de 5 anos para cima, o número de analfabetos ainda se aproximava dos 60 %.

Mas, ao que parece o analfabetismo não é um dos nossos piores males, pois Oliveira Viana, em 1922, ferinamente assim se manifestava:

"No Brasil — cultura significa expatriação intelectual. O brasileiro, enquanto é analfabeto, raciocina corretamente e, mesmo inteligentemente, utilizando o material de observações e experiências feitas sôbre as coisas que estão ao derredor dêle e ao alcance dos seus sentidos, e sempre revela em tudo êste inalterável fundo de sensatez, que lhe vem da raça superior originária.

"Dêm-lhe, porém, instrução; façam-no aprender o francês; levem-no a ler a História dos Girondinos, de Lamartine, no original — e então já não é o mesmo. Fica "homem de idéias adiantadas", e cai numa espécie de êxtase e passa a peregrinar — em imaginação — por "todos os grandes centros da Civilização e do Progresso". Se, acordando-o da hipnose, damos-lhe um safanão e desfechamos-lhe, à queima-roupa, uma pergunta concreta e precisa sôbre as possibilidades da "siderurgia no Brasil" ou sôbre o "valor seletivo do zebu na pecuária do Triângulo", êle nos olha atônito, num estado de imbecilização sonambúlica; ou então entra a dizer coisas disparatadas sôbre rebanhos inglêses e australianos; ou desenvolve, um pouco confusamente, os primeiros capítulos de uma *"Filosofia das aplicações do ferro na economia contemporânea"*. Sôbre o nosso problema siderúrgico ou sôbre o nosso problema pecuário, êle nada dirá, porque nada sabe, nem mesmo poderá saber, dado êste estado particular do seu espírito". (Pequenos estudos de Psicologia Social, 1922).

Segundo êsse ilustre sociólogo, "essa mentalidade ilógica e contraditória deriva das condições em que se vem processando a cultura das nossas elites intelectuais e políticas e das peculiaridades da

(2) Max Fleiuss atribui tão decantada expressão, a Martinho de Melo e Castro.

nossa formação mental". (Instituições Políticas Brasileiras, 1949).

V — FORMAÇÃO POLITICA

No Brasil, segundo expressão de Fernando de Azevedo, o Estado aparece como uma providência que precede os indivíduos e a que se recorre como um sistema de amparo e proteção, enquanto que na América do Norte, consoante observação de E. Boutmy, em seus "Elementos de Psicologia Política do Povo Americano", o Estado surgiu, como criação consciente dos indivíduos e os cidadãos se mostravam pouco desejosos de vê-lo intervir nas suas relações.

* *

É célebre a expressão dos primeiros colonos que aportaram à América do Norte: "No taxation without representation", e a Inglaterra viu-se obrigada a dar-lhes representação para poder cobrar impostos.

Os primeiros povoadores que se dirigiram com suas famílias para a Nova Inglaterra, tinham consciência dos seus direitos e eram dotados de uma forte personalidade cívica e política.

A) ELEIÇÕES E ELEITORES

A História aí está para dizer como eram feitas as eleições no Império e na República e mesmo os contemporâneos o sabem, pois há fatos recentes, de 20 anos passados.

Antes de 1930, as eleições eram uma farsa, com distribuição de cédulas à boca da urna. Os títulos de eleitor eram ao portador, podendo legalmente cada cidadão votar quantas vêzes quisesse e o consentisse a mesa receptora. Para as eleições, os "Coronéis" chefes políticos usavam e abusavam de todos os processos de suborno para aliciar correligionários e todos os processos de coação dos adversários eram exercidos e tolerados pelo Govêrno. Se isso não bastasse, à noite, a "Pena Mallat" ampliava as atas, incluindo e inventando nomes, a ponto de, muitas vêzes, aparecerem mais votos do que o número de eleitores relacionados na circunscrição eleitoral.

"Havia dois partidos políticos: o do Govêrno e o da oposição; ambos empregavam largamente todos os recursos ilícitos desde o roubo de urnas eleitorais até a prisão dos eleitores. A vitória cabia sempre ao "partido" do govêrno que dispunha de meios mais variados de praticar a fraude e a violência". (Darcy Azambuja, Decadência e Grandeza da Democracia).

Com os títulos ao portador, até os mortos votavam. A lei eleitoral gaúcha, antes do movimento armado de 1923, tinha um dispositivo interessante, que rezava mais ou menos o seguinte: "Ainda que seja provado o óbito notório do titular, o portador do título poderá votar, tomando-se o seu voto em separado".

E, naquele tempo, "voto em separado já se sabe (a afirmativa é de Assis Brasil), era voto que sempre se contava, quando era favorável ao candidato oficial".

Numa das eleições no Estado do Rio de Janeiro, alguns anos após a morte do Duque de Caxias, a "mesa" chamou o eleitor Luiz Alves de Lima e Silva. Apresentou-se um negro espadaúdo e forte. Nenhum membro da mesa, ou qualquer assistente atreveu-se a declarar que o portador do título não era o próprio. Nem o nosso grande Caxias escapou a essa ignomínia!

* *

O Dr. Augusto Tavares de Lyra, num estudo sôbre o "Regime Eleitoral", em 1922, afirmava: "A não ser nas capitais e nos centros populosos, onde há espírito público esclarecido e a opinião pública se faz respeitar, — no interior do país a resistência à intolerância e ao exclusivismo dos partidos, aos abusos e à onipotência do poder é, em regra impossível. E daí a relativa ineficácia das nossas leis eleitorais. "Se não temos um regime eleitoral perfeito, o defeito não é das leis. É do meio em que elas têm de ser aplicadas".

Para se ter uma idéia do eleitorado ao tempo do Império, basta recorrer às "Instituições Políticas Brasileiras", de Oliveira Viana. Transcreveremos a seguir, um trecho, em que o eminente sociólogo focaliza a população rural em um estudo sôbre o eleitorado nacional. Diz êle: "O eleitorado rural brasileiro, é o eleitorado que elege de fato, porque é a maioria. O *"eleitor de cabresto"* está lògicamente enquadrado dentro desta tradição cultural do nosso direito público costumeiro. Nem é de surpreender que êle surgisse no século XIX. Êle, deriva da *proteção* que os nossos trabalhadores rurais recebiam da parte dos grandes latifundiários no correr do período colonial: proteção contra o assalto do índio, ou do quilombola, ou do senhor convizinho, "potentado" ou "régulo"; ou no Império, contra o "delegado nosso", isto é, a política partidarizada".

* *

"Depois de 1822, o senhor de engenho — até então chefe de clã feudal, — fêz-se chefe de clã eleitoral; era êle quem levava, na sua submissão e docilidade, essa plebe rural — *base do eleitorado nacional e expressão majoritária da soberania da Nação* — até à boca das urnas. A conduta reverencial da massa rural nos dá a chave de muita coisa para bem compreender o sentido da democracia e do sufrágio universal no Brasil", assim afirma Oliveira Viana.

> "Diante da casa grande, as cabeças se descobriam como diante de um templo, os lábios que falavam emudeciam, ou passavam a murmurar apenas as palavras da conversa em seu seguimento, enquanto os interlocutores defrontavam-na; depois iam os lábios articulando mais alto, gradativamente, a conversa, na razão da distância que se ia pondo entre os que passavam e falavam e a residência do senhor do engenho. Se o Senhor chegava a uma porteira e se encontrava alguém que vinha em sentido inverso, quem vinha descobria-se diante de quem chegava, abrindo bem a porteira para que por ela pudesse passar, com franqueza, o senhor de engenho e tôda sua importância. E não a batia como ordinàriamente se faz: ia com ela vagarosamente até o mourão, encostando-a com doçura. O Senhor de engenho passava: bater-lhe a porteira com fôrça pelas costas era falta de respeito. No silêncio da noite, nem um chicote estralejava, tangendo um comboio de animais defronte da casa grande; o Homem dormia". (Julio Belo *in* Memórias de um Senhor de Engenho).

* *

"Mutatis mutandis", nos primórdios da República, o aspecto do eleitorado não era muito diferente com o "fazendeiro", o "estancieiro", o "manda-chuva", o "coronel" chefe político.

Os perfis traçados pelo eminente sociólogo, mesmo atualmente, continuam tendo sua valia, como símbolos de uma época.

"Êstes tipos não são exclusivamente nossos", — reconhece Oliveira Viana — "muitos dêles são figuras que aparecem em tôdas as nações democráticas do continente sul-americano e mesmo em muitas democracias européias, particularmente as latinas entre outras. Onde porém, podemos dizer com segurança, que não os encontramos — pelo menos com a feição com que aqui se revestem — é nas democracias anglo-saxônicas. Nestes povos, não há lugar para a aparição dêstes tipos, porque são povos onde o interêsse comum e a consciência política têm uma base de tradições muito sólida e a opinião pública um poder retificador e repressivo incontrastável, revestindo-se quase de uma certa aura de sacralidade".

B) PARTIDOS POLÍTICOS

Com um personalismo e um individualismo tão acentuados, difícil se tornou a formação de partidos nacionais.

Segundo Oliveira Viana, no tempo do Império "os Partidos Nacionais eram instituições de origem carismática", isto é, criações do centro para permitir o funcionamento do regime parlamentar.

* *

Na República, os *"partidos nacionais"*, que até então tinham expressão mais ou menos simbólica, praticamente deixaram de ter existência real, com a autonomia adquirida pelos partidos estaduais e a instituição da *política dos governadores*.

A extinção dos partidos em 1937, provocou um hiato na nossa vida política. Êles atingiam, então, quase duas centenas.

A atual Lei Eleitoral impôs a existência de partidos nacionais. É necessário que tenham expressão nacional para que a Justiça Eleitoral reconheça a sua existência e permita o seu funcionamento. Bem vemos que, ainda atualmente, os partidos políticos são "nacionais", por fôrça de lei, pois na verdade, cuidando exclusivamente de interesses regionais — são regionais.

* *

Se bem que o sufrágio universal no Brasil date de 1881, devemos ressaltar que o voto secreto e a Justiça Eleitoral independente, só se tornaram realidade depois da Revolução de 1930. Foram êsses, dois dos seus grandes benefícios, tirando aos poderes interessados a possibilidade das "atas falsas", eliminações e expurgos por intermédio do Congresso, suprimindo com isso o "terceiro escrutínio", o "reconhecimento de poderes" e os cálculos matemáticos da tão celebrizada "Aritmética Pereira Lobo".

E Oliveira Viana, justificando êsses fatos entre nós, assim se expressa:

"Em nosso país, os partidos não disputam o poder para realizar idéias; o poder é disputado pelos proventos que concede aos políticos e aos seus clans. Há os proventos morais, que sempre dá a posse da autoridade; mas há também os proventos materiais, que essa posse também dá. Entre nós o política é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado como se vive da Lavoura, do Comércio e da Indústria — e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra coisa. Num país assim, a conquista do poder é um fato inquestionàvelmente mais sério e mais dramático do que em outro país, em que os indivíduos vão ao poder no intuito altruístico de realizar um grande ideal coletivo. Daí a áspera violência das famosas "derrubadas". (*In* "Ocaso do Império").

A Lei eleitoral, elaborada no período ditatorial, não é perfeita e entre suas falhas existe a questão das sobras eleitorais que revertem em benefício do partido majoritário, o que é um absurdo. Assim, em todos os Estados, milhares de votos que se destinavam a determinados partidos, vieram beneficiar a um só contrário, desvirtuando o voto e a intenção do eleitor. A representação proporcional das minorias foi, no entanto, uma grande conquista em relação às Câmaras unânimes do passado.

O conceito do que é justo e verdadeiro, não deve se afastar da sã política, porque só assim o povo adquirirá confiança nas Instituições e nas afirmativas dos "leaders" políticos.

* *

Com tais origens, tínhamos que ficar defasados de um século ou dois da América do Norte e mesmo de muitos outros países. A nossa idade política deve ser contada da Independência, ou quando muito, a partir da chegada da Família Real de Portugal. Não temos quatrocentos anos, de acôrdo com o descobrimento, mas sim apenas cento e poucos anos de vida política. Todavia, se compararmos os vários períodos da nossa História, veremos que o progresso político, social e econômico foi notável e, particularmente assombroso no decurso da última geração, mesmo se considerarmos apenas o aspecto político.

Segundo Oliveira Viana, no tempo do Império "os Partidos Nacionais eram instituições de origem carismática", isto é, criações do centro para permitir o funcionamento do regime parlamentar.

* *

Na República, os *"partidos nacionais"*, que até então tinham expressão mais ou menos simbólica, praticamente deixaram de ter existência real, com a autonomia adquirida pelos partidos estaduais e a instituição da *política dos governadores*.

A extinção dos partidos em 1937, provocou um hiato na nossa vida política. Êles atingiam, então, quase duas centenas.

A atual Lei Eleitoral impôs a existência de partidos nacionais. É necessário que tenham expressão nacional para que a Justiça Eleitoral reconheça a sua existência e permita o seu funcionamento. Bem vemos que, ainda atualmente, os partidos políticos são "nacionais", por fôrça de lei, pois na verdade, cuidando exclusivamente de interêsses regionais — são regionais.

* *

Se bem que o sufrágio universal no Brasil date de 1881, devemos ressaltar que o voto secreto e a Justiça Eleitoral independente, só se tornaram realidade depois da Revolução de 1930. Foram êsses, dos dos seus grandes benefícios, tirando aos poderes interessados a possibilidade das "atas falsas", eliminações e expurgos por intermédio do Congresso, suprimindo com isso o "terceiro escrutínio", o "reconhecimento de poderes" e os cálculos matemáticos da tão celebrada "Aritmética Pereira Lobo".

E Oliveira Viana, justificando êsses fatos entre nós, assim se expressa:

"Em nosso país, os partidos não disputam o poder para realizar idéas; o poder é disputado pelos proventos que concede aos políticos e aos seus clans. Há os proventos morais, que sempre dá a posse da autoridade; mas há também os proventos materiais, que essa posse também dá. Entre nós o política é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado como se vive da Lavoura, do Comércio e da Indústria — e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra coisa. Num país assim, a conquista do poder é um fato inquestionàvelmente mais sério e mais dramático do que em outro país, em que os indivíduos vão ao poder no intuito altruístico de realizar um grande ideal coletivo. Daí a áspera violência das famosas "derrubadas". (*In* "Ocaso do Império").

A Lei eleitoral, elaborada no período ditatorial, não é perfeita e entre suas falhas existe a questão das sobras eleitorais que revertem em benefício do partido majoritário, o que é um absurdo. Assim, em todos os Estados, milhares de votos que se destinavam a determinados partidos, vieram beneficiar a um só contrário, desvirtuando o voto e a intenção do eleitor. A representação proporcional das minorias foi, no entanto, uma grande conquista em relação às Câmaras unânimes do passado.

O conceito do que é justo e verdadeiro, não deve se afastar da sã política, porque só assim o povo adquirirá confiança nas Instituições e nas afirmativas dos "leaders" políticos.

* *

Com tais origens, tínhamos que ficar defasados de um século ou dois da América do Norte e mesmo de muitos outros países. A nossa idade política deve ser contada da Independência, ou quando muito, a partir da chegada da Família Real de Portugal. Não temos quatrocentos anos, de acôrdo com o descobrimento, mas sim apenas cento e poucos anos de vida política. Todavia, se compararmos os vários períodos da nossa História, veremos que o progresso político, social e econômico foi notável e, particularmente assombroso no decurso da última geração, mesmo se considerarmos apenas o aspecto político.

VI — DEMOCRACIA

A) CONSIDERAÇÕES GERAIS

A "Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão" (Revolução francesa de 1789), já proclamava em seu artigo 3º: "O princípio de tôda a soberania reside essencialmente na Nação; nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos poderá exercer qualquer autoridade que não emane diretamente da Nação".

Rousseau, o autor do Contrato Social, afirmava que numa Democracia "o povo é o único soberano e a vontade geral do povo, a expressão viva da soberania".

Jacques Maritain, o grande pensador francês, acha equívoca essa expressão, pois na verdade, diz êle, não existe soberano, nem senhor absoluto em uma democracia. Acha o grande mestre que seria melhor dizer: "A democracia é o regime em que o povo goza de sua maioridade social e a exerce para se dirigir a si próprio".

Podemos também definir a democracia com a expressão sintética de Abrahão Lincoln, de que é "o *govêrno do povo, pelo povo e para o povo*".

O professor Darcy Azambuja assim se expressa: — "A democracia é o regime em que o povo se governa a si mesmo, quer diretamente, quer por meio de funcionários eleitos por êle para administrar os negócios públicos e fazer as leis de acôrdo com a opinião geral".

"Isto significa, que o povo então é governado por homens que êle próprio designou para funções de natureza e de duração determinadas e sob cuja gestão conserva êle uma fiscalização regular, antes de tudo por intermédio dos seus representantes e de suas assembléias". (Jacques Maritain).

Uma das características do regime democrático é a periodicidade e rotatividade dos seus governantes e, isso só é possível com eleições, pois que "a verdadeira democracia é aquela em que os governantes são eleitos pelo povo e governam de acôrdo com a opinião pública" e "não pode haver democracia sem a verdadeira e constante participação do povo nas atividades políticas".

* *

Recentemente afirmou a escritora Rachel de Queiroz: "A única forma de se manter a Democracia é prestigiá-la; o democracia quer dizer assembléias de representantes do povo, únicos legitimamente credenciados para nos defenderem os direitos e com procuração para nos executarem as vontades".

E Assis Brasil, já em 1923, declarava: "Nunca houve princípio mais debatido, impugnado e injuriado que o princípio democrático. A melhor indicação da sua virtude está, entretanto, nisto mesmo: êle tem sobrevivido ao ataque, tem resistido galhardamente à prova".

* *

Os processos de designação ou substituição dos governantes são: — a hereditariedade, o sorteio, a ocupação pela fôrça e a eleição. Conhecidos os inconvenientes dos três primeiros — naturalmente que só resta o quarto processo — a eleição, que é o preferível e o mais aceitável.

Não há como prescindir da eleição. O sufrágio universal não é, por certo, isento de defeitos, mas todos os processos têm defeitos.

Um ditador governará tôda a vida ou até que uma revolução o derrube e a revolução, afirma Darcy Azambuja, não leva necessàriamente os melhores homens ao poder.

Êste eminente constitucionalista, em sua obra "Democracia e Grandeza da Democracia" admite que "em circunstâncias excepcionais, à frente de uma revolução justa, um homem enérgico se aposse do poder — é muitas vêzes um bem; não será nunca um método ideal para substituição de governantes".

B) REGIMES DEMOCRÁTICOS

Dos regimes políticos adotados nos países democráticos, já foram experimentados no Brasil, o Parlamentarismo e o Presidencialismo. O Império adotou o primeiro, imitando a Inglaterra e a República o

segundo, consoante o modêlo Americano — cada um sem levar em conta as peculiaridades locais; sem atentar à nossa formação histórica; sem considerar o nosso atraso social e político em relação a êsses países...

Em que pese a excelência dos respectivos regimes nos países de origem, aqui não aprovaram muito bem, parecendo a nós que o defeito não está nas Instituições, mas sim no nosso povo, por falta de cultura política e de uma consciência nacional bem caracterizada.

A propósito, Oliveira Viana admite que as nossas deficiências na aplicação e funcionamento das Instituições democráticas — com qualquer modêlo — residem "na tenuidade ou fraqueza da nossa consciência do bem coletivo e do nosso sentimento de solidariedade social, e na *ausência de compreensão do poder do Estado como órgão de interêsse público*". Os órgãos do Estado, esclarece o eminente sociólogo, são para os chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma fôrça posta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interêsses ou para oprimir os adversários e os interêsses dêstes. O interêsse pessoal (de família, de clã, ou de partido) tem, em nosso povo — no comportamento político dos nossos homens públicos — mais pêso, mais fôrça, mais importância *determinante*, em geral, do que as considerações do interêsse coletivo ou nacional".

* *

E, clamando contra o empirismo usado no funcionamento do Estado e na aplicação dos vários sistemas políticos entre nós, são ainda de Oliveira Viana os conceitos seguintes: — "O estudo das funções do Estado e do seu mecanismo à luz da *experiência* e da *observação* — nunca se fêz entre nós. Os dados ou revelações, oriundas da experiência, jamais tiveram qualquer significação para os nossos homens políticos e para os nossos constitucionalistas. Uma mesma experiência que fracasse é renovada indefinidamente, desde que seja considerada "liberal" ou "democrática". Não se procura saber a causa do fracasso: se está na psicologia mesma do povo; se nas condições peculiares da sua morfologia social; se nas deficiências da sua cultura política. Insiste-se sempre e, indefinidamente, na tentativa, renovando Constituições ou sistemas sucessivamente, convencidos todos de que o fracasso ocorrido tem causa exclusivamente nos *homens*, ou melhor, em *alguns homens* — os do "partido de cima", e que, se substituirmos êstes homens, mediante uma eleição ou mesmo uma revolução, os "outros" — os que os substituirem — mostrarão a "beleza do regime"... Não importa que uma experiência de mais de cem anos tenha mostrado, com rigor de uma lei, que êstes "outros", que sucederam aos do fracasso, falharam também e tanto quanto os outros. Êste fracasso repetido não impede que os substitutos continuem a insistir na experiência — à maneira das môscas, quando tentam atravessar vidraças".

C) PARLAMENTARISMO

O Parlamentarismo, lenta e expontânea criação do gênio político do povo Inglês, mantém-se na sua pátria de origem como um conjunto harmônico de tradições e práticas costumeiras. A "Magna Carta" é de 1215, o "Bill of Rights" é de 1688 e o "Ato de Estabelecimento" é de 1701. Passando para a França em 1814, a partir de 1875 expandiu-se por tôda a Europa.

De acôrdo com as normas constitucionais "nos regimes parlamentares é o Presidente da República que nomeia e demite os Ministros e nenhuma prescrição constitucional os obriga a se demitirem ante a desconfiança da Câmara." (Racionalização da Democracia, de Darcy Azambuja).

"Êles têm apenas "l'obligation morale de demissioner" segundo a expressão de Esmein, o notável constitucionalista francês. E isso basta para povos com consciência democrática bem desenvolvida. É a fôrça da tradição, do costume, da fiscalização da opinião pública, do critério e da dignidade pessoal dos

homens de Estado, que os leva a tal atitude.

No Império, o Parlamentarismo funcionou às avessas. Não era um movimento da opinião pública, um voto de desconfiança da Assembléia que demitia o Gabinete. Era o Imperador que, mercê de suas atribuições, dissolvia as Câmaras eletivas e com elas as respectivas maiorias formadas ocasionalmente, provocando a inversão da situação política.

D. Pedro II, durante o seu reinado de quase meio século, dissolveu o Parlamento 11 vêzes. A maioria dessas dissoluções foram feitas pelo Imperador, por sua própria vontade "interpretando como árbitro permanente da situação nacional, o pensar e o sentir da grande massa da população, ainda incapaz de inspirar, fiscalizar e alternar por si só o jôgo regular dos partidos". (Rodrigues Alves).

Ao tempo do II Império, afirmava João Francisco Lisboa: "A única fôrça e poder real que atualmente temos, existe no Imperador".

E Oliveira Viana, por sua vez, assim se expressa "do regime parlamentar do Império o que, realmente, se salva — e também o que o salvou — é, sem dúvida, o "poder pessoal" do Imperante.

Joaquim Nabuco, cujo centenário recentemente se comemorou, a propósito do golpe de estado de 1868 em que o Imperador, com uma Câmara e um ministério liberais, chamou um conservador para o Gabinete, assim se expressava: "Ora dizei-me; não é isto uma farsa? O poder moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Aí está o sistema representativo do nosso país".

Por tudo isso se vê, que o Parlamentarismo praticado entre nós distava muito do parlamentarismo britânico, que em vão pretendíamos imitar, uma vez que "o govêrno parlamentar é essencialmente um govêrno de opinião, isto é, um govêrno cuja instituição num dado povo pressupõe a existência de uma opinião pública organizada. Ora, esta opinião pública organizada, capaz de govêrno, nunca existiu aqui, nem hoje, nem outrora". (Oliveira Viana in "Ocaso do Império").

Eis porque, ainda no momento atual, não acreditamos no funcionamento do parlamentarismo entre nós. O partido que inicialmente obtiver a maioria e organizar o Gabinete, na falta de um Poder Moderador no estilo do Império, manejado com a clarividência e a habilidade de um D. Pedro II, só sairá do poder por meio de uma revolução armada.

D) PRESIDENCIALISMO

Criação do gênio americano, o Presidencialismo foi o regime elaborado pela Constituinte Americana de 1789 e que foi adotado, a seguir, por quase todos os países americanos. É o regime que convém aos países novos, sem uma tradição firmada e onde se impõe um Executivo forte.

O Presidencialismo é o regime onde se realiza, pelo menos teoricamente, a divisão dos poderes, segundo o imaginou Montesquieu, criador da "Teoria dos Três Poderes".

"Na realidade, o que caracteriza o presidencialismo é a unidade do poder executivo, representado pelo chefe da nação, único responsável e inteiramente separado do poder legislativo, do qual não pode sofrer a ação da menor influência política". (Felisbelo Freire).

O Presidencialismo veio com a República, e surgiu como conseqüência da evolução natural das idéias políticas e não apenas em face do golpe militar.

São apontadas como causas da Proclamação da República, a questão religiosa, a abolição da escravatura (causa econômica) e a questão militar. Mas, na verdade, a República e a Federação já eram uma aspiração nacional em 1789 com Tiradentes; em 1817 com Frei Caneca; em 1824 com a Confederação do Equador e em 1835/45 com a Revolução Farroupilha.

Não foi realizada em 1822, porque D. Pedro I, seguindo o sábio conselho de seu pai D. João VI,

colocou em sua cabeça a coroa do Brasil, "antes que algum aventureiro dela lançasse mão".

Entre nós, se bem que a autonomia estadual fôsse uma aspiração geral, a Federação foi feita às avessas. Na América do Norte, com a "Declaração de Independência", as antigas colônias, de administração independente, romperam os laços políticos com a Metrópole, gruparam-se numa "Confederação de Estados" e posteriormente formaram a Federação. No Brasil, com a Proclamação da República, as províncias unitárias do Império receberam "Carta de alforria" (autonomia) do Govêrno Provisório e foram consideradas "Estados", tendo em vista o lema "Centralização-Desmembramento; Federação-Unidade".

Um dos inconvenientes do presidencialismo é que, se o Executivo tiver no Legislativo uma maioria incontrastável e obediente, tenderá para a hipertrofia ou seja, tornar-se-á, digamos, uma Ditadura disfarçada, de que tivemos exemplos em quadriênios passados e, atualmente, em algumas repúblicas hispano-americanas.

Por outro lado, u'a maioria irresponsável e incontrolável de um Congresso, poderá tornar-se despótica e tolher completamente a ação do Executivo, ou só consentir em que faça o que ela quiser.

É por isso que o Legislativo dividido em dois ramos (Câmara e Senado) é a melhor garantia contra o despotismo de uma Assembléia, pois seria quase impossível que os dois se aliassem para oprimir o povo ou exercer pressão sôbre o Executivo.

"É necessário, dizia Montesquieu, que o poder limite o poder."

Gambetta, por sua vez, afirmava: "não há regime constitucional na sociedade em que a divisão dos poderes não fôr uma realidade".

Com uma Câmara única, os conflitos entre ela e o Executivo são quase fatais. Ou um domina o outro poder, ou se desavêm freqüentemente, com grave perigo para a nação. São dessa opinião — Esmein, Diguit, Hauriou, Orlando, Barthélemy, Brunialti, Bryce, Woodburn, Garner, entre os estrangeiros e Maximiliano, Aurelino Leal e Paulo de Lacerda entre os constitucionalistas nacionais. Só Barbalho é pela unidade do Legislativo.

Uma das diferenças entre o regime praticado na América do Norte e no Brasil, está na escolha dos candidatos à Presidência. Nos Estados Unidos é uma convenção de cada partido, com elementos credenciados de tôdas as circunscrições do país, que escolhem o seu candidato. Feito isso, todos os seus correligionários, quer tenham votado ou não no escolhido pela Convenção, terçam lanças em uníssono pelo candidato de seu partido. Não há dissidência.

No Brasil, são uns poucos homens, nem sempre devidamente e necessàriamente credenciados pelos partidários que dizem representar, é que escolhem um nome para que o povo vote nêle. Não conseguindo se entender — juízes e interessados que são — o Presidente da República, como supremo magistrado na Nação e detentor do poder, em geral é obrigado a intervir, e por vêzes impor um candidato, o que é apontado por muitos como um dos males do regime republicano no Brasil e por outros como necessário ao bem público, para que haja continuidade de administração.

Entre nós, isso tem sido a regra geral, com raras exceções, pois que "num país em que o prestígio pessoal é tudo, a união de indivíduos e grupos se tinha que fazer em tôrno de chefes ou de personalidades prestigiosas". (Fernando de Azevedo *in* Cultura Brasileira).

"Ainda hoje", como pondera Milton Rodrigues, "se formos analisar os elementos componentes do complexo constituído pelo que aqui se denomina "prestígio", talvez o encontremos naquela espécie de relação entre o protegido e o proprietário que caracterizou a nossa formação por núcleos agrícolas semi-feudais e isolados".

"No Brasil, não é o interêsse coletivo que é a suprema expressão; não é uma vontade objetiva que se desenvolve e reforça a dos indi-

víduos, para que esta se possa realizar completamente; não é a sociedade organizada que, como um espelho mágico, transmite ao indivíduo, com sua imagem, um poder novo; são, antes de tudo, as fôrças vivas, as personalidades que agem e têm em suas mãos as alavancas do Comando. Não são as Instituições, não é a autoridade que se respeita, seja qual fôr o indivíduo em que ela se instalou; mas, sim, os personagens que detêm o poder ou se agitam no cenário político, envolvendo-se numa auréola de prestígio". (Psicologia do Povo Brasileiro, de Fernando Azevedo).

"O espírito individualista, e quase libertário e as influências tradicionais dos particularismos locais, levam os homens a agrupar-se em tôrno de pessoas e não de idéias; tornam os partidos cada vez menos capazes de servir de instrumentos do interêsse público. Mesmo quando se julga que aplaudimos ou combatemos idéias, o que no fundo, se pretende consagrar ou repelir, são os indivíduos que as encarnam". (Psicologia do Povo Brasileiro, de Fernando de Azevedo).

No Brasil, o prestígio político, existindo pràticamente naqueles que detêm o poder — seja senhor de engenho, fazendeiro, estancieiro, "coronel" de aldeia, intendente, prefeito, governador ou presidente — lògicamente e forçosamente, e, muitas vêzes, mesmo contra sua própria vontade, têm que intervir, porque senão os de sua "grei" ficarão completamente desorientados, sem terem para quem obedecer.

É o que observamos ainda hoje em dia, em que o atual mandatário tem cansado de declarar que não quer intervir nos acontecimentos e que quer deixar aos partidos a questão da sucessão.

E o que vemos? Os Chefes de partido, sem as luzes do Catete, que repudiam e desejam ao mesmo tempo, não logram se entender. O acôrdo inter-partidário, estabelecido sob tão bons auspícios (Plano Salte), não logrou sobrepor-se à escolha de um simples nome. Parece que êle (o acôrdo) foi feito para que os outros concordassem com o ponto de vista de um, que quer ser o "pivot" da situação política.

Desde a instituição do presidencialismo no país, sempre tem vencido as eleições o candidato do Govêrno ou do partido do Govêrno, não havendo a rotatividade periódica que se observa na América do Norte, por fôrça de movimentação da opinião pública. O único candidato de oposição, que se alçou ao poder, o foi por fôrça de uma revolução.

Malgrado tôdas as deficiências apontadas, o Presidencialismo ainda é o sistema preferível entre nós, pois a nossa formação histórica, social e política, pelo que ficou exposto, parece reclamar um poder executivo forte e centralizador.

E) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para dizer das conseqüências benéficas do restabelecimento da Democracia no país, não será necessário prolongar demasiadamente esta conferência.

As mudanças de regime político, sejam quais forem suas modalidades, acarretam sempre um desequilíbrio orgânico nos países em que se operam, em virtude da divergência das idéias, princípios e pontos de vista dos personagens sob cujos auspícios elas se realizam; bem como das facções ou partidos em evidência nessas comoções intestinas, quer oriundos da antiga situação, quer recém-formados, por fôrça das circunstâncias.

* * *

A existência do Congresso, a imprensa livre, a livre manifestação do pensamento, já foram culpados, em outros tempos, de entravarem a ação do Poder Executivo e de porem em risco a segurança das Instituições. Estamos vendo que, pelo menos presentemente, isso não é verdade.

Parece absurdo que se tenha que demonstrar a capacidade realizadora do regime constitucional, "com o fortalecimento moral da Nação, mediante a participação de todos na vida pública". Mas, a propa-

ganda dipeana do Estado Novo foi tão eficiente e convincente sôbre considerável parte da população, ajudada pela falta de crítica e análise dos atos do extinto regime — com a Censura prévia à Imprensa que, por mais absurdo que isso pareça, conseguiu pôr em dúvida a superioridade do sistema constitucional sôbre o sistema ditatorial estabelecido pela Carta de 1937.

* *

Constitucionalmente o Brasil tem marchado dentro da Lei e da Ordem, com mais segurança do que durante o período ditatorial. Particularizando quanto ao Estado do Rio Grande do Sul, o exemplo está diante de nós — um governador operoso e digno tem sabido governar o Estado com uma Assembléia em que não dispõe de maioria, mas na qual atuam homens de valor e de cultura política modelar e, sobretudo, bons patriotas, não têm entravado a ação do Executivo, mas, sim, por seus atos e atitudes, tudo têm feito para colaborar com o Govêrno e dar-lhe todo o apôio possível.

O Rio Grande do Sul conseguiu realizar a plena harmonia e desenvolver o espírito de cooperação entre o Executivo e o Legislativo, o que é uma honra para todos os seus integrantes e um exemplo para todo o país. Achamos que um e outro só podem estar satisfeitos com a fiscalização recíproca de seus atos — porque é para o bem do Rio Grande do Sul e, sendo para o bem do Rio Grande, o é para o bem e felicidade do Brasil.

* *

Para provar a necessidade e o valor de um Congresso, iremos buscar apenas um exemplo no passado. É a célebre questão das Missões.

Para isso, nos valeremos dos dados extraídos do "Rio Branco", de Alonso de Carvalho e da "História do Grande Chanceler", De Paranhos Antunes.

O território contestado, que está compreendido entre os Rios Uruguai e Iguaçu, era integrado pela antiga Comarca de Palmas. A sua fronteira com a Argentina devia ser definida pelos rios que, de cabeceiras opostas, fluíam um para o Uruguai e outro para o Iguaçu.

"O Brasil afirmava que êsses rios eram o Santo Antônio-Guaçu e o Peperi-Guaçu — fronteira do Tratado de 1750 e assinalada pelas comissões dos espanhóis e portuguêses em 1759 e pelo Tratado de 1777. A Argentina mais tarde, abandonando êsse ponto de vista, passara a considerar aquêles rios como sendo os atuais Chopim e Chapecó". (Ver croqui).

* *

Em síntese, podemos dizer que a questão reduzia-se à identificação dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio-Guaçu.

José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, em 21 de setembro de 1857, apresentou um Memorando ao govêrno da Confederação Argentina, pugnando pela demarcação defendida pelo Brasil, ou seja, a linha de fronteira já esboçada no século XVII e adotada nos Tratados de Madrid (1750), de El Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777).

Com a vitória do ponto de vista brasileiro, é assinado um tratado que recebe a aprovação das Câmaras da Argentina e do Brasil. Mas, Urquiza protela a ratificação "na esperança de que o Brasil se disponha a intervir na política interna da Argentina, para ajudá-lo a submeter Buenos Aires, que não queria fazer parte da Confederação e dela se havia separado."

O denominado "Tratado do Paraná" é declarado nulo, apesar do Brasil insistir em sua ratificação (Nota de 1 de agôsto de 1859).

Modificando-se a situação no Prata, o Brasil volta a insistir no assunto. Desaparecera a Confederação e surgira a República Argentina, dando unidade política às "Províncias Unidas do Prata".

Mas, o país vizinho retorna ao seu ponto de vista anterior, isto é, que o Santo Antônio e o Peperi-Guaçu eram o Chopim e Chapecó.

O Brasil propõe então que o caso seja resolvido por uma Comissão

Mista, de eng
sendo assinad
tado de Buen

A Comissão
brasileiros e tr
perecer, opina
feira ainda m
vez do Rio C
Jangada.

Antes da Co
trabalhos (em
o Ministro Arg
neiro propõe
gócios Estrang
ritório contest
A Argentina
segura das sua

O Império, c
tos, não conco
e sugere o arb
tembro de 18
aceita a sugestã
árbitro o Presi
veland, dos Est

Sobrevindo a
promisso assum
abandonado pe
ório.

Afonso de Ca
xro "Rio Bran
pressa: "Foi s
um regime novo
aquilo que tem
do anterior. U
cente de renova
recleriza nos p
alvorada inquiet

O "Tratado d
passa a ser letra
vêrno Provisóri
unilateralmente
Presidente Clevel
cionada e aceit
partes contratant
vinha imbuída de
de um ingênuo
fraternização e
confiança nos se
ticos da Humani
de Carvalho).

(Com um açodam
o Govêrno Provis
neiro de 1890, trê
proclamação da R
o tratado de Mo
não voluntàriame

Mista, de engenheiros e geógrafos, sendo assinado e ratificado o "Tratado de Buenos Aires".

A Comissão constituída de três brasileiros e três argentinos, em seu parecer, opina pelo recuo da fronteira ainda mais para Leste e, em vez do Rio Chopim, aponta o Rio Jangada.

Antes da Comissão terminar seus trabalhos (em princípios de 1889), o Ministro Argentino no Rio de Janeiro propõe ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, dividir o território contestado em duas partes. A Argentina não se sentia muito segura das suas pretensões.

O Império, certo dos seus direitos, não concorda com a proposta e sugere o arbitramento (7 de setembro de 1889). A Argentina aceita a sugestão. É escolhido como árbitro o Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos.

* *

Sobrevindo a República, o compromisso assumido pelo Império foi abandonado pelo Govêrno Provisório.

Afonso de Carvalho, em seu livro "Rio Branco", assim se expressa: "Foi sempre vêzo antigo um regime novo julgar errado tudo aquilo que tem a responsabilidade do anterior. Uma ânsia impaciente de renovação e revisão caracteriza nos primeiros tempos, a alvorada inquieta dos regimes".

O "Tratado de 7 de Setembro" passa a ser letra morta para o Govêrno Provisório, que abandona unilateralmente a arbitragem do Presidente Cleveland, antes convencionada e aceita por ambas as partes contratantes. "A República vinha imbuída de idéias positivistas, de um ingênuo idealismo de confraternização e de absoluta fé e confiança nos sentimentos altruístas da Humanidade..." (Afonso de Carvalho).

Com um açodamento estranhável, o Govêrno Provisório, a 25 de janeiro de 1890, três meses depois da proclamação da República, assinava o tratado de Montevidéo, abrindo não voluntàriamente da metade do território contestado "sob os auspícios da unidade institucional da América e em nome dos sentimentos de fraternidade que devem subsistir entre todos os povos dêste continente...", consoante as expressões iniciais do referido tratado.

Em face do movimento popular e da pressão exercida pela opinião pública, o Govêrno Provisório, como satisfação ao povo, declara em nota oficial "que qualquer discussão a respeito será ociosa, até que sôbre o assunto se pronuncie a Assembléia Constituinte". Para o Govêrno Provisório o caso estava encerrado.

Convocada a Assembléia Constituinte, a 10 de agôsto de 1891, os representantes do povo, em memorável sessão, negam aprovação ao Tratado. O próprio autor vota contra seu ato.

Diante da decisão da Assembléia, o Govêrno Constitucional, já em mãos do Marechal Floriano Peixoto, retoma a questão. Revigorado o "Tratado de 7 de setembro de 1889", é mantido o árbitro escolhido pelo Império, quase ao apagar das luzes.

O Marechal Floriano escolhe o Barão de Rio Branco para defensor dos nossos direitos. Um Rio Branco iniciara a tarefa. O seu filho iria concluí-la com glória para o nosso país.

Grover Cleveland, ainda Presidente dos EE.UU., dá ganho de causa ao Brasil, reconhecendo os nossos direitos.

Os congressistas de 1891, com seu gesto tinham salvo a situação. Permanecesse o Brasil em Ditadura, teríamos perdido grande parte do nosso território, e que, mais do que isso, seria uma cunha, uma ponta de lança encravada na ilharga da Região Sul do país, separando os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Só essa atitude da Assembléia Constituinte de 1891, basta para redimir todos os erros a ela atribuídos e aos Congressos que se seguiram, de modo a merecerem a gratidão da Pátria, "*per omnia saecula saeculorum*".

VII — AS FÔRÇAS ARMADAS E A POLÍTICA

A muitos, pode parecer indébita a intervenção do Exército ou, mais pròpriamente, das Fôrças Armadas, na política do país.

Pensamos com André Gavet em sua magistral "Arte de Comandar", livro que deveria ser o Breviário de todo militar: "A Nação pode empregar sua Fôrça Armada, seu Exército, não só em proveito de emprêsas injustas e desumanas, como também em prol de ações dignas e morais. Não lhe cumpre indagar se os órgãos dirigentes do país desempenham bem ou mal as suas funções ou se lançam a Nação em caminhos escabrosos ou em guerras injustas".

Em verdade, à luz da Moral e da Razão, não se justificaria a intervenção das Fôrças Armadas no Govêrno de uma Nação, mas, em se tratando de um país ainda em formação, como o nosso; sem uma fôrça política bem orientada e bem delineada; sem uma mentalidade democrática bem definida; sem uma ação coactora da opinião pública; sem uma sanção moral suscetível de aceitação pelos seus dirigentes; não vemos, por enquanto, outro meio de solver as nossas crises políticas.

Já dizia em 1922, o ilustre General Moreira Guimarães: "A vida militar, mais do que outra qualquer, é vida de ação em tôda a sua plenitude. Se bem que a função fundamental e técnica do Exército seja a batalha, há todavia uma função complementar e humana no organismo de um exército — a educação do povo".

Entretanto, é necessário que a fôrça não seja mais do que o "instrumento da idéia", porque senão teremos anarquia, e, são palavras do Conselheiro Rodrigues Alves: "A fôrça sem o apôio da idéia é como a imagem da Justiça sem a balança compensadora do julgamento sereno; é fôrça bruta, que nada constrói de definitivo e de belo, porque tudo destrói e corrompe, mutila e sacrifica. É como o incêndio tocado pelo vento, que caminha sem bússola, a mercê, não direi das paixões humanas que são a expressão viva da idéia feita revolução, mas da desorientação dos elementos que se aproveitam da fúria do vento para devastar tudo na voragem trágica e inconsciente de sua passagem".

* * *

Por vêzes, na Imprensa, ou no Congresso, o nosso Exército ou seus componentes têm sido acoimados de tiranos, déspotas, opressores; mas, não é bem a expressão da verdade. Os exemplos de renúncia e de sacrifício da parte dos militares e das classes armadas, são bem numerosos. Senão vejamos alguns poucos exemplos:

— Em 1789, temos o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, com sua atitude desprendida, chamando a si tôdas as responsabilidades na Inconfidência Mineira;

— É Caxias, com sua dedicação e desprendimento! Jamais lhe perpassou pelo espírito, qualquer veleidade de mando político. "Minha espada não tem partidos". Só essa expressão basta para definir um caráter!

— É Deodoro, que renuncia ao poder quando percebe que o seu ato de fechamento do Congresso levaria o país à insurreição;

— É o Marechal de Ferro, que embedor de que seus amigos políticos pretendiam mantê-lo no poder, por ocasião da passagem do Govêrno ao seu sucessor, com sua ausência ao ato, faz fracassar o golpe premeditado;

— São os generais da Junta Militar Governativa de 1930, que, depondo o Presidente em exercício, por vontade do povo, entregam o poder, ao Chefe da Revolução Nacional, quando êste chega ao Rio e a quem a opinião pública reclamava para chefe do Govêrno Provisório;

— São os generais, almirantes e brigadeiros a 29 de outubro de 1945, que, com a deposição do então ocupante, vão alta madrugada acordar o Presidente do Supremo Tribunal Federal, para depositar em suas mãos, o Poder Executivo.

"Os propósitos do golpe de 29 de outubro", consoante proclamação do então Ministro da Guerra, que assumira, em nome dos oficiais generais, o Comando do Exército, "eram apenas evitar tôda e qualquer perturbação da ordem e assegurar a realização do pleito eleitoral de dezembro".

"A Aeronáutica e a Marinha, diz o mesmo comunicado, estão irmanadas ao Exército, unidas no mesmo elevado propósito de manutenção da ordem e garantia dos compromisso do Govêrno para com o povo brasileiro".

Isso foi respeitado e cumprido alegremente.

* *

O que há de censurável nos golpes militares e movimentos revolucionários, é a quebra da disciplina militar e a inversão da Hierarquia, mas, até isso o movimento de 29 de outubro evitou, porque a tropa foi alheada da preparação do movimento, continuando a cumprir ordens emanadas dos seus chefes e comandantes naturais.

"Nos dias que correm, o nosso Exército, como que atinge à sua maturidade".

E, meus Senhores! Não há exemplo no Brasil, de um militar que, tendo ao poder, nêle tenha permanecido ou tenha procurado permanecer um dia além do mandato que lhe foi fixado.

Ainda agora, todos os brasileiros são testemunhas de quantos políticos desavisados, têm acenado ao atual mandatário com a prorrogação do seu mandato. Êle tem sabido resistir e o tem declarado inclusive e categòricamente, que outra coisa não aspira, senão recolher-se à vida privada ao fim do seu mandato, na data que a atual Constituição fixou.

VIII — CONCLUSÃO

O nosso Exército tem sabido realizar as transformações do regime, sem perdas de vidas e com o máximo respeito aos caídos.

Dos militares arrastados à política, poucos tiraram proveito e, muitos mesmo, só tiveram prejuízos.

Ao deixarem o poder, quase todos, ao pêso das desilusões, desenganos e decepções, morrem pouco depois. Basta citar Caxias, Benjamim Constant, Deodoro e Floriano.

Pode parecer que sejamos suspeitosos em fazer tais afirmativas, mas, aquêles civis, com nítida compreensão dos problemas nacionais e do papel do Exército e, conhecedores da conduta dos seus componentes, também o confirmam. Basta para isso reproduzir o que disse certa vez o Professor Darcy Azambuja, já tantas vêzes citado por nós: "Vida de renúncias, a vida do soldado se reveste dos caracteres magníficos de um nobre e grande sacrifício. É por isso que, em tôda a parte se olha o militar com respeito e veneração sobretudo quando êle, através de uma longa vida, na paz e na guerra, soube usar a sua espada para amparar a justiça das leis e para fazer triunfar as liberdades cívicas, como o fizeram Caxias, o mais civil dos nossos generais e Deodoro, o mais humano dos nossos chefes militares.

* *

Senhores!

A nossa Pátria marcha a passos de gigante para conquistar o lugar que nos compete entre as nações democráticas do mundo inteiro.

Dia virá, em que todo o nosso povo, imbuído de uma verdadeira e sã consciência democrática, não necessitará mais que as Fôrças Armadas mostrem a políticos mal intencionados, qual o reto caminho do dever.

O Exército Brasileiro, com a satisfação íntima do dever cumprido, tornar-se-á então o *"Grande Mudo"*, sem necessidade de influir nos destinos políticos da Nação, porque cada cidadão terá consciência dos seus direitos e conhecimentos dos seus deveres.

Os poderes constituídos saberão atender aos reclamos da opinião pública, sem outra fôrça impulsionadora que os supremos interêsses da Nação.

E o Brasil será grande, será forte e será poderoso, graças ao valor, à dedicação e ao esfôrço conjugado de todos nós brasileiros que nascemos sob o signo do Cruzeiro do Sul.

IX — FONTES DE CONSULTA — BIBLIOGRAFIA

Formação Histórica do Brasil, de Pandiá Calógeras.

História Social do Brasil, de Pedro Calmon.

História da Civilização Brasileira, de Pedro Calmon.

Instituições Políticas Brasileiras, de Oliveira Viana.

A Cultura Brasileira, de Fernando de Azevedo.

Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico (1922).

Evolução do Povo Brasileiro, de F.J. Oliveira Viana.

Estudos Históricos e Políticos, de Pandiá Calógeras.

Evolução Econômica do Brasil, de J.F. Normano.

Problemas de Base do Brasil, — I.B.G.E.

História do Brasil, de João Ribeiro.

História do Brasil, de Rocha Pombo.

Problemas de Govêrno, de Pandiá Calógeras.

Gênesis da Idéia Republicana no Brasil, de J.P. Rodrigues Alves.

História da República, de João Dornas Filho (1942).

A Consolidação da República, do Cel. J.B. de Magalhães.

História da República, de José Maria Belo.

Atas e Atos do Govêrno Provisório, de Dunshee de Abranches.

Advento da Ditadura Militar no Brasil, do Visconde de Ouro Prêto (1891).

Populações Meridionais do Brasil, de Oliveira Viana.

O Brasil em Face dos Imperialismos Modernos, de Osório da Rocha Diniz.

Projeção Continental do Brasil, de Mário Travassos.

Fronteiras do Brasil, de João Ribeiro.

Limites do Brasil, de Lima Figueiredo.

Oeste Paranaense, de Lima Figueiredo.

A Conquista do Brasil, de Roy Nash.

Brasil, país do futuro, de Stefan Zweig.

Da Regência à Queda de Rosas, de Pandiá Calógeras.

Ocaso do Império, de Oliveira Viana.

O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817, de Sebastião Pagano.

Decadência e Grandeza da Democracia, de Darcy Azambuja.

A Racionalização da Democracia, de Darcy Azambuja.

Ditadura, Parlamentarismo, Democracia, de J.F. de Assis Brasil.

O Que se deve ler para conhecer o Brasil, de Nelson Werneck Sodré.

Revolução de Pernambuco em 1817, de M. Tavares.

Os partidos políticos no Maranhão, de J.F. Lisbôa.

Partidos e Eleições no Maranhão, de João Francisco Lisbôa.

Pequenos Estudos de Psicologia Social, de Oliveira Viana.

Raça e assimilação, de Oliveira Viana.

Regime Eleitoral, de A. Tavares de Lyra.

Cristianismo e Democracia, de Jacques Maritain.

O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, de Azevedo Amaral.

O Homem Providencial, de J.S. Maciel Filho.

As Fôrças Armadas e o Destino Histórico do Brasil, do Cel. A. Lourival de Moura.

A Arte de Comandar, de André Gavet.

O Condestável do Império, de Osvaldo Orico.

Luiz Alves de Lima e Silva, do Padre Pinto de Campos.

Caxias, de Afonso de Carvalho.

Rio Branco, de Afonso de Carvalho.

História do Grande Chanceler, de De Paranhos Antunes.

Em Guarda! Contra o Comunismo Anti-cristão, da Biblioteca Militar.

História Constitucional da República, de Felisbelo Freire (1894).

O Idealismo da Constituição, de Oliveira Viana.

Contrato Social, de Rousseau.

Esprit des Lois, de Montesquieu.

Teoria do Estado, de Queirós Lima.

Direito Constitucional Brasileiro, de Paulo de Lacerda.

Direito Constitucional Brasileiro, de Alfredo Varela (1902).

Estudos de Direito e Economia Política, de Clovis Bevilaquá (1886).

Constituições do Brasil (Diversas).

Comentários à Constituição Federal, de Carlos Maximiliano.

Comentários à Constituição Federal, de Aurelino Leal.

Comentários à Constituição, de Barbalho.

Droit Constitutionnel, de Hauriou.

Principi di Diritto Constituzionale, de Orlando (1921).

Estudos de Direito Constitucional, de E. Boutmy (1885).

Elements d'une psychologie politique du peuple americain, de E. Boutmy (1885).

Principios Gerais de Direito Constitucional dos Estados Unidos da America, de Thomaz Cooley.

Direito Constitucional, de Diguit.

Traité de Droit Constitutionnel, de Barthélemy e Duez.

Il Diritto Constituzionale e la politica, de Brunialti.

Modern Democraties, de Bryce.

The American Republic, de Woodburn.

Political Science, de Garner.

COMPANHIA BRASILEIRA DE EXPLOSIVOS

RUA DO MÉXICO, 98 — 13º ANDAR — RIO DE JANEIRO

FÁBRICA EM MORRO AGUDO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O COMBATE DECISIVO DE SARANDI

(12 DE OUTUBRO DE 1825)

Capitão HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN

(Dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará, de S. Paulo e do Rio Grande do Sul, do Instituto Genealógico Brasileiro e do Instituto Hans Staden, de S. Paulo).

Com a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, desaparecia a obra de Artigas. Sua pátria não mais existia como comunidade uruguaia autônoma e desde setembro de 1822 fazia parte integrante do novo Império sul-americano que julgara haver-se firmado assim no limite meridional com que o estuário do Prata lhe acenara.

Mas a semente lançada pelo tenaz caudilho oriental não caira em solo estéril. Com o auxílio tácito dos governantes e patriotas de Buenos Aires, os vencidos de Catalán e Taquarembó conspiravam numa sublevação audaz. Esta teve seu prólogo no dia 19 de abril de 1825, com o desembarque dos chamados "Trinta y Tres Orientales" na praia de Agraciada, na margem esquerda do rio Uruguai. Eram chefiados por D. Juan Antonio Lavalleja (1786-1853), antigo comandante do "Protetor e Patrono da Liberdade dos povos" e conhecia perfeitamente o território de sua pátria.

Êste punhado de heróis que conseguiu burlar o serviço de vigilância fluvial da marinha de guerra do Império do Brasil com relativa facilidade, invadira assim audazmente o território natal sem contar com outros meios que o ardor patriótico e a fé inquebrantável na alma de um povo forjado nos embates das lutas desesperadas de Artigas. E estas almas, bases de qualquer sentimento de nacionalidade, hauridas da comunidade étnica e histórica, dificilmente se deixam destruir pela anexação à comunidades estatais estranhas ou pela assimilação integral num meio étnico diferente do seu. Os uruguaios ou orientais sentiam-se como que membros daquela grande comunidade histórica, étnica e cultural emanada da Mãe-Pátria hispânica. Eram pois hispano-americanos, enquanto que o Império do Brasil constituíra-se no continuador das tradições de um velho rival étnico e colonial rumo ao espaço geográfico conquistado e povoado pelos batalhadores da velha Espanha!

Assim a campanha pela libertação da derradeira pátria de origem hispânica se iniciava ainda ao som das fanfarras de Ayacucho, vitória decisiva e final obtida quatro meses antes pelos exércitos hispano-americanos unidos, sôbre o derradeiro núcleo importante de soldados reais fiéis ao govêrno metropolitano de Madrid no antigo vice-reino do Peru. Quando desta grande vitória de 9 de dezembro de 1824, anunciadora de "que estava concluída a emancipação da América espanhola, a Provincia Oriental foi a única que não pôde associar-se ao regosijo das pátrias irmãs" (1).

---

(1) Coronel Oreamán Vázquez Ledesma, *Importancia y rol del Ejército en las luchas que dieron nacimiento a nuestra Independencia*. Conferencia dada en el Salón de Actos Públicos del Ministerio de Defensa Nacional el día 24 de agosto de 1938. — Imprensa Militar, Montevidéo 1938. — Página 10.

O povo oriental ou uruguaio intimamente nunca havia se conformado com a incorporação de sua pátria ao poderio luso-brasileiro! Sòmente o silêncio da escravidão moral daqueles que ansiavam pelo fim da longa guerra civil entre os partidos tradicionais "unitários" e "federais" que se combatiam em todo o Prata pelo poderio e pela organização da nação, obrigara sua população a sujeitar-se, por fôrça das circunstâncias, ao fato consumado. A Constituição do Império do Brasil não respeitara o convênio da incorporação, considerando a Província Cisplatina ou Oriental como qualquer outra de formação lusitana e não "como um estado diverso dos demais do Reino Unido", onde "todos os cargos e empregos... serão concedidos aos naturais ou habitantes casados e estabelecidos na Cisplatina".

Breve os 33 que haviam desembarcado no Arenal Grande de Agraciada constituíam um pequeno exército que alcançara Soriano à desembocadura meridional do rio Negro, em 24 do mesmo mês de abril de 1825. Continuamente engrossado pelos patriotas, entre os quais a flama revolucionária que parecia haver se extinguido em 1820 revivera com um entusiasmo crescente. Em tôda parte se organizavam milícias e se reunem unidades de veteranos de tôdas as campanhas de libertação iniciadas desde as duas expulsões dos invasores inglêses de 1806 e 1807 e a "Revolución de Mayo" de 1810 a 1824. Até os antigos batalhadores artiguenhos que haviam aceito os fatos consumados de incorporação de sua pátria ao Império do Brasil e que ante tais contingências ingressado no exército imperial, voltaram a abraçar a única causa digna de um verdadeiro patriota uruguaio. Entre êstes veteranos das hostes do infeliz Artigas, desde 29 de abril o até então brigadeiro imperial D. Frutuoso Rivera (1791-1854) se reunira com os milicianos de seu comando ao movimento libertador chefiado por Lavalleja, abandonando de vez o serviço do Império do Brasil.

Na sua marcha entusiasta, Lavalleja e os seus, todos esquecidos das velhas dissenções políticas entre "unitários" e "federais", tomaram de Soriano o rumo de Montevidéu, ocupando San José e Canelones e chegando depois ao Cerrito de Vitória, de onde era iniciado o assédio de capital da Província. Ante o assombro senil e despreocupado do comandante luso-brasileiro tenente-general Carlos Frederico Lecór e barão de Laguna que pouco antes havia contraído matrimônio com uma pequena de Montevidéu de dezoito anos de idade, a rebelião se alastrara por todos os recantos e breve sòmente Montevidéu sob Lecór e Colônia sob o comando do brigadeiro Manoel Jorge Rodrigues (1777-1845), português ao serviço do Império e futuro barão de Taquari, constituíam os derradeiros núcleos de resistência imperiais na Cisplatina.

Entrementes os patriotas não descuravam da administração do país nos departamentos libertados para a grande comunidade étnica hispano-americana e de orientação política francamente antimonárquica. Desde 14 de junho de 1825 instalaram em La Flórida um Govêrno Provisório sob a presidência de Manuel Calleros que confirmou o pôsto de Lavalleja como general em chefe do Exército Libertador e nomeou Rivera inspetor geral das armas. Em 25 de agôsto do mesmo ano, uma Assembléia de Representantes de todos os departamentos e povoados reunida em La Flórida declarava nulos todos os atos de incorporação aos poderes de Portugal e do Brasil, expressando ao mesmo tempo que por sua livre e decidida vontade a Província Oriental se declarava unida às demais do rio da Prata. Tal a súmula da chamada "Declaratória de la Flórida" que surge como uma reprodução da tentativa expressa pelo Cabildo de Montevidéu em 23 de outubro de 1823, quando do choque havido então naquela praça de guerra entre os partidários brasileiros e portuguêses do recém-aclamado imperador D. Pedro I, do Brasil, chefiados por Lecór, e os soldados portuguêses que preferi-

ram permanecer fiéis ao seu legítimo rei D. João VI de Portugal e a seu govêrno constitucional de Lisboa, chefiados pelo general Alvaro da Costa (2).

Esta decisão proclamando a autonomia da Província Oriental, confederada às quatro províncias unidas do rio da Prata, constituídas da união assinada em 23 de janeiro de 1825 pelos representantes das províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre-Rios e Corrientes que assim lançavam as bases da Confederação Argentina, respeitadas as suas autonomias, mas unidas em seu poder militar para a defesa comum e na representação diplomática no exterior, foram encontrar uma repercussão entusiasta e mesmo violenta na opinião pública que acabara de festejar as vitórias decisivas no Peru contra os últimos mandatários do poder real de Madrid. A fim de tranqüilizar o ânimo da população que desejava uma luta aberta contra o Império, o govêrno de Buenos Aires chefiado pelo governador general D. Gregorio de Las Heras, empossado pacìficamente em 9 de maio de 1824 em sucessão ao quatriênio da administração tranqüila, progressista e ordeira do brigadeiro-general D. Martin Rodriguez, que se decidira ainda a organizar um "Ejército de Observación del Uruguay", sediado no arroio del Molina, pois a reorganização militar decretada desde 31 de janeiro de 1825 pelo Congresso Geral das províncias confederadas ainda se achava na sua fase preliminar. O comando do referido exército de observação que deveria contar perto de 8.000 homens, mas que mal atingiria o efetivo precário de 2.000, foi dado ao antigo governador, o popular general Martin Rodriguez.

Assim foram crescendo sempre mais os auxílios em dinheiro e em material bélico fornecidos por intermédio de Buenos Aires, Entre-Rios e Corrientes para ultimar a mobilização do Exército Libertador de Lavalleja. Êste não descurava dêste auxílio, pois as conspirações iniciais haviam sido veladamente animadas pelos seus companheiros de origem étnica hispânica de além Prata.

Convém relembrar que Artigas nunca se havia declarado contrário a uma união política com as demais províncias platinas, desde que o fôsse sob a forma confederada e não unitária. Durante sua luta desesperada contra a invasão luso-brasileira Artigas se vira abandonado pelos unitários de Buenos Aires, mas sob suas ordens se achavam as mesmas províncias de Entre-Rios, de Corrientes e de Santa Fé, tôdas como êle de tendências federalistas e que antes da rebelião chefiada por Lavalleja se haviam confederado como alhures havia almejado o tenaz "Patriarca do Uruguai". Foi o choque perene das correntes intelectuais unitaristas das cidades de Buenos Aires e Montevidéu, conduzidas por aquêles patriotas que haviam haurido sua ideologia política no liberalismo exótico das idéias de uma chamada "república una e indivisível" da Revolução Francesa, com as de tendências autonomistas do interior nascidas no sentimento prático da realidade e das necessidades do viver de uma democracia natural e não bebida no artificialismo abstrato e pedante do pragmatismo dos intelectuais do século 19, que desmantelara a obra de organização nacional platina numa terrível guerra civil que sacrificara muitos dos grandes próceres como San Martin e Artigas. Tôda vez que o govêrno de Buenos Aires se inclinava a concordar com o princípio da autonomia federal das províncias, estas se mostravam decididas a uma união em tôrno daquele mesmo govêrno. Na época da rebelião uruguaia esta união parecia ter sido conseguida sob bases bastante sólidas.

---

(2) O Cabildo de Montevidéu (govêrno municipal) declarara então "nulo arbitrario y criminal el acto de incorporación a la monarquía portuguesa"... "nulas y sin ningún valor las actas de incorporación de los pueblos de campaña al Imperio del Brasil"... "esta Provincia Oriental, no pertence, ni debe, ni quiere pertenecer a otro Poder, Estado o Nación, que la que componen las provincias de la antigua Unión del Rio de la Plata, de que ha sido y es una parte".

Lavalleja dominava então tôda a campanha uruguaia até o rio Negro, dispondo de 3.500 homens, perfeitamente armados material e moralmente. Dêstes se achavam cêrca de 1.000 homens, sob Lavalleja, de RESERVA na barra de Santa Lucia Chica; outros 1.000 homens, sob Rivera, em Durazno, de onde, entre o rio Negro e o rio Uruguai, travaria os primeiros encontros com os brasileiros vindos do Rio Grande do Sul; 300 homens, sob Manuel Oribe, diante dos muros de Montevidéu; 300 homens, sob Teixeira de Queirós, perto de Colônia, e os restantes 900 homens, sob Ignacio Oribe, em diversos destacamentos volantes nas margens do rio Uruguai e do rio Negro, dos quais o núcleo principal se achava diante de Cerro Largo e do arroio Cebolati.

Neste dispositivo de cobertura bastante razoável que poderia produzir bons resultados, desde que se procurasse executar uma manobra em linhas interiores quando necessário, empregavam-se quase exclusivamente cavalarianos destros no manejo das armas próprias da região: lanças, espadas, pistolas, laços e boleadeiras. Montavam em animais bravos e eram animados do maior ardor pela luta e pelas aventuras. Curtidos pelas intempéries, eram homens próprios para lutar com dedicação e entusiasmo pela causa de sua pátria. Entretanto, não possuiam conhecimentos e instrução que os tornassem com seus chefes verdadeiros soldados.

Encomendas de armamento e munições haviam sido feitas com sucesso em Buenos Aires, onde o Congresso ainda titubeava em tomar conhecimento dos dizeres da "Declaratória de la Flórida" a fim de acorrer decididamente em auxílio dos irmãos da antiga Banda Oriental. Doutro lado, o Govêrno Provisório de la Flórida expedira carta de còrso para as águas do Prata e do Uruguai.

Para enfrentar esta situação, marchara do Rio Grande do Sul em auxilio de Lecór o comandante das armas desta província, o famoso general José de Abreu com os homens que conseguira recrutar, sem mesmo esperar a concentração dos fracos meios de que a sua província podia dispor no momento. "De uma constituição quase análoga à dos bandos adversários, de efetivo reduzido tal como o dêstes, e tendo ainda à sua semelhança o desprêzo ou desconhecimento dos preceitos da Arte da Guerra, não se podia para os recontros futuros assegurar mais às nossas tropas nenhuma vantagem militar" (3).

Enquanto Abreu com seus 1.200 milicianos se aproximava de Mercedes, sôbre a margem meridional do rio Negro e pouco antes da embocadura dêste, resolvera Rivera apossar-se com um golpe de mão daquela localidade, para garantir a posse das passagens do referido rio naquela região. Mas seu ataque levado a efeito com uns 500 homens fracassava em 23 de agôsto, pois a reduzida guarnição brasileira de Mercedes fôra eficazmente auxiliada pela artilharia da flotilha brasileira do rio Uruguai. Ameaçado já pelos elementos avançados de Abreu, retrocedeu Rivera para as cabeceiras do arroio de Aquila, na cochilha do Arbolito, onde foi alcançado em 4 de setembro pelo coronel Bento Manuel Ribeiro (1783-1855), à frente de um destacamento de 600 milicianos de Abreu. Após breve combate, viu-se Rivera batido e perseguido para o Sul, rumo a La Flórida.

Sentiu-se então Lavalleja ameaçado de um envolvimento e assim abandonou o sítio de Colônia que anteriormente havia sido estreitado, mesmo após o fracassado intento de se apossar da praça de guerra, defendida tenazmente por Manuel Jorge Rodrigues e seus 1.400 homens, em 17 de agôsto. Sem deixar de se cobrir com um pequeno destacamento contra alguma sortida da guarnição brasileira de Colônia, o chefe oriental decidiu retirar-se para a capital

(3) Coronel J.S. Torres Homem, *Annaes das Guerras do Brazil com os Estados do Prata e Paraguay*. Organizados no Departamento dos Serviços Auxiliares do Estado-Maior. Imprensa Nacional, Rio 1911. — Página 103.

provisória La Flórida, para onde chamou todos os elementos de Rivera.

Para evitar esta reunião do inimigo, cometeu o velho guerrilheiro Abreu o êrro máximo de sua vida gloriosa, dividindo-se ante êste mesmo inimigo ao enviar 800 homens sob Bento Manuel Ribeiro a Montevidéu, atendendo assim a uma requisição do displicente Lecór que dispunha inativos dentro dos muros da cidade de perto de 3.000 soldados aguerridos e bem armados.

Desta maneira decidiu-se Rivera a tentar um golpe de repercussão gravíssima para o poderio combatente brasileiro, pois iria deixar sem a massa de cavalaria imperial desprovida da remonta que naquela época constituía a base essencial de todo serviço de reabastecimento militar. Existia então no chamado Rincón del' Haédo ou rincão das Gallinas, formado pelo curso final do rio Negro e o rio Uruguai, um importante depósito de remonta brasileiro sob as vistas de uma pequena guarda. Foi aí que, em 24 de setembro, Rivera irrompia de surpresa, apossando-se assim de tôda a cavalhada que se destinava à mobilização das fôrças ao comando de Lecór e Abreu.

Momentos após êste apresamento de cêrca de 8.000 animais que dotaram o Exército Libertador de abundante cavalhada, teve Rivera ciência da aproximação despreocupada de uma coluna de 400 milicianos índios brasileiros sob o comando dos coronéis Jerônimo Gomes Jardim (1771-1837) e José Luís Mena Barreto (1800-1825). Êstes elementos que vinham em procura das fôrças de Abreu que se achavam em Mercedes, foram então impetuosamente atacados e de surpresa pelos 300 homens de Rivera. Após encarniçada luta que custara grandes baixas a ambos os adversários, foram os brasileiros completamente destroçados. Dentre os mortos figurava também o jovem coronel José Luís Mena Barreto, com apenas 26 anos de idade.

Êste sucesso de 24 de setembro de 1825 no rincão e potrero das Gallinas, chamado no seu conjunto pelos orientais de batalha ou combate do Rincón de Haédo, reanimou o moral e a fé na vitória em todos os continuadores e discípulos de Artigas. Assim é que deve ser compreendido e não sòmente pelo seu aspecto tático isolado, pois sem um Rincón de Haédo não teria sido possível um Sarandi!

A responsabilidade dêste desastre foi recair única e integralmente sôbre José de Abreu, o comandante das armas da Província do Rio Grande do Sul! Êste bravo guerrilheiro sul-riograndense que chegara ao pôsto de marechal de campo e obtivera o título honorífico de barão de Cerro Largo, era conhecido pelos seus comandados como o "Anjo da Vitória", tal o número de sucessos obtidos por êle como chefe de pequenos destacamentos volantes contra os platinos artiguenhos. Colocado num comando superior e sem o auxílio das unidades milicianas índias dos dois chefes brasileiros sul-riograndenses desbaratadas por Rivera, ficava Abreu entregue aos parcos 400 homens que lhe restavam em tôrno de Mercedes. Sua situação era mais que crítica!

Enquanto isto, reforçado pelos 870 homens de Bento Manuel Ribeiro que fôra triunfalmente recebido em Montevidéu como vencedor do combate de Arbolito ou de Águila, o tenente-general Carlos Frederico Lecór, comandante luso-brasileiro do chamado Exército do Sul e governador geral da Província Cisplatina, continuava gozando as delícias das festas da sociedade da capital de sua província. Só ante a eminência da junção de Lavalleja e Rivera é que Lecór compreendeu tôda a gravidade da situação!

OS ADVERSÁRIOS

Quando do início da sublevação nacional dos povos da antiga Banda Oriental, a praça de Montevidéu, comandada pelo brigadeiro João Pedro Lecór, português a serviço do Império e irmão do comandante do Exército do Sul e governador da província, dispunha de uma regular guarnição constituída de perto de 1.500 homens e 68 peças de

artilharia de posição e de campanha. Verdade que o que passara em Montevidéu não fôra nada de tranqüilizar, pois muitos dos uruguaios moradores da capital haviam abandonado aos magotes a cidade para se incorporar aos sitiantes. Outrossim, as tendências federalistas e mesmo republicanas que desde 1817 se manifestavam cada vez mais intensas em diversos pontos do Império quase que haviam provocado uma rebelião de sargentos pernambucanos e outros elementos, ex-combatentes da Confederação do Equador tão sanguinàriamente sufocada no Nordeste brasileiro um ano antes!

Em face dos pedidos urgentes de Lecór, o govêrno imperial mandara embarcar no Rio para Montevidéu, em maio de 1825, um refôrço de 1.200 homens de 1ª linha. Com tais reforços seguira o então capitão Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o futuro marechal de exército e duque de Caxias! Foram embarcados na esquadra imperial do comando do vice-almirante Rodrigo Lobo, sob o comando do tenente-general Francisco de Paula Maggessi Tavares de Carvalho (1769-1847), também português ao serviço do Império, nomeado 2º comandante do chamado Exército do Sul e que deveria também substituir ao brigadeiro João Pedro Lecór no comando da praça de Montevidéu.

Com a chegada dêstes meios do Rio, podia dispor o tenente-general Carlos Frederico Lecór na sede de seu govêrno de perto de 3.000 homens, em sua grande maioria aguerridos e bem armados. Somados êstes aos 1.400 do destemido brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues na praça de Colônia, chegamos à conclusão de que o mesmo Lecór tinha à sua disposição um total de 4.400 soldados bem instruídos, equipados e armados, mas encerrados nas duas fortalezas da Cisplatina.

Quanto à esquadra de Rodrigo Lobo, passara depois para o ancoradouro de Buenos Aires, como demonstração de fôrça a fim de diminuir assim os auxílios em recursos bélicos que de lá eram enviados para Lavalleja. Sòmente as dificuldades econômicas e as condições precárias militares impediram então ao governador Las Heras romper desde logo e diretamente as hostilidades contra o Brasil, como a opinião pública exigia em todo o território da Confederação Argentina.

Na região de Salto, sôbre o rio Uruguai e ao Sul do Quaraí, existira um pequeno destacamento que deveria ligar-se, por intermédio da flotilha brasileira do Uruguai, com os postos brasileiros das ilhas Martin Garcia e Gorriti, subordinadas ao comando militar de Colônia.

Como guarnição da atual região do Jaguarão, outro destacamento de milicianos sob o comando do coronel Bento Gonçalves da Silva (1788-1847), o futuro chefe sul-rio-grandense do movimento de caráter federativo e republicano conhecido como Guerra dos Farrapos que deve ser considerado como elo mais poderoso de tôdas as tentativas antimonárquicas brasileiras predecessoras da República Federativa de 1889, se estabelecera em Cerro Largo, a atual cidade uruguaia de Mello. Seu efetivo mal chegava a 450 milicianos irregularmente armados.

Em Montevidéu fôra Lecór informado por Bento Manuel de que Lavalleja se encontrava ainda em Durazno e Rivera perto do rio Uruguai. Assim aprovou a proposta do guerrilheiro sorocabano de acometer Lavalleja, depois de se reunir ao destacamento de Cerro Largo, comandado por Bento Gonçalves e que deveria marchar de lá na direção geral de Minas, no Nordeste da capital cisplatina. Mas Lecór, discípulo do temeroso inglês Wellington nas guerras contra os franco-napoleônicos na Ibéria, temia comprometer suas glórias e seu confôrto em Montevidéu e assim decidiu constituir um destacamento das três armas para bater a Bento Manuel os elementos insurretos antes dêstes se reunirem.

Breve se sentiu Bento Manuel descrente do comandante-em-chefe do Exército do Sul e de sua característica moleza. Sem aguardar a organização do referido destaca-

mento e temendo cada vez mais a possibilidade, ante o tempo inùtilmente desperdiçado em Montevidéu, da concentração do Exército Libertador, partiu o coronel brasileiro precipitadamente, em princípios de outubro do mesmo ano de 1825, com apenas 1.130 cavalarianos, na sua grande maioria milicianos, tomando o rumo de Minas. Aí fêz pouco depois junção com os 430 homens da cavalaria miliciana de Bento Gonçalves.

Partiu então célere sôbre o arroio da Cruz a fim de bater Lavalleja. Ufano de suas glórias passadas e do seu recente triunfo no Arbolito, Bento Manuel sentia-se seguro com seu Corpo de Cavalaria de cêrca de 1.500 homens!

De relance havia Lavalleja apreendido o perigo que corria a sua causa e numa decisão rápida ordenou a concentração de todos os meios no dia 11 de outubro na chamada Horqueta de Sarandi. Como Bonaparte em Mântua, determinou a Manuel Oribe e Leonardo de Olivera o abandono das posições de cobertura que mantinham e a Rivera o retrocesso rápido para o local da concentração. Assim pôde Lavalleja reunir cêrca de 2.400 homens, quase todos cavalarianos, alguns infantes e 1 peça de artilharia.

Na manhã de 12 de outubro de 1825, ao atravessarem o arroio de Castro, afluente do Yi, Bento Manuel encontrou o inimigo nas cabeceiras do arroio Sarandi, onde verificou já se ter realizado o que temia. Vira que Lavalleja não estava mais só, pois Rivera já se tinha reunido àquele.

Contra os 2.400 orientais que aí se achavam, Bento Manuel só podia dispor de 1.580 cavalarianos prontos para a ação. Daqueles só 600 homens estavam de prontidão e os demais a pé, descansando. Enquanto o chefe brasileiro perdia tempo em reunir seus comandados e discutir se devia ou não atacar a superioridade numérica de Lavalleja, êste aprestou-se para o ataque aos brasileiros que se encontravam à margem esquerda do Sarandi, com a retaguarda apoiada no arroio.

Dominado pela vaidade de presentear o imperador D. Pedro I em seu natalício com mais uma vitória como as com que se acostumara até então, Bento Manuel não aceitou as objeções mais prudentes de Bento Gonçalves. Parece que respondeu às judiciosas observações que lhe foram feitas então de que — "Estou acostumado a surrar êsses gringos um contra quatro. Não seria agora que iria evitar a luta. Faço tanto caso dêles que vou atacá-los em coluna de meio e sem reservas" (4).

Iriam, pois, medir-se:

1.580 cavalarianos, dos quais apenas um reduzido esquadrão se constituía de soldados da cavalaria da 1ª linha e os demais milicianos e muitos condutores de artilharia e infantes montados e armados de lanças, todos sob o comando de Bento Manuel, e 2.400 cavalarianos orientais e alguma infantaria com 1 peça de artilharia, melhor armados e animados pelo ideal da libertação de sua terra em proveito de uma mística contrária à dos adversários, sob o comando de Lavalleja.

O COMBATE

Tendo Levalleja avistado o tão procurado inimigo diante de si, a pouco mais de um quarto de légua, tomou imediatamente o dispositivo para o ataque que iria executar:

Na DIREITA, sob Pablo Zufriatégui, em primeiro escalão 1 peça de artilharia com os "Tiradores de Maldonado", a pé, cêrca de 100 homens, com missão defensiva e, em segundo escalão a cavalaria de "Milicias de Canelones" e os "Húsares Orientales" para o ataque dos flancos inimigos com cêrca de 600.

No CENTRO, sob Manuel Oribe, os "Dragones Libertadores" e 1 esquadrão dos "Dragones de la Unión", ao todo 400 homens.

Na ESQUERDA, sob Frutuoso Rivera, em primeiro escalão 100

(4) Olyntho Sanmartin, *Bento Manoel Ribeiro*. Ensaio histórico. Pôrto Alegre, Tipografia do Centro 1935. — Página 70.

cavalarianos dos "Tiradores de Maldonado" e em segundo os 800 das milícias do coronel Julian Laguna e de Latorre com os restantes dos "Dragones de la Unión" e milícias departamentais dos rios Yi e Negro.

Como RESERVA, ficou o coronel Leonardo de Oliveira, luso-brasileiro de nascimento mas uruguaio de adoção, com 400 homens das cavalarias milicianas de Maldonado e San José.

Resolvido a aceitar o combate, Bento Manoel dividira seus meios num dispositivo linear e em três núcleos para realizar um ataque frontal contra a superioridade numérica oriental. Esquemàticamente, foi êste o dispositivo tomado:

Na DIREITA, o coronel Bento Gonçalves com seus sofríveis elementos milicianos do 39º Regimento de Cavalaria de 2ª Linha (antigo de Milícias), de seu comando e sediado em Jaguarão, reforçado de outros combatentes paisanos, preparados para a guerra, num total de 450 homens.

No CENTRO, o coronel Joaquim Antonio de Alencastro com o major Felipe Nery de Oliveira (1789-1845), êste português a serviço do Império, com os esquadrões da cavalaria de 1ª linha dos 3º, 4º e 5º Regimentos e outros elementos armados como cavalaria, num total de cêrca de 800 homens.

Na ESQUERDA, sob o comando direto de Bento Manoel, os restantes milicianos e outros soldados improvisados como cavalarianos mal armados, cêrca de 330 homens.

Só êste ataque frontal, idealizado contra um inimigo superior em número e armamento, determinava de ante-mão o fracasso que se verificaria pouco depois. O desprêzo com que Bento Manuel se referira a respeito do adversário, numa super-estimativa do próprio valor combativo das fôrças sob o seu comando, demonstram de um lado ausência completa do que von Clausewitz denominara do "senso da realidade", misturado a forte dose de fanfarronice e presunção!

Quanto à Lavalleja, decidira iniciar o lance atacando com os 400 homens de Oribe numa carga frontal ao centro brasileiro, para depois lançar Zufriatégui com 700 e Rivera com 900 homens sôbre os flancos adversos. Os atiradores deveriam apoiar-se e ao mesmo tempo reforçar pelo fogo a missão de usura do centro. O esfôrço principal de Lavalleja se iria verificar sôbre o flanco direito imperial.

Às 9 horas da manhã do mesmo dia 12 de outubro iniciou-se o combate com o ataque geral da cavalaria oriental, cujas cargas sôbre os flancos brasileiros foram desde o início coroados de sucesso. Bento Gonçalves e Bento Manuel foram assim levados de roldão, após o fracasso de suas tentativas em contra-atacar.

No centro, o ataque de Oribe contra Alencastro e Felipe Nery e seus 800 homens da massa principal foi repelido com certa facilidade. Êste contra-ataque brasileiro se deteve ante as reservas de Leonardo de Oliveira. Enfrentados por êste, batidos pelos fogos dos atiradores inimigos e pela peça de artilharia nos flancos, carregados de revés por Rivera e Zufriatégui, ambos já desvencilhados, produziu-se aí a enorme confusão do entrevero que tudo dispersou.

Só Alencastro, do 5º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, o antigo e tradicional Regimento de Dragões de Rio Pardo, com perto de 400 homens, conseguiu resistir com denodo e heroísmo ao cêrco inimigo. Durante perto de 3 horas pelejou, permitindo assim a retirada de seus companheiros mais felizes até o passo do Sarandi, onde Bento Manuel o defendia há 2 horas. Reunidos aí os dispersos de Bento Gonçalves da Silva, de Bonifácio José de Calderón e de Felipe Nery de Oliveira, o primeiro tenente-coronel e sul-riograndense, o segundo tenente-coronel também e uruguaio, o terceiro português e major, todos ao serviço do Império, foi iniciada a retirada para o rio Yi onde no passo do Polanco conseguira Bento Manuel ainda reunir cêrca de 550 homens, com os quais tomara o rumo de Santana, no Rio Grande do Sul, visto estar o caminho de Montevidéu cortado pelos vencedores.

Entrementes, conseguira, combatendo sempre, Alencastro romper por momentos o cêrco e atravessar o Sarandi. Perseguido e novamente envolvido pelo turbilhão atacante, munido de armamento superior ao dos brasileiros, foi obrigado a se render. Com Alencastro renderam-se 36 oficiais e cêrca de 400 soldados.

Lavalleja perseguiu frouxamente os imperiais até às imediações do Passo do Pereira, próximo à fronteira. Nesta perseguição, além dos 447 prisioneiros capturados no campo de combate, foram capturados mais 125 homens no Perdido e outros 3 no arroio Maciel, elevando-se o número de prisioneiros a 575, dos quais 133 feridos.

Ao todo teve Bento Manuel cêrca de 830 baixas, das quais mais de 100 mortos e 575 prisioneiros. Dêstes 36 eram oficiais e 133 estavam feridos.

Os vencedores tiveram 35 mortos e 90 feridos.

CONCLUSÕES

Sarandi foi decisiva para esta primeira fase da chamada Guerra da Cisplatina ou Campanha de 1825 a 1828. Perdera neste combate o Império a soberania sôbre a Banda Oriental ou Província Cisplatina e os orientais ganharam uma pátria autônoma.

Como conseqüência dêste desastre brasileiro às margens do arroio Sarandi, com que findara esta fase da campanha, os patriotas ao comando de Lavalleja passaram a dominar todo o interior da província onde o Império apenas mantinha dois fortes núcleos militares, encerrados desde então com seus 4000 homens, bem armados e equipados, pelo super-cauteloso Lecór nos muros fortificados de Montevidéu e de Colônia. Além dêstes elementos, ainda existiam a esquadra em operações no estuário do Prata e a chamada Flotilha Imperial do rio Uruguai que de nada adiantariam contra as milícias terrestres de Lavalleja e Rivera!

Como causa remota dêste fracasso devemos considerar a ingenuidade da incorporação ao povo brasileiro de um outro pertencente a um agrupamento étnico diferente do do Império e isto após a publicação de algumas disposições de lei. Doutro lado, também o descaso com que sempre os governantes portuguêses de Lisboa e do Rio de Janeiro votaram às coisas do Sul, onde não se produzia ouro metálico, salvo as providências tomadas nos tempos do marquês de Pombal, cooperaram para tal desfêcho. É preciso repetir que tudo o que lá se havia conquistado ao castelhano do Prata, o tinha sido por iniciativa própria e valor intrínseco dos "continentinos" ou sul-riograndenses que pelos auxílios recebidos da monarquia. Foram êles que chegaram a traçar os limites meridionais do Brasil a espada, lança, cavalgada e sangue!

Diretamente foi Bento Manuel o único responsável pelo desastre sofrido, prólogo das jornadas desalentadoras de Ituzaingó. A presunção e a indisciplina, juntadas à falta de respeito reinante para com o caduco comandante do chamado Exército do Sul, o tenente-general Lecór, sediado pomposamente em Montevidéu, contribuíram poderosamente. Os chefes que, como Lecór, têm sido impostos mais pelo "particularismo nativista" — Lecór era português como D. Pedro I e a grande maioria daqueles que de fato manipulavam a administração e a política naqueles tempos — e pelas predileções pessoais que pelo verdadeiro valor, nunca se impuseram aos subordinados e à tropa nos momentos de crise. Desta falta de confiança caminha-se diretamente à derrota irreparável!

Quanto a Lavalleja, podia considerar-se como vencedor desde que Bento Manuel esboçara o seu dispositivo para um ataque frontal e cheio de fanfarronice. Entre os dispositivos de ambos aparece uma relação que muito se aproxima da dos dispositivos de Aníbal e Terencio Varro.

Apresentando uma boa economia de fôrças, pôde Lavalleja eliminar da ação as alas inimigas e em seguida cercar inteiramente o centro, aparentemente vitorioso, até fôrçá-lo a capitular. Como o chefe

vencedor não era tático nem estrategista e apenas um caudilho, é claro que foi a superioridade numérica de suas fôrças que lhe ditou o dispositivo da manobra que o levou ao triunfo. Diante de um Terêncio Varro, sem ser um Aníbal, Lavalleja agiu acertadamente e, em conseqüência, venceu!

A partir desta campanha, dois dos mais populares chefes militares do segundo reinado do Império do Brasil tiveram ocasião de se destacar. De um lado, naquele ambiente de passividade reinante em Montevidéu sob o comando de Lecór, destacara-se por seu valor individual e sua iniciativa o futuro duque de Caxias o então capitão Luís Alves de Lima e Silva, ao apresar um lanchão-corsário inimigo que embaraçava o pôrto da praça. Doutro lado, era o legendário sul-riograndense e futuro marquês do Herval, o então alferes de cavalaria Manoel Luís Osório, que se destacava nos combates parciais que se seguiram ao desastre de Sarandi, salvando com seu destemor a vida de seu chefe Bento Manoel num momento de grande perigo!

Também não podemos deixar de mencionar a maneira heróica e aventureira com que o mesmo coronel Joaquim Antonio de Alencastro, aprisionado com outros 436 companheiros em Sarandi, soube libertar-se com 119 dêstes companheiros, rebelando-se em 5 de março de 1826 contra a guarnição platina que os deveria conduzir num barco pelo rio Paraná até Santa Fé, rumando aos portos do estuário ainda em poder das fôrças imperiais brasileiras.

BAR SANTA BRANCA
DE
ANTONIO DE ALMEIDA
SECOS, MOLHADOS, BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
Rua São Paulo n. 187 — NOVA IGUAÇU — Estado do Rio

ARMAZEM SÃO SEBASTIÃO
DE
AYRES AUGUSTO
SECOS E MOLHADOS — BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
ESTRADA DE AGUA BRANCA N. 4.984
PADRE MIGUEL DISTRITO FEDERAL

REFLEXÕES SÔBRE CONTRASTES

Círculo vicioso

Ten.-Cel. J.H. GARCIA

— Será que falta ao nosso povo, ao nosso meio, à nossa civilização, consistência para reagir ?

— Será que o clima, o aspecto geral, os contrastes existentes, são propícios à germinação e à evolução de máus princípios ?

— Será que êstes processos, êstes princípios, são nossos mesmos, são legados de nosso passado ?

— Será, enfim, que a descrença, a falta de base moral aos atos mais comuns, em tôdas as camadas da população e em todos os setores do país, em graus e em momentos surpreendentes, são frutos da nossa cultura ?

* *

Os atos mais desordenados, mais contraditórios, são observados no recinto da ralé e no Senado da República !

Rouba o guri sem lar e quase selvagem, rouba o educado, o culto !

Mata bàrbaramente e diàriamente o negro mais desprezível e o branco que ocupa cargo de responsabilidade — ambos por nada !

O arranha-céu rico e bonito está ao lado da favela nojenta e miserável !

Prende-se a criança maltrapilha e sem-vista, porque tenta trabalhar, engraxando sapatos, vendendo quinquilharias e deixa-se vagabundearem livres pelas ruas, fumando e jogando, estas mesmas pobres crianças !

Proíbe-se o jôgo público e êle invade os lares !

Proíbem-se os homens para o popular banho de mar e as mulheres fugem-se !

Prende-se o comerciante, porque aumenta 20 centavos no preço do quilo de um artigo e fica em liberdade o que controla grandes quantidades !

Criticam-se diàriamente pelos jornais e em tôda a parte os atos de todos e todos praticam êstes atos !

Diz-se que é necessário economizar, que o país não tem dinheiro e o poder legislativo aumenta seus próprios vencimentos e o de todos, vota abonos etc. !

Os pais reclamam contra o preço alto do ensino e os professôres, ao mesmo tempo, reclamam contra seus baixos ordenados !

Institui-se uma Comissão para regular os preços das coisas e esta Comissão, na voz do povo, outra coisa não faz que aumentá-los !

Inicia-se uma campanha contra o jôgo do bicho e ao mesmo tempo os bicheiros lutam a bala no centro da cidade por um ponto !

Está escrito : não fale com o condutor, com o motorista, mas êstes falam com todos que os rodeiam !

Há leis, aos cachos, mas sistemàticamente não são cumpridas !

É proibido enviar por avião matéria inflamável, e uma senhora despacha em uma companhia aérea da Capital ácido nítrico !

A inspetoria do tráfego não pode controlar a velocidade dos ônibus e êles continuam matando e depredando !

Há polícia e não se vê a polícia !

Nomeia-se para um determinado cargo um indivíduo que dias após é aposentado neste mesmo cargo !

Critica-se a nomeação de parentes para cargos públicos especialmente criados e êles continuam a ser nomeados e os cargos continuam a ser inventados!

Somos ricos, temos tudo, mas somos realmente pobres, porque tudo nos falta!

Criticamos com calor o que vai pelo mundo e pelos vizinhos e fazemos o mesmo ou pior!

Discutem as elites do país em busca do melhor dentre êles e não o encontram porque êle está em todos!

Faz-se uma lei proibindo a importação de coisas inúteis e uma avalanche de automóveis de luxo invade o país!

A polícia abre uma campanha contra os vagabundos, os assassinos, os fora da lei, enquanto milhares de crianças crescem sob o calor de nosso sol tropical, para nos poucos se transformarem naturalmente em ladrões, assassinos e fora da lei!...

Durante dias a fio as casas legislativas "batem papo" por questões pessoais e findo o período regular de trabalho há necessidade de convocação extraordinária para tratar de coisas sérias e volta-se a tratar dos mesmos casos pessoais!

Tem-se o 3º ou 4º rebanho bovino do mundo e falta carne!

É-se o maior produtor de café do mundo e paga-se os olhos da cara por êste produto no mercado interno!...

Não há produção, porque não há financiamento e não há financiamento, porque não há dinheiro, no entanto o custo da vida sobe, porque há inflação!

Nunca o boi e seus produtos valeram tanto e nunca os nossos estancieiros estiveram tão mal!

A elite cultural há 20 anos que diminui e o custo do ensino há 20 anos que sobe!

Têm-se leis sociais avançadas demais para o nosso nível cultural, constituindo isto fator ponderável de encarecimento das coisas!

O interêsse pessoal prima avassaladoramente sôbre o coletivo!

Os homens encarregados de legislar ou dirigir o povo se afastam dêste povo a ponto de não compreendê-lo!

Todos os indivíduos em cargos públicos estão continuamente à cata de um cargo mais rendoso e daí a produção que se observa em todos os ramos da administração pública!

As reservas morais da Nação fugiram para as florestas!

Há quase 20 anos que 3 milhões de crianças rondam os grupos escolares em busca de migalhas!

Todos sabem e todos gritam que precisamos aumentar nossa produção, entretanto, os campos se despovoam!...

Há esperanças que continuemos neste círculo vicioso de paradoxos ainda por 20 anos! Há 20 anos que houve uma revolução para mudar a marcha dos acontecimentos, mas foi um blefe, porque tudo está como estava! Daí aquela esperança!

É comum voltarmos o pensamento para um fenômeno!

Isto que estamos pensando, milhões de brasileiros pensam!

O que nós pensamos dêles, êles pensam de nós! É um círculo vicioso!...

ARMAZEM INVENCIVEL

Liquido e Comestíveis finos. Alumínio, Louças, Ferragens e Material Elétrico em geral

VENDAS A DINHEIRO

ANTONIO MOURA XAVIER

RUA BELIZARIO DE SOUZA N. 669 — ANTIGO 187

PADRE MIGUEL RIO DE JANEIRO

DEVE O INSTRUTOR SER UM LIDER?

Cap. A. J. DE FIGUEIREDO

É o instrutor um líder? Para responder à pergunta, devemos, antes, conceituar os têrmos *liderança* e *líder*.

I — LIDERANÇA

Que é liderança? Uma forma de *interação social*.

A interação social, por sua vez, é a característica fundamental da vida num grupo social qualquer. A interação nada mais é do que a ação conjugada, constante, contínua, que elementos dum grupo fazem uns sôbre os outros. Ela determina a vida dos grupos. A interação assume formas variadas. Por exemplo, um grupo sobrevive pela *comunicação* entre os seus membros. Nós nos falamos, nos entendemos e, procurando sempre representar o papel do outro, devemos chegar à perfeição social: não fazermos ao próximo o que não queremos que nos façam. Graças à comunicação surgem as *pessoas* (que se distinguem dos *indivíduos*), as *sociedades* e as *culturas*. *Comunicação*, portanto, é forma de interação social. Outras formas de interação social: *socialização*, *competição*, *conflito*, *acomodação* e *assimilação*.

A sobrevivência do grupo depende da *socialização*, que é o processo de nêle incorporar, paulatinamente, a criança. Depende, ainda, da *competição*, processo elementar de interação, inconsciente, impessoal, contínuo, que gera distribuição no espaço e a divisão do trabalho. A vida do grupo carece, também, do *conflito*, que já é competição consciente, pessoal, descontínua, geralmente causadora das amizades, das contendas, das revoluções e das guerras. Embora seja o conflito uma forma útil de interação social, não convém à sobrevivência do grupo que êle se intensifique muito. Para amortecê-lo, surgem duas outras formas de interação: a *acomodação* e a *assimilação*. A acomodação não elimina o conflito, apenas serve de atenuá-lo. É o caso da maioria dos estrangeiros adultos residentes noutros países. Quando oriundos de culturas diferentes, possuidores de padrões próprios de vida e hábitos estranhos aos da terra, êles se sentem *ex-grupo*, deslocados, marginais. Por outro lado, também os estrangeiros não são fàcilmente aceitos. Quem não pertence ao "nosso grupo" é suspeito e quase sempre odiado. Aos estrangeiros resta-lhes, pois, a *acomodação*, se não quiserem viver em conflito no país. Êles adquirirão, como defesa, formas externas que os mascaram, ou que, ao menos, indicam estarem êles aceitando os hábitos. Pois *acomodação* é isto: fingir por fora que aceita por dentro aquilo que se tem repugnância de incorporar como norma de ação. *Assimilação*, ao contrário, é aceitar espontâneamente os costumes, os sentimentos, os hábitos do grupo ao qual nos incorporamos. Os portuguêses, no Brasil, fàcilmente se assimilam, alguns alemães se acomodam, a maioria permanece em conflito conosco. O japonês também. Exemplo forte de assimilação é o daquele secretário da legação inglêsa, na China, de que nos fala Eça de Queiroz. Durante trinta anos, vestindo cabaia de seda, usando rabicho, empunhando leque de côr, tôdas as noites ia palestrar com os nobres chineses. E de tal forma se identificou, que até esqueceu o chazinho das cinco horas. Enfim,

perfeitamente assimilado ao grupo, quase esquecido da Inglaterra, na China morreu, discreto e apagado como costumam viver e morrer os chineses. Assim, vemos que *assimilação*, em *sociologia*, está para *combinação*, em química, da mesma forma que *acomodação* está para *mistura*.

Pois bem, ao lado da *comunicação*, da *socialização*, da *competição*, do *conflito*, da *acomodação* e *assimilação* — formas de interação social — há também a *liderança*. A liderança é um processo que, através dum elemento influente chamado *líder*, mantém a integração do grupo.

A liderança pode ser *institucional*, quando nasce das necessidades e dos hábitos de mando, como é o caso do Exército, que se mantém pela fôrça da disciplina hierárquica. Pode ser a liderança, também, *não institucional*, quando o líder, isto é, o elemento que encarna o sentimento do grupo, é naturalmente escolhido pelas qualidades pessoais. Neste caso, o líder o é por autoridade interior. Ora, o verdadeiro líder, portanto, não é imposto por fôrça institucional, mas pelo grupo, que o escolhe pelo seu valor, pelas atitudes, pelos hábitos e ideiais comuns ao grupo. Um tal líder, possuindo qualidades superiores, que fazem dêle um símbolo da fôrça grupal, deve, também, possuir atributos de homem comum. Porque os grupos não suportam líderes que não encarnem suas virtudes ou defeitos, nem que, a todo momento, procurem colocar-se acima dos outros membros. Tanto mais harmoniosa será a vida social do grupo quanto mais os componentes dêle se identificarem com o líder escolhido, ou imposto. E esclareçamos logo que um líder imposto pela instituição pode se tornar querido, desejado e tão influente quanto o líder escolhido.

Analisando, agora, o conceito de liderança sob outro ponto de vista, classificamo-la, ainda, de *autocrática* e *democrática*.

Na liderança *autocrática*, o líder supremo não recebe autoridade dos membros da organização, mas dum princípio exterior, que paira indiferente à sorte dos membros do grupo. É o caso do Exército e da Igreja Católica, onde os chefes são escolhidos por fôrça hierárquica e os subordinados devem aceitá-los por líderes, mesmo quando não possuem os atributos necessários ao papel imposto pela instituição. Na liderança *democrática* o líder supremo é sempre eleito pelos membros do grupo. Numa tal forma de liderança todos os membros votam, e, assim, estão participando na decisão de escolher o líder. Por isto mesmo a liderança democrática permite oportunidade igual para todos nas decisões comuns. É o caso, por exemplo, dos governos democráticos e, em certo sentido, dos clubes esportivos ou de classe, como o nosso Clube Militar.

No Exército, evidentemente, a liderança é institucional e autocrática, raramente democrática.

II — LIDER

Como vimos, o líder é o elemento que encarna os sentimentos do grupo. Êle se destaca e se impõe pela sugestão despertada nos seus pares. E isto acontece justamente porque o líder tem sempre confiança em si mesmo, possui rapidez e finalidade de decisão, além de outras qualidades necessárias a dirigentes de homens: boa aparência física, fôrça de caráter, fluência verbal, fácil dialética, senso de justiça, humanitarismo, tato, zêlo, compreensão das fraquezas humanas, etc., etc. Senhor de tantos atributos, está o líder bem dotado para fàcilmente guiar e dirigir o grupo, não satisfazendo-lhes todos os interêsses, mas intensificando-os sempre na hora oportuna. Porque, em verdade, "o líder cultiva a virtude de ser do momento oportuno para ser oportuno em todos os momentos".

Os líderes podem ser de três tipos:

— autocratas;
— apostolares;
— pedagogos.

Autocratas:

Caracterizam-se, em princípio, por agirem coercitivamente. Atuam sôbre os membros do grupo mais no *plano volitivo* do que nos *planos afetivo* e *intelectual*. Servem-se muito da fôrça e apelam pouco para o sentimento e a razão. Não se compreenda, contudo, que o líder autocrata age sòmente pela coação. Frisamos ser a coação o modo principal de tais líderes atuarem sôbre seus liderados. E porque usem mais a fôrça coercitiva do que o afeto e a persuasão, tornam-se muito temidos e pouco queridos. Provàvelmente líderes autocratas foram os bandeirantes Pais Leme e Borba Gato, ou o preador Domingos Jorge Velho.

Os líderes autocratas conseguem dirigir grupos de homens primitivos ou de crianças. Quase sempre fracassam nos grupos medianamente cultos. Por isto mesmo tais líderes são, quase sempre, impostos ao grupo à revelia dos seus membros.

Apostolares:

Sabem agir eficientemente no *plano afetivo* dos seus liderados. Lidando com as três emoções básicas do homem — *medo, ira* e *amor* — os líderes apostolares sugestionam mais do que coagem. Servem, geralmente, para liderar adolescentes. Os líderes revolucionários, em certo sentido, são apostolares. Os fundadores de religiões, também, foram líderes apostolares, porque sempre souberam afirmar com muita convicção, — e isto ajuda, como fôrça sugestiva, a fundar novas crenças. Cuido foi o caso de Moisés retirando-se do Egito com os judeus. Despertando-lhes a ira e o medo, fê-los enfrentar os soldados egípcios, e fugiram, atravessando o Mar Vermelho. Depois, no deserto, pelo amor, estabeleceu as bases duma sociedade teocrática.

Tais líderes, quase sempre, são escolhidos pelo grupo.

Pedagogos:

Agem, sobretudo, pela persuasão e sugestão. Sabem, portanto, explorar bem o plano afetivo e tirar partido do plano intelectual. São democratas, em princípio, o que não quer dizer, absolutamente, que todos os líderes pedagogos sejam democratas. Os professôres, geralmente, são líderes pedagogos. Há, todavia, professôres autocratas, que nem são líderes, nem mestres, nem educadores.

Os líderes pedagogos, quase sempre, são impostos pelas instituições, ou por injunções técnicas, como é o caso dos professôres dum estabelecimento de ensino. Apesar de impostos, tornam-se, geralmente, queridos e respeitados pelas qualidades de benevolência e compreensão e, sobretudo, porque usam, consciente ou inconscientemente, os planos afetivos — sugestionando, e intelectual — persuadindo. Assim, tais líderes servem mais aos grupos de adultos intelectualmente amadurecidos.

III — CONCLUSÃO

Compreendidos os conceitos de *liderança* e de *líder*, poderemos, agora, responder à pergunta: "É o instrutor um líder?"

Que deve ser, não há dúvida, mas que todos o sejam, é outra questão.

Devendo ensinar e educar alunos agrupados, deve o instrutor, em pouco tempo, identificar-se com êles, captar-lhes a confiança e, por sua personalidade e saber, logo passar a liderá-los.

No Exército o instrutor é imposto pela direção do ensino. Nem por isto, entretanto, deve êle deixar de possuir qualidades de líder. Por fôrça do regulamento exercerá, sem dúvida, liderança autocrática. Mas como líder, não deve, absolutamente, ser autocrata, mas reunir em si mesmo qualidades de líder apostolar e pedagogo. Por que? Devendo ensinar e pelo exemplo pessoal também educar, além do conhecimento da matéria, o instrutor carece mais de saber persuadir e sugestionar. Deve, ainda, identificar-se com o grupo, dêle não divergir e com êle cooperar sempre. Mesmo sendo instrutor de oficiais superiores hieràrquicamente, deve representar uma fôrça agregadora,

que desperte entusiasmo e leve todo o grupo, coeso, à conquista final do objetivo visado: a aprendizagem. Em se tratando de subordinados, com mais forte razão, deve o instrutor encarnar a personalidade do líder apostolar e do pedagogo, justamente para que os alunos não se sintam humilhados e não entrem em surdo conflito com êle, — o que seria, sem dúvida, passo seguro para a desmotivação do ensino.

Havendo no Exército a disciplina hierárquica, esta deve manter-se antes pela sugestão e persuasão do que pelo medo. Conhecendo os subordinados o poder repressor do chefe, mais o amarão quando virem que êle procura compreendê-los, com êles viver irmanados, fazendo-os mùtuamente competirem, amortecendo hàbilmente os choques dos conflitos, despertando em cada um o sentimento de cooperação. Ora, um instrutor militar, seja de alunos hieràrquicamente superiores a êle, seja de alunos subordinados, sempre deve ser um líder, não esquecendo nunca de que é, também, um subordinado. Se os alunos lhe são hieràrquicamente superiores, o instrutor é duplamente subordinado: da direção de ensino e dos alunos. Se os instruendos são subordinados do instrutor, êste ainda é subordinado da direção do ensino. Nos dois casos tem êle deveres a cumprir para baixo e para cima. Ficará, portanto, na pior situação possível: comprimido entre dois planos, sofrendo pressões de baixo e de cima. Canseqüentemente deverá possuir fôrça interna bastante para equilibrar os dois pesos esmagadores. Daí a necessidade de eliminar o antagonismo dos alunos, tornando-se, logo, um líder aceito, querido, um líder mais por autoridade interior do que por fôrça institucional. De resto, o líder quando assume as características de apostolar e pedagogo, muito fàcilmente consegue manter a ordem, — porque é senhor do plano afetivo, e levar os liderados a progredir, — porque maneja o plano intelectual.

Concluímos, pois, que o instrutor deve sempre liderar seus alunos. Para isto, apresentar-se diante dêles com simplicidade, conhecimento da matéria e, principalmente, senhor das regras pedagógicas e das leis psicológicas. É certo que a Pedagogia e a Psicologia Educacional não plasmam os grandes mestres, nem os instrutores exemplares. Ajudam, todavia, a melhorar os mediocres e a tornar ótimos os bons instrutores. Porque, em verdade, os grande professôres nascem feitos, como os poetas, e desejar escola para formá-los perfeitos seria almejar um Olimpo onde se forjassem deuses.

Finalmente, porque todos os oficiais do Exército somos instrutores, devemos, necessàriamente, ser líderes e, portanto, desenvolver as qualidades de líderes pedagogos e apostolares. Como? Estudando, meditando e praticando a Pedagogia e a Psicologia, que muito ajudam a manejar a natureza humana.

Bibliografia — *Psicologia Social* — Bernard — Fondo de Cultura Econômica — *Teoria e Pesquisa em Sociologia* — Donald Pierson — Companhia Melhoramentos São Paulo — Notas de aula da Professora D. Noemi Silveira Rudolfer.

PERFUMARIA "CARNEIRO"

Uma organização de confiança a serviço de sua elegância e beleza

COMO DEVE SER O TENENTE DE CAVALARIA

Cap. MARIO DE CASTRO PINTO
Instrutor Chefe de Cavalaria da Escola Militar

No intuito de ser útil aos cadetes e aos jovens tenentes de minha arma, procurarei expor, *sucintamente*, o meu ponto de vista no que se refere a "Como deve ser o tenente de Cavalaria".

Originário da Cavalaria hipomóvel e não tendo conhecimento de causa para argumentar sôbre o desempenho das funções dos tenentes que labutam nas unidades motorizadas ou motomecanizadas, limitar-me-ei a focalizar o assunto visando aquêles que, nas unidades a cavalo, dedicam-se inteiramente ao serviço da pátria.

Assim sendo, procurarei encarar o tenente:

— quanto ao seu preparo profissional;
— quanto à instrução de seu pelotão;
— quanto aos cuidados com os homens, animais, armamento e material sob sua responsabilidade;
— quanto à vida em campanha;
— quanto ao amor à responsabilidade;
— quanto à camaradagem;
— quanto aos esportes;
— quanto à sua apresentação no quartel e na sociedade.

I — QUANTO AO SEU PREPARO PROFISSIONAL

A iniciação profissional do tenente tem lugar na Escola Militar, onde são ministrados os conhecimentos indispensáveis ao oficial subalterno.

Acontece, porém, que o cadete não pode voltar sua atenção exclusivamente para a instrução, pois, concomitantemente com a mesma, tem de enfrentar os problemas da Descritiva, da Mecânica, da Balística e de muitas outras matérias. É uma gama considerável de conhecimentos a adquirir em curto prazo, mormente se considerarmos, no que se refere à instrução, os ensinamentos provenientes da última guerra.

Em dois anos de curso, excluindo o tempo destinado ao ensino teórico e as férias escolares, é instruído o futuro oficial nas escolas do soldado, do cabo, do sargento e do tenente, tendo em vista os pelotões de fuzileiros, de metralhadoras, de morteiros e de canhões anticarros, além da instrução especializada de transmissões, de topografia, de observação e informações, de guerra química, de organização do terreno, de preparação do instrutor, de legislação e escrituração militar. Acresce, ainda, a impossibilidade de todos os cadetes exercerem as funções de tenente, várias vêzes, como seria de desejar.

Nessas condições terá o tenente, uma vez na tropa e para bem instruir seu pelotão, de enfrentar, novamente, os assuntos que lhe foram ministrados na Escola Militar, seja sob a orientação de seu Capitão ou de colegas mais experimentados, seja não raras vêzes, por esfôrço próprio. Em qualquer caso, deverá estar em condições de desincumbir-se de qualquer missão atribuída ao seu pelotão, ou seja:

A — No que se refere ao pelotão de fuzileiros. Saber comandar um pelotão vanguarda, um pelotão flancoguarda, um pelotão retaguarda, um pelotão em postos avançados, um pelotão em alto

guardado, um pelotão descoberta, um reconhecimento, um pelotão no combate ofensivo, um pelotão no combate defensivo;

B — No que se refere ao pelotão de metralhadoras. Saber comandar tiros de destruição, de neutralização, de deter (barragem), de interdição e de inquietação, o que exigirá do tenente conhecimento profundo sôbre a execução dos tiros direto, mascarado, contra-aviões, por cima de um obstáculo, por cima de tropa amiga e pelo intervalo ou no flanco de tropa amiga, bem como sôbre regime de tiro.

C — No que se refere ao pelotão de morteiros. Saber comandar tiros de destruição, de neutralização, de cegar, de deter, de inquietação, o que exigirá do tenente conhecimento profundo sôbre a execução dos tiros mascarado, direto, indireto.

Estar em condições de regular o tiro por meio de observação axial ou unilateral.

D — No que se refere ao pelotão de canhões anticarros. Saber comandar o tiro sôbre alvos fixos ou móveis. Conhecer a parte vulnerável dos carros.

II — QUANTO A INSTRUÇÃO DE SEU PELOTÃO

De que se trata para o tenente?

Trata-se de receber, no início de cada ano, uma turma de jovens patrícios e torná-los mobilizáveis; trata-se de aprimorar a instrução de seus graduados; trata-se, enfim, de ter um pelotão em condições de cumprir qualquer missão.

Em que se baseará o tenente para atingir êsses objetivos?

Basear-se-á no Quadro Semanal de Trabalho organizado pelo Cmt. do Esq., onde são fixados os assuntos a ministrar, os tempos destinados aos mesmos e os locais onde deverão ser ministrados.

Em face dêsse Quadro como deverá proceder o tenente?

Para cada dia de instrução necessário se torna que prepare a Sessão de Instrução a ministrar. Para isso é imprescindível: que conheça a fundo os assuntos previstos no Quadro de Trabalho, o que o obrigará, por certo, a uma leitura nos regulamentos ou nas fichas de instrução pertencentes ao arquivo do Esquadrão (caso raro) ou ao seu próprio arquivo; que faça com que seus graduados ministrem a instrução dos homens que estão sob seu comando e não tomando a seu cargo, como é comum, todos os ramos da instrução, contrariando dêste modo o processo de divisão do trabalho que, sem dúvida, é o que redunda em maior rendimento em qualquer atividade humana; que tenha sempre em mente a necessidade de seus graduados estarem aptos a comandar seus G.C. ou Secções em tôdas as situações de combate e serviço em campanha, tornando-se necessário exercitá-los no comando, pois, só assim, na hora H, terá certeza de que se desempenharão com acêrto no cumprimento das missões que lhes forem atribuídas.

Todos os ramos da instrução se prestam à divisão do trabalho?

A meu ver, com exceção da equitação, da educação física e da educação moral, todos se prestam.

Caberá ao Ten. ministrar só êsses três assuntos?

Não. Caberá ao Ten., na véspera da instrução, ensinar ou dizer a seus graduados como deverão proceder para ministrar a instrução que lhes compete, que objetivos deverão ser atingidos e quais os erros que deverão ser evitados.

O que fará o Ten. enquanto seus graduados ministram os assuntos que lhes compete?

Cabe-lhe fiscalizar a instrução, tomando-a a seu cargo logo que o pelotão possa atuar como um todo ou quando julgar necessário.

Na ordem unida a pé, por exemplo, se desde o primeiro dia de instrução o Ten. grupar todos seus homens sob seu comando para ensinar-lhes a entrar e sair de forma, tomar as posições de descansar e de sentido, marchar e fazer alto, posso afiançar que o rendimento da instrução será mínimo. Ministrar essa instrução em pequenas turmas, por G.C. ou Secção, dará forçosamente melhor rendimento, pois cada graduado terá um pequeno número de homens a ins-

truir. Logo que os G.C. ou Secções estejam executando, com perfeição, os movimentos, caberá ao Ten. reuni-los e ministrar a instrução do Pelotão.

Uma coisa, porém, é imprescindível ressaltar. O Ten. deverá permanecer junto ao seu pelotão durante todo o tempo destinado à instrução e não como alguns costumam fazer, isto é, entregar a instrução a seus graduados e ir para o Cassino tomar cafezinho, conversar fiado, trabalhar seu cavalo de salto, etc.

É conveniente, ainda, ressaltar: que os deslocamentos para os locais de instrução devem ser aproveitados para instruir os homens; que os horários estabelecidos devem ser observados a rigor, muito embora o objetivo da Sessão de Instrução não tenha sido atingido; que o Ten. deve ser um executante perfeito em qualquer ramo da instrução individual.

III — QUANTO AOS CUIDADOS COM OS HOMENS, ANIMAIS, ARMAMENTO E MATERIAL SOB SUA RESPONSABILIDADE

O Ten. é o responsável, perante o Capitão, pelos homens, animais, armamento e material de seu pelotão e, por conseguinte, deverá:

A — No que se refere aos homens.

Conhecer as condições físicas, morais e intelectuais de seus subordinados para obter dos mesmos aproveitamento racional na instrução e procurar melhorar essas condições.

Procurar conhecer a vida privada de cada homem para que, com conhecimento de causa, possa julgar as deficiências apresentadas pelos mesmos na vida militar, esforçando-se em saná-las, mais por meio de conselhos do que por meio de punições.

Exigir de seus homens o máximo na instrução, proporcionando-lhes um repouso compatível com as energias dispendidas. Procurar certificar-se, constantemente, se o homem se alimenta bem e se utiliza as horas destinadas ao repouso para tal fim.

Procurar desenvolver em seus subordinados o amor ao cumprimento do dever, o amor à responsabilidade, o espírito de cooperação, o espírito de camaradagem, o espírito de lealdade, o espírito de luta e o espírito de sacrifício.

Exigir o máximo de higiene, zelando particularmente pelo asseio corporal, pelo corte de cabelo e da barba, pelo cuidado com os uniformes.

Procurar ter em cada subordinado, dentro da disciplina, um amigo dedicado.

Organizar uma caderneta de modo a poder registrar para cada homem: seu aproveitamento nos diversos ramos da instrução, suas recompensas, suas punições, suas prescrições médicas, seu conceito, etc.

B — No que se refere aos animais.

Não esquecer que o cavalo é a alma da Cavalaria hipomóvel e, como tal, necessita de trato, de adextramento e de trabalho, para que se lhe possam exigir esforços prolongados.

O trato do cavalo repousa na sua alimentação e nos cuidados diários e periódicos que lhe dispensamos, o que implicará para o Ten. em:

— verificar a água e forragem de seus animais, pelo menos, nas horas de expediente, o que lhe permitirá concluir a razão de alguns animais não engordarem ou seja, doença, negligência no serviço de cavalariça ou forragem aquém da tabela;

— assistir diàriamente à limpeza de sua cavalhada, exigindo que cada homem utilize sua rascadeira, sua escôva, sua borracha, seu pano e seu ferro de ranilha, verificando o estado do lombo, dos membros, dos cascos e de ferragem;

— manter sua cavalhada tosada, ripada e não esquecer-se que, de 30 em 30 dias, os animais deverão ser ferrados, o que só será possível se mantiver em dia o seu mapa de ferragem.

O adextramento do cavalo militar requer que êle conheça perfeitamente as ajudas naturais (rédeas e pernas), que êle esteja submetido a espora e que seja franco e calmo no exterior. Os cavalos

adquiridos pelo Exército são, de um modo geral, mal domados, cabendo portanto ao Ten., fazendo-se auxiliar pelos graduados e os bons cavaleiros, enquadrá-los nas prescrições citadas.

O trabalho do cavalo é feito paralelamente com a instrução do homem. Os tempos de instrução a cavalo devem ser dosados de tal maneira que os animais os suportem sem fadiga. Não se esquecer que os animais, como os homens, necessitam de descanso durante a instrução; que o trabalho deve ser iniciado e terminado ao passo, para que o animal não seja solicitado a fazer logo de início um esfôrço brusco e para que só seja recolhido à baia depois de voltar à calma.

C — No que se refere ao armamento e material.

Zelar pela sua conservação exigindo de seus homens o máximo de cuidado.

Após a instrução será necessária uma limpeza sumária, seguida de uma revista, o que permitirá ao Ten. estar sempre ao par do estado de seu armamento e material, do cuidado que lhes á dispensado pelos homens e das ocorrências havidas com os mesmos. Isto, por certo, não dispensará periòdicamente, uma limpeza completa, seguida de uma revista rigorosa.

Para definir responsabilidades e facilitar o contrôle, necessário se torna que seja distribuído a cada homem sempre o mesmo armamento e material.

Para isso, será conveniente numerar de 1 até o número existente no pelotão, de modo que todo o material pertencente ao mesmo homem tenha o mesmo número (sela, cabeçada, loros, malotes, barrigueira, marmita, cantil, pano de barraca, etc), e seja guardado nos cabides e escaninhos com a mesma numeração.

Desta forma poderá o Ten. organizar uma relação na qual constarão todos os homens do pelotão e o material e armamento que lhes foi distribuído. Será ainda conveniente que a distribuição seja feita por G.C. ou Secção, pois os Sargentos poderão auxiliar o Ten. nos cuidados e contrôle do armamento e material.

Uma boa norma a adotar é a de não permitir a entrada de soldados na reserva do pelotão. O armamento e material deverá ser distribuído e recebido pelo quarteleiro, o que por certo ocasionará pequena perda de tempo mas que será compensada pela definição das responsabilidades, evitando os "golpes" no material dos faltosos e a eterna cantilena: quando eu guardei meu armamento e material estava tudo completo.

O Ten. deverá ter no pelotão um homem capaz de fazer pequenos consertos de correeiro (normalmente o próprio quarteleiro) e não tardar em dar parte das ocorrências havidas com o armamento.

IV — QUANTO A VIDA EM CAMPANHA

A vida em campanha é trabalhosa e torna-se na maioria das vêzes penosa, pois o homem além de trocar as comodidades do quartel pelo desconfôrto do campo fica sujeito aos imperativos da situação tática. Êsse desconfôrto e a fadiga conseqüente da situação tática constituem fatôres capazes de abater o seu moral. Para que isto não aconteça será necessária a intervenção constante do Ten., mais pelo exemplo do que por ações repressivas. É levantando em primeiro lugar e deitando por último, ou passando a noite em claro; e fazendo suas refeições após seus homens e andando sempre uniformizado; é conservando sempre sua calma e o seu bom humor; é percorrendo os postos de sentinela e de cavalariça; é estimulando seus subordinados e zelando pelo estado de saúde de seus homens e cavalos, que o Ten. dá o exemplo e contará, sempre, com seu pelotão como um todo.

Não esquecer que antes de proporcionar descanso aos homens torna-se necessário exigir-lhes cuidados com os animais, armamento e material.

É fazendo sentir essas necessidades que o Ten. obtém de todos o máximo de boa vontade.

V — QUANTO AO AMOR À RESPONSABILIDADE

O militar deve possuir um verdadeiro amor à responsabilidade. Jamais poderá delegar a terceiros aquilo que é de sua alçada; jamais poderá, para se eximir da responsabilidade, atribuir a seus superiores, camaradas e subordinados o insucesso constatado, a não ser que, com a devida antecedência, tenha feito sentir a quem de direito as irregularidades que constatou ou as ponderações cabíveis no caso.

Não é justo, por exemplo, que numa revista da cavalhada ou na apresentação de seu pelotão para uma formatura, tendo o comandante do esquadrão ou do regimento constatado irregularidades, o Ten. procure justificar-se apresentando uma série de considerações, pois desde o momento que apresenta sua cavalhada ou seu pelotão, a responsabilidade passa a ser exclusivamente sua. Um cavalo sujo ou um homem fora do uniforme revela que o Ten. não dispensou ao pelotão as devidas providências para que o mesmo se apresentasse bem; revela deficiência na instrução, pois seus homens deixam transparecer que também não tem noção de responsabilidade.

Quando um militar se vê na contingência de tomar uma iniciativa, na paz ou na guerra, deve tomá-la sem hesitação e, sejam quais forem as conseqüências decorrentes dela, deverá assumir inteira responsabilidade.

Jamais um oficial, para justificar-se, poderá alegar a seu superior que deu ordem a seus subordinados, pois não é suficiente dá-la e sim também verificar a sua execução e se a mesma foi bem interpretada.

O amor à responsabilidade revela caráter do indivíduo.

Um militar que não o possui, cedo ou tarde, cairá no descrédito de seus superiores, camaradas e subordinados.

VI — QUANTO À CAMARADAGEM

A camaradagem só existe quando repousa no respeito mútuo.

Ela constitui um dos apanágios da Cavalaria.

A verdadeira camaradagem exige que prestemos o nosso auxílio aos companheiros de farda e particularmente em circunstâncias difíceis.

Oferecer-se para substituir um companheiro no serviço quando êle necessita; voluntàriamente defender um camarada que tenha sofrido uma injustiça ou tenha sido mal interpretado; pôr à disposição dos necessitados o seu cabedal profissional, os seus pertences e até mesmo as suas economias, é o modo normal de proceder daqueles que têm a verdadeira noção de camaradagem.

É no pôsto de Ten. que temos a oportunidade de compreender e cultivar a verdadeira camaradagem.

VII — QUANTO AOS ESPORTES

O Ten. de Cavalaria deve ser afeito aos esportes, particularmente aos eqüestres, pois, indiscutivelmente, são os que mais desenvolvem a audácia, a coragem e o sangue frio. Deve ser um ousado cavaleiro de exterior, um bom saltador do concurso hípico, um praticante de polo.

Suas condições de militar exigem, ainda, que seja um bom atirador, um bom esgrimista e um bom nadador.

Se, além disso, pratica outros esportes como o atletismo, o basquetebol, o voleibol e o futebol, poderá considerar-se um excelente desportista, capaz de impor-se a seus subordinados e de conquistar a admiração de seus superiores e camaradas.

As competições esportivas servirão para desenvolver-lhe o espírito de luta, de sacrifício e de lealdade.

VIII — QUANTO À SUA APRESENTAÇÃO NO QUARTEL E NA SOCIEDADE

O Ten. deverá apresentar-se de maneira a constituir sempre um exemplo.

No quartel, deverá apresentar-se com seus uniformes muito limpos, suas botas engraxadas, suas esporas

polidas, sua obertura bem colocada, sua barba feita e seu cabelo aparado.

Na sociedade, deverá trajar-se com esmero e saber portar-se como um cavalheiro, seja na rua, numa casa de família, num clube ou, seja ainda, nas casas de diversões, pois jamais deverá esquecer-se de que é um representante de sua classe e como tal deverá conduzir-se.

Com alegria e discreção, forçosamente, cativará a todos.

A DEFESA DA ECONOMIA CANAVIEIRA

O Instituto do Açúcar e do Álcool tem novo presidente, o industrial Fernando Pessôa de Queiroz. No seu discurso de posse, acentuou S.S. que a defesa da economia açucareira apresenta, hoje, problemas outros, além da primitiva relação de equilíbrio entre a produção e o consumo nacionais de açúcar.

Por isso mesmo, todo esfôrço do I.A.A. deverá concentrar-se na modernização dos métodos e processos de produção da matéria prima e no reequipamento do parque industrial açucareiro.

É necessário, por outro lado, que o Brasil acompanhe com a maior atenção a situação econômica mundial, a fim de preparar-se, industrialmente, para uma luta de interêsses que cada dia se apresenta mais intensa.

Precisamos fortalecer os nossos meios de produção, conduzindo-os a níveis mais racionais, para que não mais se repita o tumulto e a indecisão que ensejaram, na última guerra, a tremenda escassez de matérias primas e sua repercussão no mercado brasileiro.

Para que êste programa seja cumprido sem tropeços e sem desânimos, espera o novo presidente da autarquia açucareira contar com o decisivo apôio dos poderes públicos e com a colaboração das classes produtoras, tanto no setor agrícola como no setor industrial, como ainda, com a experiência e a dedicação de todo o pessoal do Instituto.

PADARIA E CONFEITARIA REALENGO

FORNECEDORA DA E.I.E.

PRÓXIMO AO CAMPO DE INSTRUÇÃO FÍSICA

Bebidas finas nacionais e estrangeiras — Conservas alimentícias, queijos, cigarros, etc.

M. PAULINO

197, RUA BERNARDO VASCONCELLOS, 197 — REALENGO

TELEFONE BANGU 218

ARMAZEM E BAR SANTA BRANCA

DE

DIMÉTRIO PEREIRA

AVENIDA IRMAOS MAURICIO N. 79

NOVA IGUAÇU ESTADO DO RIO

A MORADIA DO MILITAR

Tenente FISCHER (morador na V. Militar de Santa Rosa)

O problema da casa, da moradia do militar, não é ainda resolvido. Longe está. Nem carteiras, nem prêmios satisfazem à tormentosa questão. Ei-la aí, tremenda e pavorosa, como uma esfinge a ser decifrada.

Assim, continua o militar, que por fôrça de suas atividades sofre movimentações constantes, a enfrentar situações vexatórias e humilhantes, submetendo os seus às mais dolorosas contingências.

Têrmo geral e sem exceção, é que a vida está difícil em tôda a parte. Em qualquer de nossas cidades os mesmos problemas, dos quais a falta de casas um dos mais cruciantes.

A palavra *transferência* adquire então para o oficial, que cumprindo um dever biológico, social e religioso, constituiu família, uma triste e trágica significação. É a chegada em meio estranho, com tôda a coorte de complicações e transtornos de uma mudança. É o desconfôrto de estadias em hotéis gananciosos e inescrupulosos. É o déficit em seu já deficitário orçamento. É a busca incessante de uma moradia que já aos próprios de lugar constitui um caso sem solução. Esta existe, porém. Mas escorchante, vergonhosa, a troco de "luvas" muitas vêzes inacessíveis onde se vão as minguadas ajudas de custo "a serem pagas por exercícios findos", e os inevitáveis empréstimos. E aí daquele que tiver numerosa prole e não contar com seu patrono a lhe garantir a perpetuidade em uma guarnição.

Psicologicamente o indivíduo atormentado tem um rendimento nulo em sua ocupação. Descontente, perde o "elan". Não se interessa por seu serviço porque sua atenção está solicitada por questões particulares. Os seus, amontoados em sombrios quartos de pensões, é o quadro doloroso que o espera no regresso quotidiano do quartel. E fica, numa revolta surda, a remoer suas acusações, seus infortúnios ignorados, e a murmurar com seus botões: é a vida de soldado...

O financiamento de construção de casas não solucionará o problema. A não ser para aquêles, os afortunados que tiveram obtido garantias de que nunca mais serão movimentados dos "galhos" em que se encontram atualmente. Para a maioria porém, filhos do destino, e que não trazem no nome a sonoridade de epítetos ilustres, será o mesmo e indissolúvel caos.

Entretanto o fim de todos êstes males está claro e evidente.

Já foi realizado, embora deficientemente, em algumas guarnições:

As vilas militares, a maioria das quais com número insuficiente de moradias, favorecendo aos que já são privilegiados pela hierarquia dos vencimentos.

E aí estão, em algumas cidades, nossas embrionárias vilas. Em quase tôdas as "urbs", porém, nada existe. Sòmente o afluxo constante dos militares que vêm agravar ainda mais o problema das habitações. É óbvio e lógico que, para sua construção, uma vila militar exige uma receita colossal. Entretanto se o govêrno, se a nação, não estão em condições de fornecer o quantitativo para uma emprêsa de

tal vulto, por que não fazer as vilas já construídas produzirem a importância necessária?

SIM! O que o militar quer não é casa de graça, como pensam alguns menos avisados, ou que desconhecem o problema. O que êle pede e o que tem direito de exigir é que lhe garantam, ao ser transferido para qualquer guarnição, uma moradia condigna com o decôro de sua classe e de suas funções.

A solução do problema da moradia do militar poderia ser alcançada instituindo-se uma Caixa de Construções para Vilas Militares.

As vilas já existentes, por meio de um aluguel módico de suas casas (por exemplo: 10% dos vencimentos de seus ocupantes) contribuiriam para a de outras vilas.

E estas novas vilas construídas aumentariam a fonte de renda, acelerando-se e intensificando-se novas construções, aumentando o patrimônio nacional, ao mesmo tempo que atendendo às necessidades de seus mais leais servidores, daqueles que lhe juraram o sacrifício de sua própria vida!

Entretanto medidas de caráter administrativo devem ser previstas tendo por fim *evitar que as importâncias arrecadadas sejam de qualquer forma desviadas para fins outros que não os da caixa de construção* ou da manutenção dos imóveis existentes. Por outro lado seria interessante que as construções começassem na ordem hierárquica crescente e não como se faz na decrescente. Pois se a inércia é um fato tudo que beneficia contraria a lei da gravidade. Isto é, a medida que os "de cima" solucionam seus problemas passam a ignorar as necessidades dos que estão ao pé da escala. Existe no caso, parece-nos, uma aceleração negativa. É certo que devemos considerar a questão da representação, etc., etc... mas...

Seriam pequeninos detalhes que caracteres decididos a solucionar o terrível flagelo haveriam de prever, como, por exemplo, a chamar em seu socorro um financiamento por parte da Caixa Geral de Economia de Guerra, que tomaria assim parte num plano de assistência social dos servidores militares.

E assim teríamos a certeza de não mais ver unidades desertas de oficiais, como na realidade existem, em cidades que além de não terem recursos não oferecem, mesmo a *pêso de ouro*, a mais remota possibilidade de se conseguir uma moradia, vista a desproporcionalidade entre o número de imóveis e o de habitantes. É o problema de Itaqui, Rosário, Alegrete, etc. etc. e até mesmo o de Santa Rosa, onde as casas da Vila, sendo em número inferior aos dos oficiais, alguns dêstes (e naturalmente os mais graduados) se vêm por vêzes obrigados a alugar verdadeiros barracões por preços astronômicos. E não falamos nos sargentos...

CIVIL E MILITAR

ALFAIATARIA CIVIL, MILITAR E COLEGIAL

Grande e variado sortimento de Casimiras das melhores fábricas do País

Completo sortimento de brins Branco, Kaki e Verde Oliva, Distintivos, Cintos, Bonets, Capacetes, Perneiras e Canos de botas

TRABALHOS DE 1ª ORDEM PELOS MENORES PREÇOS

JOSÉ BOMFIM

RUA JOÃO VICENTE, 9 — MADUREIRA — RIO DE JANEIRO

(Em frente à Estação)

J. PIRES DO RIO

Oração pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 28 de julho do corrente ano, pelo Cel. J. B. MAGALHAES

A homenagem que vimos de prestar à memória de José Antônio Lisbôa, por motivo da comemoração do centenário do seu falecimento, associa o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a que é devida à personalidade de José Pires do Rio, falecido em Nova Delhi, no dia 23 do corrente; um dos mais ilustres patrícios de nosso tempo.

J. Pires do Rio viveu vida vigorosa e grandemente produtiva, como sòem apenas realizar os que a uma grande inteligência reunem um forte caráter, vida da qual nos dão último e raro testemunho as circunstâncias mesmas em que acaba de falecer. Aos setenta anos de idade realizava uma viagem de estudos, cujos primeiros frutos nos oferece em notáveis artigos publicados no Jornal do Brasil, o último dos quais no dia mesmo do seu falecimento. E nesses estudos, o que êle tinha em mente, a justa compreensão do Brasil, vem atestar uma outra de suas qualidades primaciais, um profundo sentimento de patriotismo.

Êsse homem de raro quilate, que tivemos a fortuna de conhecer pessoalmente e ao qual nos prendia êste sentimento de amizade e admiração, deixa-nos o produto de um longo labor, bem assinalado pelo que fêz como engenheiro, jornalista e estadista.

No exercício de sua profissão de engenheiro, em diversas funções que exerceu, mostra-nos um abalizado técnico em ação, a par de um administrador plenamente consciente de seu deveres e responsabilidades.

O jornalista, foi daqueles que não fazem jornalismo por mera profissão ou gôsto da publicidade, senão por serem úteis à sociedade e à Pátria.

O estadista, é da sólida estirpe dos que vêem no Estado a função de instrumento da ordem e de fator estimulante do progresso, tendo como razão de ser fundamental da melhor vida das coletividades, bem assentadas condições econômicas.

Em tudo, procedeu como quem possui sentimento profundo de deveres de probidade e obedece aos ditames de uma alta mentalidade. Mas, de uma alta mentalidade a cujo nível atingem raríssimas personagens, como nô-lo atestam as obras escritas que nos legou. Obras em que se vêem: — de um lado, o amor à sua terra, revelado por incansável esfôrço para compreendê-la e fazê-la compreender; de outro, o critério de uma formação científica, bem esteada por uma sólida cultura matemática e de ciências físicas e sociais, notadamente quanto a estas, no campo da economia política.

Não o inspirava a preocupação de mostrar saber, nem a idéia de se fazer notar. De suas obras ressalta só ter em vista esclarecer as opiniões quanto à verdade das causas dos fatos da civilização do nosso tempo, para melhor procedimento do presente em vista de melhor preparação do futuro.

Escreveu numerosas obras, tôdas com êsse senso profundamente objetivo, das quais três já recentemente reeditadas e outras em via de atualização ou de preparação. Das primeiras "O Combus-

tível na Economia Universal", "As Realidades Econômicas Brasileiras" e "A Moeda Brasileira — o seu perene caráter fiduciário", vê-se logo ressaltar a pujante mentalidade realista e bem instruída do autor, sem dúvida, das mais vigorosas que já produziu a nossa Pátria. Elas bastam para lhe assegurar o direito de figurar na galeria universal dos homens ilustres.

De tôdas é certamente "O Combustível na Economia Universal" a de maior valia. Pela primeira vez se vê explicado nela, sem a confusão do concurso de idéias agregadas pela contemplação das diversas manifestações da vida dos povos, a razão de ser, em virtude da revolução industrial, das diferenças de progresso entre as nações do século XIX. Êle destrói a superstição do valor das raças como fator de progresso, para mostrar que êste é todo conseqüente de fatôres essencialmente amarrados às condições da terra.

A tese que J. Pires do Rio defende em "O Combustível na Economia Universal", explicando a importância do *carvão de pedra* no progresso dos povos desta civilização da maquinofatura, sòmente começou a ser aceita em crescente divulgação, com o relêvo que êle lhe empresta, após a primeira guerra mundial, enquanto que ela foi por êle concebida antes da guerra e publicada em meio de sua ocorrência, em 1916.

Tudo isto mostra quanto merece sua memória ser reverenciada neste Instituto, tanto mais quanto encontramos nas obras de J. Pires do Rio, elementos essenciais, até êle deixados em segundo plano ou sem referência, para a justa compreensão dos nossos próprios fenômenos históricos, notadamente os que se desenrolaram a partir do século XIX.

E tanto mais ainda quanto podemos dar testemunho pessoal de que almejava terminar sua carreira fazendo um curso de história do Brasil para os moços, o que infelizmente não pôde realizar.

ARMAZEM SÃO JERÂNIO
DE
JOSÉ CARDOSO FERREIRA FILHO
SECOS E MOLHADOS
RUA UNIÃO N. 279 — MESQUITA — EST. DO RIO

Silva, Kamel & Cia. Ltda.
REPRESENTAÇÕES — CONSIGNAÇÕES — COMISSÕES — CONTA PRÓPRIA
Fornecedores de material de expediente em geral para repartições públicas e para o Exército
RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134 — SALAS 1617 e 1618 — TEL. 23-1314
END. TELEG. "SILVAKAMEL" — RIO DE JANEIRO — BRASIL

HIPISMO INTERNACIONAL

Ten.-Cel. ENIO DA CUNHA GARCIA, da E.I.E.

O hipismo nacional, em particular o militar, acaba de alcançar um brilhante triunfo na última Competição Internacional, realizada nesta Capital de 2 a 10 de setembro último.

Ases da Argentina, do Chile e de Portugal alinharam-se com os nossos cavaleiros para a disputa de 16 provas hípicas, sendo 13 individuais e 3 de equipe.

O Brasil venceu o torneio, porém teve de lutar contra os exímios cavaleiros das equipes estrangeiras, perfeitos e vitoriosos em pugnas internacionais.

Tivemos oportunidade de constatar a existência de uma só escola, apenas nuances de técnica, no estilo quase imperceptíveis, diferenciavam os cavaleiros das equipes participantes.

O Major argentino Molinuevo, da equipe argentina, encarnava e sintetisava o estilo de seus companheiros, montando excelentes cavalos, como Cangurú, sempre para frente, como se diz, "saltando no peito", tirava o máximo da velocidade de seus cavalos e tinha o mérito de não marcar salto, deixando que na hora o cavalo se ageitasse.

A equipe argentina apresentou-se muito bem, impressionou pelo vigor de seus cavaleiros e, muito particularmente, pelo ardor e vontade de alcançar a vitória.

O Capitão Echeverria, do Chile, com sua elegância e o preparo de seu cavalo para o salto, deixando-o quase em liberdade, é uma fotografia da equipe do Chile, que impressionou pela elegância, pela firmeza e franqueza de seus cavalos.

Capitão Calado, da equipe portuguêsa, confirmou seu renome como cavaleiro e o Engenheiro Castro Pereira mostrou com sua idade avançada o valor do sangue e da raça.

Os cavaleiros portuguêses saltam à base da velocidade.

A equipe brasileira, composta de militares, paulistas e cariocas, ganhou o torneio; apresentou excelentes cavaleiros, entre os quais convém ressaltar Teotonio Piza de Lara, de São Paulo, exemplo vivo da fibra dos bandeirantes, impondo sua vontade ao cavalo e "mandando eu", como sussurrava nos percursos.

Dos militares não podemos elogiar ninguém, pois como Chefe da equipe, sòmente podemos dizer que nossos cavaleiros montaram para vitória, conservando sempre uma disciplina sem par, um espírito de cooperação sem limites, uma esportividade que orgulha a todos nós.

O torneio individualmente foi vencido pelo Capitão Renildo Ferreira, com Gin e Bibelot, com alta contagem de pontos (119).

Foi seu segundo colocado o Major Eloi Menezes, com Cairo, Biguá e Anhangá.

Não vencemos o torneio pela massa de cavalos e cavaleiros; vencemos com 9 cavalos militares e 9 animais de São Paulo.

É preciso que a vitória do Peru e esta, mais ampla sôbre os eméritos argentinos, chilenos e portuguêses, nos sirvam de estímulo para outras pelejas mais duras, como já estão a vista a de Buenos Aires, em fevereiro, e a próxima Olimpíada de 1952.

Se nos derem tempo e cavalos, nossos cavaleiros saberão cumprir com seu dever.

Para o desempenho de nossa difícil tarefa de preparador e Chefe da equipe militar do Brasil, encontramos muitas facilidades, em particuar da cooperação dos cavaleiros convocados e de alguns outros camaradas. Encontramos também algumas dificuldades, que as vitórias que alcançamos nos fazem esquecer!

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra publicados no "Diário Oficial" de 1 de junho a 29 de julho de 1950

OBRIGATÓRIA A INDICAÇÃO DO PADRÃO DE VENCIMENTOS NOS PAGAMENTOS A MILITARES

Despacho. O Ministro de Estado resolve mandar publicar, na íntegra, o seguinte Parecer da S.G.M.G., que aprova:

Portaria n. 27.272-49 — Em 14 de novembro de 1949.

1. Processo originado pelo rádio de fôlha 1, no qual a Chefia do Estabelecimento de Fundos da 4ª Região Militar consulta, em face dos artigos 1º e 3º da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948 se é obrigatório, para os militares, constar indicação expressa do padrão de vencimentos ou referência de salários.

2. Os dispositivos legais referidos pelo consulente contêm as seguintes regras:

"Art. 1º. O pagamento de vencimento, remuneração ou salário do pessoal civil e militar da União será feito com observância dos princípios estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único. Excetuado o salário do extranumerário contratado, diarista ou tarefeiro, nenhum pagamento a que se refere êste artigo, poderá ser efetuado sem indicação expressa do padrão do vencimento, ou da referência de salário.

Art. 2º. Todo cargo, pôsto, função ou graduação deverá ter o correspondente padrão de vencimento ou referência de salário.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, os dos membros do Congresso Nacional e os vencimentos dos Ministros de Estado, todos os quais obedecerão à lei ou resolução que os fixar."

3. A leitura atenta dos dispositivos legais transcritos no item precedente indicam que não é possível prescindir da indicação expressa do padrão de vencimento ou da referência de salário, salvo quando se tratar do extranumerário diarista ou tarefeiro.

Para tanto o art. 2º abriga a existência do padrão de vencimentos seja para o cargo, seja para o pôsto, seja para a função e seja finalmente para a graduação.

E mais adiante, em seu parágrafo único, o art. 2º enuncia as excessões nelas não incluindo os militares.

4. Dever-se-á ter em vista a existência, no art. 2º das expressões pôsto e graduações, que são definidas no parágrafo único do art. 15 dos Estatutos dos Militares (Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946), respectivamente, como sendo o grau hierárquico dos oficiais conferido por decreto e confirmação em carta-patente e o grau hierárquico das praças, conferidos pela autoridade competente.

Dever-se-á ainda levar na devida conta o fato de a Lei n. 488 tratar de vencimentos de oficiais e praças, para se concluir que os militares estão enquadrados nas exigências de que trata o parágrafo único do art. 1º, constante do item 2 do presente Encaminhamento.

5. Em face do exposto esta Secretaria Geral ao submeter à decisão de V. Excia. a consulta formulada pela Chefia do Estabelecimento de Fundos da 4ª Região Militar, é de parecer que se torna obrigatória a indicação do padrão de vencimentos nos pagamentos dos militares — *Paulo Figueiredo*, Gen. de Bda. Secretário Geral do Ministério da Guerra.

(Despacho de 19-V-950 — "Diário Oficial" de 1-VI-950.)

REGULAMENTO DAS OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS DA CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA DO CLUBE MILITAR

DECRETO N. 28.176 — DE 2 DE JUNHO DE 1950

Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, de que trata o art. 16 da Lei n. 1.086, de 10 de abril de 1950, e que acompanha o presente Decreto, assinado pelos Ministros de Estado da Justiça e Negócios Interiores, da Marinha, da Guerra, da Fazenda e da Aeronáutica.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Honório Monteiro.
Sylvio de Noronha.
Canrobert P. da Costa.
Guilherme da Silveira.
Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 2-VI-950.)

O Regulamento a que se refere o Decreto acima acha-se publicado às págs. 8.405 a 8.408 do D.O. n. 126, de 1 de junho de 1950.

* *

INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL

(Solução de Consulta)

Consulta o Chefe do Serviço Regional de Obras da 7ª Região Militar, tendo em vista que o art. 1º da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948 foi alterado se pode interpretar como compreendido no objetivo legal os custos de operações constituídos contingentemente para a defesa da ordem interna, nas várias agitações políticas que abalaram o País.

Em solução, declara:

A Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, alterada pela Lei n. 616, de 2 de fevereiro de 1949, encontra-se interpretada pela respectiva regulamentação constante do Decreto número 26.907, de 18 de julho de 1949, esclarecido administrativamente pelo Aviso n. 515, de 1 de agôsto de 1949.

Nessas condições não procede a presente consulta.

(Aviso n. 305, de 29-V-950 — "Diário Oficial" de 2-VI-950.)

* *

EXCESSO DE CONTINGENTE

Os cidadãos das classes de 1925 a 1930 amparados pelo Decreto número 28.088, de 6 de maio de 1950, serão relacionados no "excesso do contingente anual" a que se refere o art. 62 da Lei do Serviço Militar e incluídos na reserva de 3ª categoria.

Os cidadãos da classe de 1931 serão relacionados no excesso do contingente anual nas condições do § 1º do art. 62, ficando à disposição dos Comandantes de Região.

Os conscritos das classes de 1929, 1930 e 1931, já notificados para a segunda incorporação do corrente ano, devem apresentar-se nas datas fixadas nos respectivos certificados ou notificações.

(Aviso n. 318, de 3-VI-950 — "Diário Oficial" de 7-VI-950.)

* *

REQUISIÇÃO DE PASSAGENS FEITA PELO H.C.E.

Fica o Serviço de Embarque do Ministério da Guerra autorizado a atender as requisições de passagens feitas pelo Hospital Central do Exército em benefício de militares (oficiais e praças) amparados pelo Decreto-lei n. 8.795, de 23 de janeiro de 1946 e que tiverem alta a fim de regressar às localidades de seus domicílios.

(Aviso n. 340, de 14-VI-950 — "Diário Oficial" de 16-VI-950.)

* *

CRITÉRIO PARA PROMOÇÃO A 1º SARGENTO PÁRA-QUEDISTA

Em solução à consulta que faz o Comandante da Zona Militar de Leste e 1ª Região Militar a respeito do critério a adotar para a promoção à graduação de 1º Sargento na Escola de Pára-quedistas, de acôrdo com o

parecer do Estado-Maior do Exército e considerando que os cursos Básico e de Mestre de Salto são condições obrigatórias para que os sargentos sejam pára-quedistas e, ainda que, para o exercício de uma função qualificada qualquer, prevista nos Quadros de Organização, torna-se necessário que o sargento para isso tenha sido habilitado, declaro o seguinte:

— concorre à promoção para preenchimento das vagas de 1º Sargento sòmente aquêles que considerados pára-quedistas, estejam habilitados, de acôrdo com as normas em vigor, ao desempenho da função qualificada correspondente à vaga a preencher.

(Aviso n. 345, de 15-VI-950 — "Diário Oficial" de 16-VI-950.)

• •

REGULAMENTO PROVISÓRIO PARA O E.M.E.

DECRETO N. 28.198-A — DE 7 DE JUNHO DE 1950

Aprova o Regulamento Provisório para o Estado-Maior do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento Provisório para o Estado-Maior do Exército, que com êste baixa, assinado pelo General de Divisão Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1950, 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.
Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 19-VI-950.)

• •

DISPENSAS DE SERVIÇO
(Solução de Consulta)

Consulta o Diretor de Ensino do Exército, ante dúvida, quanto à verdadeira interpretação de dispositivo da Lei n. 833, de 24 de maio de 1948:

"se as dispensas de serviço concedidas aos militares devem constituir afastamento do exercício da função, para fins de interrupção de decênio, ou ser consideradas como *faltas justificadas*, nos têrmos da letra b) do parágrafo único, do artigo 1º da referida Lei".

Em solução:

Considerando que o parágrafo único do art. 2º do Decreto número 25.267, de 28 de julho de 1948, que regulamentou a Lei número 283, reza que a "concessão de licença especial aos militares continuará a reger-se pelo Decreto-lei n. 9.698, de 6 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares) no que não colidir com o disposto na Lei n. 283 citada;

Considerando que o art. 342, letra m), do mesmo Estatuto dos Militares diz que "são direitos dos Militares", entre outros, as "dispensas de serviço (comuns, trânsito, gala, nojo, instalação) e licença nas condições previstas em lei";

Aprovo o parecer do Departamento Geral de Administração e declaro não proceder a dúvida da Diretoria de Ensino do Exército, em face da clareza dos diplomas legais que asseguram o direito dos militares às dispensas do serviço, concedidas pelos seus chefes, diretores ou comandantes e "a priori" consideradas *como faltas justificadas* — *Canrobert P. da Costa.*

(Aviso n. 347, de 16-VI-950 — "Diário Oficial" de 19-VI-950.)

• •

CONSIGNAÇÃO EM FÔLHA DE PAGAMENTO A FAVOR DA C.H.I.

LEI N. 1.141, DE 20 JUNHO DE 1950

Permite consignação em fôlha de pagamento de pensões em favor da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É permitida a consignação em fôlha de pagamento de pensões em favor da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, aos pensionistas militares, cujos maridos, avós, pais, filhos ou irmãos tenham adquirido casa ou apartamento para moradia e, na data do óbito, estivessem em débito com a referida Carteira ou nela inscritos.

Art. 2º. A consignação, que só poderá ter por fim o pagamento de casa ou apartamento para moradia, não deverá exceder de 30 % (trinta por cento) da importância total da pensão ou pensões, percebidas pelo pensionista, e o prazo de amortização do empréstimo não poderá ser superior a 30 (trinta) anos.

Art. 3º. Falecendo a viúva do oficial em débito com a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar e sendo reversível a sua ou as pensões, por ela recebidas, os herdeiros do oficial poderão continuar o desconto em fôlha pelo prazo necessário ao pagamento da dívida, observado sempre o disposto nesta Lei.

Art. 4º. A averbação das consignações nas repartições competentes será efetuada mediante requerimento firmado pelo Diretor da Carteira, discriminando:

a) a data do início e terminação da transação;

b) a importância total consignada;

c) a importância a ser descontada mensalmente;

d) o prazo da consignação;

e) o saldo devedor do oficial pensionista.

§ 1º. Da averbação poderá ser dada certidão com todos os requisitos constantes do respectivo requerimento.

§ 2º. O requerimento de que trata êste artigo será acompanhado de uma declaração do consignante, autorizando o desconto.

Art. 5º. Dentro do prazo estipulado para o pagamento não poderá a consignação ser suspensa ou modificada em qualquer sentido, a não ser mediante acôrdo das duas partes interessadas, que o requererão em conjunto à repartição averbadora, ou pela prova de quitação do devedor.

§ 1º. Esgotado o prazo, sem que haja havido interrupção nos pagamentos, a repartição suspenderá efetivamente o desconto em fôlha.

§ 2º. No caso de interrupção o prazo será dilatado pelo tempo necessário para o pagamento das consignações em débito e dos juros de mora quando êstes forem devidos, incidindo a respectiva taxa, que será a mesma, ser calculada sôbre o saldo devedor.

Art. 6º. Ao consignante caberá o direito de antecipar a liquidação do compromisso assumido com a Carteira, caso em que ficará isento dos juros relativos ao resto do prazo.

Art. 7º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Honório Monteiro.
Sylvio de Noronha.
Canrobert P. da Costa.
Guilherme da Silveira.
Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 24-VI-950.)

REGIMENTO GUARARAPES

DECRETO N. 28.319 — DE 29 DE JULHO DE 1950

Dá a denominação de "Regimento Guararapes", ao 14º Regimento de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e

Considerando que a nossa tradição militar resulta também dos exemplos que nos legaram os nossos antepassados, através memoráveis feitos assinalados em épocas anteriores à nossa emancipação política;

Considerando que o 14º Regimento de Infantaria se acha ligado ao nome de "Guararapes", por sua localização nas proximidades dos montes famosos, onde alcançamos, no passado, decisivas vitórias sôbre o estrangeiro invasor;

Considerando, finalmente, que rendendo homenagem aos feitos dos Guararapes está o Exército reconhecendo e exaltando a bravura e a pertinácia do povo nordestino na defesa do solo pátrio, decreta:

Art. 1º. O 14º Regimento de Infantaria passa a denominar-se "Regimento Guararapes".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.
Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 29-VI-950.)

* *

REQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS

Tendo em vista a solicitação do Ministro de Estado da Aeronáutica no sentido de serem especificadas as autoridades que podem requisitar o desconto de 50% nas passagens aéreas dos militares e funcionários civis que

viajem a serviço, de acôrdo com o que estabelece a Portaria n. 122, de 25 de maio do corrente ano, daquele Ministério, publicada no "Diário Oficial" de 29 do mesmo mês, declaro:

a) Sòmente poderão requisitar o desconto em causa:

O Ministro da Guerra, para os militares e os funcionários civis que viajem a serviço e se encontrem no Rio de Janeiro;

Os Comandantes de Região Militar para os que se achem em território de sua jurisdição, salvo a 1ª Região, quanto à cidade do Rio de Janeiro.

b) Só poderão ser requisitadas passagens com o desconto de 50% para os militares da ativa ou convocados e os funcionários civis em serviço neste Ministério.

(Aviso n. 305, de 26-VI-950 — "Diário Oficial" de 5-VII-950.)

• •

AMPARO E ASSISTÊNCIA A EX-COMBATENTES

LEI N. 1.147 — DE 25 DE JUNHO DE 1950

Estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os institutos de previdência social e as caixas econômicas federais financiarão, na medida das suas possibilidades a aquisição ou a construção de imóveis para moradia dos ex-combatentes, contribuintes daquelas instituições, que não sejam proprietários, ou se forem falecidos, de suas viúvas e filhos menores.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Previdência Social e o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e mais órgãos competentes regularão, dentro de quarenta e cinco dias, no que a cada um couber, o disposto neste artigo, observadas as seguintes condições:

a) ser o imóvel do valor máximo de Cr$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros), de acôrdo com as necessidades de moradia e acomodação do adquirente e sua família;

b) não ser o adquirente proprietário de imóvel, edificado ou não, de valor superior a Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros);

c) financiamento de 80% (oitenta por cento);

d) prazo mínimo de 20 (vinte) anos com possibilidade de resgate da dívida em tempo menor e correspondente dedução dos juros;

e) possibilidade de rescisão do contrato, por comprovada incapacidade financeira, ou motivo de fôrça maior, mediante o devido ajuste de contas, em que serão levadas a crédito do adquirente as importâncias já pagas e a seu débito os aluguéis, a que estaria legalmente sujeito;

f) preferência aos ex-combatentes casados e aos de maior número de filhos sob sua dependência econômica;

g) juros entre 6% (seis por cento), e 10% (dez por cento), êstes só quando rigorosamente necessários ao acautelamento dos interêsses das instituições financiadoras;

h) prova de não ter requerido, ou não estar requerendo, o adquirente, financiamento para igual fim a outra instituição de idêntica natureza;

i) proibição de alienação para fins especulativos.

Art. 2º. Aos ex-combatentes, não beneficiados pelo disposto no artigo anterior, serão doados pela União, em terrenos do seu domínio, ou por ela adquiridos para tal fim lotes de terra para lavoura ou criação de área não superior de 20 (vinte) hectares.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, por intermédio da Divisão de Terras e Colonização, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, baixará os regulamentos necessários à sua execução, em que serão observadas as seguintes condições fundamentais:

a) compromisso formal e escrito de moradia efetiva nos lotes doados e de beneficiamento regular dos mesmos pelo plantio e criação, conforme fôr o caso;

b) concessão gratuita, de título definitivo de propriedade, após dois anos de ocupação efetivo, dos lotes, desde que seja observado o disposto no item anterior;

c) fornecimento, gratuito, no primeiro ano, e pelo custo nos dois anos subseqüentes, de sementes e instrumentos de trabalho necessários ao beneficiamento da terra;

d) financiamento pelos órgãos próprios, a longos prazos e juros baixos, de casa para moradas, localizadas nos próprios lotes dos seus proprietários;

e) pagamento mensal de uma quota de manutenção "per capita", no primeiro ano de ocupação do lote, uma vez observado o disposto no item...;

f) exclusão dos benefícios dêste artigo dos já contemplados pelas medidas do artigo anterior.

Art. 3º. Para preenchimento de qualquer emprêgo nas repartições pú-

blicas federais, entidades autárquicas e sociedades de economia mista, inclusive os extranumerários em geral, terão preferência, mediante concurso, em igualdade de condições, durante cinco anos, os ex-combatentes.

Art. 4º. Em igualdade de condições, terão preferência os filhos dos ex-combatentes ou quando fôr o caso, êstes próprios na matrícula dos estabelecimentos de ensino público.

Art. 5º. Consideram-se civis ex-combatentes para os efeitos desta Lei:

a) os participantes, não militares, da F.E.B. e da F.A.B.;

b) os tripulantes, de navios e embarcações da Marinha Mercante Nacional que tenham participado de maneira efetiva, de operações de guerra.

Art. 6º. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1950, 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.
Honório Monteiro
Sílvio de Noronha
Canrobert P. da Costa
Raul Fernandes
Guilherme da Silveira
João Valdetaro de Amorim e Melo
A. de Novaes Filho
Eduardo Rios Filho
Armando Trompowsky

("Diário Oficial" de 7-VII-950.)

* *

ENGAJAMENTO A PRAÇAS QUE CONCLUIRAM O CURSO DA E.M.M.

Consulta o Exmo. Sr. General Comandante da 7ª Região Militar em Radio 1.740-G/1, de 1 de dezembro de 1949 em que época deve ser concedido o engajamento às praças que concluiram o curso da Escola de Motomecanização.

Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro:

a) As praças que concluíram com aproveitamento os cursos das Escolas de Motomecanização ou Técnicas de Aviação, serão obrigadas a servir por dois anos, após a conclusão do Curso (art. 90 da L.S.M.);

b) O tempo de serviço de dois anos deverá ser satisfeito, se necessário, mediante novos engajamentos ou reengajamentos, de acôrdo com os artigos 87 e 90 da Lei do Serviço Militar, a contar sempre do término do tempo a que estavam obrigados a servir;

c) Se o prazo do novo engajamento ou reengajamento concedido ultrapassar os dois anos obrigatórios, após a habilitação nos citados cursos, o candidato poderá beneficiar-se do artigo 100 da Lei do Serviço Militar para seu licenciamento.

(Aviso n. 394, de 5-VII-950 — "Diário Oficial" de 7-VII-950.)

* *

RECOMENDAÇÃO SÔBRE SIGILO DOS ASSUNTOS MILITARES

Ante as determinações do "Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional" determino que se abstenham os militares do Exército de dar publicidade, por qualquer meio, a artigos de caráter técnico-profissional que possam, de algum modo, afetar a Segurança Nacional.

(Aviso n. 390, de 3-VII-950 — "Diário Oficial" de 8-VII-950.)

* *

EXTENÇÃO DE BENEFICIO DO SALÁRIO-FAMILIA

LEI N. 1.149 — DE 30 DE JUNHO DE 1950

Estende a concessão de salário-família aos responsáveis por dependentes de servidor público federal, falecido antes da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O salário-família instituído pelo Decreto-lei n. 5.976, de 10 de novembro de 1943, e regulamentado pelo Decreto-lei n. 6.022, de 23 do mesmo mês e ano, é extensivo ao responsável por dependente de servidor público federal, civil ou militar, falecido antes da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

Parágrafo único. O conceito dependente, para os efeitos desta Lei, é o definido no art. 9º, do citado Decreto-lei n. 5.976, entendendo-se como responsável por dependentes de servidor público federal falecido a pessoa que lhes custeie as despesas de manutenção e educação.

Art. 2º. Os dispositivos do mencionado Decreto-lei n. 6.022, quando não contrariarem os desta Lei, serão aplicáveis, no em que couberem, à concessão e pagamento do salário-família ao responsável por depen-

dentes de servidor público federal falecido.

Art. 3º. São isentos de selos, taxas e emolumentos os documentos necessários para que o responsável e que aludem as disposições anteriores, se possa habilitar à percepção do salário-família.

Art. 4º. As provas para a habilitação do responsável e dependentes poderão fazer-se, sem prejuízo de outros meios admitidos por lei, mediante atestado de dois funcionários públicos federais que exerçam cargo de chefia, ou por, dois oficiais superiores das fôrças armadas, com as firmas reconhecidas.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento do salário-família, e quando não houver dotação, ou esta fôr insuficiente, caberá ao Congresso Nacional decidir sôbre a abertura do necessário crédito.

Art. 6º. Esta Lei produzirá os seus efeitos com retroação à data da promulgação da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. Junqueira Ayres.
Sylvio de Noronha.
Canrobert P. da Costa.
Raul Fernandes.
Guilherme da Silveira.
João Valdetaro de Amorim e Mello.
A. de Novaes Filho.
Eduardo Rios Filho.
Maciel Dias Pequeno.
Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 10-VII-950.)

• •

REGULAMENTO PARA A ESCOLA MILITAR DE REZENDE

(Modificações)

Por Decreto n. 28.356, de 10 de julho de 1950, foram introduzidas várias modificações no Regulamento para a Escola Militar de Rezende. O mencionado Decreto acha-se publicado às páginas 10345 e 10346 do "Diário Oficial" n. 159, de 12 de julho de 1950.

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A MILITARES

Em aditamento ao Aviso n. 118, de 11 de fevereiro de 1949, declaro que:

1 — Continua sendo atribuição do Departamento Geral de Administração a concessão das licenças para tratamento de saúde dos militares, nas diversas situações reguladas nos artigos 30, 34 e 37 do Código de Vencimentos e Vantagens, mediante requerimentos dos interessados devidamente documentados e informados, conforme as prescrições em vigor.

2 — Referidas licenças serão contadas, nos prazos arbitrados pelas Juntas Militares de Saúde, a partir da data da baixa ao Hospital Militar ou da apresentação da parte de doente.

3 — O oficial, o subtenente e os sargentos, que no último decênio de efetivo serviço, não tiverem gozado qualquer licença, diversa da licença especial, poderão iniciar, *a priori*, com vencimentos integrais, os tratamentos de saúde, própria ou de pessoa da família.

(Aviso n. 398, de 10-VII-950 — "Diário Oficial" de 13-VII-950.)

• •

ESTANDARTE-DISTINTIVO DO 14º R.I.

DECRETO N. 28.320, DE 29 DE JUNHO DE 1950

Cria o estandarte-distintivo para o 14º Regimento de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado o estandarte-distintivo para o 14º Regimento de Infantaria, de acôrdo com o modêlo que acompanha o presente Decreto e os seguintes características:

a) Campo de azul e vermelho cortado de uma faixa branca, com bordadura de verde;

b) ao centro, brocante, um escudo de ouro com um leão rampante e bandado em seis, de prata, negro, vermelho, prata, negro e vermelho;

c) nos ângulos do chefe uma estrêla de vermelho e em campanha três montes de verde, conjugados;

d) Timbre: o distintivo da Infantaria, de ouro, com o n. 14 (quatorze), de prata;

e) ao alto do escudo, em arco, o dístico — Regimento — e, abaixo,

simètricamente, o dístico — Guarapes — tudo em caracteres de ouro;

f) na faixa branca, ladeando o escudo, à direita, duas espadas cruzadas encimando a data "19 de abril de 1648" e, à esquerda, do mesmo modo, duas espadas cruzadas encimando a data "19 de fevereiro de 1649", tudo de côr vermelha;

g) campo franjado de ouro; laço militar das côres nacionais com a inscrição — 14º Regimento de Infantaria.

Dimensões: 0,80 x 1,10 metro.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.
Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 14-VII-950.)

Obs. — O modêlo do estandarte acha-se publicado à pág. 10430 do "Diário Oficial" n. 161, de 14 de julho de 1950.

* *

VANTAGENS A MILITARES E CIVIS

LEI N 1.156, de 12 de JULHO DE 1950

Dispõe sôbre concessão de vantagens a militares e civis que participarem de operações de guerra

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São amparados pela Lei n. 816, de 2 de fevereiro de 1948, todos os militares que prestaram serviço na zona de guerra definida e delimitada pelo art. 1º do Decreto n. 10.480-A, de 25 de setembro de 1942.

Parágrafo único. Ficam também reconhecidos os direitos dos militares já falecidos.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.
Canrobert P. da Costa.
Sylvio de Noronha.
Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 18-VII-950.)

MANUTENÇÃO NAS FILEIRAS DE MECÂNICOS DE RÁDIO

Até que os Serviços de Transmissões Regionais sejam dotados de mecânicos de rádio em seus efetivos, autorizo os Comandantes das Regiões Militares a manterem nas fileiras do Exército os sargentos e cabos, dessa especialidade, que se encontrem à disposição dos Serviços de Transmissões Regionais por fôrça do Aviso n. 355 de 24 de abril de 1948.

(Aviso n. 413, de 19-VII-950 — "Diário Oficial" de 20-VII-950.)

* *

INGRESSO DE RESERVISTAS DO EXÉRCITO NA MARINHA OU AERONÁUTICA

Autorizo os Comandantes de Regiões Militares a concederem permissão para os reservistas do Exército (oficiais e praças) fazerem concurso de admissão para ingresso na Marinha ou na Aeronáutica.

(Aviso n. 414, de 19-VII-950 — "Diário Oficial" de 20-VII-950.)

* *

CONDIÇÕES PARA MATRICULA DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS NA E.E.M.

O Ministro de Estado da Guerra, resolve, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, modificar, para os seguintes, os artigos 3º e 7º das "Instruções para Matrícula de Oficiais dos Serviços de Saúde e de Intendência na Escola de Estado-Maior", aprovadas pela Portaria 78 de 26 de abril do corrente ano:

Art. 3º. São condições para inscrição:

a) ser Capitão, Major ou Tenente-Coronel;

b) ter o Curso de Aperfeiçoamento com conceito "Bem" ou "Muito bem";

c) ter idade menor que 46 anos se Capitão, 48 se Major e 50 se Tenente-Coronel;

d) ter idoneidade compatível com a situação de oficial de Estado-Maior, julgada de acôrdo com as normas vigentes para os Oficiais das Armas.

Art. 7º. Os requerimentos de inscrição, no corrente ano, devem dar entrada nas Diretorias de Intendência e de Saúde, até 15 de agôsto e no Estado-Maior do Exército até 30 do mesmo mês".

(Portaria n. 123, de 19-VII-950 — "Diário Oficial" de 21-VII-950.)

ESCRITURAÇÃO DOS DEPÓSITOS DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA

Declaro que a escrituração dos Depósitos de Material de Intendência consistirá nos livros mapas, fichas, etc., abaixo observados os modelos, já existentes, no que lhes fôr aplicável:

A) Escrituração atinente ao Depósito, pròpriamente consistindo em:

Livro carga e descarga do material para provimento;
Livro carga e descarga do material em uso;
Livro entrada e saída de volumes;
Fichas de contrôle de material de provimento, com os lançamentos executados no ato de entrega do material, reservando-se o livro carga para a confirmação do fato, em Boletim.
Portaria de fornecimento;
Trimestralmente, mapa do movimento de material estocado (a ser enviado ao E.M.I., ao qual se subordina o Depósito);
Têrmos, inventários, guias de recebimento, etc.;
Demais elementos como livro para protocolo de correspondência, livro de assinaturas ou de ponto, etc.

B) Escrituração referente a Secção Comercial — constituindo-se de:

Livro de entrada e saída de matérias primas;
Livro borrador, caixa, C/C de empréstimos, C/C de débito, etc.;
Mapa mensal do movimento de materias primas;
Mapa de produção;
Mapa de consumo;
Talão de pedidos de confecção;
Talão de provas;
Talão de saída;
Pedido ao almoxarifado;
Notas de entrega;
Futuras;
Orçamento;
Ficha individual de produção; e demais documentos comumente usados.

(Aviso n. 428, de 21-VII-950 — "Diário Oficial" de 22-VII-950.)

* *

APROVAÇÃO DE CADERNOS DE ENCARGOS

Declaro, em aditamento ao Aviso n. 13, de 6 de janeiro de 1947, que o Chefe do D.G.A., fica autorizado a aprovar novos cadernos de encargos de material adstrito às Diretorias subordinadas e a rever e modificar os que estão em vigor.

(Aviso n. 426, de 21-VII-950 — "Diário Oficial" de 25-VII-950).

NORMAS PARA LICENÇAS A PRAÇAS

Aprovando a sugestão da Diretoria do Pessoal e o parecer do Departamento Geral de Administração, resolvo alterar o Aviso n. 118, de 11 de fevereiro de 1949, passando a letra d), do mesmo Aviso a ter a seguinte redação:

"d) Para as praças, no caso de licenças de 6 (seis) ou mais meses de duração, a escala será organizada no interior de cada unidade, repartição ou estabelecimento, não devendo a licença ser concedida, simultâneamente, a mais de 5 % (cinco por cento) do efetivo total de subtenentes e sargentos, ficando os respectivos comandantes, chefes ou diretores, incumbidos de regular, dentro das diversas qualificações militares, a entrada em licença especial, dentro da cota, de modo que não seja prejudicada a eficiência do serviço."

(Aviso n. 427, de 21-VII-950 — "Diário Oficial" de 25-VII-950.)

* *

ATOS MINISTERIAIS FIXANDO EFETIVOS

1. A fim de dirimir dúvidas sôbre como considerar os atos ministeriais fixando efetivos face às referências contidas em alguns Regulamentos Militares, esclareço, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército e tendo em vista o artigo 5º, do Decreto n. 24.875, de 15 de março de 1948, que, para todos os efeitos, prevalecem os efetivos fixados para cada ano.

2. No corrente ano, vigoram os efetivos constantes das Portarias Reservadas ns. 6-4, 13-10, 17-14, 18-15 e 21-17, tôdas do ano em curso.

(Aviso n. 454, de 25-VII-950 — "Diário Oficial" de 27-VII-950.)

* *

EXTENÇÃO DE BENEFÍCIOS A IRMÃOS MENORES

LEI N. 1.161, DE 22 DE JULHO DE 1950

Estende aos irmãos menores incapazes as vantagens prescritas no Regulamento aprovado pelo Decreto número 3.695, de 6 de fevereiro de 1939

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O n. 5º, do art. 15, do Regulamento aprovado pelo Decreto

n. 3.695, de 6 de fevereiro de 1939, modificado pelo Decreto-lei n. 8.958, de 28 de janeiro de 1946, passa a ter a seguinte redação:

"5º. As irmãs germanas, e as consangüíneas, solteiras, viúvas, ou desquitadas, e os irmãos varões, solteiros, menores de 18 anos, ou absolutamente incapazes, desde que pobres e mantidos pelo de cujus."

Art. 2º. As disposições acima aplicam-se aos processos iniciados, ou não, e aos já encerrados, sem que daí decorram vantagens pecuniárias correspondentes a períodos anteriores à data da vigente Lei.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.
Sylvio de Noronha.
Canrobert P. da Costa.
Guilherme da Silveira.
Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 28-VII-950.)

* *

USO DOS CARROS OFICIAIS

DECRETO N. 28.423, DE 27 DE JULHO DE 1950

Regulamenta o uso dos carros oficiais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos da Lei n. 1.081, de 13 de abril de 1950, decreta:

Art. 1º Os carros oficiais destinam-se exclusivamente ao serviço público.

Parágrafo único. Inclue-se como serviço a representação a que está obrigado o servidor público pela natureza do cargo ou função que exerce.

Art. 2. As repartições públicas e entidades autárquicas e paraestatais deverão fixar o horário para o uso dos carros oficiais, o qual deverá ser aprovado pelo respectivo Ministro de Estado ou dirigente.

Art. 3º. O número de veículos destinados a serviços de natureza secreta será fixado pelo Presidente da República, que discriminará os órgãos e autoridades que poderão utilizá-los.

Art. 4º. Os órgãos do Serviço Público Federal, as autarquias e entidades paraestatais deverão enviar ao Departamento Administrativo do Serviço Público, até 31 de agôsto de 1950, relação de automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e motocicletas, excetuados os carros típicamente militares, contendo as características de identificação, marca, modêlo, estado de conservação, ano de fabricação, número da licença e serviço em que é empregado.

Art. 5º. No regime de tráfego especial, a que se refere o art. 13 da Lei n. 1.081, de 13 de abril de 1950, serão observadas em cada Ministério além das normas dêste Regulamento, as instruções que forem baixadas pelos respectivos Ministros de Estado.

Art. 6º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da República, por iniciativa dos Ministros de Estado ou dos dirigentes das autarquias e das entidades paraestatais.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.
A. Junqueira Ayres.
Sylvio de Noronha.
Canrobert P. da Costa.
Raul Fernandes.
Guilherme da Silveira.
João Valdetaro de Amorim e Mello.
A. de Novaes Filho.
Eduardo Rios Filho.
Marcial Dias Pequeno.
Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 29-VII-950.)

CARVOARIA FLUMINENSE

Grande stock de Carvão, Lenha e Tocos das melhores procedências

ÓLEO CR$ 1,00 — QUEROSENE CR$ 1,50

ENTREGAS RAPIDAS A DOMICILIO — VENDAS EXCLUSIVAMENTE A DINHEIRO

F. F. Silva & Silva

RUA BELISARIO DE SOUZA, 241

MALENGO D. FEDERAL

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de setembro do corrente ano:

Do exterior

Argentina — Revista Militar — Ns. de abril e maio
— Revista Militar — N. de agôsto, dedicado ao Gen. S. Martin

Bolivia — Revista Militar — Ns. de abril e maio

Chile — Revista de Infantaria — N. de abril

França — Revue Militaire d'information — N. 158 e 159

Peru — Revista de la Escuela Militar de Chorrillos — N. de maio

Portugal — Revista Militar — N. de julho
— Revista de Cavalaria

Itália — Revista Militare — Ns. de junho e julho

Nacionais

Da Dir. de Ensino do Exército — Revista Subsídios

Da Dir. de Saúde do Exército — Revista de Medicina Militar — Ns. 1 e 2

Do Banco do Brasil — Resenha Econômica do mês de junho

Da Fôrça Pública de S. Paulo — Ns. de maio e junho

Do Instituto do Alcool e do Açúcar — Brasil Açucareiro — N. de maio

Do Est. de Minas Gerais — Revista Libertas — N. de agôsto

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração:
Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência:
Para a Gerência: Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações: Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação dêsses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interêsses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

• •

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

• •

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguêsa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

• •

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano	Cr$ 80,00
Semestre	Cr$ 40,00
Número avulso	Cr$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Gen. Durival de Britto.
Cel. J.B. Magalhães.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. Ênio da Cunha Garcia.
Ten.-Cel. Felicissimo de Azevedo Aveline.
Ten.-Cel. J.H. Garcia.
Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.
Ten.-Cel. Senna Campos.
Maj. Floriano Möller.
Cap. A.J. de Figueiredo.
Cap. Alkindar Machado Bona.
Cap. Gualter Gill.
Cap. Henrique Oscar Wiederspahn.
Cap. José Reis Martines.
Cap. Mário de Castro Pinto.
Cap. Mario Lamartine Santos.
Cap. Walter dos Santos Meyer.
Ten. Cláudio Sérgio Cossenza.
Ten. Fischer.
Ten. Francisco Travassos Serpa.
Ten. Hélio Augusto Canongia.
Sr. Luis Carace Moreira.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
Rio de Janeiro — 1950